

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DÉDALLO DE PAULA NEVES

A TESE DO ESTADO PATRIMONIALISTA NA COBERTURA NOTICIOSA DO  
PROCESSO DE DEPOSIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF

CURITIBA

2019

DÉDALLO DE PAULA NEVES

A TESE DO ESTADO PATRIMONIALISTA NA COBERTURA NOTICIOSA DO  
PROCESSO DE DEPOSIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação e Sociedade, Linha de Pesquisa Comunicação, Política e Atores Coletivos, Departamento de Comunicação Social, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelly Prudencio

CURITIBA  
2019

Catálogo na publicação  
Sistema de Bibliotecas UFPR  
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral  
(Elaborado por: Karolayne Costa Rodrigues de Lima CRB 9-1638)

Neves, Dédallo de Paula

A tese do estado patrimonialista na cobertura noticiosa do processo de deposição de Dilma Rousseff / Dédallo de Paula Neves. – Curitiba, 2019.

120 f. : il. color.

Orientadora: Prof. Dra. Kelly Cristina Prudêncio.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

1. Patrimonialismo estamental. 2. Processo político - Brasil. 3. Impeachment - Brasil - 2016. 4. Notícia - Enquadramento multimodal. I. Título.

CDD 324.981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -  
40001016071P8


## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DÉDALLO DE PAULA NEVES** intitulada: **A TESE DO ESTADO PATRIMONIALISTA NA COBERTURA NOTICIOSA DO PROCESSO DE DEPOSIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 19 de Fevereiro de 2019.

  
KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
LIZIANE SOARES GUAZINA  
Avaliador Externo (UNB) *por videoconferência*

  
RAFAEL CARDOSO SAMPAIO  
Avaliador Interno (UFPR)



## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho não seria possível sem o empenho dos companheiros do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA), cujas codificações, discussões, seleções das matérias foram imprescindíveis. Sem as discussões no Seminário de Pesquisa com os colegas de mestrado. As orientações da professora Kelly Prudencio também foram essenciais para o desenvolvimento da dissertação. Gostaria de agradecer também aos professores da qualificação: Carla Rizzotto e Afonso Albuquerque; e aos professores da banca: Liziane Guazina e Rafael Sampaio. Todas as sugestões fizeram este trabalho melhor. E todas as pessoas envolvidas de uma maneira ou de outra para que esta dissertação fosse possível.

E, por último, gostaria de agradecer a todos os brasileiros que garantem a universidade pública e gratuita e possibilitam o desenvolvimento de pesquisas como esta.

## **RESUMO**

Partindo da premissa que a tese do Estado patrimonialista (FAORO, 2001; HOLANDA, 2004) está presente na mídia, como foi sugerido por Jessé Souza (2015), e não foi verbalizada uma vez que não é prática recorrente discussões epistemológicas na cobertura noticiosa, como salientou Gaye Tuchman, a dissertação questiona como e por que ela foi enquadrada nos jornais Folha, O Globo e Estadão, durante o processo de deposição de Dilma Rousseff, em 2016. O questionamento permite ver como a imprensa realiza a manutenção do discurso do patrimonialismo que tende a, em sua maior parte, responsabilizar o Estado e deixar a margem problematizações que poderiam ser pertinentes e são mascaradas, como afirmou Souza. O enquadramento multimodal, como técnica, dá maior segurança para responder as questões desta pesquisa. Isto porque está fundamentado num livro de códigos com 36 variáveis, cuja codificação foi realizada por 16 pessoas do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA) da UFPR tendo como base um corpus de 2202 notícias correspondente ao período de 2 de dezembro (aceitação do processo por Eduardo Cunha) a 31 de agosto (finalização do processo). Esta metodologia combina três elementos (enquadramento visual, narrativo e noticioso). O trabalho tenta contribuir na discussão sobre a mídia durante o processo de deposição de Dilma Rousseff, no diálogo entre sociologia e comunicação e para o fortalecimento do enquadramento multimodal, cujos estudos ainda são escassos no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enquadramento multimodal; patrimonialismo; impeachment

## **ABSTRACT**

Based on the premise that the Thesis of the Patrimonial State (FAORO, 2001; HOLANDA, 2004) is present in the media, as suggested by Jessé Souza (2015), and has not been put into words, since it is not common practice to have recurring epistemological discussions on news coverage, as highlighted by Gaye Tuchman, the dissertation questions how and why it was framed in *Folha*, *O Globo*, and *Estadão* newspapers during the deposition process of Dilma Rousseff, in 2016. The question allows us to see how the press actualizes the maintenance of a narrative regarding Patrimonialism and which tends to lay responsibility mostly on the State, and put aside problems that could be pertinent but end up being masked, as stated by Souza. Multimodal framing, as a technique, gives us safer ground to answer the questions of the research. That is because it is based on a book of codes with 32 variables, which was codified by a group of 16 people in the research group *Comunicação e Participação Política* (COMPA) of UFPR, based upon a corpus of 2202 pieces of news dated between December 2nd (acceptance of the impeachment process by Eduardo Cunha) and August 31st (the end of the process). This methodology combines three elements (image framing, narrative framing, and news framing). The paper is an attempt to give a contribution to the discussion about the media during Dilma Rousseff's impeachment process, to the dialogue between sociology and communication, in order to strengthen multimodal framing, which is still scarcely studied in Brazil.

**KEYWORDS:** Multimodal Framing; patrimonialism; impeachment

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – ANÁLISE MULTIMODAL.....	<b>20</b>
Figura 2 – ENQUADRAMENTO NARRATIVO.....	<b>21</b>
Figura 3 – ENQUADRAMENTO DE IMAGEM.....	<b>24</b>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – CODIFICAÇÃO 1.....	28
Tabela 2 – CODIFICAÇÃO 2.....	29
Tabela 3 – TABELA COMPARATIVA (1 E 2).....	31
Tabela 4 – PESSOA REPRESENTADA NA IMAGEM.....	72
Tabela 5 – V032 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – ATORES.....	72
Tabela 6 – V035 JULGAMENTO MORAL.....	74
Tabela 7 – V036 RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO.....	75
Tabela 8 – V033 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – SUBTÓPICO.....	77
Tabela 9 – V034 CAUSAS DO PROBLEMA.....	79
Tabela 10 – V007 COMPONENTE ENQUADRADO.....	83
Tabela 11 – TIPO DE ATOR.....	88
Tabela 12 – V014 PESSOA REPRESENTADA NA IMAGEM.....	102

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – CORPUS TOTAL.....	<b>33</b>
Gráfico 2 – V007 COMPONENTE ENQUADRADO.....	<b>84</b>
Gráfico 3 – NARRATIVIDADE.....	<b>90</b>
Gráfico 4 – IDENTIFICAÇÃO DOS PERSONAGENS.....	<b>91</b>
Gráfico 5 – IMAGENS.....	<b>95</b>
Gráfico 6 – V036 RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO.....	<b>108</b>

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1 – Espólio em liquidação.....	<b>96</b>
Imagem 2 – A festa dos pró-impeachment.....	<b>98</b>
Imagem 3 – Dilma se diz “indignada e ataca Eduardo Cunha.....	<b>100</b>
Imagem 4 – Dilma mantém salário e direito a transporte aéreo.....	<b>104</b>
Imagem 5 – A senadores que decidirão o impeachment, Dilma diz temer morte da democracia.....	<b>107</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. A ANÁLISE MULTIMODAL PARA COBERTURAS JORNALÍSTICAS.....</b>	<b>19</b>
1.1. ENQUADRAMENTO NARRATIVO.....	20
1.2. ENQUADRAMENTO DE IMAGEM.....	22
1.3. ENQUADRAMENTO NOTICIOSO.....	24
1.4. LIVRO DE CÓDIGOS, CODIFICAÇÕES, TESTES.....	27
1.5. DANDO CORPO.....	32
1.6. OBJETIVIDADE, ENQUADRAMENTO E OS NÃO-DITOS.....	33
1.6.1. UM PASSO ATRÁS.....	34
1.6.2. OS NÃO-DITOS NO JORNALISMO.....	38
1.6.3. DIGA-ME COM QUEM ANDAS E EU TE DIREI QUEM ÉS: FONTES.....	40
1.6.4. “TODO DIA ELA FAZ TUDO SEMPRE IGUAL”: ROTINA.....	42
1.6.5. DOIS PASSOS À FRENTE.....	43
1.6.6. ENQUADRAMENTO COMO DESVELADOR DA OBJETIVIDADE.....	44
1.7. A CLARIFICAÇÃO DE ENTMAN.....	46
1.8. VÍTIMA DO PRÓPRIO SUCESSO: DEBATE CRÍTICO.....	48
<b>2. A TESE DO ESTADO PATRIMONIALISTA.....</b>	<b>53</b>
2.1. A CULPA É DE PORTUGAL: O HOMEM CORDIAL COMO HERANÇA LUSA.....	53
2.1.1. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.....	59
2.2. MANDA QUEM PODE E OBEDECE QUEM TEM JUÍZO: “OS DONOS DO PODER” DE FAORO.....	63
<b>3. PATRIMONIALISMO EM QUADROS.....</b>	<b>71</b>
3.1. FAORO E O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO.....	82
3.2. A NARRATIVA CORDIAL.....	88
3.3. IMAGEM ANTIPÁTICA.....	94
3.4. ACEITAÇÃO DO PEDIDO.....	97
3.5. AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF.....	101



<b>3.6. A ÚLTIMA DEFESA.....</b>	<b>106</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>162</b>



## INTRODUÇÃO

No dia 31 de agosto de 2016, o Brasil assistiu ao segundo impeachment de um presidente na história da República. Dilma Rousseff deixou o executivo após seis anos e oito, quase nove, meses no poder e um ano e oito meses após se reeleger.

Até a aceitação de abertura do processo por parte do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em 2 de dezembro de 2015, uma série de outros pedidos haviam sido protocolados. Cunha, no entanto, deu prosseguimento ao pedido dos advogados Helio Bicudo, Miguel Reali Junior e Janaína Paschoal após o Partido dos Trabalhadores, partido de Dilma Rousseff, votar contra o deputado no Conselho de Ética.

A presidente foi acusada de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e privados) e autarquias, como o INSS, o que foi interpretado como crime de responsabilidade, e ficou conhecido como “pedaladas fiscais”.

O processo passou por três votações. A primeira na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, quando os congressistas aprovaram o pedido pelo placar de 367 a 137 votos. A segunda no Senado, em 12 de maio de 2016, em que autorizava a continuidade do processo e afastava a presidente por até 180 dias, pelo placar de 55 votos a favor e 22 contra. Nesse período Michel Temer assumiu a presidência temporariamente. E a terceira que afastava definitivamente Dilma da presidência, no dia 31 de agosto, quando 59 senadores decidiram pela cassação do mandato; 21 foram contra. Efetivando Temer no poder.

Nesses quase nove meses de processo, a imprensa cobriu amplamente as movimentações partidárias, manifestações e assuntos relacionados. “Os vieses da cobertura jornalística foram exaustivamente acusados de medidas para direcionar a interpretação dos acontecimentos para um lado ou para outro” (PRUDENCIO et al., 2016, p. 3).

Tomando como “cenário” a deposição de Dilma Rousseff, com justificada escolha por se tratar de um acontecimento público (FRANÇA, 2012), esta dissertação pretende verificar nas notícias dos jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo a presença da tese do Estado patrimonialista (Holanda, 2004; Faoro, 2001) como pano de fundo para justificar o pedido de impeachment da presidenta. Não se espera encontrar a tese explicitada, mas sua incidência nos enquadramentos das notícias nos seus aspectos noticioso, visual e narrativo, que caracterizam uma análise de enquadramento multimodal (WOZNIAK et. al., 2014). Parte-se da hipótese que a tese do Estado patrimonialista é

usada pela imprensa como ferramenta para legitimar e defender o impeachment, a questão é como a referida tese foi enquadrada.

Para verificar a hipótese e responder à questão, um corpus de 2202 notícias dos três jornais foi utilizado. Ele foi construído pelo grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA), da UFPR, e abrangeu do início, 2 de dezembro de 2015, até o final do processo, 31 de agosto de 2016 todas as notícias publicadas sobre o impeachment nos cadernos de político, a excluir artigos de opinião, colunas, entrevistas e editoriais. Logo, nosso trabalho está vinculado ao desenvolvido pelo grupo de pesquisa, a usar do mesmo corpus e livro de códigos. De antemão consideramos editoriais um bom nicho de trabalho para alcançar nosso objetivo, uma vez que é onde o jornal se posiciona com mais contundência. Entretanto, a escolha por parte das notícias deu-se justamente para tentar perceber a tese patrimonialista no discurso dos jornalistas, da cobertura diária e não nas posições dos jornais.

As análises dar-se-ão de duas maneiras. Primeiramente, de forma quantitativa. Partindo do princípio que a análise multimodal é dividida em três níveis: narrativo, visual e noticioso, serão realizados três levantamentos quantitativos, um para cada nível. O que permitirá encontrar respostas mais amplas sobre a cobertura noticiosa. Com essas respostas em mãos, serão realizadas análises qualitativas dos momentos-chaves do processo, a saber: a abertura, o afastamento, e a última defesa de Dilma Rousseff no Senado.

Essas análises estão fundamentadas num livro de códigos produzido pelo COMPA e nas codificações das 2202 notícias realizadas pelos integrantes do grupo de pesquisa, que foram submetidos a testes de confiabilidade que são descritos no primeiro capítulo. Portanto, pretende-se, com essas ferramentas nas mãos, evitar a pouca precisão, comum nos estudos de enquadramento.

O livro de códigos ficou composto na pesquisa realizada pelo COMPA por 36 variáveis; nesta dissertação optamos em não utilizar todas, selecionamos 14. A seleção destas deu-se pelo fato de conseguirmos dialogá-las com a tese do Estado patrimonialista. À primeira vista pode ficar confuso ao leitor compreender a utilização do livro de códigos em nossas análises. Sugerimos, e foi como construímos a dissertação, que haja uma compreensão teórica-metodológica da análise multimodal inicialmente, solidificando a ideia dos seus três eixos (enquadramentos visual, narrativo e noticioso), para após isso compreender em que eixo está cada variável. De antemão adiantamos: são duas referentes ao enquadramento visual; sete referentes ao narrativo; e cinco do noticioso. No início do

capítulo 3 (“Patrimonialismo em quadros”) destacamos e explicamos como dar-se-ão as análises e a utilização de cada variável. Portanto, para efeitos de esclarecimento, embora o livro de códigos esteja completo nos anexos, e sugerimos a consulta no momento de leitura das análises, não utilizamos todas as variáveis.

É possível estudar a tese do Estado patrimonialista por diversos ângulos. Ela é um dos temas centrais da sociedade brasileira (SOUZA, 1999; 2009; 2015). Portanto, vários caminhos são possíveis, como algumas padronizações: a herança patriarcal-patrimonial (representada em nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Roberto DaMatta), cuja linha diz que os brasileiros herdamos de Portugal aspectos hoje intrínsecos em nossa sociedade, em oposição à sociologia da dependência (com Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni), que defende a ideia que nossa incapacidade de autonomia econômica estrutural nos impede de equipararmos-nos com nações centrais. Em ambas as correntes o Brasil estaria aquém da contemporaneidade do mundo, das “sociedades modernas centrais” (TAVOLARO, 2005, pp. 5-6).

Poder-se-ia considerar, por outro lado, “patrimonialismo societal” (Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco) e o “patrimonialismo estatista” (Faoro, Simon Schwartzman, Antonio Paim), de acordo com a classificação de Luiz Werneck Vianna (1999, p. 177-179). Ou seguir a definição de Gildo Marçal Brandão (2007), os “idealistas orgânicos” (Alberto Torres, Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos e Wanderley Guilherme dos Santos) em contraponto aos “idealistas constitucionais” (Tavares Bastos, Rui Barbosa, Raymundo Faoro, Simon Schwartzman).

A nossa opção entre Holanda e Faoro se deu pelo fato de a argumentação crítica contemporânea (SOUZA, 1999; 2009; 2015) elencar estes dois nomes como leitura dominante do que é a tese do Estado patrimonialista no Brasil. O primeiro com a sua definição de “homem cordial” e o segundo a destacar o estamento-burocrático criado a partir do capitalismo politicamente orientado. Em outras palavras, Holanda (2004) encontrou um tipo de brasileiro genérico, representado na figura do “homem cordial” (aquele que age pelo coração):

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de

coercitivo — ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. (HOLANDA, 2004, p. 146-147)

E Faoro segue em determinada medida o pensamento de Holanda tendo em vista a herança portuguesa da sociedade brasileira. Para Faoro a presença marcante do Estado português na sociedade gerou um Estado brasileiro tão forte quanto: estamental e patrimonialista. Com isso, o autor entende que há na sociedade brasileira uma busca por privilégios. “A situação estamental, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda a sociedade” (FAORO, 2001, p. 58).

Para verificar os enquadramentos nas notícias tendo em vista a tese do Estado patrimonialista, destacamos 15 das 36 variáveis do livro de códigos (que está completo nos anexos), pois entendemos que são as que dialogam com a tese em questão. No capítulo 3, referente às análises, há uma introdução em que se detalha a relação existente entre as variáveis e a teoria sociológica e como será possível fazer tal ligação. Entretanto, ao longo da dissertação construímos indicações onde julgamos oportuno entre enquadramento multimodal e patrimonialismo.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro discutimos a análise multimodal para coberturas jornalísticas, o que nos levou a ampliar a discussão teórica e metodologicamente. Portanto, ultrapassamos a análise multimodal e adentramos em algumas discussões sobre enquadramento, assim como elencamos discussões sobre jornalismo. Tendo em vista alguns dados preliminares das codificações, discutir sobre “objetividade” mostrou-se importante, e a partir deste tópico fomos levados a debater sobre fontes e rotinas de redação. O fundamento teórico deste capítulo, embora dividido em tópicos, encontra-se na intersecção entre o jornalismo e o enquadramento, aquele subordinado a este. Em outras palavras, a discussão sobre objetividade, fontes e rotina serve como auxiliar para perceber determinados enquadramentos realizados nas notícias.

O segundo capítulo aborda os dois autores que discutiram sobre patrimonialismo: Holanda e Faoro. Começamos por Holanda pelo critério temporal, sendo que seu livro fora publicado em 1936 e Faoro editara em 1958. O peso dado no primeiro é o caráter do “homem cordial”, que seria para o autor uma fase do patrimonialismo que se institucionalizaria no Estado. E no segundo, o estamento-burocrático que seria formado por uma casta (políticos) em busca de privilégios. Portanto, Holanda com o “homem cordial” dá o fundamento filosófico do patrimonialismo brasileiro, enquanto Faoro o mostra como isso concretiza-se no Estado, levando a práticas promíscuas e corruptas.

No terceiro capítulo partimos para a junção dos dois anteriores e analisamos as notícias em duas partes: quantitativa e qualitativamente. Na primeira, dividimos em três eixos, como é na análise multimodal: para o enquadramento noticioso buscamos a teoria de Faoro, para o enquadramento narrativo a teoria de Holanda e no visual sintetizamos os dois. Nas análises qualitativas, sempre que possível, buscamos elementos dos dois autores e ultrapassamos o uso apenas das codificações. Elementos como “editoria”, que não foram codificados, entraram nas nossas análises, pois acreditamos que eles fornecem substância às nossas interpretações.

Não pusemos as 2202 notícias nos anexos por motivos óbvios, todavia as citadas nas análises qualitativas estão em grande parte disponíveis; separadas da seguinte maneira: “Abertura”; “Afastamento”; e “Última defesa”. Além do livro de códigos e outros resultados citados durante a dissertação e não expostos, cuja indicação está em nota de rodapé ou entre parênteses no meio do texto.

## 1. A ANÁLISE MULTIMODAL PARA COBERTURAS JORNALÍSTICAS

A análise multimodal, usada nesta dissertação, pode ser considerada como mais uma sofisticação da metodologia nos estudos de enquadramento a fim de garantir maior precisão e segurança para identificar os quadros na cobertura noticiosa. “A análise multimodal evidencia a sua capacidade de iluminar detalhes e meandros da cobertura política, algo que poderia ficar escondido em uma análise mais clássica de enquadramento.” (PRUDENCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2017, p. 27).

Desenvolvida por Wozniak et al. (2014) inicialmente para analisar a cobertura em mídia impressa sobre mudanças climáticas, os autores elencaram três eixos que ultrapassam o textual, cujos elementos em determinadas coberturas poderiam ser insuficientes, daí o uso de a) enquadramento de imagem, b) enquadramento narrativo e c) enquadramento noticioso. Cada um desses tópicos, cuja explicação aparecerá na sequência, formaram o livro de códigos<sup>1</sup> desenvolvido pelo grupo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Comunicação e Participação Política (COMPA) para a análise de 2.202 notícias sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, no período de 02/12/2015 a 31/08/2016. A título de esclarecimento, o livro ficou composto por 36 variáveis, sendo nove variáveis de identificação; oito de imagem; 13 de narratividade; seis de enquadramento noticioso.

---

<sup>1</sup> O livro completo pode ser consultado no Anexo 1.



## ANÁLISE MULTIMODAL

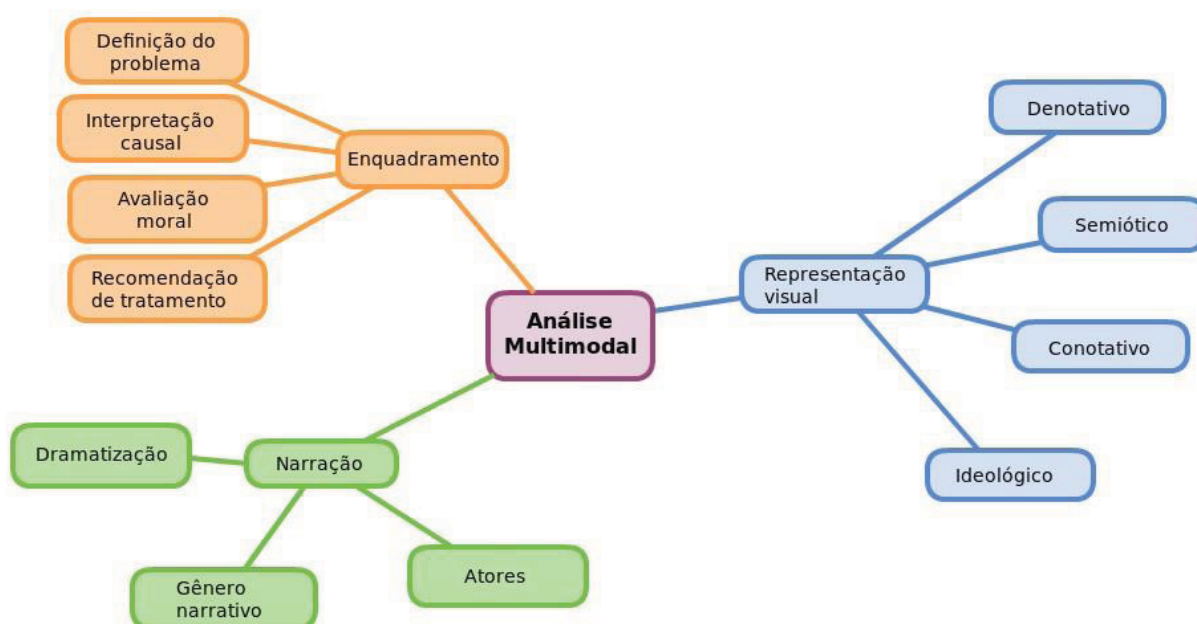


Figura 1. Fonte: COMPA / UFPR

### 1.1. ENQUADRAMENTO NARRATIVO

Citando Shen, Ahern e Baker (2014, p. 100), Wozniak et al. (2014) argumentam que quadros de notícias carecem de narrativas como estruturas retóricas para serem efetivamente comunicadas. “As narrativas conectam o debate político sobre problemas e soluções com as experiências e identidades dos usuários de mídia, oferecendo sistemas simbólicos duradouros” (p. 3). Sendo a narrativa e o enquadramento dois elementos textuais, os autores diferenciam-nos da seguinte forma: a análise de quadros permite a compreensão entre as trocas de argumentos presentes no debate midiático e a análise narrativa informa como a história é organizada e contada.

A narração, em nosso entendimento, não é uma característica discreta de “histórias” mais longas em casos de grande alcance em artigos mais simples e puramente factuais. Em vez disso, consideramos a narratividade como um conceito gradual que pode ser encontrado, pelo menos potencialmente, em todas as reportagens (Wolf, 2002)<sup>2</sup>. Características como a dramatização e o uso de expressões emocionais

<sup>2</sup> Wolf, W. Das Problem der Narrativität in Literatur, bildender Kunst und Musik: Ein Beitrag zu einer intermedialen Erzähltheorie [The problem of narrativity in literature, fine arts and music: A contribution to an intermedial narration theory]. In V. Nünning & A. Nünning (Eds.), WVTHandbücher zum literaturwissenschaftlichen Studium: Vol. 5. Erzähltheorie transgenerisch, intermedial, interdisziplinär [Narration theory transgeneric, intermedial and interdisciplinary] (pp. 23–104). Trier: WVT, 2002.

definem o grau de narratividade geral em um artigo; pistas de gênero podem nos dizer que tipo de gênero narrativo um artigo corresponde; e os atores podem ser identificados como participantes de sessões narrativas em particular (por exemplo, vítimas, vilões, heróis). (WOZNIAK et al., 2014, p. 7)

Por isso, a compreensão de narração não é aquela que segue uma teleologia aristotélica, permitindo às reportagens que usam da pirâmide invertida, comum no jornalismo, se enquadrarem em gêneros narrativos. Os autores acreditam que uma narrativa não precisa de todos os elementos para constituir-se como tal. Na proposta da análise multimodal a narração é medida a partir de três elementos: (1) o grau de narratividade em uma notícia, (2) a ênfase na qual a história é escrita e (3) a presença de agentes que assumem papéis narrativos específicos.

### ENQUADRAMENTO NARRATIVO

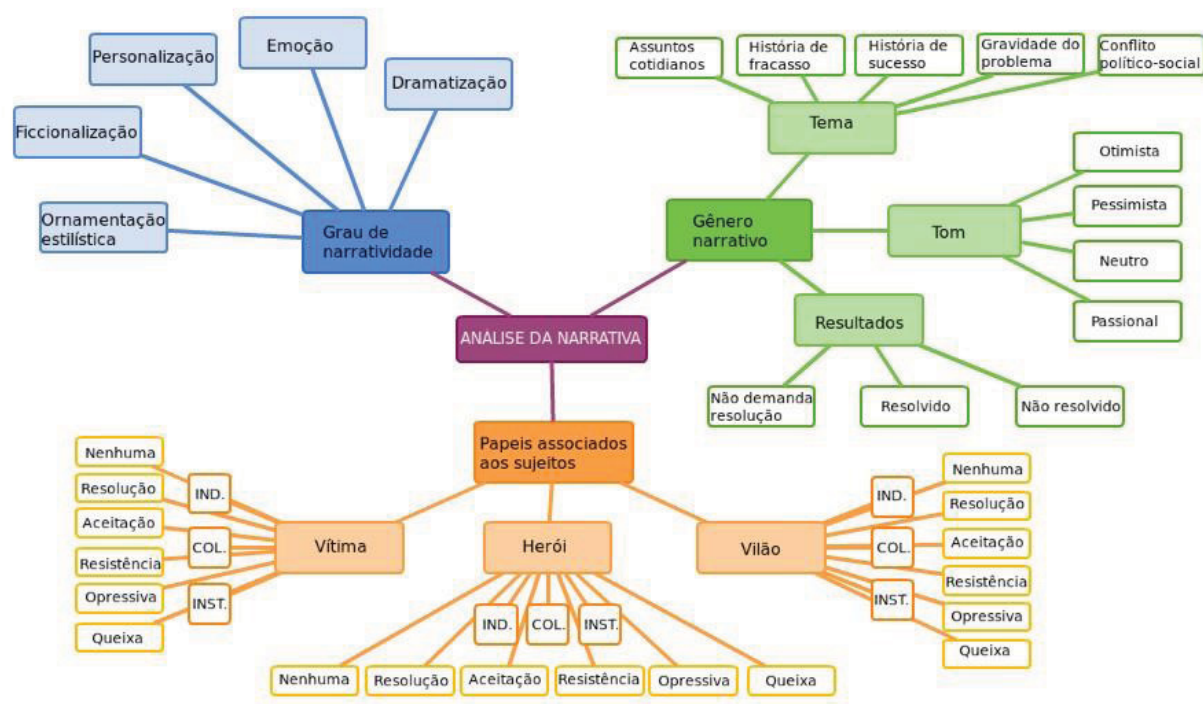


Figura 2. Fonte: COMPA/ UFPR

Na codificação realizada pelo COMPA, “Ficcionalização” não alcançou níveis aceitáveis nos testes, assim como o sub-eixo “Gênero narrativo”. Apesar disso, a pesquisa não fica comprometida e por se tratar de um dos primeiros esforços no uso dessa

metodologia, já era esperado por parte dos pesquisadores que algumas variáveis não passassem nos testes<sup>3</sup>.

## 1.2. ENQUADRAMENTO DE IMAGEM

Sobre as imagens, Wozniak et al. (2014, p. 3, 7) dizem que elas podem estabelecer conexões com a memória coletiva e fornecem elementos visuais concretos baseando-se em representações icônicas que se tornaram atalhos familiares na compreensão de questões complexas.

No entanto, Prudencio, Rizzotto e Sampaio (2017), cujo trabalho usou parte do corpus dessa dissertação, observaram que “Na prática, elas [as imagens da cobertura do golpe] não se diferem das imagens que usualmente vemos na cobertura cotidiana da política” (p. 28). Ou seja, o não dizer nada de uma imagem, também diz, nesse caso o processo de deposição de Dilma não fora problematizado da maneira que exige um acontecimento dessa magnitude na vida política de um país. Os autores também concluíram que o plano médio, usado em quase metade das fotografias (47, 26%), “não desperta empatia, mas, pelo contrário, antipatia pelos políticos, na medida em que o aspecto dominante ou ponto focal não está no observador, mas no ambiente político ao redor.” (PRUDENCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2017, p. 13).

Ambos os artigos buscaram em Rodriguez e Dimitrova (2011) a fundamentação para analisar imagens e seus respectivos enquadramentos. As duas autoras dizem que

As imagens são ferramentas de enquadramento poderosas porque são menos intrusivas que as palavras e, como tal, requerem menos carga cognitiva. Portanto, o processamento periférico em vez de central pode ser ativado e o público pode ter maior probabilidade de aceitar o quadro visual sem questionar. De fato, há evidências que sugerem que, quando há conflito entre o enquadramento textual e visual, os quadros visuais geralmente vencem (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 50).

Ao citar estudo de Messaris e Abraham (2001, p. 52), Rodriguez e Dimitrova advertem que as imagens por serem mais naturais e relacionadas mais proximamente com a realidade, fazem com que o público tende a duvidar menos de sua intromissão ou “manipulação”, elas usam “construções artificiais” da realidade uma vez que o que está sendo mostrado, na perspectiva da audiência, é de fato o que eles estão vendo. Contudo, elas dizem haver evidências consideráveis de como as fotografias podem enganar o

---

<sup>3</sup> Sobre as codificações e os testes, a explicação dar-se-á posteriormente.

público, “práticas fotográficas muito mais simples são usadas no enquadramento visual, como os atos básicos de seleção e recorte. Os fotógrafos podem escolher uma visão sobre a outra, ou os editores podem selecionar uma imagem sobre várias outras” (RODRIGUEZ, DIMITROVA, 2011, p. 52). Um paralelo pode ser feito em relação às fontes, ou seja, escolhe-se uma em detrimento da outra. Hipoteticamente podemos fazer um exercício: caso não seja interesse do jornal mostrar a Avenida Paulista repleta de manifestantes, o repórter fotográfico pode manusear os ângulos e os planos de maneira que dê a entender a baixa adesão à manifestação.

Rodriguez e Dimitrova (2011) propõem quatro níveis para fazer a análise de quadros em imagens: 1) nível denotativo: o codificador tem que descrever a imagem sem realizar interpretações que a imagem não permite, por exemplo: se há alguém sorrindo, não é possível afirmar que a pessoa está feliz. Logo, pessoas, objetos e cenários são descritos, tudo que compõe a imagem; 2) o segundo nível é para identificar elementos técnicos e estilísticos: plano e ângulo da câmera, “uma imagem em *close*, por exemplo, significa intimidade, enquanto o plano aberto possibilita a visualização do contexto” (PRUDENCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2017, p. 10). Citando Archer et al. (1983), Prudencio et al. afirmam que quando o rosto é focado na imagem, qualidades intelectuais são destacadas, já quando o corpo está saliente a audiência interpreta como um sujeito dotado de habilidades intelectuais inferiores; 3) o nível conotativo busca conceitos e ideias presentes na imagem, ou seja, interpretações capazes de comunicar significados sociais e; 4) o nível ideológico: para analisar as imagens como ferramenta de poder para direcionar interpretações do receptor.

Na pesquisa do COMPA – e também nesta dissertação – houve uma adaptação, já que o nível interpretativo, que corresponderia aos níveis conotativo e ideológico, não pode ser codificado, contudo é analisado. Portanto, a representação visual foi codificada em dois níveis: o descritivo (sujeitos, cenários e atividades realizadas) e o semiótico-estilístico (ângulo e plano), como pode ser observado na figura 2.

## ENQUADRAMENTO DE IMAGEM

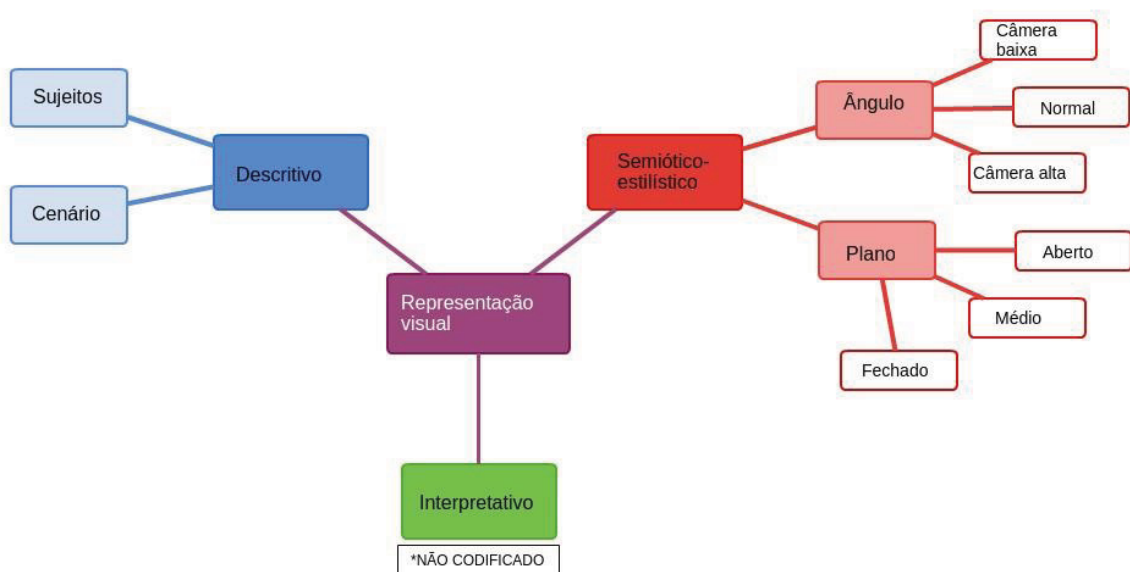


Figura 3. Fonte: COMPA / UFPR

### 1.3. ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

O enquadramento noticioso fecha o terceiro eixo da análise multimodal. Wozniak et al. (2014, p. 7) seguem a noção de Entman (1993), ou seja, seleção e saliência, definição de problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento, cuja discussão teórica será feita adiante. Porém, como na abordagem teórica, a metodologia da análise de quadros é tão diversa quanto. E os próprios autores elencam outros estudiosos que influenciaram o desenvolvimento da análise multimodal. Por isso, julgamos conveniente estabelecer uma discussão metodológica sobre “framing” para além da análise usada nesta dissertação.

Matthes e Kohring (2008) realizaram esforço para identificar as abordagens metodológicas e identificaram cinco mais recorrentes: hermenêutica, linguística, holística manual, assistida por computador e dedutiva.

Os trabalhos que utilizam a perspectiva hermenêutica estão ligados a uma avaliação mais interpretativa dos textos, relacionando *frames* com elementos da cultura mais gerais. As amostras geralmente são pequenas e não há qualquer quantificação (VIMIEIRO; MAIA, 2011, p. 237). A crítica a essa abordagem é o risco inevitável do autor construir quadros bastante subjetivos uma vez que tende, nesse caso, a trabalhar sozinho.

Existe um perigo nesse tipo de análise de um acadêmico solitário de que a identificação de um conjunto de possíveis quadros pode ser feita arbitrariamente. Uma abordagem não sistemática para definir quadros pode significar que o conjunto de quadros possíveis não é exaustivo ou que as categorias de quadros não são mutuamente exclusivas. Além disso, sem uma abordagem sistemática para definir possíveis quadros, os pesquisadores podem tender a encontrar os quadros que estão consciente ou inconscientemente procurando. Os pesquisadores também podem tender a definir quadros de maneira estereotipada ou convencional. (TANKARD, 2001, p. 97-98)

A pesquisa realizada pelo COMPA procurou diminuir esse enviesamento com o trabalho de 17 codificadores, cujo resultado passou por testes de confiabilidade.

A abordagem linguística diz respeito aos estudos em que os quadros são marcados a partir da seleção, localização, estrutura de palavras e sentenças no texto, ou seja, as palavras são as construtoras dos quadros (VIMIEIRO; MAIA, 2011, p. 238).

A holística manual gera os enquadramentos, inicialmente, a partir de uma análise qualitativa de notícias através de uma análise manual de conteúdo. Num segundo momento cria-se um livro de códigos com as notícias sendo analisadas em profundidade. Com o livro escrito é possível fazer levantamentos quantitativos para verificar as análises qualitativas iniciais. A crítica que tange esta perspectiva é a mesma da hermenêutica, a falta de “determinação de critérios para a identificação dos frames”, sem isso a “avaliação cai em uma caixa-preta metodológica” (VIMIEIRO; MAIA, 2011, p. 238). Contudo, há maneiras para determinar esses critérios. Por exemplo, no livro de códigos escrito pelo COMPA cada variável está com um critério delimitado: para definir o ator do problema envolvido (variável 032) vem o critério: “*Nesta variável, elencam-se os atores que tem maior espaço de fala na notícia, contando os atores que têm suas falas, pensamentos ou ações reproduzidas em discurso indireto (pelo jornalista). Não devem ser marcados aqui os atores que são somente citados.*”<sup>4</sup> As opções disponíveis estão baseadas naquela primeira análise qualitativa, caso outros personagens que não estivessem disponíveis nas alternativas surgissem, tinha à disposição a opção “Outro”, e caso esta opção ganhasse significativo relevo, a análise qualitativa inicial precisaria ser refeita, pois o critério para esta variável estaria equivocado.

A abordagem assistida por computador baseia-se em palavras como a linguística, a vantagem mora na objetividade ao identificar quadros que os pesquisadores não encontram e os algoritmos sim. Todavia, seu conteúdo permanece preso às palavras, limitando a compreensão de análises de imagem, por exemplo.

---

<sup>4</sup> LIVRO DE CÓDIGOS ENQUADRAMENTO MULTIMODAL IMPEACHMENT DILMA ROUSSEFF.



E, por fim, Matthes e Kohring (2008) identificaram a abordagem dedutiva, baseada em quadros genéricos já estudados na literatura, a exemplo de enquadramentos episódicos e temáticos (IYENGAR, 1991), conflito, interesse humano, moralidade e responsabilidade (SEMETKO; VALKENBURG, 2000), como lembram Vimieiro e Maia (2011, p. 239). Após essa sistematização, Matthes e Kohring chegaram a uma definição própria de enquadramento.

Nós entendemos um enquadramento como um certo padrão em um dado texto que é composto por diversos elementos. Esses elementos não são palavras, mas componentes ou dispositivos dos enquadramentos previamente definidos. Ao invés de codificar diretamente o enquadramento como um todo, nós sugerimos partir o enquadramento em seus elementos isolados, os quais podem ser mais facilmente codificados em uma análise de conteúdo. Depois disso, uma análise dos agrupamentos desses elementos deve revelar os enquadramentos. Isso significa que quando alguns elementos agrupam-se sistematicamente de uma forma específica, eles formam um padrão que pode ser identificado através de diversos textos em uma amostra. Nós chamamos esses padrões de enquadramentos (Matthes e Kohring, 2008, p. 263).

É a partir deste estudo, que Wozniak et al. chegam a própria definição de enquadramento, tendo como base os estudos de Entman (1993).

Na identificação de quadros, defendemos o uso de uma abordagem indutivo-quantitativa para permitir a detecção de composições de quadros não previamente teorizadas e para facilitar a análise de amostras de mídia maiores. Levamos em conta que os debates na mídia sobre a mudança climática provavelmente exibem padrões discursivos discretos que poderiam passar despercebidos se os quadros predefinidos fossem usados. Empregamos a abordagem desenvolvida por Matthes e Kohring (2008): os quadros não são medidos de forma holística, mas os principais elementos de quadros - problemas, causas, avaliação moral e remédios - são operacionalizados como variáveis que são individualmente afetadas. (WOZNIAK et al., 2014, p. 9)

A análise multimodal permite, portanto, captar sutilezas que apenas uma das cinco abordagens metodológicas destacadas por Matthes e Koring poderia deixar escapar. A padronização tão exigida à análise multimodal auxilia na identificação da leitura dominante e difundida já que está presente no jornal e como as qualidades de narrativas e imagens são culturalmente ecoadas e coletivamente lembradas (WOZNIAK et al., 2014, p. 3). A padronização também permite análises em larga escala, como nesta dissertação, e também entre quadros, isto é, ela não dará um único quadro, aceitando o cruzamento entre eles para “microanálises”. Sem contar que ao destacar dois elementos textuais, o caminho oferecido também torna-se mais seguro: enquanto a análise do enquadramento noticioso fornece a capacidade de compreensão de troca e prevalência de argumentos entre atores, e podemos colocar a mídia como um ator, a análise do enquadramento

narrativo informa como a história é contada, a partir de seus elementos (dramatização, emoção, personalização etc.).

Se tomarmos a sistematização de Matthes e Kohring, nossa análise parte das três primeiras abordagens: hermenêutica, linguística e holística manual. Isso porque houve a construção de um livro de códigos (holística manual) a partir de determinadas palavras (linguística) com característica culturais (hermenêutica), traduzindo: usaremos um livro de códigos para realizar as análises tomando palavras (e também imagens) e aspectos da cultura (o patrimonialismo).

#### **1.4 LIVRO DE CÓDIGOS, CODIFICAÇÕES, TESTES**

A construção do livro de códigos (Anexo 1) se deu entre os três coordenadores do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política, da UFPR, Kelly Prudencio, Carla Rizzotto e Rafael Sampaio em conjunto com os mestrados do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da mesma instituição. À época da construção do livro, em 2016, nove mestrados compunham o grupo de pesquisa. A versão final ficou composta por 36 variáveis.

Os mestrados foram divididos em três grupos, cada qual compunha um eixo da análise multimodal, a saber: três para a codificação de imagem, três para narrativa e três para enquadramento noticioso. O período desta primeira codificação foi da abertura do processo, dezembro de 2015, até o afastamento de Dilma Rousseff, maio de 2016, e o jornal Estado de S. Paulo não fora incluído. Treinamentos foram realizados para que os pós-graduandos atingissem níveis de concordância aceitáveis nos testes de confiabilidade. Os treinamentos foram aplicados a partir de matérias do processo, cada grupo precisava codificar apenas o seu eixo.

Em seguida, os testes foram aplicados tomando os índices alpha de Krippendorff e kappa livre de Brennan e Prediger (1981). Prudencio et al. justificaram o uso de kappa livre nas “categorias de aparições mais raras uma vez que o Krippendorff's alpha é bastante sensível à discordância nesses casos, que são frequentes principalmente na análise narrativa e de enquadramento” (2017, p. 9). Essa justificativa cabe tanto nesse primeiro grupo, quanto no segundo que será apresentado mais adiante. A aplicação do teste revelou os seguintes resultados:



**CODIFICAÇÃO 1**

VARIÁVEL	KRIPENDOR F	KAPPA LIVRE	% CONCORDÂNCIA	RESULTADO
<b>IMAGEM</b>				
12 Cenário	X	-	-	0.786
14 Pessoa representada	X	-	-	0.703
16 Atividade realizada	X	-	-	0.7
17 Ângulo da câmera	X	-	-	0.683
18 Plano da imagem	X	-	-	0.874
<b>NARRATIVA</b>				
19 Dramatização	X	-	-	0.723
20 Emoção	X	-	-	0.703
21 Personalização	X	-	-	0.81
22 Ornamentação estilística	X	-	-	0.807
23 Vítima	-	X	X	0.56 78%
24 Tipo de vítima	-	X	X	0.56 78%
26 Vilão	-	X	X	0.5 75%
27 Tipo de vilão	-	X	X	0.62 75%
29 Herói	-	X	X	0.46 73%
30 Tipo de herói	-	X	X	0.64 73%
<b>ENQUADRAMENTO NOTICIOSO</b>				
07 Componente enquadrado	X	-	-	0.9
32 Problema - atores	-	X	X	0.62 67%

33 Problema - subtópicos	-	X	X	0.55 63%
34 Causas	-	X	X	0.58 65%
35 Julgamento	-	X	X	0.65 72%
36 Soluções	-	X	X	0.77 83%

Tabela 1. Fonte: COMPA / UFPR

A dinâmica das codificações do segundo grupo, já no ano de 2017, ou seja, o processo já havia sido concluído e já dispunha-se do corpus completo, foi diferente. Oito estudantes, quatro mestrados e quatro graduandos<sup>5</sup>, receberam um número de matérias, em torno de 150 para cada, variando mais ou menos um, para codificar os três eixos, diferentemente do primeiro grupo. O corpus compunha os três jornais e o período correspondia do afastamento até a deposição na Folha e n'O Globo, e o processo inteiro no Estadão. Nenhum codificador ficou com um único jornal. Os testes de confiabilidade foram os mesmos e os critérios de codificação não foram discutidos, acatou-se a determinação do primeiro grupo para não gerar diferenças. Como esse segundo grupo não participou da montagem do livro, chegar ao nível aceitável foi mais difícil, algumas variáveis não o alcançaram, seja no primeiro ou no segundo grupo. E aquelas variáveis que nem se aproximaram dos níveis foram cortadas, como é o caso das do gênero narrativo, no eixo "Narrativa". Depois da aplicação dos testes, a codificação 2 chegou aos seguintes resultados:

### CODIFICAÇÃO 2

VARIÁVEL	KRIPENDORF	KAPPA LIVRE	% CONCORDÂNCIA	RESULTADO
<b>IMAGEM</b>				
12 Cenário	X	-	-	0.753
14 Pessoa representada	X	-	-	0.766

<sup>5</sup> Os graduandos eram da Ciência Política, assim como uma mestranda, todos compunham o grupo de pesquisa.

16 Atividade realizada	X	-	-	0.666
17 Ângulo da câmera	X	-	-	0.683
18 Plano da imagem	X	-	-	0.669
<b>NARRATIVA</b>				
19 Dramatização	X	-	-	0.69
20 Emoção	X	-	-	0.703
21 Personalização	X	-	-	0.689
22 Ornamentação estilística	X	-	-	0.705
23 Vítima	-	X	X	0.58 79%
24 Tipo de vítima	-	X	X	0.73 79%
26 Vilão	-	X	X	0.42 71%
27 Tipo de vilão	-	X	X	0.65 73%
29 Herói	-	X	X	0.45 72%
30 Tipo de herói	-	X	X	0.58 69%
<b>ENQUADRAMENTO NOTICIOSO</b>				
07 Componente enquadrado	X	-	-	0.681
32 Problema - atores	-	X	X	0.67 71%
33 Problema - subtópicos	-	X	X	0.55 62%
34 Causas	-	X	X	0.55 62%
35 Julgamento	-	X	X	0.59 67%
36 Soluções	-	X	X	0.73 80%

Tabela 2. Fonte: COMPA / UFPR

Como é possível observar, nem todas as variáveis foram testadas, isso porque as outras são de preenchimento aberto (sem opções a assinalar) ou de identificação (e.g. variável 006 – Autoria da matéria).

Na tabela abaixo é possível ver lado a lado as duas codificações. As marcadas são as que passaram com menor nível de aceitação nos testes e como é perceptível, a codificação 2 obteve majoritariamente os piores resultados. Isso pode ser justificado por dois fatores, o primeiro é a não participação na construção do livro que, por sua vez, impacta no segundo, que é a heterogeneidade do grupo.

**TABELA COMPARATIVA (1 E 2)**

VARIÁVEL	KRIPENDOR F	KAPPA A LIVRE	% CONCORDÂNCIA	CODIFICAÇÃO 1	CODIFICAÇÃO 2
12 Cenário	X	-	-	0.786	0.753
14 Pessoa representada	X	-	-	0.703	0.766
16 Atividade realizada	X	-	-	0.7	0.666
17 Ângulo da câmera	X	-	-	0.683	0.683
18 Plano da imagem	X	-	-	0.874	0.669
19 Dramatização	X	-	-	0.723	0.69
20 Emoção	X	-	-	0.703	0.703
21 Personalização	X	-	-	0.81	0.689
22 Ornamentação estilística	X	-	-	0.807	0.705
23 Vítima	-	X	X	0.56 78%	0.58 79%
24 Tipo de vítima	-	X	X	0.56 78%	0.73 79%

26 Vilão	-	X	X	0.5 75%	0.42 71%
27 Tipo de vilão	-	X	X	0.62 75%	0.65 73%
29 Herói	-	X	X	0.46 73%	0.45 72%
30 Tipo de herói	-	X	X	0.64 73%	0.58 69%
07 Componente enquadrado	X	-	-	0.9	0.681
32 Problema - atores	-	X	X	0.62 67%	0.67 71%
33 Problema - subtópicos		X	X	0.55 63%	0.55 62%
34 Causas		X	X	0.58 65%	0.55 62%
35 Julgamento		X	X	0.65 72%	0.59 67%
36 Soluções		X	X	0.77 83%	0.73 80%

Tabela 3. Fonte: COMPA / UFPR

### 1.5. DANDO CORPO

O corpus compreende a data de aceitação de abertura do processo pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no dia 2 de dezembro de 2015 até 31 de agosto de 2016, quando Dilma Rousseff foi deposta do cargo de presidente.

A construção foi realizada a partir de dois procedimentos. Inicialmente buscou-se nas editorias de política dos três jornais (versão impressa) a palavra “impeachment”, ou seja, uma abordagem linguística (MATTHES; KOHRING, 2008). Depois disso houve uma filtragem manual a excluir artigos opinativos, como colunas e editoriais, e entrevistas. Isso porque não se encaixa na categoria de cobertura noticiosa e outro tipo de análise é exigido para o estudo de artigos de opinião. As notícias que não dispunham de imagens não foram codificadas nesse eixo, porém em “narrativa” e “enquadramento noticioso” sim. O corpus final compreendeu 2.202 notícias: 627 da Folha; 719 do Estadão e; 856 d’O Globo, como pode ser visto no gráfico abaixo dividido entre veículos e pré e pós afastamento.

## CORPUS TOTAL

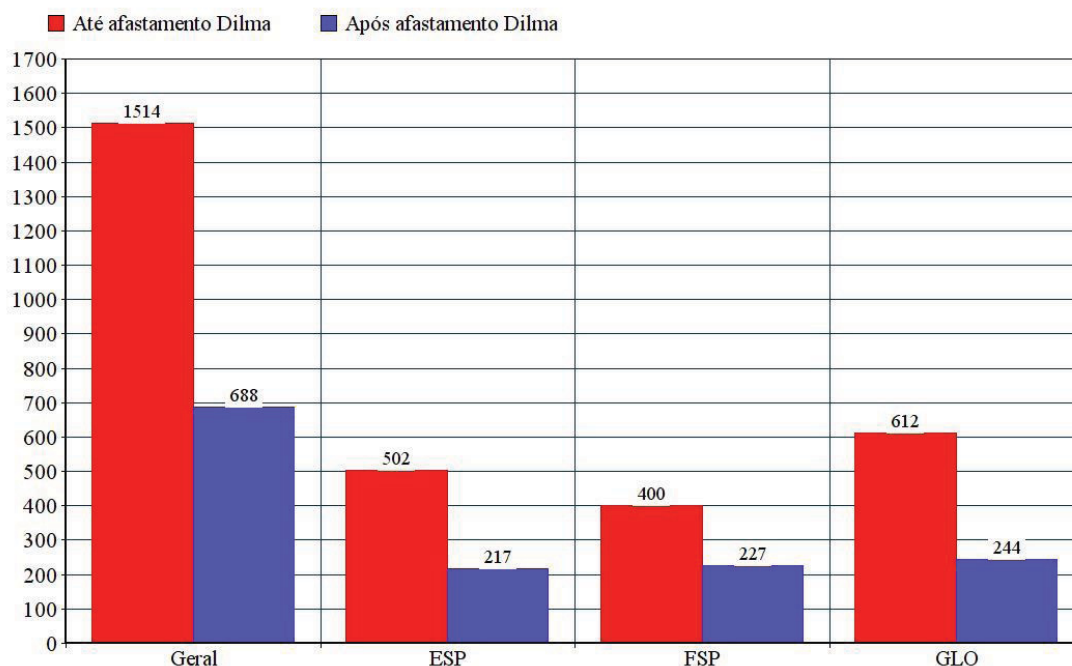


Gráfico 1. Fonte: COMPA / UFPR

### 1.6. OBJETIVIDADE, ENQUADRAMENTO E OS NÃO DITOS

Se o Estado é a fonte do vício político, tal como foi defendido por Holanda e Faoro, a cobertura jornalística sobre o cotidiano dos governos pode evidenciar a presença da visão da classe política como estamento patrimonial. Parte-se do pressuposto de que essa tese não é explícita ou explicitada, mas é favorecida pelos mitos da objetividade e imparcialidade cultivados pelo jornalismo brasileiro. E a análise multimodal oferece operadores analíticos para a observação de um acontecimento específico, no nosso caso o processo de deposição de Dilma Rousseff.

Pode-se traduzir este esvaziamento discursivo da mídia e falta de problematização nas coberturas, usando a retórica da objetividade, no pensamento de Michael Löwy que afirmou em “Ideologias e ciência social” (2010) que a ideologia é o “não-dito”. O’Neill e Harcup (2009, p. 169), citando Hall, endossam de certa maneira o que foi afirmado até aqui: os valores do jornalismo aparentam um “conjunto de práticas neutras e rotineiras”,

todavia eles compõem uma “estrutura ideológica” que privilegia visões de grupos dominantes na sociedade.

Torna-se necessário, portanto, elencar a objetividade como um tema para posteriormente adentrar nos estudos de enquadramento, cujas teorias, técnicas e metodologias serão os suportes para encontrar o “não-dito”, neste caso em particular a tese do patrimonialismo na cobertura noticiosa da deposição de Dilma Rousseff. Isto porque o esvaziamento do debate esteve presente na cobertura “disfarçado” de objetividade. É uma das afirmações que o enquadramento permite fazer. A pesquisa do COMPA mostrou que em 73% das notícias do corpus, correspondente a 1584 das 2202, não houve qualquer posicionamento (variáveis julgamento moral e recomendação de tratamento) por parte do jornalista, dando aparência de “objetividade”. O enquadramento multimodal é uma das possibilidades de desmascarar esta objetividade. A dissertação não pretende realizar um debate epistemológico sobre objetividade, nem dá cabal importância a esta discussão. Ela é a antessala, e se comportando como tal é a passagem para a sala principal, ou seja, o enquadramento.

### 1.6.1. UM PASSO ATRÁS

No ensaio “A objetividade como ritual estratégico”, Gaye Tuchman afirma que a objetividade pode ser usada estrategicamente para proteger os jornalistas dos riscos da profissão (1999, p. 74), com isso ela quer dizer que não há tempo hábil para uma análise epistemológica, algo mais reflexivo que elenque problemas e questões. E também que os processos difamatórios e reprimendas dos superiores faz com que os jornalistas adotem o discurso da “objetividade”. No trabalho “Controle editorial nas redações” (2013)<sup>6</sup> Athanásio chegou a conclusão semelhante. A maioria dos entrevistados que a pesquisadora selecionou afirmou que usa a objetividade como proteção dos próprios chefes.

Embora haja conhecimento do papel social do jornalismo (contrato) ou do ideal da profissão, a maior parte dos pesquisados admite presenciar pressões editoriais que estão associadas a pressões externas, que partem de governos, grupos políticos, fontes e anunciantes que, eventualmente, possuem uma relação com os interesses particulares da emissora. (ATHANÁSIO, 2013, p. 103)

---

<sup>6</sup> Ester Athanásio entrevistou jornalistas curitibanos das TVs abertas da cidade buscando compreender de que maneira os profissionais entendem a relação “no interior das redações quando algum interesse – da empresa e/ou do corpo de profissionais – está em jogo” (2013, p. 6).

Tuchman identificou o uso das citações de opiniões de terceiros como prova suplementar da objetividade. “Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar da notícia e deixam os ‘fatos’ falar” (1999, p. 81). Outra maneira descrita por Tuchman para indicar objetividade é o uso da pirâmide invertida. A estruturação da sequência da notícia mostra a formalidade e distanciamento, sem contar a aproximação do relato factual, com isso se quer dizer que o que está escrito não é nada mais do que o “fato”. Schudson (2013) atribui o surgimento da pirâmide invertida à época da “modernização” do jornalismo americano, na virada do século XX, quando os jornais adotaram a orientação sumária. Este modelo de jornalismo fundamentado nos princípios da objetividade, no uso da pirâmide invertida consolidado entre os séculos XIX e XX, atingiria seu apogeu nos Estados Unidos, de acordo com Hallin<sup>7</sup>, citado por Afonso Albuquerque, entre 1950 e 1980, mesmo período em que houve a “modernização autoritária” do jornalismo brasileiro, tese defendida por Albuquerque.

O termo “modernização autoritária” tem sido geralmente empregado para dar conta de projetos de reforma social liderados pelo Estado que têm em comum duas premissas básicas: 1. a percepção, por parte de um grupo social – geralmente membros de uma elite – de uma inferioridade da própria sociedade em relação a outras, que resulta de um deslocamento simultaneamente temporal – a própria sociedade é percebida como atrasada – e espacial – a própria sociedade é percebida como periférica; 2. a defesa de uma solução autoritária, entendida como o único meio capaz de proporcionar um atalho para a modernidade, que permita superar a distância em relação às sociedades mais avançadas. De acordo com esta perspectiva, caberia primordialmente ao Estado o papel de realizar esta tarefa, através de uma “revolução vinda de cima”. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 104-105)

Na década de 1950, o jornal *Diário Carioca* foi o responsável por esta “modernização autoritária”, de acordo com o autor, uma redefinição que foi imposta “de cima para baixo”; uma série de regras e normas de conduta profissional foi estabelecida a partir do modelo de jornalismo “independente” estadunidense, ou seja, aquele desvinculado de partido ou qualquer outra instituição, baseado em dois pilares: leitores e anúncios. Estas regras se fundamentaram em princípios como o da objetividade e em práticas como o uso da pirâmide invertida, enterrando ou descredibilizando o que vinha sendo feito até então no Brasil, que ficou conhecido como o jornalismo de nariz-de-cera, cuja importância do fato não era secundária, mas também não era o objetivo primeiro, a narrativa preponderava com “começo-meio-fim”.

---

<sup>7</sup> HALLIN, Daniel C. Commercialism and Professionalism in the American News Media. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (eds.) **Mass Media and Society**. New York: Arnold, 1996, p. 243-262.



De acordo com Albuquerque, o jornal foi original ao subverter o papel do copidesque. No jornalismo americano era um trabalho mecânico com menor valor simbólico; ao contrário do que passou a acontecer no brasileiro, onde o copidesque era o “coração ideológico da sala de redação” (p. 105).

O copidesque do Diário Carioca não se limitava a uma revisão técnica, mas tinha como objetivo central promover uma padronização do estilo textual das notícias e, mais do que isso, se tornar a base de apoio para uma transformação global no ethos do jornalismo brasileiro. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 105-106)

O papel do copidesque foi visto como uma instituição disciplinadora dos jornalistas para dentro da redação, onde o texto recebeu capital importância cujo reflexo no jornalismo brasileiro foi o de uma “purificação moral” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 107). De uma maneira ou de outra, a objetividade passou a receber lugar de destaque quando o que se buscava era o relato do fato a partir de uma norma textual tendo como representante a pirâmide invertida.

Ao comparar o jornalismo americano com o brasileiro, Albuquerque (2000, p. 34-37) elenca um problema pertinente sobre os “fatos” e a relação com a objetividade. Adotar a objetividade como “ideal jornalístico” (p. 34) ultrapassa a diferenciação entre fatos de valores. O fato precisa ser institucionalizado a partir de um conjunto de regras que o qualifiquem a receber tal denominação, o que deve estar de acordo com a comunidade profissional. Desta forma, se a comunidade jornalística, a partir de suas regras, considera a vida privada de um presidente da República um fato a ser narrado, merecerá a alcunha de “fato”, caso contrário não. No entanto, o jornalismo e os jornalistas não vivem paralelamente à sociedade, tornando um fluxo de duas mãos o que será definido fato. Conforme afirmou Gaye Tuchman (2002) sobre o papel ativo dos jornalistas, eles constroem uma realidade social ao mesmo tempo em que são construídos pela sociedade. Além do fator sociológico, no caso brasileiro há um fator histórico:

a objetividade no jornalismo brasileiro apareceu como um termo para designar a incorporação do modelo norte-americano de redação noticiosa e que chegou descolado da sua conotação epistemológica original. Adaptou-se a forma de redação e se confundiu a pretensão do jornalismo ser verdadeiro com a aplicação de pirâmide invertida e o equilíbrio de informações. (DEMENECK, 2009, p. 50)

Diferentemente de outras profissões, os jornalistas não podem reivindicar para si o papel de especialistas do assunto pautado, por isso as convenções estabelecidas entre eles lhe conferem legitimidade para definir o fato, tanto quanto o poder de caracterizar como real o que é reportado; a pirâmide invertida, o equilíbrio da notícia, o lead, a

narração em terceira pessoa etc. são as ferramentas dos jornalistas em busca da legitimação dos seus discursos, podendo reivindicar o “fato” e a “objetividade” dele.

Para Albuquerque “a ideia do ‘fato’ só faz sentido na medida em que existe um consenso (ou algo próximo disto) em torno de um amplo conjunto de verdades fundamentais” (2000, p. 37). Desta mesma forma interpreta Wilson Gomes. Para ele “o jornalismo é uma atividade integralmente afetada pela norma da veracidade” (2009, p. 10). Ou seja, pressupõe-se que o texto jornalístico não é ficcional e aquilo que é verbalizado, seja em texto ou de outra maneira, é uma narrativa sobre eventos reais. Por isso a afirmação “Não há notícia sobre a qual não se imponha legitimamente uma obrigação de veracidade; aliás, só é notícia um ato verbal que comporte uma pretensão de ser verdadeiro” (GOMES, 2009, p. 11). Caso não haja o consenso em torno de “verdades fundamentais”, Albuquerque sugere falar em “interpretações da realidade”, cujas produções são realizadas a partir de interesses particulares, e no caso brasileiro, de acordo com ele, não há um consenso suficientemente abrangente, como nos Estados Unidos, que permita basear um jornalismo em “fatos”, assim como não há um consenso sobre o valor democrático e sobre o sistema partidário, como é o caso da Europa Ocidental, que legitime um jornalismo partidário. “A política editorial da objetividade e sua migração do discurso científico do século XIX para as páginas dos jornais, portanto, tem a ver com a formação de um público associado à luta por direitos individuais e por uma universalização do conhecimento” (DEMENECK, 2009, p. 32), ou seja, um “consenso em torno de verdades fundamentais”.

Para o contraponto, Entman (1989, p. 22) diz não haver evidências sobre a fabricação – e também o consumo – de notícias ser movida pela verdade, embora não explicita o que quer dizer com “verdade”, diferentemente de Gomes. Segue dizendo que as organizações midiáticas não têm porquê colocar a verdade como principal valor numa notícia, pois há profunda discordância sobre ela entre o público – podemos colocar aqui “os públicos” – e a(s) elite(s). Sem contar que ambos, e mais os anunciantes, podem achar determinadas “verdades” desagradáveis – cuja discussão dar-se-á adiante. Por isso que Entman sugere a “objetividade” como o rótulo mais seguro para defender as práticas jornalísticas. “Apesar da conotação da palavra, essas práticas limitam fortemente a capacidade dos jornalistas de oferecer ao público avaliações explícitas de verdade, distorção e falsidade” (ENTMAN, 1989, p. 22).

Poder-se-ia argumentar que verdade e objetividade são conceitos que embora aparentemente proximidade, são diferentes, mas “A objetividade em jornalismo tem a ver

com a procura pela verdade, seja como valor ético da profissão, seja como impulso epistemológico”. (DEMENECK, 2009, p. 11)

Luiz Amaral (1996) defende que o conceito está esgotado ou, para não negar debatê-lo, enfraquecido, assim como muitos pesquisadores que já optam por outros caminhos e preferem evitar falar em objetividade. “No entanto, a leitura de clássicos do campo Jornalismo demonstra como a discussão sobre a verdade (e, por extensão, sobre objetividade) se mantém desde o início do periodismo até a atualidade” (DEMENECK, 2009, p. 11). Zhao<sup>8</sup> provoca: “poucos críticos da objetividade gostariam que o jornalismo abandonasse totalmente a objetividade [...] uma questão é desafiar da academia o mito da objetividade; outra, bem diferente, é viver numa sociedade que rompe com esse ideal” (*apud* DEMENECK, 2009, p. 13).

Entman faz duas ponderações. A primeira permite Amaral e outros a falarem nesse esgotamento: “os jornalistas seguem as regras de trabalho que a objetividade estabelece, mas não conseguem realizar os objetivos da objetividade” (ENTMAN, 1989, p. 31); a segunda elenca outra discussão cuja relação com a objetividade não é direta, embora afete-a diretamente: “a *ideologia da objetividade* assegura confiança, garantindo ao público que a influência política da mídia é limitada e justificada” (ENTMAN, 1989, p. 32 [grifo nosso]). O autor acrescenta à objetividade, além do princípio normativo da prática jornalística, o caráter ideológico, cuja explicação está numa terceira afirmação:

os jornalistas se apegam às regras da objetividade e evitam tendências deliberadas, frequentemente se veem fazendo escolhas que distorcem as notícias. Com isso, quero dizer que suas reportagens, embora não sejam tendenciosas ideologicamente, normalmente fornecem contas parciais que auxiliam algumas causas e prejudicam outras. (ENTMAN, 1989, p. 36)

Posteriormente, Entman desenvolveria esse pensamento a partir do conceito de enquadramento, e daria grande destaque a fatores culturais (e, inevitavelmente por acréscimo, ideológicos) aos textos noticiosos.

## 1.6.2. OS NÃO-DITOS NO JORNALISMO

O jornalismo brasileiro com sua modernização passou a ser pautado em fatos, este tipo preponderou sobre o partidário. Há nele algumas variáveis que impedem a crença na objetividade. A começar com quem financia o jornal. De forma grosseira é possível classificar que o leitor compra o jornal para se informar e o anunciante compra o espaço

---

<sup>8</sup> ZHAO Yuezhi. **Objectivity and commercial news: an examination of the concept of objectivity in North American Journalism.** Dissertação defendida na Universidade Simon Fraser em 1989.

no jornal para vender seu produto para o leitor. Logo, existe uma lógica pautada no “mercado”, no “negócio”, no “capital”. O jornal precisa do anunciante, tanto quanto o anunciante precisa que o leitor leia o jornal para ver seus produtos. Isso levou Benson (2004, p. 282) a afirmar que a publicidade interfere no tipo de cobertura que o jornal dará aos negócios. Quanto maior for a publicidade mais positiva será essa cobertura, assim como será mais crítica sobre os sindicatos trabalhistas e tenderá a uma “despolitização pró-consumista”. Por isso, mas não somente, pode-se partir do pressuposto que a tese de Estado patrimonialista está presente no jornalismo brasileiro, pois há ferrenha crítica ao Estado e uma defesa ao Mercado, um seria o atraso e o outro o progresso, a eficiência. Sobre a despolitização, podemos adiantar que é uma característica da cobertura do golpe. Falar de política não é sinônimo de politização. Vide a cobertura realizada pelos três jornais aqui discutidos.

McNair (2009, p. 242) argumenta que a mercantilização intensiva do jornalismo ajudou na transformação da cobertura noticiosa política, a focar no entretenimento político com destaque para o drama; o autor compara a cobertura com uma novela e chega ao ponto de dizer que “o vernáculo popular para esse processo é ‘emburrecer’”. O jornalismo político, de acordo com ele, perdeu o foco (política econômica, relações exteriores e outros assuntos) para dar atenção à “vida amorosa dos políticos, ou de sua capacidade a parecer bem na TV”. Em *News media as political institutions*, Schudson endossa e cita exemplos do Brasil, Argentina e Peru ao revelar escândalos governamentais noticiados como espetáculo e também usa “novela” como definição, além desse tipo de cobertura reforçar o pessimismo cultural. “O escândalo se torna uma forma de entretenimento, na melhor das hipóteses, e contribui para o cinismo político” (SCHUDSON, 2002, p. 263).

Schudson (2014, p. 10) considera como perigoso o papel desempenhado pela mídia ao agir como uma possível porta-voz do capitalismo, o que levaria os julgamentos do que é fato, do que é noticiável e a objetividade a servir o consumidor e a levá-lo a consumir determinados produtos, ou seja, “noticiar o que vende”. Pode-se traduzir isso para os dias de hoje com os “caça-cliques”, deixando o seu papel de uma das instituições das democracias contemporâneas – e todas as suas atribuições – à margem<sup>9</sup>. Em outro

---

<sup>9</sup> No livro *Vida e Morte da Democracia* (2008), John Keane faz um retrato da importância da comunicação à democracia. O autor divide a democracia em três momentos: a de assembleia, a representativa e a monotória. Na primeira, o papel da imprensa é inexistente, devido a fatores históricos, quando gregos se reuniam na ágora não havia imprensa, mas mesmo assim é possível classificar determinada importância a palavra escrita, embora a falada seja a dominante: papiros, leis escritas em pedras definiam padrões da

artigo, o autor argumenta que a mídia noticiosa historicamente vem desempenhando o papel de um fórum para a comunicação entre as elites, em vez de servir à população em geral. Schudson (2013, p. 14-15) argumenta que o jornalismo poderia “escapar” deste serviço prestado ao capitalismo se os próprios jornalistas tivessem mais senso do que significa servir a fins democráticos. O jornalismo rendido às informações é insuficiente para fortalecer o Estado democrático, de acordo com o autor, e reduziria as obrigações da instituição em relação à cidadania. Mais do que fornecer informações, o jornalismo também pode agir de forma pedagógica em relação à democracia estimulando cidadãos a se mobilizarem, explicando o que é engajamento democrático, por exemplo. Schudson enumera vários pontos que caberiam como função do jornalismo e ultrapassam o fato, a noticiabilidade. Se olharmos para a cobertura do impeachment, foi muito reduzido esse algo a mais esperado por Schudson.

Entman (1989, p. 18-19) alega o lucro como principal preocupação das organizações midiáticas. A considerar que elas são empresas, é natural que o lucro seja um dos objetivos. As pressões econômicas, de acordo com o autor, moldam os valores que guiam a produção de notícias e incentivam reduções de custos. “A maneira menos dispendiosa de satisfazer o público em massa é confiar nas elites políticas legítimas à maioria das informações”. O corolário de ter nas elites políticas a fonte de informações e de “fatos” é duplo: legitimidade cultural e minimização de custos. Portanto, outra questão merece espaço: as fontes.

### **1.6.3. DIGA-ME COM QUEM ANDAS E EU TE DIREI QUEM ÉS: FONTES**

Endossando Entman, Schudson (1989, p. 271) afirmou que os burocratas, ou seja, os funcionários do Estado, fornecem a detecção de eventos e são uma “fonte confiável e constante de notícias”. Becker e Vlad (2009, p. 62) salientam a capacidade do poder econômico e político em gerar notícias. Isso torna as fontes parte importante da notícia e a relação estabelecida com o jornalista não é de mero distanciamento para ser objetivo.

---

sociedade. A democracia representativa nasce no seio da cultura da imprensa – o livro, o panfleto, o jornal – e entra em crise justamente quando nasce outro tipo de comunicação, os meios de massa, com destaque para o rádio, cinema e televisão. Surge então o terceiro tipo de democracia, a monotória, cuja relação com os múltiplos meios de comunicação é estreita e necessária: “a era da democracia monitória testemunha constante escrutínio público e discussões em relação ao poder, ao ponto de parecer que nenhuma organização ou líder dentro das áreas do governo ou da vida social está imune de problemas políticos. A mudança foi modelada por uma variedade de forças, incluindo o declínio do jornalismo orgulhoso de seu compromisso com a ‘objetividade’ baseada no fato (um ideal nascido da era da democracia representativa) e o crescimento de estilos adversários [...] de jornalismo comercial orientado por medidas de popularidade, vendas e sucessos” (KEANE, 2008, p. 664).

Quando o repórter seleciona determinadas fontes há uma tomada de posição; o que é dito pela fonte tem um significado dominante entre as possíveis interpretações e o impacto no jornalismo político é considerável. De acordo com Durham (2001, p. 124) o enquadramento “depende da capacidade de repórteres e fontes compartilharem suposições ideológicas” –, pois os governantes e burocratas têm como objetivo final proteger o governo e suas posições. As posições das fontes não representam, necessariamente, as opiniões do jornal ou do jornalista, mas quando a última fala de uma notícia é a da fonte facilita a aceitação dos significados preferidos por ela (BERKOWITZ, 2009, p. 107). Daí a preocupação quando a última fala do Jornal Nacional, da Rede Globo, no começo de abril de 2018, antes do “boa noite”, ser a de um general em defesa dos cidadãos de bem numa sociedade que flerta com o autoritarismo e passou recentemente por uma ditadura militar. Naquela ocasião não houve qualquer equilíbrio da notícia, tampouco comentário por parte dos jornalistas da bancada<sup>10</sup>.

Na maioria das sociedades, os portadores de fatos vivem no mainstream ideologicamente dominante, representando as instituições ideológicas dominantes do mainstream e apresentando sua estrutura dominante [...] Em sua maior parte, as fontes tendem a ser figuras de autoridade masculinas e não pertencem a qualquer grupo minoritário da sociedade. (BERKOWITZ, 2009, p. 109)

Berkowitz ainda ressalta que em todos os sistemas de mídia há a crença fundamental no impedimento dos jornalistas em criar notícias. Logo, os jornalistas devem confiar, prossegue o autor, no que lhes foi dito por alguém cuja autoridade seja suficiente para retratar como um fato. Tomando a citação anterior, os fatos tornam-se, majoritariamente, o que dizem as figuras de autoridade masculinas.

Entman (1989, p. 20) põe em xeque o ideal de imprensa livre por causa da relação existente entre as fontes e os jornalistas, cujo tratamento se dá “intimamente”. Esta proximidade impede que o jornalista busque a verdade, a notícia e cumpra com os ideais propostos pela “instituição jornalismo” para “gerenciar a publicidade” das elites. A publicidade aqui passa distante do ideal habermasiano de esfera pública, é única e tão somente propaganda. Esta dependência entre os jornalistas e as elites (e suas fontes)

---

<sup>10</sup> Em 3 de abril de 2018, William Bonner, âncora e editor-chefe do Jornal Nacional, anunciou como última notícia um tuíte do general Villas Bôas, comandante do Exército, que trazia a seguinte mensagem: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?”.



diminui a capacidade de ambos e do público de “alcançar seu potencial democrático” (p. 29).

#### **1.6.4. “TODO DIA ELA FAZ TUDO SEMPRE IGUAL”: ROTINA**

O fato de as elites serem as principais fontes, além de assegurar credibilidade e sempre ter um “fato” a ser narrado, também fala sobre a dinâmica do jornalismo; embora Tuchman (1999, p. 76) tenha afirmado que o tempo hábil entre o acontecimento, a verificação e a produção do texto discorra em menos de um dia, num contexto do jornalismo impresso, transpondo-se isso à realidade do jornalismo digital, era da internet etc., não muda muito. Aliás, pode mudar, mas o tempo é ainda menor. Pois a necessidade em dar a notícia primeiro não depende da chegada dos jornais às bancas; tornando as rotinas de redação ainda mais dinâmicas. Esta centralização nas elites, de acordo com Tuchman, apoia estruturalmente pessoas com poder político e econômico. A autora também chegou à conclusão que a rotinização por parte das organizações midiáticas, na qual cada um tem uma tarefa bem definida, é para facilitar o controle do trabalho por parte dos superiores uma vez que o fluxo de trabalho é altíssimo.

Becker e Vlad (2009, p. 62), concluíram que “os comportamentos de rotina ajudam os jornalistas a criar notícias. Em segundo lugar, enfocam o papel do poder na determinação de notícias. Terceiro, distinguem entre a realidade construída das notícias e o que os noticiários chamam de ‘realidade’”.

A rotinização também pode estar fundada em parâmetros que ultrapassam a mecanização da profissão e alcançam caracteres ontológicos da prática jornalística. Berkowitz elenca as dimensões da comunidade: a) a ideologia é um guia, ou seja, aspectos como ideais profissionais, como objetividade, imparcialidade, independência e papel de vigilante e; b) a “política da empresa”, ou seja, jornalistas são guiados por ela, cujo aprendizado se dá durante a vida cotidiana no trabalho (2009, p. 106). O ponto b) mostra uma posição da empresa, que pode ser qualquer uma, tanto o compromisso com a objetividade, tanto com o lucro, isto é, produzir reportagens, notícias e fatos que deem mais leitura, por exemplo. Não dá para saber como as organizações midiáticas se portam, a não ser a partir de estudos direcionados a isso. A questão a ser destacada é que a organização tem uma posição perante a sociedade e isso determina o trabalho do jornalista, ou ao menos influencia, pondo a objetividade em xeque, mais uma vez, como pode ser visto na pesquisa de Athanásio (2013).

Entman (1989, p. 17) aproxima-se em determinada maneira de Schudson ao falar sobre as rotinas. O autor destaca três “mercados”: o de ideias, o político e o econômico. Ele fala sobre o jornalismo e sociedade americanos, mas a partir de resultados preliminares sobre a cobertura do golpe, acreditamos ser possível transpor essa análise, ao menos em partes, para pensar o contexto brasileiro. De acordo com ele, a competição impede o bom jornalismo, ou seja, o mercado econômico se sobrepõe ao de ideias, com isso o americano médio não tem acesso a um tipo de notícia que o permitiria praticar uma “cidadania sofisticada”, nas palavras de Entman. Como a sociedade americana na mídia não exige um “jornalismo de primeira linha”, a maioria das organizações não se dedica a ele, fazendo coberturas limitadas. No entanto, segue Entman, é preciso cidadãos bem informados para se criar a exigência do “jornalismo de primeira linha”. O americano médio, cuja definição é bastante vaga e não há maiores explicações por parte do autor sobre quem seria, não é o único responsável: “desfrutar de um monopólio permite que editores irresponsáveis coloquem equipes preguiçosas para produzir notícias deliberadamente inclinadas ou de baixa qualidade” (ENTMAN, 1989, p. 100).

#### 1.6.5. DOIS PASSOS À FRENTE

As discussões realizadas até aqui servem para mostrar de diversos ângulos como a objetividade é algo presente no jornalismo. Não é uma defesa, nem uma acusação. Objetividade e jornalismo se relacionam. Talvez não da maneira verbalizada pelos jornalistas e pela instituição como um todo. Partilhamos da afirmação de Molotch e Lester<sup>11</sup>, o jornalismo não pode ser objetivo porque a realidade não é (*apud* Schudson, 1989, p. 271).

Esta presença da objetividade no discurso jornalístico<sup>12</sup> – favorecida no surgimento da *penny press* americana, quando houve sistemática separação entre opiniões e notícias, a crença no “fato” e a desvinculação de jornais dos partidos políticos (DEMENECK, 2009, p. 26) – leva-nos a buscar diferentes maneiras de identificar qual posição foi tomada. Zhao<sup>13</sup> afirmou que a objetividade serve – além do fator econômico

---

<sup>11</sup> MOLOTCH, H. and LESTER M. **News as purposive behavior: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals.** American sociological review, 39: 101-12, 1974.

<sup>12</sup> Cujas consequências se fazem presentes na atualidade levando a 1584 notícias da cobertura do golpe não receberem qualquer posicionamento dos jornalistas.

<sup>13</sup> ZHAO Yuezhi. **Objectivity and commercial news: an examination of the concept of objectivity in North American Journalism.** Dissertação defendida na Universidade Simon Fraser em 1989.



– a uma superioridade moral essencial à legitimidade política do jornalismo (DEMENECK, 2009, p. 16).

O enquadramento multimodal será a peça fundamental para identificar esses não ditos: informação para consumo, fontes e protocolos formais do jornalismo. Numa cobertura noticiosa – mais, numa cobertura noticiosa em que 73% das notícias não receberam, ao menos explicitamente, posições dos jornalistas – é pouco provável que a tese do Estado patrimonialista seja verbalizada. Se a objetividade é um dos fatores cuja crença se concretiza, pode-se resgatar também o que afirmou Gaye Tuchman sobre a falta de aspectos epistemológicos em coberturas noticiosas devido ao tempo, às rotinas e outros fatores. Enfim, temos vários porquês para justificar a não-presença explícita do patrimonialismo nas notícias, assim como o mesmo tanto para acreditar na sua presença.

Antes de partirmos às análises, retornaremos ao enquadramento e seu funcionamento. No início do capítulo abordamos a metodologia utilizada nas análises, ou seja, especificamente o enquadramento multimodal, agora apresentaremos o percurso histórico do conceito, tanto como operador teórico, quanto metodológico.

#### 1.6.6. ENQUADRAMENTO COMO DESVELADOR DA OBJETIVIDADE

O enquadramento é ofertado nos estudos de comunicação como uma alternativa ao antigo paradigma de objetividade, como afirmou Tankard (2001) e “ajuda-nos a entender os efeitos da comunicação de massa e oferece sugestões valiosas para os profissionais da comunicação” (p. 95). Citando Hackett<sup>14</sup>, Tankard também afirmou que o enquadramento “tem o potencial de ficar abaixo da superfície da cobertura de notícias e expor as suposições ocultas” (p. 96). Muito do seu poder mora na capacidade de definir questões e termos debatidos sem que o público perceba. Tankard comparou-o com um truque de mágica onde uma mão chama a atenção para não notar a manipulação na outra. A objetividade ou os estudos de *bias* não fornecem elementos para prestarmos atenção na outra mão.

O enquadramento da mídia é importante porque pode ter efeitos sutis, mas poderosos, sobre o público, chegando ao ponto de ajudar a derrubar um presidente. O estudo do enquadramento da mídia pode nos ajudar a identificar e examinar pontos cruciais no processo de mudança de opinião em que esses efeitos poderosos estão ocorrendo. (TANKARD, 2001, p. 96)

---

<sup>14</sup> Hackett, R.A. Decline of a paradigm? Bias and objectivity in news media studies. In M. Gurevitch & M.R. Levy (Eds.), **Mass communication review yearbook** (Vol. 5, pp. 251–274). Beverly Hills, CA: Sage, 1984.

Goffman define “frame” a partir de Bateson<sup>15</sup>, como um conjunto de princípios organizativos que regem os acontecimentos sociais e o envolvimento de cada indivíduo com eles. Os quadros primários são para Goffman aqueles que permitem ao envolvido se localizar em determinada cultura. “Os enquadramentos possibilitam que os atores sociais interajam e criem formas organizadas de entendimento do mundo, ordenando aquilo que percebem e tornando cognoscível uma grande variedade de situações com as quais se deparam” (POZOBON; SCHAEFER, 2015, p. 122).

Gaye Tuchman incorporou o conceito nos estudos de jornalismo no seu trabalho de 1978, *Making News: a study in the construction of reality*. A autora argumenta que a notícia ao ser enquadrada de determinada maneira orienta certo sentido do assunto retratado, tendo como corolário disso a construção de uma realidade em detrimento de outra. Para exemplificar, pode-se tomar o caso Eloá analisado por Vera França (2009), apesar de o estudo ter um viés fortemente goffmaniano, o que por sua vez mostra a influência marcante do autor ainda hoje, o sequestro foi tratado pela mídia como um caso de violência urbana, em vez de violência de gênero, cujo debate permearia outra seara, tal qual a sociedade patriarcal, fundada em valores machistas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 192).

Tuchman protagonizou os estudos de enquadramento pois conseguiu relacionar o conceito de Goffman com a produção noticiosa. Scheufele (1999, p. 110) ao criticá-la, levanta um ponto que tornou-se comum para quem estuda: a autora não definiu o enquadramento de maneira que possibilitasse pesquisas posteriores, ou seja, seu conceito foi “vago” e próprio.

Na sequência de Tuchman, outra contribuição de destaque é a de Todd Gitlin ao investigar a cobertura jornalística dos *Students for a Democratic Society* (SDS), importante movimento estudantil americano da década de 1960. Para o autor o enquadramento auxilia os jornalistas a processarem muitas informações rotineiramente, enquadrando-as em notícias para que a audiência capte-as de forma eficiente. Desta forma, os enquadramentos funcionam numa via de mão dupla, em que jornalistas e consumidores de notícias organizam os relatos. “Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira” (GITLIN, 1980, p. 7). O autor destaca que o enquadramento

---

<sup>15</sup> Gregory Bateson foi o primeiro a utilizar o conceito de enquadramento. Goffman apropriou-se posteriormente para observar a produção de sentidos nas interações cotidianas.

da realidade em forma de notícia não se dá com neutralidade, cargas ideológicas se fazem presentes. Embora o assunto sobre a neutralidade e objetividade na mídia esteja saturado, as afirmações de Gitlin, na década de 1980, foram fundamentais para identificar a presença da ideologia na mídia “sem opinião” em sua cobertura noticiosa. O enquadramento enquanto campo da comunicação começa a receber com Gitlin, e em algum aspecto com Tuchman, a sua principal função: identificar a presença das posições dos media nos discursos jornalísticos. Quem realizou o primeiro esforço para sintetizar, sistematizar e dar operacionalidade ao conceito foi Robert Entman, em 1993.

### 1.7. A CLARIFICAÇÃO DE ENTMAN

É raro haver um estudo sobre enquadramento noticioso que não traga em sua contextualização a citação da página 52 do artigo *Framing: toward clarification of a fractured paradigm* (1993), de Robert Entman:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado (ENTMAN, 1993, p. 52)

Embora esteja claro que este enunciado traga a definição de enquadramento em Entman, o artigo traz outras ponderações que também podem contribuir para o debate. Por ser um texto capital nos estudos de enquadramento, considera-se relevante elencar as análises de Entman.

Para o autor os quadros têm quatro locais no processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. O papel do comunicador é selecionar o que dizer, a partir de esquemas que organizam o sistema de crença próprio, ou seja, não será dito algo que não pertença a este sistema. O texto possui quadros encontrados em palavras-chave, frases-padrão, imagens estereotipadas, fontes de informação. Sobre o receptor, Entman diz que seus quadros “podem ou não refletir os quadros no texto e a intenção de enquadramento do comunicador” (1993, p. 52-53). E, por fim, a cultura é onde os quadros estão “estocados” e são invocados de maneira que todos percebem o compartilhamento da mesma realidade social, podendo ser representada na mesma língua ou na mesma crença. Como é o caso do patrimonialismo que, para a sociedade brasileira, é um dos principais problemas do sistema político.

Os quadros, então, definem os problemas – determinam o que um agente causal está fazendo com que custos e benefícios, geralmente medidos em termos de

valores culturais comuns; diagnosticar causas – identificar as forças que criam o problema; fazer juízos morais – avaliar agentes causais e seus efeitos; e sugerir remédios – oferecer e justificar tratamentos para os problemas e prever seus prováveis efeitos. Uma única sentença pode realizar mais de uma dessas quatro funções de enquadramento, embora muitas sentenças em um texto não possam realizar nenhuma delas. E um quadro em qualquer texto em particular pode não incluir necessariamente todas as quatro funções. (ENTMAN, 1993, p. 52)

Um dos conceitos chaves na definição de enquadramento de Entman é “saliência”, e ele não o percebe de modo vulgar. “A palavra saliência em si precisa ser definida”, afirma no artigo. E define: “tornar uma informação mais perceptível, significativa ou memorável para o público. Um aumento na saliência aumenta a probabilidade de que os receptores percebam a informação, entendam o significado e, assim, processem-no e armazenem-no na mente” (1993, p. 53). Porém, ele percebe que a audiência não capta passivamente os quadros da mídia e diz que estes não garantem a influência no pensamento dela. Em contrapartida se a audiência tem poucas alternativas de quadros, as interpretações podem ser afetadas. Mais uma vez cabe o exemplo do patrimonialismo: como não há outras sugestões, a crença na tese do Estado patrimonialista recebe atenção da audiência. O mesmo ocorre com a cobertura da deposição de Dilma Rousseff, como mostraremos adiante, tratada como uma corrida de cavalos, ou seja, uma corrida por votos, esvaziando o debate sobre a validade do processo. “A maioria dos quadros é definida pelo que eles omitem e incluem, e as omissões de possíveis definições de problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas quanto as inclusões na orientação do público” (ENTMAN, 1993, p. 54).

A discussão “impeachment” x “golpe”, também pode ser analisada pela lente de Entman, pois ele diz que a partir do instante em que um termo é amplamente aceito, usar outro é arriscar a credibilidade do comunicador em face ao público. Dependendo do caso, o receptor pode até não entender o que está sendo dito, o que não é o caso em questão. Daí a afirmação: “o poder de um quadro pode ser tão grande quanto o da própria linguagem” (ENTMAN, 1993, p. 55). O poder do enquadramento também se apresenta no exercício do poder político, pois os atores políticos disputam quadros entre o comunicador: “o enquadramento em um texto noticioso é realmente a marca do poder” (ENTMAN, 1993, p. 55). Diz o autor que “manipuladores da mídia” mais habilidosos podem conseguir impor determinados quadros perante os jornalistas. Stephen Reese (2001, p. 9) também percebe o enquadramento como um exercício de poder, “particularmente porque afeta nossa compreensão do mundo político”.

*Para ele, ainda que as regras da reportagem “objetiva” sejam seguidas, o jornalista transmitirá um enquadramento dominante em seus textos, impedindo uma avaliação equilibrada da audiência.*

Se educados para entender a diferença entre incluir fatos oposicionistas dispersos e desafiar o quadro dominante, os jornalistas poderiam estar mais bem equipados para construir notícias que tornem igualmente salientes – igualmente acessíveis à audiência média, desatenta e marginalmente informada – duas ou mais interpretações de problemas. Essa tarefa exigiria um papel muito mais ativo e sofisticado para os repórteres do que eles agora assumem, resultando em reportagens mais equilibradas do que o que a norma da objetividade produz. (ENTMAN, 1993, p. 56-57)

Ou seja, a compreensão do “framing”, de sua existência e prática, para além de auxiliar pesquisadores a entender o funcionamento da mídia, pode também ajudar a própria mídia a funcionar melhor.

Este não foi o único trabalho de Entman dedicado a debater o enquadramento, e os autores até aqui citados não foram também os únicos. O “framing” possui uma gama de interpretações, sugestões e operações em diversos autores – cujo debate crítico dar-se-á na próxima seção – levando Entman a afirmar que ele é “vítima do próprio sucesso”.

## **1.8. VÍTIMA DO PRÓPRIO SUCESSO: DEBATE CRÍTICO**

Até o final da década de 1990, o conceito sofria a crítica de ausência de fundamentação teórico-conceitual, a definição de quadro e/ou enquadramento era muito imprecisa. Para sanar esta lacuna, houve no início dos anos 2000 a tentativa de estruturar conceitualmente o termo, cujo sucesso é relativo, pois não chegou-se a uma definição padrão, levando Vimieiro e Maia (2011, p. 236) a afirmarem que “menos do que a falta de consistência teórica há, neste campo, diferentes perspectivas fundamentadas em noções distintas de enquadramento ou em paradigmas diferenciados”. Se, por um lado, conceitualmente o problema se resolveu, por outro, metodologicamente não, permitindo o surgimento de novas técnicas para dar mais precisão nas análises, como a análise multimodal. Entman, Matthes e Pellicano não são tão otimistas. Para eles na prática de pesquisa o que acontece é uma aplicação “indisciplinada de conceitos sob a rubrica de enquadramento para uma vasta gama de contextos e questões” (2009, p. 175). Por isso, tal qual o artigo de 1993, Entman e seus colegas tentaram sintetizar o conceito a partir do que vinha sendo feito. Porto (2004, p. 90) também não é tão otimista, para ele a variedade de noções e aplicações do conceito impossibilita um marco teórico “claro, sistemático e coerente”. D’Angelo (2002, p. 870) segue na mesma linha e critica a tentativa de Entman

em sistematizar o conceito em torno de um único paradigma, argumentando que isso não é desejável, pois “os estudos de enquadramento têm sido guiados pela combinação de perspectivas cognitivas, construtivistas e críticas” (POZOBON; SCHAEFER, 2015, p. 126).

A partir de outro texto de Entman (2004), há uma revisão em que se dá o processo de enquadramento; se num primeiro momento (1993) era no comunicador, no texto, nos receptores e na cultura, agora o autor acrescenta o papel das elites em conjunto com os comunicadores. O que não significa que o que será enquadrado é uma manipulação ou determinação deliberada das elites. Pan e Kosicki (2001, p. 40) lembram que embora os enquadramentos envolvam essas manipulações, o cidadão não é necessariamente excluído de participação na construção de quadros. As elites não têm autonomia ilimitada, precisam realizar seus *framings* a partir do estoque cultural. “Uma mensagem de enquadramento tem ressonância cultural particular; ela chama a atenção para elementos atualmente congruentes de esquemas que foram armazenados no passado” (ENTMAN; MATTHES; PELLICANO, 2009, p. 177). Logo, a cultura aparenta ter peso maior do que qualquer outro elemento na formação dos quadros. Por isso, é permitido a nós nesta dissertação partir da premissa que a tese do Estado patrimonialista está presente na cobertura noticiosa, *pois como mostram os sociólogos que estudam o tema a referida tese compõe a nossa cultura a partir de elementos de formações históricas*.

Repetir quadros ao longo do tempo em múltiplos textos dá a uma parcela politicamente significativa dos cidadãos a chance de notar, entender, armazenar e lembrar a associação mental para aplicação futura. O enquadramento é, portanto, diacrônico, no sentido de que a exposição durante um determinado período é presumida para aumentar probabilidades de respostas particulares durante um período futuro, enquanto diminui a probabilidade de pensar em outros objetos ou traços potencialmente relevantes (ENTMAN; MATTHES; PELLICANO, 2009, p. 177)

Isso cabe não só à tese do Estado patrimonialista, mas também ao golpe, como veremos nas análises mais adiante. Mas podemos, de antemão, usar a temática “golpe” X “impeachment”: quando os três jornais aqui analisados se negam a usar golpe ou a debatê-lo amplamente, há a persistência do quadro de que o que ocorria era um impeachment, sem contar a associação do termo golpe aos partidos de esquerda e ao PT.

Houve por parte dos pesquisadores a necessidade de definir “frame”, conceito um tanto nebuloso.

Um quadro invoca repetidamente os mesmos objetos e traços, usando palavras e símbolos idênticos ou sinônimos em um série de comunicações similares que estão concentradas no tempo. Esses quadros funcionam para promover uma

interpretação de uma situação problemática ou um ator e suporte (implícito e explícito) de uma resposta desejável, muitas vezes junto com um julgamento moral que fornece uma carga emocional. (ENTMAN; MATTHES; PELLICANO, 2009, p. 177)

Para Tankard et al. (1991) um quadro é uma “ideia central de organização de conteúdo de notícias” num dado contexto fornecido por ele e indica a questão abordada através de “seleção, ênfase, exclusão e elaboração” (p. 11). Ele sugere em outro lugar (2001, p. 100) uma lista de 11 mecanismos para identificar e medir quadros de notícias: 1) manchetes; 2) subtítulos; 3) fotos; 4) legendas das fotos; 5) lide; 6) seleção de fonte; 7) seleção de aspas; 8) tamanho das aspas; 9) logotipos; 10) estatísticas e gráficos e; 11) conclusões e parágrafos finais.

Os quadros de notícias para Cappella e Jamieson, citados por De Vreese (2005, p. 54), devem atender quatro critérios: características conceituais e linguísticas identificáveis; estar na prática jornalística; distinção entre os quadros e; validade representacional, ou seja, poder ser reconhecido por outros.

Reese (2001, p. 11) sugere que os quadros “organizam princípios socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que funcionam simbolicamente para estruturar de forma significativa o mundo social”. Esta afirmação é dividida em seis tópicos, cuja síntese é a sua definição de enquadramento: a) organizar: o enquadramento pode ser mais ou menos bem sucedido de acordo com a maneira em as informações são organizadas; b) princípios: os princípios nos quais o quadro se fundamenta não é o mesmo manifestado nos textos; c) compartilhamento: é necessário que o quadro seja compartilhado em algum nível para dar significado e gerar entendimento; d) persistência: o significado do quadro reside na sua durabilidade, ou seja, é preciso usar do mesmo quadro rotineiramente ao longo do tempo; e) simbologia: o quadro se mostra a partir de formas simbólicas de expressão e; f) estrutura: os quadros fornecem estruturas identificáveis.

Reese se refere a um quadro como princípio organizador de qualidade abstrata, ou seja, o enquadramento não é a sua manifestação simbólica; é preciso buscar outras características para o princípio gerador que produziu determinada história ou reportagem. “Isso sugere que muitas vezes devemos inferir o princípio organizador do discurso da mídia, que é um conglomerado de ideias organizadoras interligadas e concorrentes” (2001, p. 14). Seguindo essa linha, os trabalhos que se utilizam do enquadramento e buscam os quadros apenas no texto jornalístico estão equivocados, pois não é possível perceber determinados quadros única e exclusivamente em suas manifestações



simbólicas. De certa maneira encontra-se com Entman quando diz que há um “estoque” de quadros na cultura.

Para Pan e Kosicki (2001, p. 40) o enquadramento é uma disputa ideológica não só em torno de uma questão abordada, mas também sobre quem é responsável e afetado, quais princípios e valores são relevantes. Endossa, dessa maneira, Reese (2001, p. 20) que vê nos quadros de notícias sentidos ideológicos que podem apoiar interesses, ainda que de maneira não intencional. É o caso, mais uma vez, da linha guiadora desse trabalho, *a cobertura noticiosa do golpe pode endossar ou não o patrimonialismo sem se dar conta*. “Por meio do enquadramento, as categorias culturais são reproduzidas e enriquecidas e os limites sociológicos dessas unidades físicas também são reforçados ou remapeados. É nesse sentido que o discurso ajuda a construir a própria estrutura social” (PAN; KOSICKI, 2001, p. 44).

Pan e Kosicki (2001, p. 40) também salientam a função do enquadramento na construção do “espetáculo político”, expressão emprestada de Edelman<sup>16</sup>. Dessa maneira o enquadramento envolve drama político e teatro com personalidades, personagens, roteiros, conflitos, emoções, símbolos e atividades expressivas. Relacionar esta afirmação com a metodologia é fundamental, pois a análise multimodal dispõe de três eixos, um deles é o narrativo, expressado na existência de vilões, vítimas e heróis e também na existência de dramaticidade e emoção.

Os estudos de enquadramento levantam preocupações críticas sobre a manipulação das elites ante o público, podendo prejudicar dessa maneira a própria democracia. Logo, justifica-se usar do enquadramento para compreender o debate acerca do patrimonialismo. Não se trata de identificar seus quadros, mas também de perceber o funcionamento das elites no que tange o assunto, principalmente na mídia brasileira onde a cobertura noticiosa “sem opinião” é preponderante.

Se, ao moldar quadros, as elites podem determinar as principais manifestações da opinião pública “verdadeira” que estão disponíveis ao governo (por meio de enquetes ou votação), o que pode ser a verdadeira opinião pública? Como até mesmo representantes democráticos sinceros podem responder corretamente à opinião pública quanto a evidência empírica parece ser tão maleável, tão vulnerável a efeitos de enquadramento? (ENTMAN, 1993, p.57)

E aqui consideramos, e parece ser fato consumado, que a mídia pertence a uma parcela da elite, seja financeira ou simbolicamente, e se comporta como tal.

---

<sup>16</sup> Edelman, M. **Constructing the political spectacle**. Illinois: The University of Chicago Press, 1988.



Tendo em vista a discussão até aqui realizada, os estudos de enquadramento se apresentam como uma ferramenta que contribui para a discussão do patrimonialismo na imprensa. Considerando que o enquadramento “patrimonialismo” não está verbalizado na cobertura noticiosa, a análise do enquadramento multimodal fornecerá elementos para a identificação da tese, uma vez que ela não se restringe ao texto da notícia, mas alcança também outros dois elementos: a narrativa e a imagem.

## 2. A TESE DO ESTADO PATRIMONIALISTA

Entender como a Sociologia interpretou e interpreta o Brasil é fundamental para investigar a presença de algumas teses na leitura que o jornalismo faz do país. *A tese do Estado patrimonialista – como mostra Jessé Souza (1999, 2015, 2017) – foi incorporada ao senso comum na visão de que o sistema político é essencialmente corrupto, o que não se aplica ao mercado, até hoje entendido como essencialmente virtuoso.* Os vícios do Estado, sendo um lugar com “práticas patrimonialistas”, são destacados pela cobertura noticiosa política que tende, como se pretende mostrar nesta dissertação, a isentar o “mercado” desse cenário, entendido como o sistema capitalista de modo abstrato e concreto. Isso pode ajudar a compreender porque o problema da corrupção é apresentado como essencialmente político e os agentes do sistema político como inclinados à ela, e como agentes externos são vistos como os únicos capazes de combater a corrupção. Nesse sentido, o episódio do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff é exemplar. Neste capítulo abordar-se-á a tese do Estado patrimonialista nas perspectivas de Sérgio Buarque de Holanda (2004) e Raymundo Faoro (2001).

Jessé Souza, um dos norteadores críticos ao discutir na contemporaneidade clássicos da sociologia brasileira, entre eles Sérgio Buarque e Raymundo Faoro, em diferentes ocasiões (1999; 2009; 2015; 2017), afirmou que o pensamento social brasileiro está calcado no seu ideal de patrimonialismo e personalismo. Argumenta-se aqui que esse pensamento está presente na cobertura jornalística sobre política, ainda que de forma não refletida, funcionando como justificativa tácita para o impeachment, apresentado como solução para o problema da corrupção do governo.

Torna-se portanto importante discutir as obras de Holanda e Faoro, cuja noção de patrimonialismo, para este, será institucionalizada no aparato político, definindo-o como “estamento burocrático”, não sem sofrer as críticas por desvirtualizar o conceito importado de Max Weber. Essa discussão permitirá compreender as escolhas de sentido presentes nas notícias na forma dos seus enquadramentos.

### 2.1. A CULPA É DE PORTUGAL: O HOMEM CORDIAL COMO HERANÇA LUSA

Após as publicações de Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, e Evolução política do Brasil, de Caio Prado Jr., a sociologia brasileira encontrava-se em outro patamar, e quem vem pô-la, definitivamente, neste novo paradigma é Raízes do Brasil,

de Sérgio Buarque de Holanda, em 1936. Isso não quer dizer, no entanto, que os três autores convergiam em suas teses e formavam um bloco único do pensamento social brasileiro. Em sua crítica a Sérgio Buarque, Jessé Souza diz que o autor inverte o pensamento “positivo” freyriano e dá-lhe uma roupagem negativa, ou seja, o brasileiro não seria o “fruto das três raças”, o mestiço, propenso a grandes feitos futuros. Na obra de Holanda, o brasileiro seria visto como cheio de vícios e como grande problema político e social impedindo o desenvolvimento do país, cuja face estaria representada no “homem cordial” (SOUZA, 2015, p. 32).

Para entender o que é o homem cordial, grosseiramente traduzido como a versão personalista do patrimonialismo, cuja hipótese é a que interessa nesta dissertação, é preciso, forçosamente, passar pelo livro desde o seu início.

Robert Wegner (1999, p. 237) definiu Raízes do Brasil em duas linhas de argumentação. “De um lado a que estabelece o que seria o nosso tradicionalismo, profundamente marcado pelo iberismo – caracterizado pelo culto à personalidade e pela aventura – e que deságua no tipo ideal da *cordialidade*”. De acordo com o autor, pode-se dizer que este argumento funda-se numa explicação de “perspectiva genética” (p. 239). Por outro lado,

Holanda alerta para o fato de a sociedade brasileira passar por profundas mudanças, numa “revolução lenta, mas segura e concertada”, que segue seu curso desde meados do século XIX e se fortalece com a Abolição da Escravatura, a qual lança o golpe de morte o domínio rural – fonte de manutenção da cordialidade. No entanto, essa revolução, que transfere o centro de poder para as cidades, corrói a cordialidade sem trazer consigo a civilidade que, ao menos a configuração clássica do moderno, parece exigir: polidez, diferenciação entre o público e o privado, ética do trabalho (WEGNER, 1999, p. 238).

Em “Fronteiras da Europa” e “Trabalho & Aventura”, os dois primeiros capítulos do livro, Holanda elenca as características do povo ibérico que teriam sido transplantadas para o Brasil fazendo de nós “uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 2004, p. 31). No que diz respeito a Portugal, o autor fala que nenhum de seus vizinhos, excluindo neste caso a Espanha, desenvolveu tão profundamente a cultura da personalidade e caracteriza isso como o “traço mais decisivo na evolução da gente hispânica” (2004, p. 32).

Mais adiante, Sérgio Buarque foca sua crítica no que concerne à moral do trabalho, cuja concepção é tomada de Max Weber.

Onde prevaleça uma forma qualquer de moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranquilidade entre os cidadãos, porque são necessárias, uma e outra, à harmonia dos interesses. O certo é que, entre espanhóis e portugueses, a moral

do trabalho representou sempre fruto exótico. Não admira que fossem precárias, nessa gente, as ideias de solidariedade.

A bem dizer, essa solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse — no recinto doméstico ou entre amigos. (HOLANDA, 2004 p. 39)

Esta solidariedade refere-se ao associativismo característico das sociedades protestantes que têm no trabalho o próprio fim, ajudando a criar, a partir da perspectiva weberiana, pessoas que se unem para servir a Deus e não a outras pessoas, o que seria para Weber uma peculiaridade da democracia americana.

Ao contrário da ascese monástica medieval, que significa uma fuga do mundo, temos aqui uma ascese intramundana que direciona toda a força psicológica dos prêmios religiosos para o estímulo do trabalho, segundo critérios de maior desempenho e eficiência possíveis. O elemento ascético age como inibidor do gozo dos frutos do trabalho, sendo o desempenho compreendido como atributo da graça divina e um fim em si (SOUZA, 1999, p. 28)

Como na sociedade ibérica este elemento do protestante ascético fora ausente, a conquista da América está relacionada com o espírito da aventura, isto é, dispor de uma riqueza que não custa trabalho, o mesmo que fora buscado nas Índias. Manoel Bomfim, teórico precedente de Holanda, chegou em conclusão parecida: o espírito aventureiro é visto aqui como guerreiro, e tem profunda relação com a luta contra os mouros, dando aos ibéricos uma educação guerreira e depredadora. Quando se lançam aos mares, nos séculos XV e XVI, não o fazem com o objetivo prático, e sim com o da violência e destruição, para isso ele exemplifica com a Índia, México, Peru e Brasil. E depois de terem conquistado tais territórios e se tornarem sedentários, exploram a terra a partir do trabalho do indígena e do negro, ou seja, aquilo que Holanda diria trinta anos mais tarde. Em Bomfim, este parasitismo do trabalho alheio possui várias consequências, como a falta de iniciativas de medidas coletivas, o que há é um grupo a explorar outro, o que gera um conservantismo, pois o grupo explorador não quer perder tal privilégio (LEITE, 1983, p. 278). Isto será trabalhado contemporaneamente por Jessé Souza, que mostra como estes caracteres ainda estão presentes nas classes média e alta brasileira e como há a exploração da classe subalterna.

A única diferença hoje em dia é que essa classe é composta por negros e mestiços de todas as cores, mostrando que a antiga “raça condenada” se transforma em “classe condenada”. Mas a sua função social continua a mesma. Ela serve às classes incluídas como mecanismo de distinção em duas frentes: uma simbólica, para provocar o prazer da “superioridade” e do mando; e outra material e pragmática, no sentido de criar uma classe sem futuro que pode, portanto, ser explorada a preço vil [...] O ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio

devotado ao escravo de antes. [...] Não houve, portanto, nos últimos 150 anos, um efetivo aprendizado social e moral em direção a uma sociedade inclusiva entre nós. (SOUZA, 2017, p. 66-67)

Para além desta discussão, nos dois primeiros parágrafos Holanda foca o debate na pouca dedicação ao trabalho, afirmando que o norteador da geração de riqueza desde os tempos coloniais fora a extração de “excessivos benefícios sem grandes sacrifícios” (2004, p. 52). E como já mencionado, esta característica se dá em relação com aquelas sociedades em que o princípio do associativismo prevaleceu, chegando a citar a América espanhola.

Uma das consequências da escravidão e da hipertrofia da lavoura latifundiária na estrutura de nossa economia colonial foi a ausência, praticamente, de qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades produtoras, ao oposto do que sucedia em outros países, inclusive nos da América espanhola. (HOLANDA, 2004, p. 57)

E conclui esta primeira parte já indicando características que seriam trabalhadas posteriormente, identificando a singularidade brasileira no que tange seu caráter afetivo, passional, irracional e uma ausência, ou em suas palavras “atrofia”, das qualidades racionais, disciplinadoras e ordenadoras, ou seja, “exatamente o contrário do que parece convir uma população em vias de organizar-se politicamente” (2004, p. 61).

Nos capítulos três (“Herança Rural”) e quatro (“O Semeador e o Ladrilhador”), Holanda pretende mostrar alguns traços do mundo rural brasileiro que, em sua perspectiva, apesar do intenso desenvolvimento daquelas áreas, não se caracteriza como uma “civilização agrícola”, e sim uma “civilização de raízes rurais”, e como isto influenciou na formação das cidades. Neste momento a comparação com a colonização hispânica é bastante presente, mas não iremos apresentá-la a não ser a título de exemplos.

Seja na Colônia ou na Monarquia, os fazendeiros conseguiram ditar o ritmo do Brasil. Caio Prado Jr., em já citado ensaio, mostrou que a divisão do país em capitanias no período colonial serviu para que leis locais fossem estabelecidas. Mesmo com a presença de Câmaras, era o senhor da terra que fixava tais “leis”.

O poder político da colônia é por isso necessariamente disperso. Em cada região, é a câmara respectiva que exerce o poder. Formam-se assim sistemas praticamente soberanos, regidos cada qual por uma organização política autônoma. O Brasil colonial forma uma unidade somente no nome. Na realidade é um aglomerado de órgãos independentes, ligados entre si apenas pelo domínio comum, porém, muito mais teórico que real, da mesma metrópole. (PRADO JUNIOR, 2007, p. 32)

Holanda sobre o período monárquico irá destacar o controle político dos filhos destes fazendeiros, educados em profissões liberais, majoritariamente na Europa, tendo, desta forma, o domínio das posições de mando, ou seja, as políticas: controlando ministérios, parlamentos, sendo candidatos etc. A partir disso, ele já apresenta traços do que viria a ser o patrimonialismo, ou ao menos, como foi estabelecido no Brasil. Antes é apresentado como o poder do patriarca era ilimitado e freios para sua tirania quase não existiam. Holanda lembra do caso de Bernardo Vieira de Melo, cuja suspeita de adultério da nora leva-a à morte. A sentença é conferida no ambiente familiar. A Justiça não se movimentara nem para impedir a morte e tampouco para julgar o assassino, mesmo com a grande repercussão que o caso tivera (HOLANDA, 2004, p. 82)

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 2004, p. 82)

A partir da família patriarcal tem-se o modelo, de acordo com Holanda, por onde fundar-se-ão as relações entre governantes e governados, monarcas e súditos. Um dos elementos decisivos para que assim seja é o “êxodo rural” dos senhores de terra para as cidades, ou seja, passa a ter um aburguesamento deste senhor; ele passa a desempenhar um papel semelhante à de certos segmentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo, impondo suas ideias, concepções políticas e aspirações sociais, há uma secularização do estilo de vida dos senhores rurais (FERNANDES, 2006, p. 45). Num primeiro momento, estes senhores são mal vistos pelos cidadãos, pois estes eram excluídos do jogo político.

Nas eleições para os cargos da administração municipal votam apenas os *homens bons*, a nobreza, como se chamavam os proprietários. Tal privilégio é por eles ciosamente defendido, com exclusão de toda a população propriamente urbana: mercadores, mecânicos, outros artífices, os industriais de então. O poder das câmaras é pois o dos proprietários. E seu raio de ação é grande, muito maior que o estabelecido nas leis. (PRADO JUNIOR, 2007, p. 30)

Porém, Holanda irá perceber que em outro momento o comportamento do senhor da terra ganha a cidade, e para exemplificar cita testemunho de John Luccock, que viu a cena de um simples oficial de carpintaria que se vestia como um fidalgo e se recusava a carregar as próprias ferramentas, entregando-as a um escravo. Este é um dos argumentos que fará Holanda perceber a disseminação do homem cordial em toda sociedade brasileira. O que não percebe o autor – e Jessé Souza notará – é que não há aqui qualquer menção a quem carrega os instrumentos, como o escravo se comporta? Souza afirma que o homem cordial de Holanda supõe

existir no Brasil um tipo social genérico e compartilhado, malgrado todas as nossas marcadas distâncias sociais entre as classes. Como a ideia liberal do sujeito genérico – a noção de um indivíduo sem passado, sem família e sem classe social – esconde a origem social de todos os privilégios individuais. (2017, p. 192)

Ou seja, a partir da perspectiva de Souza não é possível construir um brasileiro genérico devido às profundas diferenças que a sociedade brasileira construiu ao longo de sua história, haja vista o próprio exemplo citado por Holanda; embora o carpinteiro esteja numa posição inferior em relação ao senhor da terra, o negro escravizado não estava na mesma posição do carpinteiro, havendo diferentes posições que, de acordo com Jessé Souza, e veremos isso em mais profundidade, não se explicam pelo “brasileiro genérico”.

Há por outro lado, todavia, a relação entre campo e cidade que historicamente se confirma e passa a ser difícil negá-la. Os centros urbanos brasileiros sofreram a “ditadura dos domínios rurais”, como chamou Holanda, e como demonstrou Prado Junior em citação acima. O primeiro autor também elencou em *Raízes do Brasil* as queixas dos habitantes das cidades contra os monopólios ruralistas, chegando ao ponto de o título de senhor de engenho ser tão importante quanto a outros da nobreza portuguesa. Holanda defende a ideia de que “O predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio” (2004, p. 92), isso porque a colonização portuguesa buscou antes feitorizar uma riqueza fácil, algumas vezes extrativista, do que em construir, planejar e criar perspectivas para um futuro mais produtivo, fazendo das habitações nas cidades algo “essencialmente antinatural” (p. 95). Não era conveniente ao reino de Portugal desenvolver grandes obras, excetuando aquelas que descem rápido retorno. E isso espalhou-se por todos os setores da sociedade brasileira, impedindo, inclusive, o

desenvolvimento intelectual, pois não era interesse da metrópole a circulação de ideias que pudessem arriscar a estabilidade até então mantida.

Temos até o momento, elementos que podem dar aparência de secundários, mas que dentro da obra de Sérgio Buarque se compõem como um quebra-cabeça que começa pelas pontas para aos poucos chegar ao miolo. Falar, portanto, dos aspectos da cultura ibérica e de fatores do desenvolvimento do Brasil são essenciais para mostrar a construção do homem cordial e do patrimonialismo, aquele é o tipo que age pelo coração e este a confusão entre os âmbitos público e privado, sendo em última instância uma só coisa.

### 2.1.1. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

No capítulo cinco Sérgio Buarque dedica-se ao desenvolvimento do conceito de “homem cordial”. Antes de adentrar especificamente no homem cordial, Holanda trata de alguns pormenores importantes. Ele não vê a relação entre Estado e família como uma mera evolução, ou seja, esta indo em direção àquela, como supõem os idealistas do século XIX. Não acredita também que o Estado seja uma integração de certos agrupamentos. Chega a ser quase o oposto disso, em sua perspectiva. Somente pela transgressão da ordem doméstica é possível o surgimento do Estado, pois desta maneira o indivíduo torna-se cidadão e tudo que vem à reboque da suas responsabilidades ante à Cidade.

Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóstases, para falar como na filosofia alexandrina. A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência. (HOLANDA, 2004, p. 141)

Isso porque Holanda acredita ser negativo para o desenvolvimento social, político e econômico, em linhas gerais o desenvolvimento de uma sociedade, a partir de aspectos que nasçam e evoluam de uma ordem particularista como é a família, por isso recorre ao pensamento weberiano e à sociologia compreensiva, que estabeleceu o que é o atraso e o moderno tomando como base o protestantismo ascético que modifica a consciência, atualizando e radicalizando-a nas suas perspectivas moral e cognitiva; em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber mostra a revolução desta consciência que seria muito mais significativa que a Revolução Francesa, por exemplo, justamente por se passar nos âmbitos moral e cognitivo. Trata-se de uma nova racionalização fazendo com que os indivíduos obedeçam a um novo quadro de referência (SOUZA, 1999, p. 43-44).



E é neste novo quadro de referência que Holanda opera, por isso vê o Estado como uma transgressão da família.

Na sociedade brasileira, houve a transplantação do núcleo familiar, baseado na família patriarcal, para o Estado, a gerar o Estado patrimonialista. Porém, antes é necessário ver como Holanda constrói este caráter psicologizante da família patriarcal, representada no homem cordial. Eis a definição:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo — ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. (HOLANDA, 2004, p. 146-147)

Aqui a cordialidade se aproxima ao mesmo tempo em que se afasta do conceito vulgar. Ela seria melhor definida no homem emotivo, ou seja, não racional. Portanto, temos várias consequências desta irracionalidade, das mais ínfimas às mais decisivas para o desenvolvimento político-social do Brasil. Se acompanharmos a leitura de Jessé Souza (1999, p. 35), veremos que o homem cordial é uma caractereologia inversa do protestante ascético definido por Weber.

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro — como bom americano — tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. (HOLANDA, 2004, p. 147)

Portanto, há no homem cordial a dificuldade da impessoalidade, do domínio de sua própria personalidade, levando ao culto do personalismo. O homem cordial, então, faz aproximações quase desrespeitosas, como ilustra Holanda com o caso do catolicismo que permite tratar santos com uma intimidade duvidosa; exemplifica com a santa Teresa de Lisieux, entre nós conhecida como Santa Teresinha, ou ainda o Menino Jesus, que fora transformado em brinquedo infantil; outro exemplo dar-se-ia no nome: o tratamento aqui é feito no primeiro nome, o de batismo, que Holanda relaciona como uma tentativa de abolição das barreiras entre famílias, gerando simpatia e afastando do racionalismo abstrato. “A vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada,

para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social” (HOLANDA, 2004, p. 151).

Está destacada a característica central do brasileiro a partir do homem cordial de Holanda, ou seja, para ele todos os brasileiros teriam estes traços, a saber: emotivos, irracionais, personalistas, íntimos e tudo já citado. Moreira Leite, como psicólogo social, percebeu que

Na verdade, a primeira linha de pensamento – a descrição psicológica do brasileiro – só poderia sustentar-se, coerentemente, se as críticas fossem consideradas como permanentes e válidas para todas as classes sociais. Ora como Sérgio Buarque de Holanda liga essas características à família patriarcal, é evidente que está falando na classe alta, dos grandes proprietários rurais. Se isso é evidente para o leitor, não é explicitado pelo autor, que por isso fala em características gerais e não em forma de domínio político. Isso fica muito claro quando se pensa na cordialidade: esta é, apesar de tudo que diz Sérgio Buarque de Holanda, forma de relação entre *iguais*, entre pessoas de classe alta, e não de relação entre o superior e o subordinado. (LEITE, 1983, p. 323)

Jessé Souza caminha na mesma direção de Moreira Leite. Afirma que Holanda contrapõe duas abstrações (homem cordial x protestante ascético) sem reconstruir precondições militares, políticas, econômicas, tecnológicas, culturais etc.

O homem cordial não tem classe social, mesmo em um país tão desigual como o Brasil sempre foi. Ou seja, desde o início essa noção esconde conflitos sociais de toda espécie e cria um ser “genérico” que existe unicamente para ser contraposto ao “protestante ascético” como símbolo da cultura norte-americana. Essa contraposição indica um caminho ao Brasil: o do afeto e da emotividade pré-moderna em direção ao mundo da racionalidade distanciada da impessoalidade protestante. (SOUZA, 2015, p. 45)

Sendo o homem cordial este tipo único de brasileiro que Holanda julgou acertar, a sua institucionalização viria através do conceito tomado de Max Weber: o patrimonialismo. Como a sociedade brasileira se fundou num tipo de família patriarcal e não conseguiu transgredir para formar um Estado, tornou-se difícil aos que ocupavam posições de mando – já explicitados anteriormente – separar os domínios privado e público. É quando o homem cordial se “estatiza” e torna-se o verdadeiro problema da sociedade brasileira.

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal

que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. (HOLANDA, 2004, p. 145)

Se por um lado Holanda caracterizou o homem cordial como um tipo genérico do brasileiro, por outro o colocou como exclusividade do Estado. As práticas patrimonialistas são explicitadas pelo autor apenas no domínio estatal, não há menção à sua prática fora do Estado.

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar — a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração — está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas. (HOLANDA, 2004, p. 145-146)

Ora, o autor percebe então o estado patrimonial, tratando-se de Brasil, como aquele que não transgrediu com a família e se fundou em normas particularistas, aproximando-se em demasia com o conceito vulgarmente corrente nos dias atuais que define o patrimonialismo como a apropriação privada daquilo que é público. E a análise de Holanda, apesar de, quando debate especificamente o patrimonialismo, ser curta, foca todo o objeto no aparato estatal. Portanto, um tipo genérico de brasileiro ganha o Estado e leva para ele suas características familiares, particularistas, íntimas, negociando o que deveria dar-se pela racionalização burocrática que, de acordo com Weber (1982, p. 251) é necessário haver uma desumanização da burocracia, a retirar dela todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais, ou seja, tudo que é o homem cordial. O problema desta análise é a abstração criada de um tipo genérico que está somente no Estado, é por onde caminha a crítica de Jessé Souza (2015).

A posição global do funcionário patrimonial é, portanto, em oposição à burocracia, produto de sua relação puramente pessoal de submissão ao senhor, e sua posição diante dos súditos nada mais é que o lado exterior desta relação. Mesmo ali onde o funcionário político não é pessoalmente um dependente da corte, o senhor exige sua obediência ilimitada no cargo. Pois a fidelidade ao cargo do funcionário patrimonial não é uma fidelidade objetiva do servidor perante tarefas objetivas, cuja extensão e conteúdo estão delimitados por

determinadas regras, mas, sim, uma fidelidade de criado que se refere de forma rigorosamente pessoal ao senhor e constitui uma parte integrante de seu dever de princípio universal de piedade e fidelidade. (WEBER, 2004, p. 255)

A crítica de Souza é que a centralidade do patrimonialismo como principal problema brasileiro esconde e ocupa o lugar destinado à escravidão na interpretação da sociedade brasileira. A “corrupção patrimonial” (2017, p. 194) substitui a análise que deveria ser feita a partir das classes sociais e a herança ibérica, apresentada nos dois primeiros capítulos de *Raízes do Brasil*, mas que perpassa toda a obra, torna-se a responsável por fincar profundas raízes na sociedade brasileira, não à toa o livro recebeu tal título. Para finalizar, o patrimonialismo fora usado por Holanda como um “mal de origem” (SOUZA, 2017, p. 206). Uma crítica mais detalhada sobre como o conceito de patrimonialismo fora usado pelos intelectuais brasileiros será realizada por Jessé Souza quando debater o caso de Raymundo Faoro, discutido na próxima seção. O que tem-se aqui é a introdução do conceito no pensamento sociológico brasileiro que será preponderante, de acordo com Souza, no desenvolvimento dos estudos sobre a sociedade brasileira, levando a determinados equívocos de avaliação, como os citados acima.

Assim, o personalismo das relações sociais coloniza as relações no Estado, caracterizando o Estado patrimonial, que não se orienta pelo domínio racional-legal definido por Weber, mas pelas relações de compadrio fincadas na lógica privada familiar.

## **2.2. MANDA QUEM PODE E OBEDECE QUEM TEM JUÍZO: “OS DONOS DO PODER” DE FAORO**

Se com a obra de Sérgio Buarque é apreciável a recapitulação do livro desde seu início para a compreensão da tese do patrimonialismo, o mesmo não pode ser afirmado quanto à obra de Raymundo Faoro; “Os donos do poder” foi publicado originalmente em 1958 e em 1975 teve uma significativa ampliação, chegando às quase mil páginas que atualmente possui. Apesar da exaustiva recapitulação histórica, voltando à Revolução dos Avis, mantém o mesmo raciocínio e argumentação. Tudo já é posto logo de início. O que se tem nas centenas e centenas de páginas são variações do mesmo tema e a mudança dos atores. Esta será uma das críticas de Jessé Souza: Faoro usa o patrimonialismo de maneira a-histórica. No prefácio à segunda edição, o autor diz que o livro não segue, “apesar do próximo parentesco”, o pensamento weberiano. A adoção de conceitos desenvolvidos por Max Weber e sua tentativa de adaptação à realidade brasileira tornam esta afirmação

incompreensível. O que se tem nas páginas de *Os donos do poder*, de acordo com o autor, são clássicos da ciência política como Maquiavel, Hobbes, Montesquieu e Rousseau. Apesar de Faoro destacar os cânones, é impossível escapar da análise weberiana de sua obra. E é assim que faremos aqui já que os conceitos centrais, enumerados no prefácio, foram exemplarmente trabalhados por Weber e não pelos autores citados por Faoro.

O início da discussão se dá em Portugal de tempos medievais e vai até Getúlio Vargas. Faoro tenta mostrar como a presença forte do Estado lusitano, e como corolário disso, um Estado brasileiro bastante presente, criou um Brasil *estamental* e *patrimonialista*, conceitos weberianos.

Weber entende o estamento como, primeiramente, um dos tipos de distribuição de poder, os outros são configurados na “classe” e no “partido”, cuja análise deste último vamos abdicar. Enquanto poder, o sociólogo alemão o define como a possibilidade de uma pessoa, ou um grupo, realizar sua vontade numa ação comunitária que pode sofrer resistência ou não (1982, p. 211). O estamento, diferentemente da classe, definida em aspectos econômicos, manifesta-se quando o que está em jogo é o status, o que cria grupos ligados a determinados estamentos é o que Weber chama de “estilo de vida”, tal como no vulgar. Para exemplificar, o autor usa um exemplo de uma rua (“A rua”), cujos moradores têm determinado status (1982, p. 220).

O desenvolvimento do estamento é essencialmente uma questão de estratificação que se baseia na usurpação, que é a origem normal de quase toda honra estamental. Mas o caminho dessa situação puramente convencional para o privilégio local, positivo ou negativo, é percorrido facilmente tão logo uma certa estratificação da ordem social tenha, na verdade, sido “vivida” e tenha conseguido a estabilidade em virtude de uma distribuição estável do poder econômico. (WEBER, 1982, p. 220)

Raymundo Faoro acompanha a definição de estamento de Weber e faz a distinção entre classe e estamento, tal qual realizara o alemão, que julgamos importante neste momento para tentar identificar o que o autor brasileiro entende por estamento no Brasil. A citação é longa, mas fundamental:

A classe se forma de um grupo disperso, não repousa numa comunidade, embora possa levar, pela identidade de interesses, a uma ação congregada, a associações e comunidades, criadas e desfeitas ao sabor das atividades propostas ocasionalmente ou de fins a alcançar, em benefício comum. De outra natureza é o estamento — primariamente uma camada social e não econômica, embora possa repousar, em conexão não necessária real e conceitualmente, sobre uma classe. O estamento político — de que aqui se cogita, abandonado o estamento profissional, por alheio ao assunto — constitui sempre uma comunidade, embora amorfa: os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder. A situação estamental, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no

prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda a sociedade. Esta consideração social apura, filtra e sublima um modo ou estilo de vida; reconhece, como próprias, certas maneiras de educação e projeta prestígio sobre a pessoa que a ele pertence; não raro hereditariamente. Para incorporar-se a ele, não há a distinção entre o rico e o pobre, o proprietário e o homem sem bens. Ao contrário da classe, no estamento não vinga a igualdade das pessoas — o estamento é, na realidade, um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social. A abertura das classes, para as quais basta a dotação de meios econômicos ou de habilitações profissionais para integrá-las, opõe-se a tendência à exclusão dos recém-vindos, dos parvenus, não raro aceitos na camada senão depois de mais de uma geração. A entrada no estamento depende de qualidades que se impõem, que se cunham na personalidade, estilizando-lhe o perfil. (FAORO, 2001, p. 58-59)

Esta definição não fora o suficiente para Jessé Souza (2015, p. 66-67) que questionou quem é o estamento brasileiro. O autor afirma que a definição weberiana fora contaminada pelo fraco desenvolvimento teórico de Faoro, podendo ter múltiplas interpretações e podendo ser composto, uma vez que Faoro não o define, por juízes, presidente, burocratas e, também, pelo empresariado brasileiro já que fora beneficiado pelo “Estado patrimonial”.

Sobre o conceito de patrimonialismo, a definição em Weber é mais complexa, pois como salientou Souza (1999; 2015; 2017) ela é histórica e dinâmica. Em citação anterior já tratamos a despeito do que Weber chama de “dominação patrimonial” e sua relação com a desmonetarização. Para além disso, entretanto, Weber elenca o domínio patrimonial vinculado à tradição, tomando como exemplo o “Oriente clássico” (VIANNA, 1999, p. 177), que não conheceu o direito à propriedade individual. O caso brasileiro aproxima-se deste.

Não seríamos propriamente um caso ocidental, uma vez que, aqui, o Estado, por anteceder aos grupos de interesses, mais do que autônomo em face da sociedade civil, estaria empenhado na realização de objetivos próprios aos seus dirigentes, enquanto a administração pública, vista como um bem em si mesmo, é convertida em um patrimônio a ser explorado por eles. (VIANNA, 1999 p. 176)

Para compreender a definição de Estado patrimonial em Faoro, é preciso perceber um importante argumento: a ausência da experiência feudal na sociedade ibérica, pois, de acordo com o autor, somente as sociedades que passaram pelo feudalismo puderam adotar o capitalismo nos moldes industriais (2001, p. 39). Isto leva à definição de Luiz Werneck Vianna do que seria a versão hegemônica de Weber nas ciências sociais do Brasil contemporâneo, não só a que está presente em Faoro, mas também em um Simon Schwartzman, por exemplo, e naqueles definidos como os patrimonialistas estatistas, para quem o atraso brasileiro é visto



como resultante de um vício de origem, em razão do tipo de colonização a que fomos submetidos – a chamada herança do patrimonialismo ibérico – cujas estruturas teriam sido forçadas ainda mais, com o transplante, no começo do século XIX, do Estado português para o solo americano. Desse legado, continuamente reiterado ao longo do tempo, adviria a marca de uma certa forma de Estado duramente autônomo em relação à sociedade civil, que, ao abafar o mundo dos interesses privados e inibir a livre iniciativa, teria comprometido a história das instituições com concepções organicistas da vida social, e levado à afirmação da racionalidade burocrática em detrimento da racional-legal. (VIANNA, 1999, p. 175)

Faoro sustenta que a formação do Estado *patrimonial* português, como ele classificou, ecoa no mundo brasileiro atual (2001, p. 33). Retornar a Portugal, e citá-lo insistentemente ao longo do livro, não é mera contextualização ou exemplificação, uma vez que o autor compreende o Brasil como uma consequência da política estabelecida na Revolução dos Avis.

Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio — o reino tem um *dominus*, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua. O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano (FAORO, 2001, p. 36).

O autor sustenta que numa viagem de seis séculos, ou seja, de D. João I a Getúlio Vargas, houve uma estrutura político-social que sobreviveu: o capitalismo politicamente orientado. Com isso ele quer dizer que o Estado sempre esteve presente nos negócios. “A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente” (FAORO, 2001, p. 866). É desta realidade que se projeta a forma de poder institucionalizada, isto é, o que Faoro compreende como patrimonialismo. O que faz Faoro diferenciar, em termos weberianos, o patrimonialismo do patriarcalismo é o estado-maior representado pela casa real, num primeiro momento, e, fundamentalmente, o quadro administrativo. Sem esta estrutura, ou seja, com uma chefia dispersa identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e nos coronéis, a sociedade seria apenas patriarcal (FAORO, 2001, p. 870).

Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. (FAORO, 2001, p. 870)

O autor brasileiro para explicar o patrimonialismo no Brasil, une, portanto, dois elementos da obra de Weber: o estamento e a burocracia, categorizando, desta forma, o quadro administrativo como o “estamento burocrático”. A burocratização do estamento é progressiva de acordo com a necessidade.

Quando o livro trata do Brasil, de fato, no capítulo IV, começa-se elencar uma série de práticas para provar que o capitalismo politicamente orientado fez parte da formação do que desembocaria no Estado patrimonialista brasileiro. Então, o autor afirma que o Brasil era tal qual a Índia, “um negócio do rei, gerido pela realeza”, ou seja, o quadro administrativo; que a alma da Revolução de 1930 estaria presente nos traços políticos daqui, seja nas Leis ou no domínio monárquico. Outra interpretação faoriana é que as vilas eram criadas no Brasil pelo estamento antes de haver população, para que o Estado pudesse acoplar seu quadro administrativo, prática que fora repetida no Império e na República, fazendo a economia e a sociedade se encaixarem de acordo com as leis régias (2001, p. 144), levando-o à comparação: “O inglês fundou na América uma pátria, o português um prolongamento do Estado” (2001, p. 147). O Brasil estava “umbilicalmente” vinculado ao Estado patrimonialista português, fundado numa ética medieval (p. 78).

O patronato político para o autor cria-se – antes, logicamente, como uma extensão de Portugal – numa perspectiva que outros autores também partilham, a exemplo de Florestan Fernandes (2006) e o próprio Sérgio Buarque (2004):

O senhor de latifúndios e de escravos — o senhor de engenho —, opulento e liberal nos gastos, se incorpora a uma categoria social, a aristocracia ou a nobreza, de ordem rural. O fazendeiro, sempre vinculado ao açúcar, se transmuta em nobre, por analogia com o aristocrata europeu, também ele proprietário de terras. De nobre se faz culto e instruído, exigindo o poder político, que a Independência lhe daria, em plano nacional, acima do refúgio de quatro séculos nas acanhadas municipalidades. Há um trânsito entre os estados, em estratificação ascendente: da riqueza à aristocracia e da aristocracia ao poder político. (FAORO, 2001, p. 155)

Este senhor de engenho, cuja dominação primeiramente era patriarcal alcança o Estado, o poder político e passa a dominar patrimonialmente a sociedade, cuja mudança não ocorreria nem na queda da monarquia, já que o domínio das oligarquias entre 1889 e 1930 deu-se através de uma relação autoritária marcada pela obediência pessoal e pela porosidade entre o público e o privado entre as elites políticas estaduais e locais; a Revolução de 1930, por sua vez, instalaria uma burocracia estamental que controlaria a dinâmica social, avessa, dessa forma, à impessoalidade sugerida por Weber que levaria à



racionalização político-administrativa (TAVOLARO, 2005, p. 8). Holanda explicou isso a partir da confusão da prática privada com a pública; Faoro justifica esse domínio pela lógica do capitalismo politicamente orientado, ou pré-capitalismo, ou ainda capitalismo político, cuja legitimidade assenta-se no tradicionalismo, legado da Revolução dos Avis.

Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia. Daí se arma o capitalismo político, ou capitalismo politicamente orientado [...] o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia. (2001, pp. 870-871)

Para concluir o pensamento faoriano, pode-se tomar nota que para o autor “sem indivíduo livre e autônomo não temos, portanto, mercado competitivo nem democracia” (SOUZA, 2015, p. 56). Logo, o Brasil, como fora demonstrado ao longo de sua história, seria, para usar a definição do próprio autor, um “monstro patrimonial-estamental-autoritário”. Faoro entende que a ausência de liberalismo na sociedade brasileira estagnou o movimento político, impedindo o desenvolvimento de classe e indústria nacional (FAORO, 1994, p. 84).

Se Sérgio Buarque de Holanda não convenceu Jessé Souza, Raymundo Faoro menos ainda.

No que tange ao “patrimonialismo”, Souza diz que Faoro usou o conceito como mera nomenclatura, sem o rigor teórico necessário, uma vez que para além do caráter historicista, que pede o conceito, de acordo com a interpretação realizada por Souza, é na estrutura triádica entre o líder, o quadro administrativo e os dominados que se expressa o patrimonialismo que, por sua vez, seria um dos tipos de dominação proposto por Weber (SOUZA, 2015, p. 59-60).

Jessé Souza lembra que a política brasileira em tempos coloniais era altamente descentralizada, não havia estrutura para existir um quadro administrativo como Weber propõe. “Precisamente a falta de qualquer estrutura de controle e administração levou a uma forma extremamente descentralizada de desenvolvimento das ‘capitanias’, como

eram chamadas então as estruturas descentralizadas” (SOUZA, 2015, p. 64), tese que já havia sido desenvolvida por Caio Prado Jr. no ensaio *Evolução política do Brasil*: “Entregando-se à iniciativa privada a solução do caso, forrava-se a Coroa portuguesa do ônus, que dificilmente suportaria, da ocupação efetiva da terra por conta própria” (PRADO JR., 2007, p. 13).

Se a tese do homem cordial serviu para ocultar as diferenças de classe geradas pela escravidão, o patrimonialismo faoriano foi uma justificativa para não debater os problemas que o capitalismo cria.

*A tese do patrimonialismo serve para ocultar um tipo de capitalismo selvagem e voraz – construído para beneficiar uma pequena minoria – e ainda apontar o culpado em outro lugar: no Estado, supostamente o único lugar de todos os vícios sociais.*

Na realidade, quase sempre que existe corrupção no Estado há também corruptores no mercado. A corrupção – compreendida como vantagem ilegítima em um contexto de pretensa igualdade – é, aliás, dado constitutivo tanto do mercado quanto do Estado em qualquer lugar do mundo. A fraude é uma marca normal do funcionamento do mercado capitalista sempre que este não seja estritamente regulado. (SOUZA, 2015, p. 91 [grifo nosso])

Para além disso, em “A ralé brasileira”, Souza também afirmou que a tese do patrimonialismo permite que aqueles que não compõem o estamento, estejam no polo “bom” da sociedade, na posição de vítima do Estado patrimonialista que sofre a “ação-parasitária” da elite política. Isso “explica a sedução da noção de patrimonialismo entre nós, tornando-a não apenas a categoria central das ciências sociais, mas também do debate público político brasileiro há quase oito décadas”. (SOUZA, 2009, p. 62 [grifo nosso]). Está envolvido nisso, não apenas a redução do Estado como adverso à sociedade, cria-se com a afirmação da incompetência do estamento burocrático – como é visto diversas vezes no livro de Faoro, podemos tomar como exemplo uma frase dele que perpassa todos os períodos históricos do Brasil: “Tudo, a curto prazo, acabava em crise – crise do ouro, crise do açúcar, crise inflacionária” (2001, p. 106) – polaridade falsa que passa a ver a qualidade noutro lugar, isto é, no mercado, sem levar em conta as contradições presentes em ambos.

Como a tese do patrimonialismo vê a relação mercado/Estado? Ao invés de percebê-los como instituições ambivalentes cujo raio de ação será definido por lutas sociais concretas, essa tese sequer deixa que o elemento do conflito social surja na argumentação. Como isso é conseguido? Ora, basta supor que toda a contradição e todo conflito social se encerram na própria definição de Estado e de mercado, de tal modo que um deles seja o “bem em si” e o outro, “o mal a ser combatido”. Assim, os “termos do conflito”, classes e grupos em luta por recursos escassos, sequer são tematizados ou, melhor ainda, para uma ideologia elitista, sequer são “percebidos” como conflito. Para esse tipo de pseudocrítica

social, todo o conflito social visível está embutido na oposição entre mercado e Estado. A tese do patrimonialismo pressupõe, portanto, tanto que se esconda e se esqueça a “sociedade”, e com ela os conflitos sociais como arena da disputa por recursos escassos, como também se simplifique mercado e Estado. (SOUZA, 2009, p. 85-86)

Temos, portanto, duas noções de patrimonialismo – Holanda e Faoro – que são fundamentalmente uma só, a saber: a cooptação dos bens públicos para fruir privadamente. Cada qual esconde, intencionalmente ou não, características da sociedade brasileira, caso concordemos com Jessé Souza. Em ambos, no entanto, o Estado é visto como negativo e prejudicial para a sociedade. Nosso objetivo é verificar se esta tese está presente nos enquadramentos noticiosos dos jornais. Com isso, buscar-se-ão elementos que encrustam no Estado o problema da sociedade, neste caso específico o Estado é representado pelo Governo Dilma Rousseff partindo da premissa de Jessé Souza que sustenta que a ideia do Estado patrimonialista está disseminada na sociedade brasileira, sendo incorporada tacitamente pelos meios de comunicação, uma vez que os jornais são empresas, situadas no “polo virtuoso da sociedade”, ou seja, dentro do sistema capitalista e fora do Estado, alia-se a isso a ideia de imprensa como quarto poder, que fiscaliza o poder, reforçando a hipótese de que é possível encontrar a tese patrimonialista na cobertura noticiosa.

### 3. PATRIMONIALISMO EM QUADROS

Com a exposição das teorias sobre enquadramento, o debate sobre jornalismo e a apresentação das perspectivas teóricas de Holanda e Faoro de patrimonialismo, a pergunta pertinente é como será possível encontrar a tese de origem weberiana na cobertura da deposição de Dilma Rousseff. O questionamento nos leva ao desafio. Para isso é preciso compreender as categorias do enquadramento multimodal, as variáveis do livro de códigos e os conceitos presentes na tese em questão, e ter em vista que as análises a seguir não se utilizam única e exclusivamente dos resultados do livro de códigos, pois como salientamos acima, nossa análise parte de três abordagens sugeridas por Matthes e Kohring: hermenêutica, linguística e holística manual.

Pensando o patrimonialismo nas perspectivas apresentadas nesta dissertação, podemos afirmar que ele foi definido como um tipo de apropriação do que é público privadamente, seja a partir da não transgressão – e sim sua continuação – do familiar para o estatal, representado no “homem cordial” e suas consequências como “personalização” e “emoção” (HOLANDA, 2004), que estão presentes no livro de códigos; seja a partir da construção de um estamento burocrático pelo viés do capitalismo politicamente orientado havendo uma construção de um Estado antes de um povo (FAORO, 2001). Logo, podemos radicalizar a interpretação que os dois autores fizeram da história do Brasil como um conjunto de práticas que, no Estado (é importante termos em vista que em ambos o Estado é o objeto de análise), prejudicam o desenvolvimento da sociedade, sendo a “ação-parasitária” da elite política brasileira, como afirmou acima Souza (2009), sendo a interpretação geral do que é a política brasileira, ainda de acordo com Souza (1999; 2009; 2015; 2017) um conjunto de práticas promíscuas que tratam o público como privado, a partir de atos corruptivos, por exemplo, podendo elencar a Variável 007 (opção “corrupção”). Ou ainda, seguindo a interpretação do autor, a crença existente na história e historiografia brasileiras construídas ao longo do século XX e com sua extensão no XXI que o Estado é ineficiente, podendo elencar a Variável 007 (opção “crise econômica”), que “denuncia” determinada falha na política econômica do país. Esta é uma das orientações que seguiremos para identificar a tese do Estado patrimonialista nas notícias, especificamente a de Faoro.

De maneira geral, o que se buscou nas variáveis que foram utilizadas para as análises foi o foco político. Isto se explica porque o patrimonialismo destacado pelos autores tem este objetivo, de pôr a causa do problema da sociedade brasileira no Estado. O que queremos dizer com “foco político”? Aquele que encontra-se no âmbito legislativo

e executivo brasileiros: causas, atores, problemas etc. Isto nos leva à seleção de outras variáveis para a análise:

<b>V014 PESSOA REPRESENTADA NA IMAGEM</b>	
00	Não há pessoas na imagem.
01	Dilma Rousseff, Lula ou aliados (políticos ou não).
02	Eduardo Cunha, Michel Temer ou aliados (políticos ou não).
03	Sérgio Moro ou representantes do judiciário/MP.
04	Representante da sociedade civil, artistas, intelectuais ou cidadão comum.
05	Grupo ou multidão. Nos casos em que aparecerem mais de uma pessoa e elas não puderem ser inseridas no mesmo código, então essa opção deve ser assinalada.
999	Não está claro

Tabela 4. Fonte: COMPA/UFPR

Na variável acima prestar-se-á atenção se há na imagem da notícia um reforço dos políticos, pois eles são os representantes do Estado e de suas práticas, podendo ser promíscuas, onde há a apropriação do público privadamente ou não, para isso será necessário combinar com outras variáveis, daí a vantagem do enquadramento multimodal. Aqui também é possível perceber se os acontecimentos são apresentados como fatos ou como ações individuais, caracterizando personalismo.

Ainda tratando-se do “quem” da notícia, a variável 32 dará suporte no eixo do enquadramento noticioso.

<b>V032 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ATORES</b>		
Nesta variável, elencam-se os atores que tem maior espaço de fala na notícia, contando os atores que têm suas falas, pensamentos ou ações reproduzidas em discurso indireto (pelo jornalista). Não devem ser marcados aqui os atores que são somente citados.		
00	Ausente	A notícia é essencialmente descritiva e não há o uso de fontes
01	Campo político: Dilma, Lula ou aliados	A notícia dá espaço de fala para Dilma, Lula ou seus aliados políticos (incluindo José Eduardo Cardozo).

02	Campo político: Temer, Cunha ou aliados	A notícia dá espaço de fala para Cunha, Temer ou seus aliados políticos ou oposição tradicional.
03	Campo econômico	A notícia dá espaço de fala para empresários, grupos econômicos, representantes de associações, FIEP, etc.
04	Campo judiciário	A notícia dá espaço de fala para ministros ou juízes do Supremo Tribunal Federal, MPF, Procuradoria-geral, polícia federal e afins.
05	Sociedade civil	A notícia dá espaço de fala para cidadãos comuns, ligados a organizações, representantes de movimentos sociais, artistas, intelectuais e celebridades em geral (incluindo advogados do impeachment e OAB).
06	Outro	Caso o ator não seja nenhum dos descritos acima, marque o código 06 e faça a identificação do ator por escrito.

Tabela 5. Fonte: COMPA/UFPR

Tendo em conta a tese do Estado patrimonialista, a atenção voltar-se-á às opções 01, 02 e 03: as duas primeiras mais uma vez põem os políticos – o Estado – no centro da questão e a última, caso não apareça com relevância, poderá mostrar a ausência existente do campo econômico nas notícias, não sendo considerado pelos jornais um ator de destaque no momento em que o Brasil passava, desta forma haverá de certa maneira uma confirmação dos enunciados de Jessé Souza.

Como o jornalista se coloca na notícia também é fundamental para compreender a existência ou ausência da tese do Estado patrimonialista, uma vez que, em análises preliminares, não percebemos a verbalização de práticas patrimonialistas nas notícias, o que nos leva a buscar outros elementos para encontrar nas entrelinhas o patrimonialismo no discurso do profissional, como citamos acima a variável 007. No entanto, as quatro variáveis que nos auxiliarão a entender o posicionamento do jornalista poderão ser úteis em clarificar a construção da notícia no jornalismo, o que dialoga com o capítulo em que demos destaque à objetividade: as variáveis 019 (dramatização) e 022 (Ornamentação estilística), podendo ser marcada “ausente” ou “presente”, dar-nos-ão fundamento ao texto: caso seja ausente o jornalista usou da pirâmide invertida, dando “objetividade” à

notícia em questão, caso seja presente, houve um estilo literário usado na narrativa que ultrapassa única e exclusivamente a documentação do “fato”.

As outras duas referem-se ao julgamento moral e à solução indicados pelo jornalista.

<b>V035 JULGAMENTO MORAL</b>			
Falamos aqui do julgamento moral por parte do jornalista, ainda que esse julgamento apareça através da seleção das fontes e citações. Em algumas matérias podem aparecer mais do que um julgamento mural, nesse caso deve ser selecionado o código predominante. Em caso de dúvida, a decisão deve ser orientada na seguinte ordem hierárquica: chamada, gravata/bigode/linha fina e lide.			
00	ausente	A notícia não apresenta julgamento moral.	
01	impeachment como vingança	Quando a notícia critica o fato do impeachment estar sendo usado como estratégia de vingança pelos opositores à Dilma Rousseff.	Ex: “Cunha, ao anunciar a decisão de acolher o pedido de impeachment, cometeu o escárnio de afirmar que sua decisão é técnica e não política. Não é uma coisa nem outra. Apenas vingança.”
02	Culpa Dilma e aliados	Esse código deve ser assinalado quando a notícia critica o governo ou o posicionamento de Dilma Rousseff, bem como de seus aliados.	Ex: “A deflagração do processo de impeachment acontece sobretudo por uma razão: a presidente não sabe fazer política. Nunca soube lidar com o Congresso ou construir alianças. Não recebia políticos em seu gabinete, não lhes dava atenção.”
03	brigas políticas	Quando a fragmentação política é criticada pela notícia, incluindo as	Ex: “A presidente Dilma Rousseff afirmou ontem, em pronunciamento de quatro

		disputas das manifestações pró e contra impeachment.	minutos, que as razões que fundamentam pedido de impeachment de seu mandato são “inconsistentes e improcedentes” e se declarou “indignada” com a notícia. Ao lado de 11 ministros no Palácio do Planalto, Dilma alfinetou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ao afirmar que não possui conta no exterior e nunca ocultou patrimônio pessoal.”
04	impeachment como forma	Quando o julgamento recai sobre a forma como o trâmite do impeachment é estabelecido, o que possibilita manobras políticas (e.g. manobras de Cunha, golpe, novas eleições).	Ex: “Cunha manobra para adiar sua cassação e o impeachment de Dilma.”

Tabela 6. Fonte: COMPA/UFPR

<b>V036 RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO</b>			
A recomendação de tratamento aparece quando a notícia propõe/indica alguma solução para o problema. Geralmente, estará na parte final do texto. Mesmo que apareçam os dois lados, se houver predominância evidente de um, deve-se assinalar um dos códigos.			
00	ausente	A notícia não realiza recomendações de tratamento.	



01	o impeachment é/foi a melhor solução	A notícia direciona à interpretação de que o impeachment de Dilma Rousseff é a melhor solução para resolver os problemas citados.	Manchete: "Nada, absolutamente nada, se pode extrair da Constituição que possa, minimamente, justificar a sua permanência no exercício dessas elevadas funções públicas" Teori Zavascki.
02	o impeachment não é/foi a melhor solução	A notícia direciona à interpretação de que o impeachment de Dilma Rousseff NÃO é a melhor solução para resolver os problemas citados.	“Sem crime de responsabilidade, impeachment é golpe” (algo próximo disso).
03	Realização de novas eleições	A notícia direciona a interpretação para a necessidade de convocação de novas eleições.	“Muitos acreditam que não há condições para a continuidade do governo e argumentam em favor da convocação de novas eleições” (algo próximo disso).

Tabela 7. Fonte: COMPA/UFPR

Um dos fatos a ser destacado na variável 035 são as alternativas a assinalar. Todas elas destacam que o julgamento moral do jornalista poderá destacar apenas questões relativas ao Estado, o que guarda relação com as teorias de Holanda e Faoro que também enxergam o Estado como fonte dos problemas. Não cabe aqui nenhuma interpretação do processo que ultrapasse as causas dentro do próprio Estado.

Com exceção das variáveis 019 (dramatização) e 022 (ornamentação estilística), todas as outras do enquadramento de narrativa dialogam com a interpretação de Holanda do patrimonialismo, o que seria o cerne de tal prática, de acordo com o autor: o “homem cordial”. Portanto: V020 (Emoção); V021 (Personalização); V023 (Vítima); V026 (Vilão); V029 (Herói), podendo ser marcadas como “ausente” ou “presente”, permitem interpretar a presença do “homem cordial” na notícia. Holanda destaca personalização e emoção como características fundamentais do homem cordial, por isso é possível encontrar a presença da tese patrimonialista a partir delas também. E onde há a presença de vítimas, vilões e/ou heróis significa algum tipo de “luta” em que os argumentos racionais podem estar ausentes parcial ou totalmente.

O fundamental a ser procurado nas variáveis e analisado em cruzamento com as notícias, são os enquadramentos que “responsabilizam” políticos, a política e o governo pelo golpe. Poderia, aparentemente, parecer óbvio que eles são os protagonistas da cobertura, no entanto, esta é a crítica de Jessé Souza quanto ao patrimonialismo, que fundou no Estado a causa de todas as mazelas. E a crise do governo Dilma que a levou a perder seu mandato, poderia haver uma infinidade de causas (em outros setores que não o governo) que a imprensa não elencou, inclusive na própria imprensa, isto porque tradicionalmente a história política brasileira associa o Estado como corrupto, cheio de vícios e práticas patrimonialistas, lógica que é assimilada tacitamente pela imprensa.

No enquadramento noticioso também buscar-se-á o problema da notícia destacado e sua origem. Nestas duas variáveis também é possível observar o protagonismo do Estado já nas alternativas disponíveis, embora seja necessário destacar o código 06 (cenário de crise) da variável 033, em que aspectos externos, como econômicos, estão relacionados, mas é preciso ter em mente que tal código contempla possibilidades mais gerais, como pode ser visto na tabela abaixo:

<b>V033 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – SUBTÓPICO</b>			
Aqui deve ser assinalado o código que represente o subtópico que se apresenta com mais força na notícia em questão. Ainda que possam ser identificados mais de um subtópico, deve-se marcar o mais representativo, levando-se em consideração texto, manchete, lide e imagem.			
01	Disputa política	Refere-se a reportagens que apresentam o problema/cenário como a disputa política. Podem deixar implícito ou explícito que a motivação do processo de impeachment é a disputa ou jogo político e/ou luta pelo poder.	Ex.: “A decisão de Cunha foi tomada após o PT, partido de Dilma, ter anunciado que não apoiaria o presidente da Câmara no Conselho de Ética, órgão no qual ele é acusado de quebra de decoro parlamentar. Cunha também é investigado por corrupção no Supremo Tribunal Federal.”

02	Processo de impeachment	Se enquadram neste código as notícias que apresentem como foco a descrição do processo de impeachment, seja aludindo aos votos dos deputados (no sentido mais técnico e não na disputa política para conseguir os votos) e ao processo de votação (e.g. quem votará primeiro), ou ainda, tratando das questões técnicas (as pedaladas fiscais) relacionadas ao pedido de impeachment.	Ex: Na notícia do Estadão de manchete “Oposição só vencerá na Câmara se dividir bloco dos “muito fiéis””, o texto e o infográfico se dedicam a especular sobre como se dará a votação na Câmara, sugerindo que “bloco que apoia Dilma em mais de 90% das votações tem 212 membros, o suficiente para barrar impeachment”.
03	Repercussão na população	Diz respeito a matérias em que os movimentos sociais e a sociedade são ouvidos e/ou a matéria está considerando impactos do impeachment (ou cenário de crise) na vida da população. Falas indiretas contam normalmente.	Ex: “Sindicatos e movimentos sociais contrários ao impeachment da presidente Dilma Rousseff marcaram para a próxima quarta-feira (16) uma manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, em defesa do mandato da petista. [...] “Mesmo com as críticas em relação à situação econômica, a manutenção do governo é fundamental para garantir o respeito ao voto popular”, disse o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o Juruna.”
04	Recuperação histórica	Quando aborda temas históricos, recuperando situações e personagens que estiveram presente no processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, e também participam da discussão	Ex: Na notícia “A genealogia da ação de impeachment”, do Estadão, é apresentado um histórico dos processos de impedimentos de presidentes: “Desde a redemocratização, este é o segundo processo acolhido no

		sobre o eventual impedimento de Dilma.	Legislativo contra um presidente da República. Em 1992, Fernando Collor de Mello foi afastado pelo Congresso e acabou renunciando ao mandato.”
05	Futuro pós-impeachment	Notícias que discorrem sobre possíveis desdobramentos originados do impeachment. Inclui falas de Temer e aliados e promessas para um futuro governo, assim como ameaças de Dilma e aliados que Temer irá cortar programas sociais e afins.	Ex: “O medo do desemprego agora ronda o Planalto, onde servidores já falam abertamente sobre a troca de comando e a passagem de bastão para o vice-presidente Michel Temer. A cena se repete na Esplanada.”
06	Cenário de crise	O que não cita diretamente o impeachment mas apresenta elementos que podem ser utilizados para reforçar a tese do impeachment, como o cenário econômico, denúncias da lava jato e de corrupção e afins.	“O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o ex-presidente da Casa Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), cotado para assumir um ministério em eventual governo de Michel Temer, pressionaram a presidência da BR Distribuidora para que a estatal comprasse a refinaria de Manguinhos, no Rio, com o propósito de receberem propina. A acusação foi feita na delação premiada do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, que também exerceu o cargo de diretor da BR”.

Tabela 8. Fonte: COMPA/UFPR

E as causas que originaram tal problema:

<b>V034 CAUSAS DO PROBLEMA</b>			
As causas do problema são indicações dadas pelo jornalista (seja textualmente, seja pela seleção de fontes e vozes retratadas) das razões que originaram o problema em questão.			
00	Ausente	A notícia não apresenta as causas para o problema.	
01	Contenda política/ideológica	Esta causa está presente naquelas notícias em que as contendas políticas são apresentadas como principais razões dos acontecimentos descritos.	Ex: “O peemedebista [Eduardo Cunha] aceitou um pedido de impeachment de Dilma na quarta-feira passada. O gesto foi considerado uma retaliação ao PT, que, no mesmo dia, havia anunciado que votaria contra ele no Conselho de Ética da Casa. Cunha é alvo de representação no colegiado por quebra de decoro parlamentar, sob acusação de ter mentido à CPI da Petrobrás ao afirmar que não mantinha contas secretas na Suíça.”
02	Incapacidade política do governo Dilma	Esta causa está presente nas notícias em que as ações do governo Dilma são apresentadas como principais razões dos acontecimentos descritos.	Ex: “Não bastasse o desgaste com as denúncias divulgadas na semana passada – apontando o conhecimento de Dilma e Lula do esquema de corrupção na Petrobras -, o depoimento do ex-presidente na Lava-Jato e as dificuldades no congresso e na economia, a convenção do PMDB

			marcada para sábado pode agravar o isolamento da presidente.”
03	Legalidade/legitimidade do processo de impeachment	Esta causa está presente quando são discutidos os trâmites legais e constitucionais do processo de impeachment. Geralmente, vão pressupor discussões sobre a existência de golpe ou falta de legitimidade do processo.	Ex: “Após se reunir com a presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), voltou a defender que impeachment não é golpe e que caberá ao Congresso definir o destino da presidente. “Eu tenho ouvido muito que o impeachment é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira, e a Constituição não é golpista”, disse.”
04	Corrupção	Notícias que aludem a denúncias de corrupção e/ou consequências de denúncia (e.g. Cunha podendo ser julgado no STF por denúncias de corrupção)	Ex: “O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o ex-presidente da Casa Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), cotado para assumir um ministério em eventual governo de Michel Temer, pressionaram a presidência da BR Distribuidora para que a estatal comprasse a refinaria de Manguinhos, no Rio, com o propósito de receberem propina. A acusação foi feita na delação premiada do ex-

			diretor da Petrobras Nestor Cerveró, que também exerceu o cargo de diretor da BR”.
05	Interferência do judiciário	Deve ser apontada quando a decisão do poder judiciário for a razão do problema. Quando uma decisão do judiciário tem repercussões no cenário político.	Ex.: “Era o aviso de que havia uma decisão no STF para afastar o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do mandato. Os aliados se apressaram em alardear um suposto alívio do vice-presidente com a notícia, mas não foi assim.”

Tabela 9. Fonte: COMPA/UFPR

E, por fim, a variável 018 (plano da imagem) dará substância para interpretar o tipo de enquadramento realizado pela fotografia, pois cada plano pode indicar simpatia, antipatia ou intimidade, logo se o plano em questão indica antipatia dispomos de uma imagem negativa daqueles que ocupam o Estado, em última instância do Estado em si, uma vez que quem o ocupa é *persona non grata*, podendo ser o “homem cordial” que favorece os seus e a si próprio ou a instituição, representada pelos políticos, que pratica atos duvidosos.

As outras variáveis do livro de códigos tangenciam as análises, mas não dão substrato para identificar o elemento patrimonialista que em nenhum momento foi verbalizado na cobertura noticiosa. Logo não encontraremos manchetes ou frases a dizer que determinado político é, foi ou utilizou de práticas patrimonialistas, como dito anteriormente. O patrimonialismo, de acordo com os autores aqui elencados, corresponde a uma cultura política brasileira secular, por isso é necessário utilizar a combinação de elementos, favorecidos pelo enquadramento multimodal, para encontrar, a partir das variáveis elencadas, a “cultura patrimonialista” nos três jornais.

### 3.1. FAORO E O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

O primeiro estudo objetiva identificar a presença nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, a tese do Estado patrimonialista brasileiro desenvolvida por Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*; e a crítica à referida tese de Jessé Souza

expressada em *A tolice da inteligência brasileira*. Para estabelecer o tensionamento entre os dois autores e os jornais, o corpus completo foi utilizado.

A variável *Componente enquadrado (V007)* do livro de códigos foi “recortada” para ver qual tema a notícia tratava. Dentro das alternativas a serem codificadas duas foram selecionadas: *Corrupção (01)* e *Crise econômica (03)*, pois são aquelas que se relacionam com o debate entre Raymundo Faoro (2001) e Jessé Souza (2015). Abaixo é possível observar a variável 007 do livro de códigos e as suas opções para que o leitor tenha melhor dimensão do recorte realizado<sup>17</sup> e os resultados de cada categoria.

<b>V007 COMPONENTE ENQUADRADO</b>	
O componente enquadrado refere-se a elemento que prepondera no enquadramento. Nem sempre esse componente cita explicitamente o impeachment, mas trata de objetos a ele relacionados.	
01	Corrupção (ex. Operação Lava Jato)
02	Movimentação de partido
03	Crise econômica
04	Lula
05	Cassação Cunha
06	Impeachment

Tabela 10. Fonte: COMPA / UFPR

<sup>17</sup> Fora realizada uma adaptação do livro de códigos para não poluir a dissertação e deixar mais compreensível ao leitor. Portanto, as descrições de cada categoria foram retiradas, mas podem ser encontradas no Anexo 1.



### V007 COMPONENTE ENQUADRADO

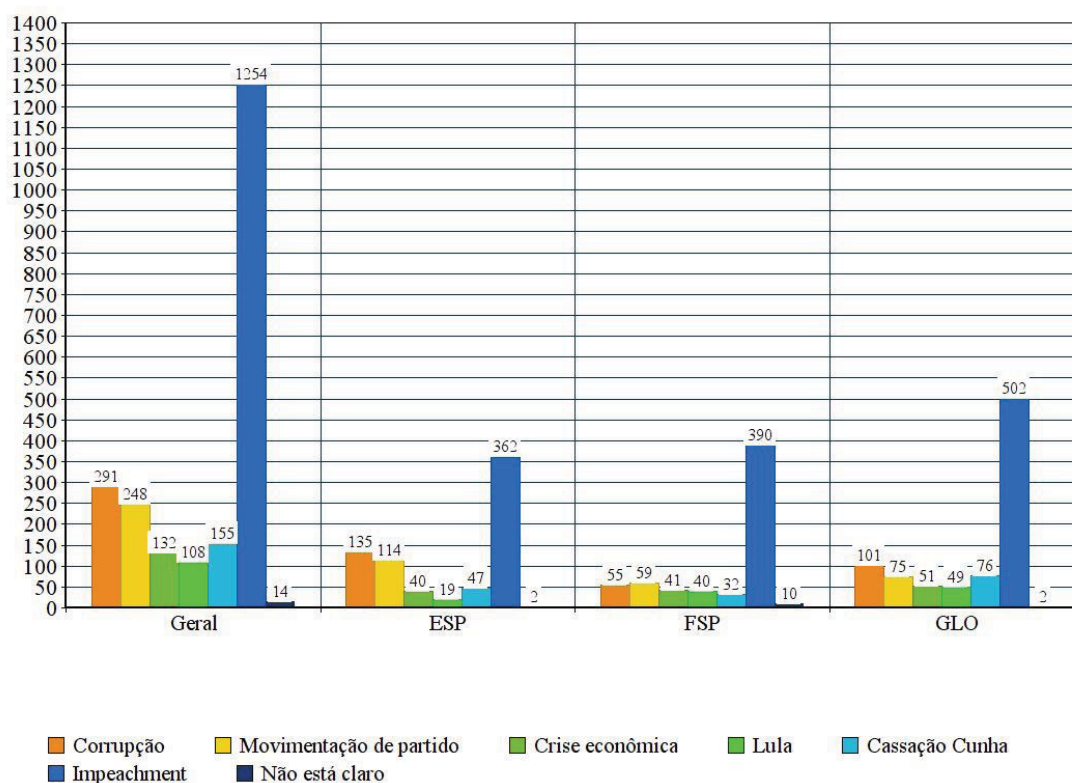


Gráfico 2. Fonte: COMPA / UFPR

A variável *Componente enquadrado* tem como corolário outras cinco: *V032 (definição do problema – atores)*; *V033 (definição do problema – subtópico)*; *V034 (causas do problema – causas)*; *V035 (julgamento moral)*; *V036 (recomendação de tratamento)*.

A partir das variáveis 032, 033 e 034 combinando com a 007 será possível estabelecer o diálogo com os dois autores citados e verificar se está presente na Folha, no Estadão e no O Globo a tese do Estado patrimonialista e se é possível, ao menos no que tange o enquadramento noticioso, neste momento, usar dessas categorias para realizar tal análise. Tão logo é possível perceber que para este estudo apenas um nível da análise multimodal é usada, narrativa e imagem não são aplicadas. Em análises posteriores mostraremos como cada nível será utilizado.

Sobre a variável 032 (atores), aquela em que destaca quem tem maior espaço de fala na notícia, não apenas entre aspas, mas também através do texto do jornalista, das 423 matérias do corpus, ou seja, aquelas que tiveram “corrupção” e “crise econômica” assinalada, como pode ser visto no gráfico acima, 197 se referem ao campo político (121 notícias de Temer, Cunha ou aliados; e 76 de Dilma, Lula ou aliados). Apenas 33 ao

campo econômico. Aqui já é possível observar uma convergência com a teoria de Jessé Souza, pois os jornalistas não destacam o campo econômico como um ator relevante para os problemas postos em discussão. Antes de prosseguir com o cruzamento de dados, apresentar-se-á as outras duas variáveis.

<b>V032 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ATORES [PROB_ATOR]</b>		
00	Ausente	51 notícias
01	Campo político: Dilma, Lula ou aliados	76 notícias
02	Campo político: Temer, Cunha ou aliados	121 notícias
03	Campo econômico	33 notícias
04	Campo judiciário	81 notícias
05	Sociedade civil	36 notícias
06	Outro	25 notícias
<b>TOTAL</b>		<b>423 NOTÍCIAS</b>

Fonte: COMPA/UFPR

Na variável 033 (subtópico do problema), majoritariamente o que se destacou foi a opção “cenário de crise” com 315 das 423. Isso pode se explicar por dois motivos: 1) quando o país passa por um golpe, naturalmente espera-se uma crise; 2) “cenário de crise” é uma opção abrangente onde elementos podem ser utilizados para reforçar a tese do golpe, como o cenário econômico, denúncias da Lava Jato e de corrupção e afins. Diferente das outras, cujos caracteres são mais específicos.

<b>V033 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – SUBTÓPICO [PROB_SUB]</b>		
01	Disputa política	27 notícias
02	Processo de impeachment	19 notícias
03	Repercussão na população	10 notícias
04	Recuperação histórica	3 notícias
05	Futuro pós-impeachment	49 notícias

06	Cenário de crise	315 notícias
TOTAL		423 NOTÍCIAS

Fonte: COMPA/UFPR

A variável 034 (causas do problema), como o próprio nome sugere, é aquela em que o jornalista fornece indicações das razões que originaram o problema em questão. Era de se esperar que “corrupção” se destacasse, como de fato aconteceu. 227 notícias tiveram como causa a corrupção, isso se explica porque uma das nossas duas categorias principais é “corrupção”. Na sequência vieram: “ausente” com 73; “incapacidade do governo Dilma” e “contenda política ou ideológica” cada uma com 50; “interferência do Judiciário”, com 18; e “legalidade/ legitimidade do processo de impeachment”, com cinco.

V034 CAUSAS DO PROBLEMA [CAUSAS]		
00	Ausente	73 notícias
01	Contenda política/ideológica	50 notícias
02	Incapacidade política do governo Dilma	50 notícias
03	Legalidade/legitimidade do processo de impeachment	5 notícias
04	Corrupção	227 notícias
05	Interferência do judiciário	18 notícias
TOTAL		423 NOTÍCIAS

Fonte: COMPA/ UFPR

Levando em consideração que Jessé Souza (2015, p. 26) afirmou que “o que é discutido nos jornais, na televisão, nas universidades, nos tribunais e nos parlamentos é sempre alguma forma de repetição mais simplificada da produção de pensadores influentes”, perceber o enquadramento que a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo deram às notícias é de certa forma entrar em contato com uma produção intelectual, no caso desta análise, a tentativa de perceber a influência da tese de Faoro. E como observado acima, os jornalistas deram voz apenas em 33 matérias para o campo econômico, mesmo o impeachment sendo um julgamento com fatores eminentemente desta ordem – as pedaladas fiscais. Para completar este argumento pode-se levantar a questão que na variável 034 (causas) não há qualquer menção ao mercado ou similar. É importante destacar que a opção “campo econômico” da variável 032 (atores) refere-se ao setor privado.

A defesa de Faoro ao liberalismo em *Os donos do poder* se dá no ataque sucessivo no decorrer de sua obra ao Estado e, mais que isso, ao *Estado patrimonialista brasileiro*, herdeiro da tradição lusitana.

Por isso é tão significativo que os jornais em 423 matérias disponíveis – sendo que em 132 delas, frise-se mais uma vez, o componente enquadrado é exclusivamente “crise econômica” –, destacarem em apenas 33 o campo econômico. Isto leva para a defesa de Jessé Souza, na qual

O mercado capitalista deixa de ser uma instituição ambivalente – fruto de longo aprendizado histórico, que permite tanto separar o interesse econômico de considerações éticas (e com isso produzir riquezas em quantidades inauditas) como também produzir e legitimar desigualdades injustas de todo tipo indefinidamente – para ser apenas o reino da “virtude” por excelência. (2015, p. 32-33)

A tese do Estado patrimonialista defendida por Faoro e acusada por Jessé aqui entra com seu uso “político” e não “científico”, de acordo com o segundo autor, “a noção de patrimonialismo ‘simplifica’ e ‘distorce’ a realidade social de diversas maneiras e sempre em um único sentido: aquele que simplifica e ‘idealiza’ o mercado e subjetiviza e ‘demoniza’ o Estado” (SOUZA, 2015, p. 34). Ou seja, isto é explicitado nesta primeira variável, os atores políticos aparecem em 197 notícias sendo que em 122 delas estão associados ao componente enquadrado “corrupção”.

A variável 033 diz mais pela ausência do que pela presença. Quanto a esta ausência cabe dizer que

aplicar um frame não significa somente dar mais saliência a determinados aspectos. Enquadrar também pode implicar na omissão de alguns pontos. Com isso, a reação dos receptores muda se eles buscam mais de uma fonte de informação, o que fornece enquadramentos distintos sobre o mesmo tema ou acontecimento (RIZZOTTO, PRUDENCIO, SAMPAIO, 2016, p. 4)

Com isso quer-se dizer que não há entre as opções na variável em questão qualquer menção direta ao mercado ou similar, e isto não se deve à omissão por parte dos pesquisadores do COMPA quando produziam o livro de códigos, e sim à omissão da Folha, do Estadão e d'O Globo em abordar o mercado como uma pauta política pertinente durante o processo de deposição de Dilma Rousseff. Aparentemente um assunto não se relaciona com o outro e é aí que reside a crítica de Jessé Souza. Sobre os poderes impessoais tanto do mercado quanto do Estado, afirma o autor que “Eles jamais se ausentam, e na verdade penetram até nos mais recônditos esconderijos de nossas consciências” (SOUZA, 2015, p. 83). Logo, ambos estão presentes na sociedade de

maneira penetrante e em suas mais diferentes esferas, seja inclusive na inter-relação entre mercado e Estado.

Faoro, como apontou Souza (2015, p. 91), negligenciou o caráter negativo existente no mercado capitalista, isto é, o mesmo caráter que Faoro (2001, p. 866) garantiu existir apenas no *Estado patrimonialista*, aquele que orienta o capitalismo. Nessa análise preliminar, observa-se o destaque dado à corrupção e sua relação com o Estado e a baixa adesão ao “campo econômico”, que seria nas palavras de Jessé Souza o “mercado virtuoso”. Há uma “adesão”, ao menos nesse recorte do corpus, por parte dos dois veículos à tese do patrimonialismo que tende a perceber a corrupção como algo exclusivamente estatal.

O mais produtivo nessa análise, para além do resultado encontrado, é perceber a possibilidade de cruzar categorias, ainda que num único nível, com a teoria patrimonialista.

### 3.2. A NARRATIVA CORDIAL

O segundo estudo voltou-se para o nível “Narrativa”. Foram usadas as variáveis *Dramatização (019)*, *Emoção (020)*, *Personalização (021)*, *Ornamentação estilística (022)*, sendo possível marcar “ausente” ou “presente”, no que concerne ao tópico “5.2.1 Narratividade”; e *Vítima (023)*, *Vilão (026)* e *Herói (029)*, no que diz respeito ao tópico “5.2.2 Identificação dos personagens”, sendo possível marcar “ausente” ou “presente”, e seus desdobramentos, como o tipo de personagem, como pode ser visto no quadro abaixo, cuja aplicação serve às três variáveis.

TIPO DE ATOR	
00	Não se aplica
01	ator individual (pessoas, Dilma, Cunha, família Cunha)
02	ator coletivo (grupos sociais, ongs, MBL, e também, bancadas partidárias/ “oposição”)
03	ator institucional (FIESP, partidos, instituições governamentais)
999	Não está claro

Tabela 11. Fonte: COMPA / UFPR

Para analisar este nível, também com o objetivo de testar as categorias e relacioná-las com a teoria aqui debatida, foi usado o corpus total, ou seja, 2.202 notícias representando o período total do processo, de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016. Agora, em vez de Raymundo Faoro, o eixo teórico volta-se a Sérgio Buarque de Holanda e o seu conceito de “Homem cordial”, discutido no segundo capítulo.

Como o corpus total está compreendido nesta análise, os resultados obtidos já indicarão algumas respostas, a saber: busca-se na cobertura noticiosa do Estadão, Folha e O Globo a narrativa do homem cordial.

Dessa forma, chegamos aos seguintes resultados: houve dramatização (V019) em 20.62% das notícias: 7.62% no Estadão, 19.94% na Folha e 30.96% n’O Globo. A emoção (V020) esteve presente em 31.42% das notícias: 31.84% no Estadão, 27.27% na Folha e 34.11% n’O Globo. A variável personalização (V021) foi a que apresentou os maiores índices: presente em 47.05% das notícias, sendo 39.92% no Estadão, 48.48% na Folha e 51.99% n’O Globo. E, por fim, ornamentação estilística (V022)<sup>18</sup>, a que apresentou os menores índices: 13.9% no total das notícias; 8.9% no Estadão, 10.37% na Folha e 20.68% n’O Globo. Estas variáveis são referentes ao tópico “5.2.1 Narratividade” e estão ilustradas no gráfico abaixo:

---

<sup>18</sup> “A *dramatização* foi codificada como presente nos casos em que, ao invés de apresentar a informação seguindo a ordem hierárquica de importância – a pirâmide invertida –, a notícia apresentava uma história contada em ordem sequencial, com início, meio e fim. [...] A *emoção*, por sua vez, relaciona-se aos sujeitos presentes na notícia. Uma vez que o estado emocional de um ou mais sujeitos tenha sido descrito (ao menos mais de uma vez), ela foi considerada existente. Verbos como “comemorou”, “cautela”, “celebrar”, “indignado”, indicam emoção. [...] A *personalização* aparece quando a história é contada com foco nos sujeitos e em suas ações. Aplica-se quando há apenas uma a três personagens. [...] Por último, a *ornamentação estilística* aparece quando o estilo literário é utilizado pelo jornalista, indo além da simples descrição dos acontecimentos.” (LIVRO DE CÓDIGOS, 2016).

## NARRATIVIDADE

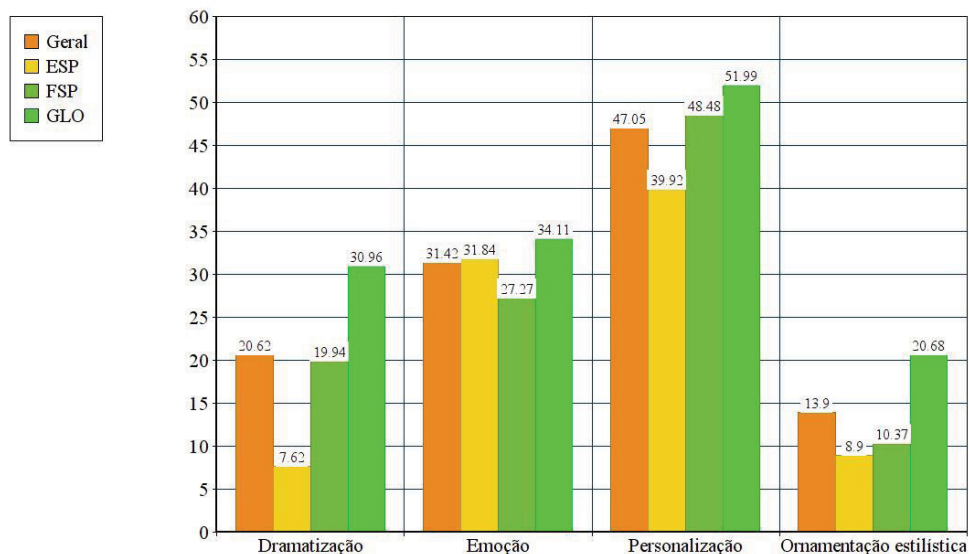


Gráfico 3. Fonte: COMPA/ UFPR

Sobre o tópico “5.2.2 Identificação dos personagens”, os índices são consideravelmente mais baixos. As variáveis dizem respeito a: vítima (V023), presente em 13.08% das notícias, sendo 9.32% no Estadão, 16.11% na Folha e 14.02% n’O Globo. Vilão (V026), presente em 15.67% das notícias, sendo 13.21% no Estadão, 17.7% na Folha e 16.12% n’O Globo. E, por fim, herói (V029), correspondendo a 8.67% das notícias, sendo 5.15% no Estadão, 12.28% na Folha e 9% n’O Globo.

## IDENTIFICAÇÃO DOS PERSONAGENS

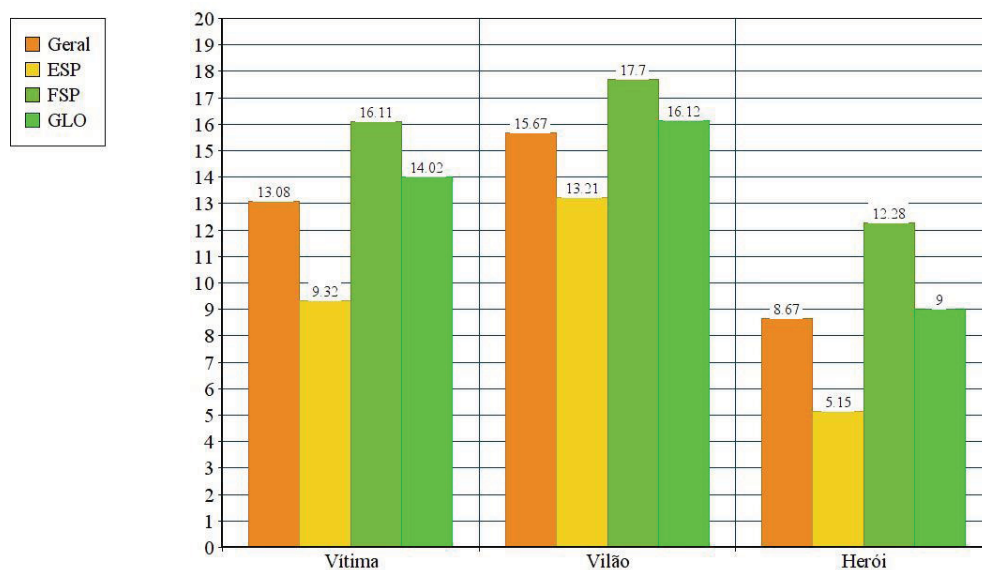


Gráfico 4. Fonte: COMPA/ UFPR

Se se levar em consideração que o homem cordial é aquele que lida de maneira pessoal, íntima, “que permite tratar [até] os santos com uma intimidade quase desrespeitosa” (HOLANDA, 2004, p. 149), seja na esfera pública ou privada, ter como resultado metade das notícias (47.05%) escritas em torno de um único personagem é relativamente pouco, já que Holanda afirmara categoricamente que o homem cordial se espalha na sociedade, tal qual o exemplo da religião citado acima e se institucionaliza em suas mais variadas esferas, quando essa institucionalização é via Estado, tem-se o patrimonialismo.

Além disso, é preciso levar em consideração que uma notícia personalizada pode representar ou não um caráter pessoal. Pois pode haver notícias em que há foco em um personagem, mas de maneira completamente impessoal. Vide a notícia “Cid Gomes entra com pedido de impeachment de Temer”, de 20 de abril de 2016, do Estado de S. Paulo, em que o foco da matéria é Cid Gomes, porém há uma descrição do seu pedido de impeachment a partir de argumentos racionais – aqui não está se sustentando que eles são corretos, e sim que no texto do jornalista eles são impessoais, a partir da teoria de Holanda – como pode ser visto na sentença “*O pedetista se baseia em citações nas investigações da Operação Lava Jato*”, ou ainda mais adiante “*Na avaliação do ex-governador, o*



*PMDB foi responsável por instaurar a prática do fisiologismo no País, o que vem sendo copiado por outros partidos”.*

Por outro lado, a notícia de 21 de maio de 2016, “Jornalista ligado a Cunha e ao PSDB é nomeado para EBC”, da Folha de S. Paulo, mostra já no título o que ressaltou Holanda (2004, p. 145) sobre a escolha de quem exerce função pública se dar a partir das relações pessoais e não da racionalização burocrática. A escolha do novo diretor da EBC não se deu apenas pelas relações, mas elas são fundamentais para que o antigo (indicação do governo petista) fosse mandado embora e o novo entrasse. E a Folha ressaltava isso, como pode ser lido no seguinte trecho: *“Rimoli assumiu o cargo de diretor de comunicação da Câmara dos Deputados, convidado por Eduardo Cunha (PMDB-RJ) em meio à crise política”*, ou seja, há uma aproximação com Eduardo Cunha, o opositor de Dilma em 2016. Sem contar que mais adiante na matéria há aspectos de sua vida particular, da sua intimidade que são elencados: *“O novo diretor da EBC posta ou compartilha frequentemente textos contra Dilma e Lula. Num deles, pouco depois do impeachment, disse: ‘Dilma não tem vergonha de ser ridícula. Vai à Nova York, capital do mundo, diminuir as instituições brasileiras. Mulher enjoativa’”*.

Tendo esta possibilidade de haver uma intimidade ou não, é preciso avançar para outra categoria: dramatizar um texto, isto é, dar um caráter de trama, foge da “burocracia” jornalística em contar “objetivamente” o fato (ver capítulo 1), tal qual a ornamentação estilística, onde floreios são usados. Em ambos os casos, como a personalização, pode ou não haver uma falta de racionalização. Mas a porcentagem em que dramatização (20.62%) e ornamentação estilística (13.9%) foram usadas não favorece a afirmação de uma narrativa cordial.

Há, no entanto, entre as variáveis de narrativa o cerne da caracterização do homem cordial: emoção. “O homem cordial age pelos impulsos do coração, sem um mínimo de distanciamento das situações e objetos exteriores, e, dessa maneira, é incapaz de submeter-se a regras abstratas e de diferenciar esfera pública de privada” (WEGNER, 1999, p. 238). Contudo, a emoção, que caracterizaria o distanciamento das situações, apareceu em 31.42% das notícias. Perceber a narrativa holisticamente não permite afirmar que a cordialidade tal como definida por Sérgio Buarque está presente, o que não nos leva a afirmar sua ausência, em análises posteriores veremos que em momentos capitais do processo o aspecto emotivo se destaca sobremaneira. Se observar, entretanto, os personagens particularmente, talvez o resultado apresentado seja outro. Rizzotto e Prudencio (2017) fizeram isso com a presidente Dilma utilizando parte do mesmo

corpus<sup>19</sup> aqui analisado, porém não abordaram especificamente o homem cordial, isto não impede, todavia, de entender as conclusões por esse viés.

O que foi possível observar é que o enquadramento do impeachment com o teor fortemente personalista retira o foco dos processos institucionais da política brasileira e privilegia o duelo entre adversários, o que conduz para uma visão antipolítica da política. E no caso de Dilma Rousseff, sua dignidade parece ter ficado preservada nas imagens, pois os papéis destacados foram o de vítima e heroína, aquela que resiste (sua qualidade de heroína), ainda que tenha pouca força política (seu defeito como vítima) (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2017, p. 23)

Na análise das autoras, o teor personalista tem relação com a não-razionalidade do homem cordial uma vez que retirou “o foco dos processos institucionais”. No que diz respeito às variáveis sobre narratividade, os nossos dados e os das autoras se mantêm parecidos. 31.69% do corpus analisado por elas continha dramatização; o mesmo percentual, 31.69%, apresentava emoção; 50.85%, personalização; e 16.85% ornamentação estilística.

Sobre a narrativa do homem cordial no processo inteiro, aqui analisado, apesar do alto índice de personalização não é possível afirmar, como dito antes, categoricamente a presença dela haja vista que as outras variáveis, com destaque para emoção (31.42%), não acompanham o percentual. No que diz respeito às variáveis Vítima, Vilão e Herói, a baixa porcentagem serve à confirmação da baixa presença da narrativa de cordialidade.

Nelson Werneck Sodré (1966, p. 1) afirmou que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. A pertinência de ambos os enunciados consistem na relação estabelecida entre capitalismo e imprensa e à baixa aderência da tese da cordialidade dos três jornais aqui analisados. O que isto significa: primeiro que a imprensa seria uma “instituição” genuinamente capitalista, sendo assim, não haveria espaço para o homem cordial, o oposto do protestante ascético (das sociedades capitalistas)<sup>20</sup>. Logo, a baixa adesão da teoria da cordialidade na mídia se explica a partir deste elemento sociológico. Trocando em miúdos, a mídia é capitalista de nascença, portanto comporta-se a partir do espírito capitalista. Para Weber, a ética protestante exerceu papel majoritário no racionalismo cultural. “Racionalismo cultural para Weber significa que todas as esferas da sociedade, assim como todas as ações

<sup>19</sup> Para a análise do artigo das autoras 138 notícias dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo foram utilizadas.

<sup>20</sup> Ver capítulo 1.

individuais no contexto dessas, vão obedecer a um novo e ubíquo quadro de referência” (SOUZA, 1999, p. 44), inclusive a imprensa.

O levantamento quantitativo, permite afirmar que os jornais trataram do tema, se formos seguir a nomenclatura de Holanda (e Weber), de maneira formalmente “racional”, ou como disse Wegner (1999, p. 238) com distanciamento da situação. Isto não significa que outras teses, ideologias, ideias não estejam presentes, nem mesmo que atores específicos não receberam tratamentos também específicos como apontou o estudo de Rizzotto e Prudencio (2017) sobre Dilma Rousseff. E também não quer dizer que houve a racionalidade integral no processo, visto que as porcentagens indicam o contrário, principalmente os números referentes à emoção.

### **3.3. IMAGEM ANTIPÁTICA**

As duas análises anteriores permitiram visualizar o uso do livro de códigos como ferramenta para identificar a tese do patrimonialismo na cobertura noticiosa. Ainda não foi apresentado como a imagem será utilizada. Os dados quantitativos das imagens permitem pouca associação com a teoria de Faoro e Holanda, no entanto temos algumas pistas que a análise qualitativa melhor desempenhará.

Das 2.202 notícias, 1.820 têm fotografias ou fotomontagens, as 382 restantes ou não são ilustradas, ou estão com desenhos ou infográficos, logo não foram codificadas nesse eixo. Das 1.820, 1.109 têm fotografias (ou fotomontagens) de políticos, o que corresponde a 50.36% do total do corpus. Como pode ser visto no gráfico abaixo.

## IMAGENS

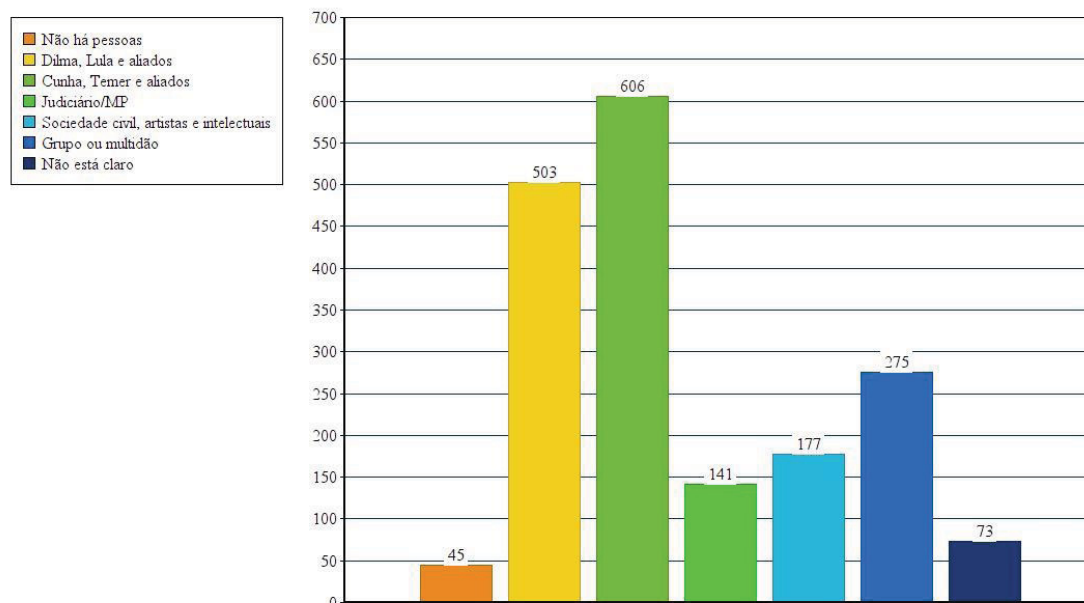


Gráfico 5. Fonte: COMPA / UFPR

Poucas matérias não têm nenhuma pessoa, o que pode nos levar a algumas interpretações. Se por um lado os dados quantitativos de narrativa apontaram personalização em 47.05% e apenas 45 matérias não têm pessoas e em 275 é composto por grupo ou multidão, há a tendência em personalizar a fotografia, já que a opção “Grupo ou multidão” deveria ser assinalada “Nos casos em que aparecerem mais de uma pessoa e elas não puderem ser inseridas no mesmo código” (LIVRO DE CÓDIGOS, 2016), como ilustra a matéria abaixo:

## A BATALHA DO IMPEACHMENT

## Espólio em liquidação

Governo mapeia cargos do PMDB para distribuí-los a aliados que votem para salvar Dilma

JÚLIA GAMA, EDUARDO BRESCIANI  
e RENATO ONOFRE  
opais@oglobo.com.br

**BRASÍLIA E SÃO PAULO.** Após dar como perdida a batalha para manter o PMDB na base aliada, o governo decidiu fazer um mapeamento dos cargos hoje ocupados por apadrinhados peemedebistas — o objetivo é redistribuir esse espólio a outros partidos que possam dar votos para salvar a presidente Dilma Rousseff do processo de impeachment no Congresso.

Até dias atrás, a estratégia do governo era tentar enfraquecer o vice-presidente Michel Temer para evitar que obtivesse uma vitória unânime na reunião do Diretório Nacional, amanhã, em prol do rompimento. Mas, com a avaliação de que a batalha está perdida junto ao PMDB, a ordem no Palácio do Planalto passou a ser identificar os cargos ocupados por peemedebistas e começar as exonerações, abrindo espaço para aqueles mais suscetíveis a uma composição com o governo em troca de benefícios na máquina pública. Foi o que já aconteceu com o aliado de Temer Henrique Pires, exonerado da presidência da Funasa na última quinta-feira. O mesmo deverá ocorrer com os cargos da autarquia nos estados, muitos dos quais também controlados por indicados do PMDB.

Nesse raciocínio, cresceu no Planalto a pressão para que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva assuma um cargo de assessoria no governo para executar essa articulação. Uma fonte ligada ao governo dá o tom da estratégia para sobreviver ao impeachment:

— Vai ser varejo total, é balcão de feira. O governo vai facilitar a liberação de recursos e atuar com promessa de cargos na estrutura federal para tentar barrar o impeachment na comissão. E sabemos que quem tem voto são deputados e senadores. O foco do governo agora é ir em cima de quem tem voto. Seria gastar energia à toa trabalhar para desmobilizar o PMDB, porque a onda orgânica no partido está muito forte — diz um auxiliar governista.

O líder do PMDB na Câmara, Leonardo Piccinini (RJ), que ainda defende a permanência no governo, vê como natural a decisão do Planalto de redistribuir os cargos caso o partido de fato deixe a base. Mas acredita que, internamente, deve haver tolerância com os ministros que ainda não se decidiram e que optarem por apoiar individualmente Dilma e não deixar os cargos.

— Se o partido decidir pela saída, o governo deve promover a saída dos peemedebistas que têm cargos. Mas o PMDB tem que respeitar as circunstâncias individuais dos filiados — defende.

Com o diálogo com as lideranças cada vez mais restrito no Congresso e sem poder contar com a força de ministros sobre as bancadas, a aposta do governo será cada vez mais na negociação direta com cada deputado. Os governistas já sinalizam a aliados que quem ficar terá

mais espaço no governo.

— Quem quer a cassação não vai permanecer no governo. Não tem essa de um pé em cada canoa. Saindo, vamos reestruturar o governo com aqueles que são contra esse golpe — afirma o deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

No Congresso, os governistas já trabalham com espaços que serão deixados pelos peemedebistas para dar fôlego à presidente. O objetivo é tentar conter o efeito dominó em partidos da base como PP, PR e PSD. Apesar de o governo dar como certa a saída do PMDB da base, entre os deputados petistas a sensação é que nem todos seguirão a Executiva Nacional.

— Não vejo uma saída em massa, uma debandada, como anunciada por aqueles que defendem o golpe. Acho que iremos alguns nomes que sairão do governo, mas ainda teremos o apoio de parte do PMDB — avalia Teixeira.

Um deputado petista que faz parte da comissão do impeachment, mas prefere não se expor, afirma que o governo já iniciou o trabalho no

varejo junto a pequenos partidos para tentar garantir o apoio necessário para manter Dilma. Ele diz que a ideia é usar cargos de quem está desembarcando para tentar garantir outros aliados:

— Tem que tirar o cargo dos infelizes e repassar diretamente para a nova base. Isso já está em curso.

Um líder da base, no entanto, afirma que a tendência é de os grandes partidos seguirem a mesma direção do PMDB e passarem a apoiar o impeachment. A avaliação é que o governo perdeu condições de reagir. Para tentar refluir o movimento, restaria ao governo acelerar negociações pontuais para tentar manter ao menos núcleos governistas em cada legenda, evitando o desembarque completo.

— Tem que ser algo customizado, individualizado, para que você possa, para cada situação, atender a determinadas demandas. Mas o movimento está mu-

to forte, e está difícil para todo deputado manter um apoio ao governo neste momento — diz o líder.

Ontem, Dilma voltou de Porto Alegre, onde passou o feriado, e recebeu à noite o ministro Jaques Wagner (chefia de gabinete) no Alvorada. O ministro é um dos principais articuladores da defesa do governo no Congresso.

Do outro lado da batalha, Temer passou o dia ontem em telefonemas com peemedebistas e manterá hoje agenda intensa de reuniões para buscar a união em torno do desembarque. Segundo seus mais próximos auxiliares, se conseguir o consenso, Temer deve participar da reunião na expectativa de aclamação pelo rompimento com o governo, o que o fortaleceria como liderança.

A bancada do PMDB na Câmara irá se reunir hoje para tentar um posicionamento conjunto, mas a tendência é que os defensores da permanência no governo sequer compareçam ao encontro do Diretório Nacional.

— Se a decisão for de fato sair do governo, tem



Rumos opostos. Em vez de continuar tentando enfraquecer Temer no PMDB, Dilma vai começar exonerações

que ser estabelecido um prazo para os ministros. Tem que ter responsabilidade, não se deixa ministério do dia para a noite. Tem que prevalecer o bom senso. Se decide sair tem que dar 30 dias, quando já estará definido se tem ou não impeachment. O governo pode até querer substituir antes, pode trocar se quiser, mas o partido deve esperar esses 30 dias — afirma um peemedebista alinhado ao governo.

Até o momento, dos sete ministros do PMDB no governo, apenas Kátia Abreu (Agricultura), que se filiou ao partido há menos de três anos, tem sinalizado que pode deixar a legenda. Kátia pode retornar ao PSD, legenda comandada por seu filho, o deputado Irajá Abreu, em seu estado, o Tocantins. Os demais ministros, avalia a cúpula do PMDB, devem optar por ficar no partido e sair do governo.

O governo faz bem em redistribuir esses cargos. Se tenho uma sociedade com alguém e esse alguém diz que não quer mais, muito bem, que vá embora. O filho da Kátia vai ser candidato a governador pelo PSD, e ela pode aproveitar

para voltar para lá. Ela sempre foi outsider no PMDB, foi colocada ali pela presidente — afirma um dirigente peemedebista.

Em outra frente, o governo também pretende trabalhar o discurso de que os atuais ministros não terão espaço em eventual governo Temer e que terão de enfrentar a militância petista nas ruas protestando contra o que consideram um golpe. Há expectativa de grande mobilização nesta quinta-feira, dia 31, organizada pelo PT para intimidar os apoiadores do impeachment.

— Michel Temer, para poder governar, vai ter que fazer ampla coalizão, e é muita gente para pouco cargo. E o PT faria do governo dele um inferno. O partido está mobilizando todos os esforços em uma marcha para intimidar Temer e meter pressão sobre a Câmara. Muitos deputados fraquejam na hora de defender o governo, apesar de terem cargos, por causa da pressão popular. O PT quer botar pressão popular do outro lado para equilibrar o jogo — resume um petista. ■

Imagem 1. Fonte: COMPA/ UFPR

Como não é possível marcar que há personalização em dois atores, a matéria não foi codificada desta maneira. No entanto, Rodriguez e Dimitrova (2011) salientaram a preponderância do enquadramento visual sobre o texto. Com isso, temos dois atores do campo político representados nesta imagem. O que faz o número de políticos que estão estampados nos jornais ser verdadeiramente maior que 1.109.

Outro caminho que podemos tomar é a partir da análise semiótica-estilística, lembrando o que Prudencio et al. (2016) afirmaram sobre o plano médio, preponderante



nas imagens, aparecendo 45.82%<sup>21</sup>. “Apesar do plano médio colocar o retratado no mesmo nível do olhar, isso não desperta empatia, mas, pelo contrário, antipatia pelos políticos, na medida em que o aspecto dominante ou ponto focal não está no observador, mas no ambiente político ao redor” (p. 13). Isso leva àquela construção negativa do estamento burocrático de Faoro, ou seja, culturalmente os políticos brasileiros têm má-fama e isso influencia no enquadramento da imagem do jornal, a buscar a antipatia, reforçando características culturais que são, por sua vez, conjugadas com uma série de outros fatores reforçados no texto. Dessa forma, quando o enquadramento da imagem passa antipatia, o que está posto é uma distância entre o cidadão comum e o político, que de acordo com Faoro (2001 p. 59), está situado numa camada estamental de privilégio de grupo.

Não é possível ir muito além na análise quantitativa de imagem. No entanto, ao trabalhar qualitativamente, os dados quantitativos darão subsídios para que as interpretações não direcionem a um caminho equivocado.

### 3.4. ACEITAÇÃO DO PEDIDO

Por estar lidando com a mídia impressa, buscamos as matérias que saíram um dia depois da aceitação do pedido de Eduardo Cunha, ou seja, 3 de dezembro de 2015. Nesta data 13 matérias circularam nos jornais: três do Estadão, três da Folha e sete d'O Globo, todas, de uma maneira ou de outra, relacionadas ao acontecimento. A que mais se afasta traz na manchete: “Para ministros do STF, Cunha deve deixar cargo”<sup>22</sup>.

Das 13 notícias, nove contemplavam imagens de políticos, divididas em: 4 de Dilma Rousseff e/ou aliados; 5 de Eduardo Cunha e/ou aliados, indicando um protagonismo dos políticos no processo de aceitação do Impeachment, o que poderia ser encarado de maneira “natural” uma vez que é um processo político que envolve o poder público. No entanto, as pessoas a quem este processo diz respeito, ou seja, toda a população brasileira, não foram ouvidas pelos jornais. Isto explica o porquê de termos elencado a seção “Fontes”.

Uma matéria do jornal O Globo, “A festa dos pró-impeachment” (ver imagem abaixo), traz uma imagem de uma manifestação, isto é, não há políticos representados nela, e as opiniões das pessoas. Embora não seja possível identificar o patrimonialismo

<sup>21</sup> O plano aberto apareceu em 23.57% das imagens e o plano fechado (*close*) 30.33%.

<sup>22</sup> O Globo, 3 de dezembro de 2015.

por um lado, através dos atores representados na notícia, é possível por outro, a saber: o vilão desta matéria de acordo com a codificação é Dilma Rousseff; a emoção (V020) foi marcada como presente, que para além do texto do jornalista, aparece também na editoria “Clima de euforia”, como se o processo político fosse uma festa, o que mostra o próprio título da matéria; o jornalista sugere que o impeachment é a melhor solução. Portanto, há a concordância, seja por parte do jornalista ou dos entrevistados, que o governo Dilma Rousseff é responsável pelo que acontecia naquele momento, sendo a melhor alternativa o impedimento.

CLIMA DE EUFORIA

## A festa dos pro-impeachment

Integrantes de movimentos, como o Brasil Livre, foram às ruas de São Paulo em pequenos grupos comemorar, mas evitaram se posicionar sobre a situação de Eduardo Cunha

-SÃO PAULO-

‘E stávamos com o kit festa preparado’, afirmava Renan Santos, um dos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), com incontida alegria, minutos depois que o deputado Eduardo Cunha acatou o pedido de impeachment da presidente Dilma. No fim da tarde de ontem, fogos de artifício foram queimados em diferentes regiões da capital paulista. Na Zona Sul, os estampidos foram esparsos, enquanto na Zona Oeste o barulho foi mais intenso. O clima festivo era claro entre os movimentos que organizaram manifestações contra Dilma ao longo de 2015, que conclamavam eleitores insatisfeitos com ela a comemorar o início do processo de impedimento na Avenida Paulista, “como se o nosso time estivesse ganhando o campeonato”, explicava Santos.

— Sabíamos que isso aconteceria; estávamos assistindo



**Barulho.** Manifestantes conclamam motoristas a buzinar na Avenida Paulista

a um jogo de chantagem entre Cunha e PT. Em alguma hora esse jogo ia colapsar, como aconteceu. E quem ganha é o Brasil; é um presente de Natal para o Brasil — disse o líder do MBL.

Por volta das 22h, cerca de cem pessoas estavam no vão livre do MASP, enroladas em bandeiras do Brasil e entoando “O PT vai cair”.

— Se Deus quiser, agora ela

cai. Vamos marcar uma nova manifestação ainda hoje — disse Kim Kataguirí, do MBL.

Outro grupo que comemorava a decisão de Cunha era o Vem Pra Rua.

— Este é um dia histórico, porque finalmente um pedido da população está sendo atendido — afirmou Rogério Chequer, porta-voz do movimento.

Quem não foi para a Paulista

mas quis manifestar apoio ao impeachment bateu panela quando a presidente falou na televisão, por volta das 20h30m. O barulho, bem menor do que em outros pronunciamentos de Dilma, foi ouvido nos bairros centrais na capital.

Os movimentos, no entanto, evitaram se posicionar claramente sobre a situação de Eduardo Cunha, acusado repetidas vezes de ter recebido propina no âmbito da Operação Lava-Jato. Para Chequer, ele ainda é presidente da Câmara e, portanto, tem competência para tomar a decisão.

— Infelizmente, é por motivo de barganha, mas isso é prerrogativa dele. Este pedido não veio de políticos; veio de um clamor popular, e é isso o que importa.

Já Santos, do MBL, não quis discutir a legitimidade do deputado.

— Queremos que o Cunha saia, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra — desconvosou. ■

“As ruas vão se mobilizar naturalmente a partir de agora. O estopim foi aceso”

**Aécio Neves**

Presidente nacional do PSDB

As variáveis neste momento do processo não apontam uma presença absoluta da tese patrimonialista. Para além dos representados nas imagens (V014), podemos destacar a Emoção (V020) que das 13 matérias apareceu em 8. E os atores (V032<sup>23</sup>) que pertencem ao campo político em 11 notícias.

Entretanto, ao olharmos de maneira mais cuidadosa, é possível visualizar vários elementos da tese patrimonialista, seja pela abordagem de Holanda ou pela de Faoro. Duas matérias trazem títulos semelhantes: “Não possuo contas no exterior, afirma presidente”<sup>24</sup> (ver Anexo 2), do Estadão, e “Dilma se diz indignada e ataca Eduardo Cunha: ‘Não oculte bens’”<sup>25</sup> (imagem 3), d’O Globo. A notícia em questão é sobre um “duro pronunciamento”, de acordo com O Globo (a matéria não é assinada), de Dilma Rousseff à imprensa após a divulgação da abertura do processo. É possível observar dois elementos: o emotivo – codificado como “presente” (V020) –, “Dilma se diz *indignada* e *ataca* Eduardo Cunha”, presente no homem cordial (HOLANDA, 2004), tendo em vista isso a cobertura noticiosa apresentou Dilma como emotiva, ou seja, não racional, como propõe a teoria de Holanda, uma vez que o homem cordial é aquele que age através do coração; e o “Não possuo contas no exterior” e “Não oculte bens” revelam a promiscuidade do quadro administrativo (FAORO, 2001).

---

<sup>23</sup> Nesta variável, elencam-se os atores que tem maior espaço de fala na notícia, contando os atores que têm suas falas, pensamentos ou ações reproduzidas em discurso indireto (pelo jornalista). Não devem ser marcados aqui os atores que são somente citados. (LIVRO DE CÓDIGOS)

<sup>24</sup> O Estado de S. Paulo, 3 de dezembro de 2015.

<sup>25</sup> O Globo, 3 de dezembro de 2015.



---

## CRISE E VINGANÇA

---



**Impeachment.** Presidente da República negou ter cometido ato ilícito: “São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam este pedido”

### **Dilma se diz ‘indignada’ e ataca Eduardo Cunha: ‘Não oculte bens’**

**‘Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha’**

Imagem 3. Fonte: COMPA/ UFPR

O plano da imagem é médio, logo seguimos com a mesma interpretação de Prudencio et al. (2017) apresentada anteriormente, além do mais Dilma aparece sem sorrir e com as sobrancelhas curvadas, indicando seriedade, para usar a nomenclatura indicada: “antipatia”. Partindo da manchete e da imagem, podemos dizer que o jornal colocou Dilma como uma pessoa não racional (HOLANDA, 2004) e dá espaço à sua fala para apresentar um Eduardo Cunha de índole duvidosa, que oculta bens, logo se beneficia da sua posição pública para práticas privadas (FAORO, 2001).

No que tange o eixo narrativo, a codificação marcou como “presente” a V020 – emoção e V021 – personalização. A V019 – dramatização e a V022 – ornamentação estilística foram marcadas como ausentes, o que mostra que a matéria foi escrita de maneira “objetiva” de acordo com a norma jornalística, ou seja, usando pirâmide invertida

e sem adotar floreios literários. Dilma Rousseff foi codificada como vítima (V023 e V024) e Eduardo Cunha como vilão (V026 e V027). Não houve herói.

As variáveis que abordam o enquadramento noticioso resultaram em: V032 – atores: campo político (Dilma, Lula e aliados); V033 – subtópico do problema: disputa política; V034 – causas do problema: legalidade do processo; V035 – julgamento moral: impeachment como vingança; V036 – solução de tratamento: ausente.

O texto do jornalista começa expondo na primeira parte o caráter emotivo: “A presidente Dilma Rousseff reagiu atacando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por ter decidido abrir processo de impeachment contra ela” (O GLOBO, 2015). E em seguida, ainda no parágrafo de abertura, aos moldes da pirâmide invertida, “A presidente afirmou que não possui contas no exterior, que não pesam contra ela denúncias de práticas de atos ilícitos, que não coagiu ninguém para atender interesses pessoais e que não paira contra ela suspeita de desvio de dinheiro público” (O GLOBO).

A matéria também coloca Eduardo Cunha como “homem cordial” e elenca uma ineficácia do governo Dilma, tendo em vista que a editoria da matéria está classificada como “CRISE E VINGANÇA”; a crise está ligada ao governo da petista e a vingança à atitude de Eduardo Cunha: “O governo começou a prever o pior cenário a partir da decisão da bancada do PT na Câmara de votar contra Cunha no Conselho de Ética. No meio tarde, chegaram ao palácio os relatos de que o peemedebista reagiria” (O GLOBO). E foi justamente esse o julgamento moral (V035) do jornalista: o impeachment como vingança. Partindo daí, pode-se tirar como resultado, que a aceitação do pedido por parte de Eduardo Cunha não foi baseada em preceitos racionais (HOLANDA, 2004) e o processo de impeachment fora aberto a partir do exercício de poder incumbido ao presidente da Câmara por uma vingança pessoal<sup>26</sup>. Ainda que já citado anteriormente, é pertinente repetir que “o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos *cargos*, numa *confusão entre o setor público e o privado*” (FAORO, 2001, p. 870 [grifo nosso]). Eduardo Cunha gozou da sua posição no estamento burocrático para dar continuidade a um processo que, de acordo com O Globo, fora por “vingança” (plano pessoal).

### 3.5. AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF

---

<sup>26</sup> Esse “pessoal” não é como pensamos no vulgar e sim está ligado ao pensamento de Holanda (2004) sobre a pessoalidade e impessoalidade discutida em sua obra, ver seção anterior.

Seguindo a orientação anterior, buscamos as notícias um dia após o afastamento da presidente, logo 13 de maio de 2016. Chegamos ao resultado de 27 notícias. Dezenove d'O Globo, cinco da Folha e três do Estadão. Essa diferença entre O Globo e os outros dois jornais acompanha no corpus total (ver Gráfico 1), por isso não causa surpresa.

Neste período do processo, oito matérias não tiveram imagens, reduzindo o número de 27 para 19. Destas 19 notícias, o que estava representado nelas (V014), 16 são políticos, divididos entre: 5 para Dilma e aliados e 11 para Cunha e aliados. As outros três estão cada uma em: “judiciário”, “sociedade civil” e “grupo ou multidão” (ver tabela abaixo). Mais uma vez a predominância dos atores nas imagens é dos atores políticos, o que nos impede de tomar outro caminho interpretativo para além do enunciado no tópico anterior. A centralidade do processo, se tomarmos as imagens como parâmetro, está nos atores políticos.

Sobre o plano da imagem (V018), que pode indicar antipatia, neste período o plano médio não predominou absolutamente sobre os outros apesar de ter sido o mais marcado. Resultando em: plano aberto (6); plano médio (8); e plano fechado (5). O enquadramento de imagem, apesar de destacar os políticos, precisa ser combinado com outros enquadramentos, pois o dado que se destaca é, além do número de políticos representados, Eduardo Cunha e aliados terem aparecido mais que o dobro do que Dilma e aliados.

<b>V014 PESSOA REPRESENTADA NA IMAGEM</b>		
00	Não há pessoas na imagem.	X
01	Dilma Rousseff, Lula ou aliados (políticos ou não).	5
02	Eduardo Cunha, Michel Temer ou aliados (políticos ou não).	11
03	Sérgio Moro ou representantes do judiciário/MP.	1
04	Representante da sociedade civil, artistas, intelectuais ou cidadão comum.	1
05	Grupo ou multidão. Nos casos em que aparecerem mais de uma pessoa e elas não puderem ser inseridas no mesmo código, então essa opção deve ser assinalada.	1
999	Não está claro	X

Tabela 12. Fonte: COMPA/UFPR

O enquadramento de narrativa também não traz dados significantes. Neste eixo é possível marcar “ausente” ou “presente”. A variável “dramatização” (V019) ficou dividida entre 16 ausentes e 11 presentes. A emoção (V020): 17 ausentes e 10 presentes. A personalização dividiu-se entre 14 ausentes e 13 presentes. E a ornamentação estilística, a que mais chama a atenção, ficou em 26 ausentes e 1 presente, indicando que quase todas as notícias lidaram “objetivamente” com o fato no aspecto texto.

A segunda parte do enquadramento da narrativa segue a primeira. Vítima (V023): 22 ausentes e 5 presentes. Vilão (V026): 24 ausentes e 3 presentes. E herói (V029): 26 ausentes e 1 presente.

Para evitar confusão com os dados destacaremos os mais significativos no que tange o enquadramento noticioso, uma vez que neste eixo são cinco variáveis e muitas opções<sup>27</sup>. Logo, na variável dos atores presentes nas notícias (V032), das 27 totais, 18 são do campo político, reforçando o que mostra o enquadramento de imagem. O problema da notícia (V033), 13 trataram do futuro pós-impeachment. As causas do problema em questão (V034), 11 ausentes, 3 corrupção e 1 incapacidade de Dilma. O julgamento moral do jornalista (V035), 20 ausentes. E, por fim, a solução dada pelo jornalista (V036), 19 ausentes.

---

<sup>27</sup> No Anexo II é possível encontrar os dados em tabelas com referência da página e tópico.



## TROCA DE COMANDO



**Pronunciamento.** Dilma Rousseff falou ontem no Palácio do Planalto após ser comunicada da decisão do Senado favorável ao processo de impeachment.

## Dilma mantém salário e direito a transporte aéreo

Presidente afastada ontem também não terá de deixar o Palácio da Alvorada até o julgamento final do impeachment no Senado

Inárcia Bonfim / BRASILIA

os 180 dias de afastamento, residência oficial. A presidente



**Ex-ministros.** 1. Valdir Simão (Planejamento); 2. Eugênio Aragão (Justiça); 3. Tereza Campello (Desenv. Social); 4. Aloizio Mercadante (Educação); 5. Nelson Barbosa (Fazenda); 6. José Eduardo Cardozo (AGU); 7. Dilma; 8. Eleonora Menicucci (Mulheres); 9. Berzoini (Sec. de Governo); 10. Kátia Abreu (Agricultura); 11. Edinho Silva (Comunicação); 12. Izabella Teixeira (Meio Ambiente)

do pela metade, ou seja, a R\$ ex-presidente Fernando Collor

Imagem 4. Fonte: COMPA/ UFPR

Tomando apenas os dados da codificação não é possível perceber determinadas nuances que indicam a presença da tese do Estado patrimonialista, no entanto, partindo para uma análise mais acurada das notícias, alguns traços se destacam. Por isso, mais uma vez, que não usamos apenas nas nossas análises as codificações e combinamos com outros elementos.

Na matéria acima, do jornal O Estado de S. Paulo, o conteúdo trata de uma série de direitos que Dilma Rousseff poderia gozar após o afastamento<sup>28</sup>. “O peemedebista [Renan Calheiros] deixou uma última cartada de apoio à petista e enumerou uma série de

<sup>28</sup> No Anexo III encontra-se a matéria que trata do mesmo assunto do jornal O Globo. Ao contrário do Estadão, o jornal carioca produziu um infográfico comparativo entre os direitos de Collor, em 1992, quando fora afastado, e os de Dilma, destacando a vantagem desta ante aquele. A Folha de S. Paulo não abordou o tema como pauta principal de uma matéria.

direitos, como salário integral e transporte aéreo, durante os 180 dias de afastamento, ou até o julgamento final do processo do impeachment” (O ESTADO DE S. PAULO, 2016).

Mais adiante, a jornalista, que em nenhum momento cita diretamente alguém entre aspas, põe em xeque esses direitos: “Os posicionamentos definidos por Renan não eram consenso entre os senadores [...] Aliados de Temer [...] defendem que o uso do aparato do Poder Executivo cabe tão somente a ele” (O ESTADO DE S. PAULO, 2016). E num outro momento questiona sobre o salário de Dilma: “Outra questão que chama atenção é o salário. Na iminência do afastamento de Dilma, foi levantado que, com base na Lei do Impeachment, o salário da presidente deveria ser cortado pela metade, ou seja, a R\$ 15,4 mil” (O ESTADO DE S. PAULO, 2016). Além de questionar também o uso dos aviões da Força Aérea Brasileira, o que a jornalista classificou como “medida polêmica”, uma vez que suspensão das atividades não há viagens oficiais, logo fica o indicativo, embora não verbalizado, que seria usado para compromissos pessoais que não dizem respeito ao Estado brasileiro.

O plano da imagem é aberto, indicando contexto, de acordo com a literatura (PRUDENCIO et al., 2016; RODRIGUEZ E DIMITROVA, 2011). A notícia trata da série de gastos que Dilma daria aos cofres públicos, embora nenhum momento a matéria traga essa conta ou foque diretamente nesse argumento, ele está subentendido, na medida que todos os direitos (locomção, Gabinete Pessoal, salário) seriam disponibilizados a ela. Logo, o contexto indicado, com 12 ministros aparecendo na imagem e identificados na ilustração abaixo da fotografia, pode ser interpretado como o alto custo para o Estado que gera um governo ou um presidente, pois até quando ele deixa o poder, as despesas continuam. Sem contar que há uma série de pessoas não identificadas, que também poderiam receber salários ou semelhantes de dinheiro público.

As variáveis de “Narrativa” foram todas codificadas como ausente à exceção de “personalização”. As de enquadramento trouxeram os seguintes resultados: V032 – Atores: ausente, havendo uma discordância com a marcação de “personalização”; V033 – subtópicos, V034 – causas e V035 – julgamento moral são todas relacionadas ao processo, legalidade e forma do impeachment. A V036 – recomendação de tratamento foi assinalada como ausente.

É uma matéria que poderíamos, de acordo com a codificação, classificar como bastante protocolar. Ao olhar mais de perto e cruzar com a imagem, elementos se destacam permitindo uma vinculação com a tese do Estado patrimonialista, a começar com o primeiro parágrafo em que é citada uma “cartada” de Renan em “apoio” a Dilma,

ou seja, como se ele tivesse usando da sua posição de mando (isto é, possuidor de poder) para favorecê-la, como um ato solidário (ver capítulo 2 quando Holanda refere-se à solidariedade e vinculação com os sentimentos entre amigos ou recinto doméstico).

Mais adiante a matéria questiona a decisão do presidente do Senado em manter o salário atual, tomando como base a Lei do Impeachment. A contra argumentação de Renan é que esta legislação é pouco precisa e “A assessoria técnica do Senado [...] informou que a medida é inconstitucional”. A jornalista usa de opiniões de terceiros (aliados de Temer) para questionar a posição de Renan Calheiros<sup>29</sup>.

Além disso, é posto que Dilma manteria seus “direitos”, porém a maneira colocada – “cartada” e “apoio” – dá a entender uma vantagem, portanto a “posição estamental” que “aspira privilégios”, como diz Faoro (2001, p; 59), é destacada e reforçada ao realizar o resgate histórico à época de Fernando Collor que quando afastado “também pôde montar sua equipe de apoio, com servidores, secretárias e motoristas” (O ESTADO DE S. PAULO, 2016).

### 3.6. A ÚLTIMA DEFESA

Em 29 de agosto de 2016, Dilma Rousseff teve sua última oportunidade de se defender publicamente. Foi ao Senado Federal e apresentou sua defesa. No dia seguinte, vinte notícias foram publicadas: dez d’O Globo, seis do Estadão e quatro da Folha.

Das vinte matérias, quatro não têm imagem. Das 16 restantes, oito representam (V014) políticos, sete grupo ou multidão e uma a sociedade civil. O plano das imagens (V018) dividiu-se em: 2 aberto; 6 médio e; 8 fechado. Portanto, as notícias trazem mais *closes*, o que indica intimidade.

Sobre o eixo narratividade pode-se afirmar determinado equilíbrio entre as alternativas. A dramatização (V019) ficou dividida em 11 ausentes e 9 presentes; emoção (V020) em 14 ausentes e 6 presentes; personalização: 10 ausentes e 10 presentes; ornamentação estilística também: 10 ausentes e 10 presentes. As vítimas (V023): 14 ausentes e 6 presentes; vilões (V026): 15 ausentes e 5 presentes; e heróis (V029): 18 ausentes e 2 presentes.

Assim como no tópico anterior, iremos destacar as opções significativas do eixo enquadramento noticioso e os resultados totais estão disponíveis nos anexos. Os atores

---

<sup>29</sup> Aqui o retorno teórico a ser feito é em Gaye Tuchman (ver capítulo 1), quando diz que “Ao inserir a opinião de alguém, eles [os jornalistas] acham que deixam de participar da notícia e deixam os ‘fatos’ falar”, isso seria uma das maneiras, como já discutido, de ser “objetivo”

enquadrados (V032): 14 referem-se ao campo político; o problema em questão (V033): 8 são sobre o processo do Impeachment e 5 disputa política; a causa do problema: 9 para legalidade ou legitimidade do processo; o julgamento moral do jornalista (V035): 8 ausente; e, por fim, a solução (V036): 18 ausentes.

Das quatro matérias publicadas pela Folha de S. Paulo (“Temer reage a ofensiva final de Lula por votos”; “Protesto em SP tem bombas e depredação”; “Comportados, convidados de Dilma e acusação seguem sessão no senado” e; “A senadores que decidirão o impeachment, Dilma diz temer morte da democracia”) duas tratam da defesa da presidente, sendo que apenas uma diz respeito diretamente à sua fala no Senado.



Imagem 5. Fonte: COMPA/ UFPR

A matéria da Folha é curta e dos 47 minutos em que a presidente discursou, o jornal destacou o desempenho histórico feito por ela, lembrando seus tempos de tortura e



ditadura militar, que é vítima de um golpe, temer pela morte da democracia e o tom respeitoso, porém tenso, entre ela e os senadores. O restante da matéria aborda temas externos ao discurso em si, como as presenças de Lula e Chico Buarque; a quantidade de votos necessária; como Michel Temer aguardava a votação e; um ato contra o impeachment. Apesar de a manchete indicar que a notícia abordará o discurso de Dilma, ele fora resumido a três breves observações e em todas elas o caráter emotivo se destacou.

No eixo narrativo foi marcado como presente as variáveis: emoção, personalização, ornamentação estilística e papel de vítima para Dilma Rousseff. Ausente foi marcado para dramatização, vilão e herói.

No eixo enquadramento noticioso o resultado obtido foi: V032 – atores: campo político: Dilma e aliados; V033 – subtópico do problema: processo de impeachment; V034 – causas e V035 – julgamento moral: ausentes; e V036 – recomendação de tratamento: o impeachment é a melhor opção, o que é raro aparecer - nos dados quantitativos das 2202 matérias, essa alternativa foi marcada em 255 casos, como ilustra o gráfico abaixo.

### V036 RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO

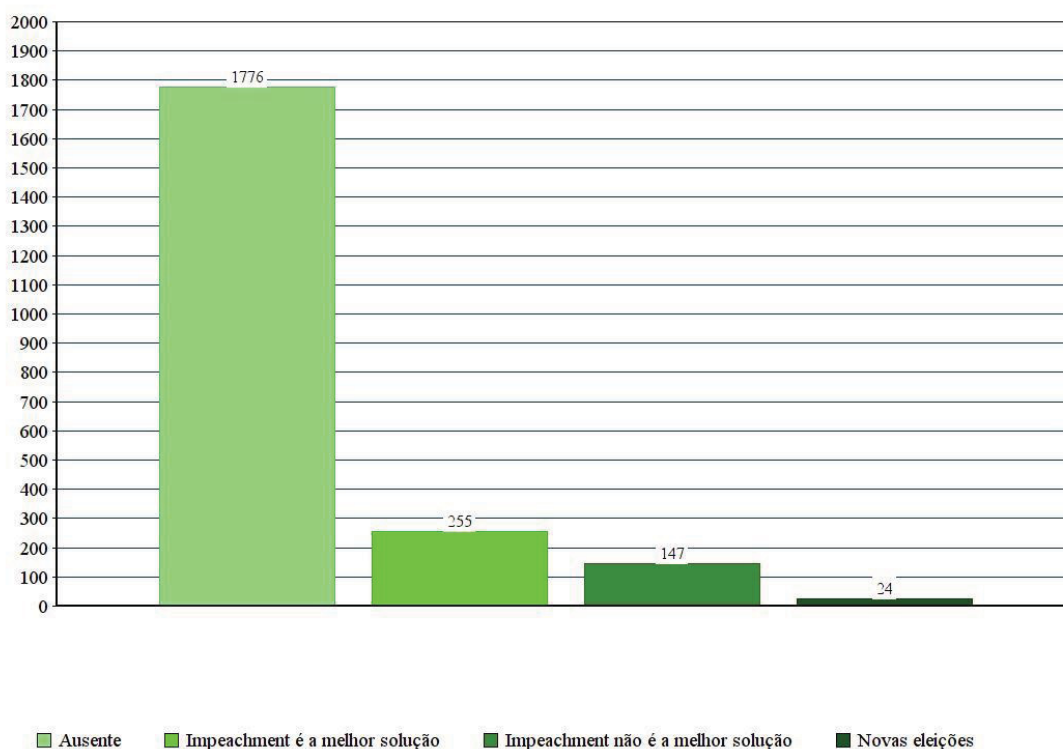


Gráfico 6. Fonte: COMPA/ UFPR

Isso ilustra uma característica do jornalismo brasileiro, cujo caráter não é opinativo e ainda trabalha com ideais de objetividade (ver tópico 1.6.).

No caso em questão, Faoro não serve às explicações. Como no caso da abertura do processo, a teoria do homem cordial é mais certa para mostrar a tese do patrimonialismo na notícia. Os aspectos destacados pela Folha não foram as explicações jurídicas, econômicas e políticas dadas por Dilma Rousseff, tampouco os questionamentos de mesma ordem por parte dos senadores. Seja de um lado ou de outro, o jornal salientou o “clima tenso” e o medo de Dilma em relação à democracia. Mais uma vez, num dos principais momentos do processo, a cobertura fora sustentada em características não racionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi movida pela tentativa de perceber como e por que a imprensa usou o patrimonialismo no processo que levou à deposição de Dilma Rousseff, em 2016, acusada de cometer pedaladas fiscais. Para isso, usamos o enquadramento multimodal como técnica para identificar esta tese, pois tal metodologia fornece elementos mais substanciais que apenas uma análise de enquadramento noticioso não seria capaz; pois, acreditávamos desde o início que a tese do Estado patrimonialista não estaria verbalizada na cobertura noticiosa e apareceria sutilmente, tendo em vista as características do jornalismo brasileiro, cuja noção de objetividade ainda funciona como um norte para uma cobertura “séria”.

Já no primeiro capítulo entendemos a importância do debate sobre a própria objetividade, o que nos levou a outros dois tópicos: as rotinas de redação e as fontes. Ao longo do primeiro capítulo, mostramos como muitas vezes os jornalistas usam o princípio da objetividade como ferramenta de defesa contra os próprios padrões. A rotina de redação entrou como tópico suplementar para reforçar a ideia de que não há possibilidade de um jornalismo questionador e mais analítico devido às demandas existentes para cada profissional e também porque cada meio de comunicação tem seus interesses próprios, o que muitas vezes não permite ao profissional emitir julgamentos ou soluções para problemas, como reforça o último dado apresentado: das 2202 notícias, em 1776 não houve recomendação de tratamento, isto porque o jornalismo brasileiro está pautado em “fatos”, e é por isso que o enquadramento noticioso e análise multimodal são ferramentas úteis, pois mostram que o posicionamento por parte dos profissionais existe na negação do posicionamento, ou seja, na norma da “objetividade” jornalística. Tendo este norte, as fontes (outro tópico suplementar) tornam-se portanto as oficiais, o que na nossa visão afasta o jornalismo e a comunicação política do cidadão, logo não fortalece a democracia. Porque da forma que entendemos, o cidadão não reconhecerá a dimensão da política como assunto que lhe diz respeito favorecendo o sentimento apolítico e/ou antipolítico. Os dados obtidos mostram isso, a maior parte das imagens nas notícias usaram plano médio (47.05%), o que, como mostramos, indica antipatia. E para além das 1776 notícias sem recomendação de tratamento, em 72% das notícias não houve um julgamento moral por parte dos profissionais, e embora seja repetitivo é preciso destacar mais uma vez, um impeachment para uma República não é um fato cotidiano, como uma troca de ministro, nomeação de cargo para alguma autarquia, é um presidente que deixa o posto e junto dele

os milhões de votantes, arrependidos ou não, logo um dos papéis do jornalismo sendo um dos representantes institucionais da democracia contemporânea é pôr em pauta e debater com a sociedade estes fatos, a tomar posições que não sejam veladas e sim esclarecidas para que o público possa também se esclarecer e formar seus juízos.

Estes três tópicos (objetividade, rotina e fontes), embora apareçam tangenciando a discussão principal, vão ao encontro a esta se pensarmos neste reforço da concepção antipolítica da cobertura noticiosa; pois o patrimonialismo pode ser interpretado, e foi uma das interpretações elencadas nesta dissertação, como uma confusão entre o público e o privado num primeiro momento, para que posteriormente acuse o Estado como uma grande máquina de negócios privados, desembocando em vários vícios, como o da corrupção, por exemplo. Portanto, a política seria vista como uma ferramenta de manipulação de uma casta – ou de um estamento burocrático, para usar a linguagem de Faoro – para favorecer a si mesma. O que corrobora a crítica de Jessé Souza sobre os dois autores no que tange a insistência em demonstrar o patrimonialismo como prática presente, não só apenas, mas principalmente no Estado.

Logo, um jornalismo baseado em fontes oficiais, que não ouve a população e não discute abertamente com ela, favorecerá o sentimento antipolítico pelo fato dela não ser um ator relevante. Das 2202 notícias, apenas 253 tem a sociedade civil como o ator principal da notícia, o único que foi menos ouvido pelos profissionais foi o campo econômico com 50. Isso reforça o distanciamento da política para com a vida cotidiana, a vida das pessoas, reforçando a teoria de Faoro quando ele discorre sobre o estamento-burocrático.

Todavia, para chegar à conclusão que a presença da tese do Estado patrimonialista na cobertura noticiosa favorece um sentimento antipolítico foi preciso dar alguns passos. A análise multimodal apresentou-se muito profícua como ferramenta de grandes números. A construção do livro de códigos e sua possibilidade de estudo em três eixos (visual, narrativo e noticioso) cruzando-os entre si revelou dados que não estamos certos que seria possível apenas com um deles. Conforme as análises demonstraram, pudemos extrair elementos “patrimoniais” da cobertura de cada eixo ao realizar as análises quantitativas separadamente – Faoro e o enquadramento noticioso e Holanda e o enquadramento narrativo – e com os três juntos, muitas vezes um reforçando o outro, como foi o caso das análises qualitativas.

O que enxergamos como ganho da metodologia multimodal, ainda pouco usada no Brasil, é a possibilidade de dar maior precisão mesmo em trabalhos de caráter

exploratórios e interpretativos como este. Isso pelo fato de as codificações e os três eixos de análise não permitirem aspectos subjetivos. Portanto, ao concluirmos em determinado eixo a presença ou não da tese do Estado patrimonialista, havia mais dois para comprovar ou não. E, mais, a construção do livro de códigos e as codificações não foram realizadas com o objetivo de encontrar o patrimonialismo na cobertura noticiosa, logo não houve qualquer direcionamento nas duas partes do processo. Isto se comprova nas análises: na discussão quantitativa do “homem cordial” não é possível afirmar categoricamente que a cobertura noticiosa da deposição de Dilma Rousseff foi emotiva, ou seja, houve distanciamento dos fatos impedindo os jornais e jornalistas de se envolverem íntima e pessoalmente. Daí, a importância de cruzar as variáveis. Se num primeiro momento a variável referente à emoção não dava o suporte necessário para identificar o “homem cordial”, ao relacioná-la com as variáveis “personalismo” e “dramatização” passamos a ter indicativos mais substanciais. E mais, tínhamos a nossa disposição outros dois eixos com outras variáveis para “comprovar” a presença da tese do Estado patrimonialista, mostrando mais uma vez como a análise multimodal dá os suportes necessários e superam uma análise que usa única e exclusivamente o enquadramento noticioso.

A partir disso e dos nossos resultados, podemos, portanto, afirmar que a cobertura foi mais racional aos moldes de Holanda, o que de certa maneira converge com o dado citado sobre a ausência de posicionamento. Embora não seja possível afirmar categoricamente também que ela foi totalmente racional, em várias passagens percebemos a presença de características emocionais, inclusive em momentos-chaves do processo. Ou também que atores específicos não receberam tratamentos singulares favorecendo uma interpretação sobre a outra, como mostrou o estudo de Rizzotto e Prudencio (2017) sobre Dilma Rousseff. Neste sentido, o que é possível afirmar nesta dissertação referente à cobertura noticiosa e o cruzamento com as teorias de Holanda e Faoro, é que a imprensa se aproxima mais da tese do Estado patrimonialista deste do que daquele. Daí considerarmos fundamental fazer a diferenciação de uma teoria da outra no capítulo 2. Embora Holanda e Faoro partam do mesmo lugar para classificar o que é patrimonialismo no Brasil – a presença marcante de Portugal na formação do Estado brasileiro – e cheguem basicamente à mesma resposta, a saber: tendo sua principal incidência nas práticas políticas, os caminhos percorridos por ambos é diferente. Holanda espalha sua análise ao brasileiro bem aos moldes de uma tipologia weberiana, ou seja, há determinadas características que compõem um tipo social do brasileiro, levando ao tipo de política praticada no Estado. Enquanto Faoro vê que há um tipo de Estado fundado no

Brasil que levaria à formação de determinado povo, daí sua afirmação de aqui haver antes um Estado do que uma nação. De uma forma ou de outra, o que é destacado em ambos são determinadas práticas na maneira de compor a política brasileira, e por isso Jessé Souza argumenta que as duas teorias não favorecem a uma interpretação do que é o Brasil ou o brasileiro, pois deixa de elencar muitos fatores, sendo o principal deles a escravidão, uma das nossas principais marcas que irradia nos dias de hoje, seja através de racismo ou de uma falta de pensamento prospectivo de determinada classe, que ele chama de “ralé”. Logo, não seria possível pensar qualquer tipo de brasileiro sem elencar a escravidão. A pensar contemporaneamente, outro problema das duas teorias na visão de Souza é a não presença de práticas capitalistas fora do Estado. No lugar em que Souza vê o problema, Faoro vê a solução, pois para este o que faltou (ou falta) no Brasil é a presença de certo liberalismo, aquele do século XVIII e XIX pautado no *laissez-faire* de Adam Smith.

O que se pôde perceber pela análise do enquadramento multimodal é que a tese do Estado patrimonialista está presente, mas não de maneira clara ou tratada explicitamente. Ela está na construção do campo político formado por uma casta, que detém privilégios, que está distante da população. A cobertura jornalística opera assim como normalizadora dessa visão que se perpetua na sociedade, quando seu papel seria atuar como questionadora.

A crítica às práticas de corrupção acabam por reforçar a tese do Estado patrimonialista também porque retira o campo econômico do cenário da crise política, de alguma forma “poupando” seus agentes. Esta tese é reforçada por Dardot e Laval: “os *think tanks* dos ‘evangelistas do mercado’ permitiram lançar o assalto aos grandes partidos de direita, apoiando-se numa imprensa dependente dos meios empresariais” (2016, p. 205). A lógica do mercado, portanto, invade a maneira como o próprio Estado deve ser pensado e como os teóricos pensam o Estado, fazendo críticas como a do patrimonialismo: “o mercado não se impõe simplesmente porque ‘invade’ os setores associativos e de Estado, mas porque se tornou um modelo universalmente válido para pensar a ação pública e social” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 312).

A cobertura jornalística rendida às informações não fortalece a democracia. Sem discutir com mais precisão o impeachment, seus fundamentos e contradições e focando numa corrida por votos, como se fosse uma eleição, e cobrindo o acontecimento de maneira protocolar, a imprensa reforçou o patrimonialismo e abriu a possibilidade de um impeachment duvidoso. E temos aqui a singularidade da cobertura, esperávamos inicialmente, por se tratar de um acontecimento pouco comum no universo político, que

houvesse por parte dos veículos uma cobertura diferente daquela praticada no cotidiano. O que não ocorreu. Pudemos perceber uma banalização e burocratização por parte dos jornais, reforçando mais uma vez aspectos “racionais” e também “burocráticos”, de acordo com a terminologia weberiana, portanto, a singularidade está na não singularidade de uma cobertura que se pretendia diferenciada. A Folha, O Globo e o Estadão cobriram o impeachment ordinariamente, a reforçar a crítica de Jessé Souza direcionada aos dois teóricos usados nesta dissertação: as causas de todas as mazelas sociais estão no Estado e tão somente nele, portanto para que haja melhorias sociais é preciso que ele funcione espelhado onde há eficiência: no mercado.

O patrimonialismo resume as deficiências sociais a práticas pouco ortodoxas, seja através da indicação de um amigo a um cargo ou a desvios de dinheiro público. Entretanto, não escancara as deficiências e corrupções existentes no mercado (privado) que afetam tanto a sociedade quanto as práticas promíscuas do e no Estado.

Ao fim e ao cabo a deposição aconteceu e no governo se instalou o grupo contrário a Dilma Rousseff e seu partido. Mas aí o trabalho da imprensa já havia sido realizado: fiscal do poder público, defensor dos interesses privados.

Entendemos que pensar características sociológicas na comunicação política, especificamente o patrimonialismo, é uma das contribuições desta dissertação, embora o cruzamento entre ambos não seja inovador e seja uma ferramenta utilizada em muitos trabalhos. Entretanto, considerar como categorias centrais na formação do pensamento social brasileiro, cuja incidência se dá em toda sociedade, inclusive no jornalismo, ajuda-nos a pensar práticas de comunicação política, discursos e narrativas. Elas não surgem do nada, teóricos pensam, refletem e produzem interpretações que muitas vezes são reproduzidas nos jornais sem questioná-las. A análise multimodal dá possibilidades de realizar esta tarefa com outros olhares e perspectivas, a utilizar outros teóricos com abordagens ainda mais contemporâneas. Na nossa visão uma das possibilidades de trabalho, dentro da cobertura noticiosa, tal qual realizou esta pesquisa, tendo como marco metodológico a análise multimodal, é a distribuição da ideologia neoliberal que vem sendo propagada pela mídia e favorece uma sociedade cada vez mais individualista e concorrencial, cujas consequências são vistas dentro dos próprios conglomerados midiáticos com o aumento de profissionais *freelancers*, levando a uma precarização do trabalho e, conseqüentemente, das próprias coberturas para que no fim haja uma defasagem na cobertura jornalística. Logo, uma questão levantada aqui para trabalhos posteriores é como a narrativa midiática neoliberal trabalha contra a própria mídia.

Acreditamos que com categorias específicas e um livro de códigos voltado para isso seja possível dar conta de encontrar possibilidades de resposta para este novo mundo que vivemos, pois assim como o patrimonialismo, esta é, de acordo com nossa hipótese, um assunto que não será verbalizado nas notícias.

O ponto nodal que defendemos neste trabalho de maneira ampla, e que pode ser seguido por outros, é a intersecção entre comunicação política e sociologia, levando em conta que aquela não se faz fora de uma sociedade com determinadas características que precisam ser elencadas nas análises.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. **Contracampo**, n. 04, p. 23-57, 2000.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. **ECO-Pós** 11 (2), 2008, p. 95-116.

ALBUQUERQUE, A. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **ALCEU** - v. 10 - n.20 - p. 100 a 115 - jan./jun. 2010.

ATHANÁSIO, E. P. **Controle editorial nas redações**: estudo sobre as percepções dos jornalistas de TV de Curitiba. 2013. 110 f. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BATESON, G. A theory of play and fantasy. **Psychiatric Research Reports**, n. 2, p. 39–51, 1954.

BECKER, L.; VLAD, T. News Organizations and Routines. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Edited). **The handbook of journalism studies**. 1. ed. New York: Routledge, 2009.

BERKOWITZ, D. Reporters and Their Sources. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Edited). **The handbook of journalism studies**. 1. ed. New York: Routledge, 2009.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo, Editora Hucitec, 2007.

BRENNAN, R. L., PREDIGER, D. J. Coefficient Kappa: Some uses, misuses, and alternatives. **Educational and Psychological Measurement**, v41, p.687-699, 1981.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006, p. 271-301.

CANDIDO, A. O significado de “Raízes do Brasil” (prefácio). In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAPPELLA, J. N., & JAMIESON, K. H. **Spiral of cynicism**: The press and the public good. New York: Oxford University Press, 1997.

CORBISIER, R. **Formação e problema da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

D’ANGELO, Paul. News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. **Journal of Communication**, v. 52, n. 4, p. 870-888, 2002.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE VREESE, C. News framing: Theory and typology. **Information Design Journal**. Vol. 13, p. 51-62, 2005.

DEMENECK, B. **Objetividade Jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

EDELMAN, M. **Constructing the political spectacle**. Illinois: The University of Chicago Press, 1988.

ENTMAN, R. M. **Democracy without citizens**: Media and the Decay of American Politics. New York: Oxford University Press, 1989.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ENTMAN, R.; MATTHES, J.; PELLICANO, L. Nature, Sources, and Effects of News Framing. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Edited). **The handbook of journalism studies**. 1. ed. New York: Routledge, 2009.

FAORO, R. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Editoria Ática, 1994.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

FRANÇA, V. “O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático”. Trabalho apresentado no **VI SOPCOM**, Lisboa, 2009.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - 1, Rio de Janeiro: Record, 2000.

GITLIN T. **The Whole World Is Watching**. Berkeley. California: Univ. Calif. Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GONÇALVES, Telmo. “A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo”. **Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura**, n. 5/6, Lisboa, 2005.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

HALLIN, Daniel C. Commercialism and Professionalism in the American News Media. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (eds.) **Mass Media and Society**. New York: Arnold, 1996, p. 243-262.

HACKETT, R.A. Decline of a paradigm? Bias and objectivity in news media studies. In M. Gurevitch & M.R.Levy (Eds.), **Mass communication review yearbook** (Vol. 5, pp. 251–274). Beverly Hills, CA: Sage, 1984.

HERTOG, James. K; MCLEOD, Douglas. M. A multiperspectival approach to framing analysis: a Field guide. In: REESE, Stephen. D.; GANDY JR., Oscar. H.; GRANT, August. E. (Ed.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of social life**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, p. 139-161, 2001.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IYENGAR, Shanto. **Is anyone responsible?** How television frames political issues. Illinois: University of Chicago Press, 1991.

KEANE, J. **Vida e morte da democracia**. São Paulo: Edições 70, 2010.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: An Introduction to Its Methodology**. Londres: Sage, 2004.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1983.

LÖWY. M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAIA, R. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº2, p. 303-340, 2009.

MARTINS, W. **A literatura brasileira**. Vol. VI, São Paulo: Cultrix, 1965.

MATTHES, Jörg.; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

McNAIR, B. “Journalism and Democracy”. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Edited). **The handbook of journalism studies**. 1. ed. New York: Routledge, 2009.

MELLO FRANCO, A. A. **Conceito de civilização brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MENDONÇA, R.F.; SIMÕES, P.G. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012.

MOLOTCH, H. and LESTER M. News as purposive behavior: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals. **American sociological review**, 39: 101-12, 1974.

MOOG, Vianna. (s/d.), **Bandeirantes e pioneiros**. Lisboa, Livros do Brasil.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

NOGUEIRA, Oracy. A Sociologia no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (Org.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

O'NEILL, D.; HARCUP, T. News values and selectivity. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Edited). **The handbook of journalism studies**. 1. ed. New York: Routledge, 2009.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

PORTO, Mauro. “Enquadramentos da mídia e política”. IN: A. A. C. Rubim (org.), **Comunicação e política: conceitos e abordagens**, Salvador/São Paulo, Edufba/Editora da Unesp, 2004.

POZOBON, R.; SCHAEFER, R. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Interin**, v. 19. n.1. p. 120-135, jan./jul. 2015.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C. Vítima, vilã ou heroína: a imagem de Dilma Rousseff na narrativa do impeachment. **Anais Compolítica: GT 6 – jornalismo político**, p. 1-24. 2017.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. Tudo normal: a pauta antipolítica no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXVI Encontro Anual da Compós**, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017.

REESE, Stephen. D. Prologue – framing public life: a bridging model for media research. In: REESE, Stephen. D.; GANDY JR., Oscar. H.; GRANT, August. E. (Ed.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of social life**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, p. 7-31, 2001.

REIS, T.; GADINI, S. Aproximações conceituais entre o framing e o jornalismo cultural. **Leituras do jornalismo**, Vol. 2, ano 03, n. 6, jul-dez, 2016, p. 50-63.

RODRIGUEZ, L.; DIMITROVA, D. The levels of visual framing. **Journal of Visual Literacy**, 2011 Volume 30, Number 1, 48-65.

ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SCHEUFELE, D. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, vol. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

SCHUDSON, M. The sociology of news production. **Media, Culture and Society**, Vol. 11, 1989, p. 263-282.

SCHUDSON M. The sociology of news production revisited (again). In: **Mass Media and Society**, ed. J Curran, M Gurevitch, pp. 175– 200. London: Arnold, 2000.

SCHUDSON, M. The news media as political institutions. **Annual Reviews Political Science**. 5: 249–69, 2002.

SCHUDSON, M. Reluctant Stewards: Journalism in a Democratic Society. **Dædalus, the Journal of the American Academy of Arts & Sciences**, 2013, p. 1-18.

SCHUDSON, M. How to Think Normatively About News and Democracy. IN: KENSKI, K.; JAMIESON, K. H. (edited). **The Oxford Handbook of Political Communication**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SCHUDSON, M.; ANDERSON, C. Objectivity, Professionalism, and Truth Seeking in Journalism. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Edited). **The handbook of journalism studies**. 1. ed. New York: Routledge, 2009.

SCHUDSON, M.; FINK, K. The rise of contextual journalism, 1950s–2000s. **Journalism**, Vol. 15 (1), 2014, p. 3-20.

SCHWARTZMAN, S. “A atualidade de Raymundo Faoro” in: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.46, nº2, pp. 207-213, 2003.

SILVA, T. E. M. Trajetórias da sociologia brasileira: considerações históricas. **Cronos**, v. 8, n. 2, p. 429-449, jul./dez. 2007.

SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. Framing european politics: a content analysis of press and television news. **Journal of Communication**, v. 50, p. 93-109, 2000.

SHEN, F., AHERN, L., & BAKER, M. Stories that count: Influence of news narratives on issue attitudes. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 91(1), 98–117, 2014.

SHOEMAKER P.; VOS, T.; RESSE, S. Journalists as Gatekeepers. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Edited). **The handbook of journalism studies**. 1. ed. New York: Routledge, 2009.

SODRÉ, N. **A ideologia do colonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, N. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, J. **O Malandro e o Protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora UNB, 1999.

SOUZA, J. **A modernização seletiva: Uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TANKARD, James. W. The empirical approach to the study of media framing. In: REESE, Stephen. D.; GANDY JR., Oscar. H.; GRANT, August. E. (Ed.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of social life**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, p. 95-106, 2001.

TANKARD, J.W., HENDRICKSON, L, SILBERMAN, J., BLISS, K., & GHANEM, S. **Media frames: Approaches to conceptualization and measurement**. Paper presented to the annual meeting of the Association for Education in Journalism and Mass Communication, Boston, 1991.

TAVOLARO, S. B. F. “Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20 (59), pp. 5-22, 2005.

TAVOLARO, S. B. F. “Para além de uma ‘cidadania à brasileira’: Uma consideração crítica da produção sociológica nacional”, **Revista de Sociologia e Política**, Vol. 17, n. 32, pp. 95-120, 2009.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TUCHMAN G. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. New York: Free, 1978.

TUCHMAN, G. ‘A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas’. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé (org.). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1999.

VIMIEIRO, A. C; DANTAS, M. “Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia”. **Revista Lumina**, v. 3, n. 2, p. 01-16, dez. 2009.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS**, v. 18, p. 235-252, 2011.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira, 1994.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva (vol. II). São Paulo: Editora UNB, 2004.

WEGNER, Robert. Os EUA e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: SOUZA, Jessé de (Org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora UNB, 1999.

WOLF, W. Das Problem der Narrativität in Literatur, bildender Kunst und Musik: Ein Beitrag zu einer intermedialen Erzähltheorie [The problem of narrativity in literature, fine arts and music: A contribution to an intermedial narration theory]. In V. Nünning & A. Nünning (Eds.), **WVT Handbücher zum literaturwissenschaftlichen Studium**: Vol. 5. Erzähltheorie transgenerisch, intermedial, interdisziplinär [Narration theory transgeneric, intermedial and interdisciplinary] (pp. 23–104). Trier: WVT, 2002.

WOZNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. **Environmental Communication**, Dec. 2014.

ZHAO, Yuezhi. **Objectivity and commercial news**: an examination of the concept of objectivity in North American Journalism. Dissertação defendida na Universidade Simon Fraser, 1989.

ZHONGDANG, Pan; KOSICKI, Gerald. M. Framing as a strategic action in public deliberation. In: REESE, Stephen. D.; GANDY JR., Oscar. H.; GRANT, August. E. (Ed.). **Framing public life**: perspectives on media and our understanding of social life. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, p. 35-65, 2001.



## ANEXO I

## LIVRO DE CÓDIGOS

## ENQUADRAMENTO MULTIMODAL IMPEACHMENT DILMA ROUSSEFF

**1. INTRODUÇÃO**

Este livro de códigos é ferramenta auxiliar para análise de enquadramento multimodal da cobertura midiática do processo de impeachment de Dilma Rousseff, no Brasil, entre dezembro de 2015 e maio de 2016.

**2. AMOSTRA**

Serão selecionados as matérias veiculadas pelos seguintes jornais: Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo.

**Período de análise:** de 2 de dezembro de 2015, data em que o pedido de impeachment foi aceito pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a 13 de maio de 2016, um dia após a aprovação do afastamento de Rousseff pelo Senado.

Inicialmente, será realizada uma coleta automática nos acervos dos jornais a partir da palavra-chave “impeachment”. A coleta será restrita a editoria de política ou equivalente (e.g. “Poder”) e compreenderá o período citado acima.

Após coleta automática, os codificadores deverão realizar filtragem manual, selecionando aquelas matérias que: 1) cumpram os requisitos de editoria e data conforme descritos acima; 2) contenham uma ou mais imagens.



O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, concede entrevista na qual anunciou que acatou o pedido de impeachment

BRASIL EM CRISE

## PT se opõe a Cunha, que revida e aceita pedido de impeachment de Dilma

★ EM PRONUNCIAMENTO, PRESIDENTE REAGE E AFIRMA ESTAR INDIGNADA ★ PLENÁRIO DA CÂMARA DEVE VOTAR O AFASTAMENTO

DE BRASÍLIA

Horas depois de o PT anunciar que dará apoio ao prosseguimento do pedido de cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o presidente da Câmara dos Deputados retaliou, aceitando a análise do pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT) pelo plenário da Casa.

Por meio da sua conta no Twitter, Cunha disse que tomava a decisão de acatar a ação, assinada pelo ex-petista Hélio Bicudo, pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Jr. e pela advogada Janaina Paschoal, “atendendo ao pedido das ruas”.

A presidente reagiu pouco depois, dizendo-se “indignada”. Em pronunciamento no Palácio do Planalto de 2min56s, acompanhada por 11 de seus ministros, Dilma disse que as acusações são “improcedentes” contra um governo que foi “democraticamente eleito”.

Ela citou também a aprovação, na tarde desta quarta-feira (2), da nova meta fiscal pelo Con-

gresso, o que, na visão do governo, esvaziava um dos argumentos pelo impeachment, o de que há desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dilma ainda partiu para o ataque contra Cunha, embora sem citá-lo nominalmente. Afirmou que não tem conta no exterior e que nunca ocultou a existência de seus bens, alusão às principais acusações que pesam contra o peemedebista.

O PT deve ir ao Supremo contra a decisão, com o argumento de que Cunha usou o cargo para chantagear adversários. Será a primeira análise de um pedido de impeachment desde que Fernando Henrique viu derrubada no plenário iniciativa semelhante, em 1999.

O trâmite até a votação pelos deputados, em que o Planalto precisa de 171 de 512 votos para derrubar o pedido, demora até cerca de 30 dias. Este prazo só será cumprido se o Congresso suspender o recesso marcado para o dia 23; se não, a decisão será apenas em fevereiro.



### **3. INSTRUÇÕES PARA CODIFICAÇÃO**

Antes de codificar, leia a matéria em sua totalidade. Comece codificando os dados gerais e, somente depois disso, faça a codificação textual e imagética. Em caso de ambiguidades ou dúvidas, faça anotações e entre em contato com o grupo de pesquisa (GP) para discutir a melhor forma de resolvê-las.

### **4. DADOS GERAIS**

<b>V001 IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA [ID_MAT]</b>	
Cada matéria deve ser identificada por um número que contenha a sigla do veículo (FSP, ESP, GLO e CB), seguido pela data da publicação (DDMMAA), número da página da publicação, letra que represente a ordem de aparecimento na página (no caso de haver mais de uma notícia na mesma página. Por exemplo, “a” se for a primeira matéria da página e “b” se for a segunda matéria) e tipo de imagem (INFO, ILUS, FOTO).	
Assim, a 1ª notícia da página 8 da edição do dia 13 de maio de 2016 do jornal O Globo será assim identificada: GLO_130516_08_a_FOTO	

<b>V002 IDENTIFICAÇÃO DO CODIFICADOR [ID_COD]</b>	
Anote o número referente ao nome do codificador.	
01	Cris Franco
02	Dédallo Neves
03	Djiovanni Marioto
04	Gabriela Petrucci
05	Priscila Januario
06	Renato Sordi
07	Tiago Borges
08	Victoria Benevides
09	

<b>V003 TÍTULO DA MATÉRIA [TÍTULO]</b>
Escreva por extenso a manchete da matéria.

**V004 DATA DE PUBLICAÇÃO [DATA]**

Escreva a data de publicação no formato DDMMAA, sem espaço, barra ou hífen.

**V005 VEÍCULO [VEÍCULO]**

Marque o número referente ao veículo.

01	Folha de S. Paulo
02	Estadão
03	O Globo

**V006 AUTORIA DA MATÉRIA [AUTOR]**

Identifique o autor conforme designado no início ou final da matéria.

01	Agência de notícias	<p>Complete também qual é a agência de notícias utilizada:</p> <p>11 Folha Press</p> <p>12 Agência Estado</p> <p>13 Reuters</p> <p>14 France Press (FP)</p> <p>15 Globo</p> <p>16 EBC Brasil</p> <p>17 Associated Press (AP)</p> <p>18 outra</p> <p>Neste caso marque 01 + número equivalente à agência. Ex: 0111</p>
02	Jornalista	Assinale essa opção também no caso de mais de um jornalista assinar a matéria.
03	Da redação	Assinale essa opção quando a notícia for da redação, sem identificação de autoria.

04	Autor convidado	Um autor convidado é um indivíduo não contratado pelo jornal, geralmente não é um jornalista, mas alguém reconhecido por suas atividades em outra área. Ex: político, intelectual, artista.
05	Outro	Marque essa opção quando houver mais de um autor, que se encaixam em diferentes categorias.

### **V007 COMPONENTE ENQUADRADO**

O componente enquadrado refere-se a elemento que prepondera no enquadramento. Nem sempre esse componente cita explicitamente o impeachment, mas trata de objetos a ele relacionados.

01	Corrupção (ex. Operação Lava Jato)	<p>Trata da cobertura específica de casos de corrupção.</p> <p>Ex.: Cardozo cobra PF sobre pedido de R\$ 172 mil a Moro - Na terça-feira, delegados ouvidos pelo Estado disseram acreditar que a Polícia Federal é alvo de retaliação dos políticos por causa da Operação Lava Jato, que, ao investigar um esquema de corrupção na Petrobrás, alvejou empresários, deputados e senadores, incluindo pesos-pesados do PT.</p> <p>“Chega a ser um absurdo isso. Retaliação do quê?”, perguntou Cardozo. “É só olhar o que temos tirado do orçamento de outras</p>
----	------------------------------------	---

		<p>unidades do Ministério da Justiça, para dar à Polícia Federal, e perguntar se isso é retaliação.”</p>
02	Movimentação de partido	<p>Trata das negociações e disputas internas dos partidos.</p> <p>Temer age para não perder comando do PMDB - Com a proximidade da Convenção Nacional do PMDB, prevista para março, o vice-presidente Michel Temer desembarcou ontem em Brasília para tentar negociar a pacificação da bancada da legenda na Câmara e evitar que a disputa também contamine o processo para a sua recondução à presidência da legenda.</p>
03	Crise econômica	<p>Quando se refere diretamente à crise econômica, ou quando ela aparece como pano de fundo para os acontecimentos em curso.</p> <p>Ex.: Dilma discursou em ato do Dia do trabalho da CUT realizado neste domingo em São Paulo, e divulgou reajuste do Bolsa Família com aumento médio de 9%. Segundo a presidente, a proposta não comprometerá “o cenário fiscal” como dizem os opositores. Apesar da fala, a área econômica de sua gestão foi contrária ao ajuste.</p>

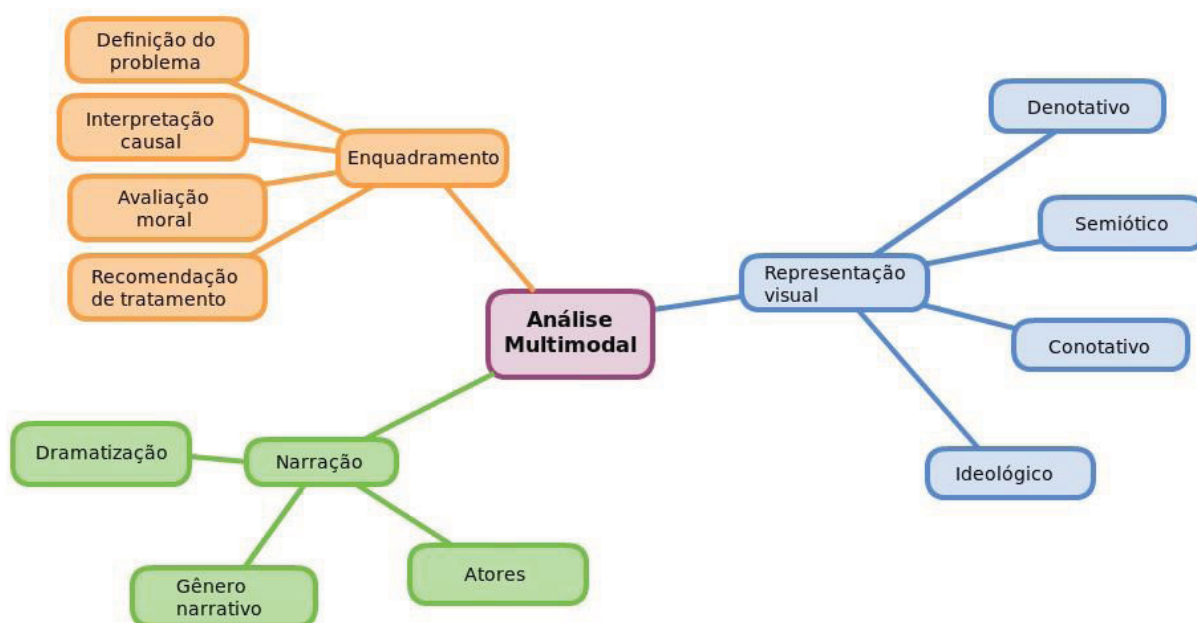
04	Lula	<p>Notícias que retratam Lula como protagonista de diversos acontecimentos, como a condução coercitiva, sua indicação para assumir a Casa Civil, as acusações vindas da Lava-Jato, etc.</p> <p>Ex.: Desgaste de Lula deixa PT em alerta para 2016- A diretoria do Instituto Lula postergou para o início de 2016 a reunião de planejamento das atividades para o ano que se inicia. Desde que o instituto foi criado, em 2011, essa reunião é realizada no fim do ano anterior. Em 2015, isso não foi possível, segundo auxiliares do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque a agenda do petista em dezembro foi quase totalmente tomada por medidas defensivas. O episódio ilustra como foi 2015 para Lula, ano em que mais foi alvo de desgaste desde que deixou o Palácio do Planalto.</p>
05	Cassação Cunha	<p>Tratam especificamente da Cassação de Eduardo Cunha.</p> <p>Ex.: Na noite desta quarta-feira, após presidir sessão no plenário da Câmara, Cunha disse que, para manter a “coerência”, o Supremo deve rejeitar o pedido de afastamento dele da presidência da Casa. Ele</p>

		<p>também disse estar "tranquilo" com o julgamento.</p> <p>O julgamento da ação da Rede pelo STF não estava previsto inicialmente na pauta desta quinta-feira do STF. No entanto, foi incluído a pedido do relator Marco Aurélio Mello. Ao anunciar o agendamento do julgamento, Lewandowski citou regras do regimento que permitem a análise de decisões liminares (provisórias) para “proteção de direito suscetível de grave dano”.</p>
06	Impeachment	<p>Tratam diretamente do impeachment, seja ao se referirem ao processo, ao seu desenrolar, às consequências futuras, à repercussão do impeachment na população, etc.</p> <p>Ex.: O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou nesta quarta (4) à comissão especial do impeachment relatório a favor do afastamento da presidente Dilma Rousseff. Relator do caso na comissão do Senado, Anastasia aponta que há elementos suficientes para que o processo seja aberto e petista julgada por crime de responsabilidade. Dilma é acusada de editar, em 2015, créditos suplementares e de usar dinheiro de bancos federais em programas do</p>

	Tesouro, as chamadas "pedaladas fiscais"
--	--

## **5. ENQUADRAMENTO MULTIMODAL**

Fazem parte do enquadramento multimodal três níveis de análise: de enquadramento, de narrativa e da imagem, conforme especificados na Figura 2 abaixo.



### **5.1 REPRESENTAÇÃO VISUAL**

Neste momento, serão codificadas as imagens presentes nas matérias. No caso de haver mais de uma imagem na mesma matéria, será codificada somente a imagem de maior destaque.

Somente as fotografias e fotomontagens farão parte da análise de enquadramento visual (V011 a V018).

<b>V008 NÚMERO DE IMAGENS DA MATÉRIA [NUM_IMG]</b>
--

Preencha com o número de imagens presentes na matéria. Ex: 01, 02, 03.
--

<b>V009 TIPO DE IMAGEM [TIPO_IMG]</b>
---------------------------------------



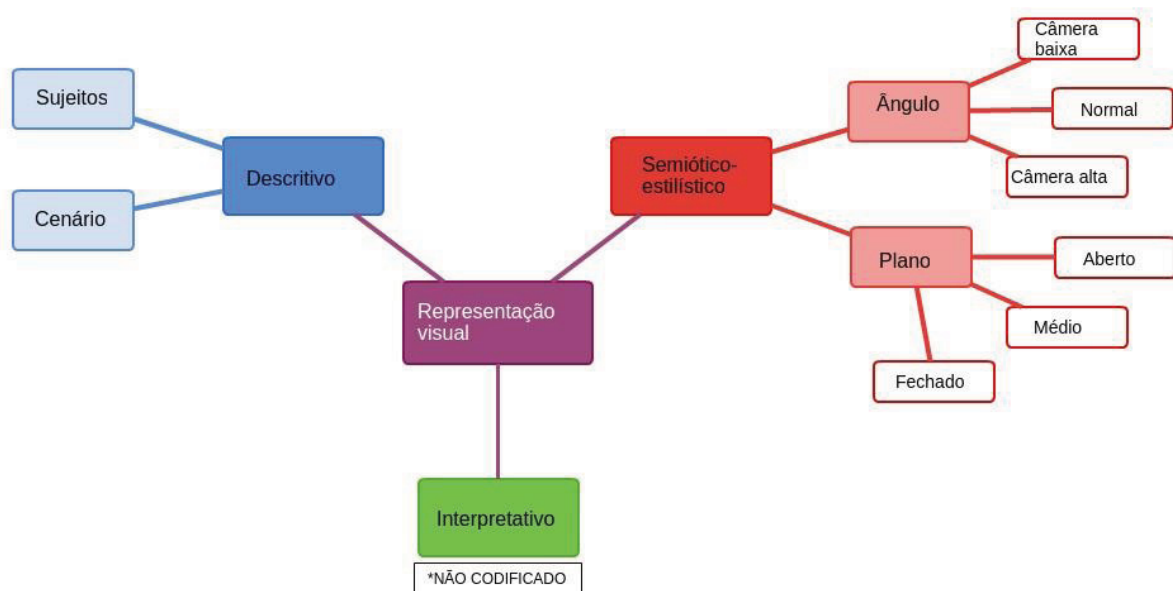
Assinale o tipo de imagem de acordo com os códigos abaixo.		
01	Somente fotografia	
02	Fotografia + outro elemento visual	
03	Fotomontagem	Considera-se fotomontagem os casos em que duas ou mais fotos estejam conectadas e contenham a mesma legenda.
04	Desenho/Caricatura	
05	Infográfico	
06	Outro	Especificar.

V010 FONTE DA IMAGEM [FONTE_IMG]		
Codifique a fonte da imagem conforme descrita abaixo ou nas laterais da imagem.		
00	Não designado	
01	Próprio veículo	Marque este código quando aparecer somente o nome do fotógrafo.
02	Agência de imagens	Especificar qual agência, mesmo que seja do próprio veículo. Ex: Folhapress.
03	Fotógrafo sem filiação institucional	
04	Outro veículo	
05	Foto de divulgação	
06	Banco de imagens	
07	Outro	Especificar

### **5.1.2 ENQUADRAMENTO VISUAL**

**Só serão codificadas as fotografias e fotomontagens. As matérias que contenham somente infográficos ou caricaturas não devem ser codificadas de V011 a V018.**

O enquadramento das imagens é verificado a partir de quatro diferentes níveis de análise, conforme Figura 3 abaixo.





### 5.1.2.1 NÍVEL DESCRITIVO

V011 DESCRIÇÃO DETALHADA DA IMAGEM [DES_IMG]	
<p>Descrição: Um pato de plástico em tamanho grande cercado de centenas de patos de tamanho bem menor, enfileirados num dos canteiros da Esplanada dos Ministérios. Ao fundo está o prédio do Congresso Nacional do Brasil, que tem duas cúpulas, sendo uma da Câmara dos Deputados e outra o Senado. A cúpula da Câmara está atrás do pato maior. O pato maior apresenta um “x” no lugar dos olhos. O céu está claro com a presença de algumas nuvens. No detalhe à esquerda da foto, há uma pessoa em tamanho reduzido. Bem ao fundo é possível visualizar cinco bandeiras hasteadas.</p>	

	<p>Obs:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- descrever a roupa dos personagens</li> <li>- descrever gestos dos personagens quando são relevantes</li> <li>- descrever a quantidade de pessoas na imagem</li> <li>- descrever a posição dos personagens na imagem</li> <li>- descrever o cargo da pessoa representada na imagem</li> </ul>
--	---

V012 CENÁRIO DA IMAGEM [CEN_IMG]		
<p>Elementos que compõem a imagem. A legenda pode ser usada para ajudar na identificação do cenário. A imagem, entretanto, é mais importante do que a legenda, assim, se a legenda contém o nome do lugar (Ex.: Brasília, Palácio do Planalto, etc.), mas a imagem apresenta somente um close que não permite visualizar o cenário, então desconsidera-se a legenda.</p>		
00	Cenário não identificado	<p>Quando não há na imagem indicação do lugar.</p> 
01	Cenário urbano	<p>Quando o cenário contém paisagem urbana, como prédios, ruas, transeuntes.</p> 

02	Cenário rural	<p>Quando o cenário contém paisagem rural como campos, animais, estradas rurais.</p> 
03	Ambiente interior	<p>Quando a imagem é retratada em espaços fechados que podem ser descritos (distinto de cenário não identificado).</p> 
04	Prédios públicos, empresas e instituições que possam ser identificadas	<p>Quando o exterior do prédio pode ser identificado pela fachada ou alguma característica distintiva (distinto de cenário urbano).</p>

		
05	Outro	

**V013 QUANTIDADE DE PESSOAS REPRESENTADAS NA IMAGEM**  
**[QTD\_IMG]**


Marque o número de pessoas representadas na imagem. Marque 00 caso não apareçam pessoas na imagem. Em caso de grupo com mais de 10 pessoas ou multidão marque 999.

**V014 PESSOA REPRESENTADA NA IMAGEM [PES\_IMG]**




00	Não há pessoas na imagem.
01	Dilma Rousseff, Lula ou aliados (políticos ou não).
02	Eduardo Cunha, Michel Temer ou aliados (políticos ou não).
03	Sérgio Moro ou representantes do judiciário/MP.
04	Representante da sociedade civil, artistas, intelectuais ou cidadão comum.
05	Grupo ou multidão. Nos casos em que aparecerem mais de uma pessoa e elas não puderem ser inseridas no mesmo código, então essa opção deve ser assinalada.
999	Não está claro

**V015 PESSOA REPRESENTADA NA IMAGEM - IDENTIFIQUE [PES2\_IMG]**


Identifique nominalmente as pessoas representadas na imagem. Caso sejam desconhecidos, escrever “desconhecido”. No caso de grupos de pessoas em que somente alguns sejam conhecidos, identificar os conhecidos nominalmente, e acrescentar “outros”.



<b>V016 ATIVIDADE REALIZADA PELA PESSOA REPRESENTADA</b> <b>[ACT_IMG]</b>		
01	Protesto	<p>Refere-se a imagens de pessoas (geralmente aglomerações) segurando cartazes e bandeiras, marchando nas ruas, ocupando ruas etc.</p> <p>Ex.:</p> 
02	Ato simbólico	<p>Diferentemente do protesto, enquadram-se como ato simbólico as imagens que apresentam um conceito mais elaborado que um protesto ou manifestação. Neste caso, as pessoas utilizam seu próprio corpo, performances (e.g. fantasias) ou outros objetos para criar uma situação simbólica.</p>



		<p>Ex:</p> 
03	Apresentação ou discurso	<p>Há uma pessoa ou grupo fazendo um discurso em frente a uma audiência (que pode ou não estar representada) na foto.</p> <p>Ex:</p> 
04	Discussão ou briga	<p>Duas ou mais pessoas estão discutindo. Esse tipo de imagem se diferencia da anterior pelos seus elementos de interação.</p> <p>Ex:</p> 




05	Outras atividades políticas	<p>Inserem-se aqui fotos posadas de grupos de políticos, reuniões, participação em eventos, etc.</p> 
06	Atividades cotidianas flagradas	<p>Os sujeitos representados realizam atividades do cotidiano como falar ao telefone, andar de bicicleta, etc.</p>



		<p>Ex:</p> 
07	Pessoas em estado passivo	<p>As pessoas representadas não realizam quaisquer atividades. Parecem estar esperando, ouvindo, contemplando.</p> <p>Ex:</p> 
08	Entrevista	<p>As pessoas representadas estão sendo entrevistadas.</p>

		<p>Ex:</p> 
09	Retrato	<p>A imagem é um retrato posado.</p> <p>Ex:</p> 
10	Outra atividade	Especifique.
11	Não se aplica	Não há pessoas representadas na imagem.



		Ex:	
999	Não está claro		


### **5.1.2.2 NÍVEL SEMIÓTICO-ESTILÍSTICO**

V017 ÂNGULO DA CÂMERA [ANG_CAM]		
Qual é a posição da câmera em relação ao principal objeto/sujeito representado na imagem?		
01	Câmera baixa	<p>A câmera está abaixo do sujeito/objeto. A câmera “olha de baixo para cima.”</p> <p>Ex:</p> 

02	Normal	<p>A câmera está no mesmo ângulo/nível que o sujeito/objeto.</p> <p>Ex:</p> 
03	Câmera alta	<p>A câmera está acima do sujeito/objeto. A câmera “olha de cima para baixo”.</p> <p>Ex:</p> 
999	Não está claro	

## V018 PLANO DA IMAGEM [PLA\_IMG]

01	Plano aberto	<p>A imagem é aberta, o que permite ao leitor ter uma visão geral do cenário, mas os detalhes tendem a ser pouco discerníveis.</p> <p>Ex:</p> 
02	Plano médio	<p>Figura humana ocupa quase toda a altura da foto. Geralmente, a pessoa é mostrada da cintura para cima.</p> <p>Ex:</p> 

03	Plano fechado (close)	<p>Figura humana é mostrada dos ombros pra cima ou somente o rosto aparece na imagem.</p> <p>Ex:</p> 
999	Não está claro	

## 5.2 NARRAÇÃO

Na análise da narrativa, são levados em consideração o grau de dramatização (dramatização, emoção, personalização, ficcionalização e ornamentação estilística), o gênero narrativo (rotineiro, trágico, romântico/comédia, apocalíptico e melodramático) e os atores identificados em seus respectivos papéis (vítimas, vilões e heróis).

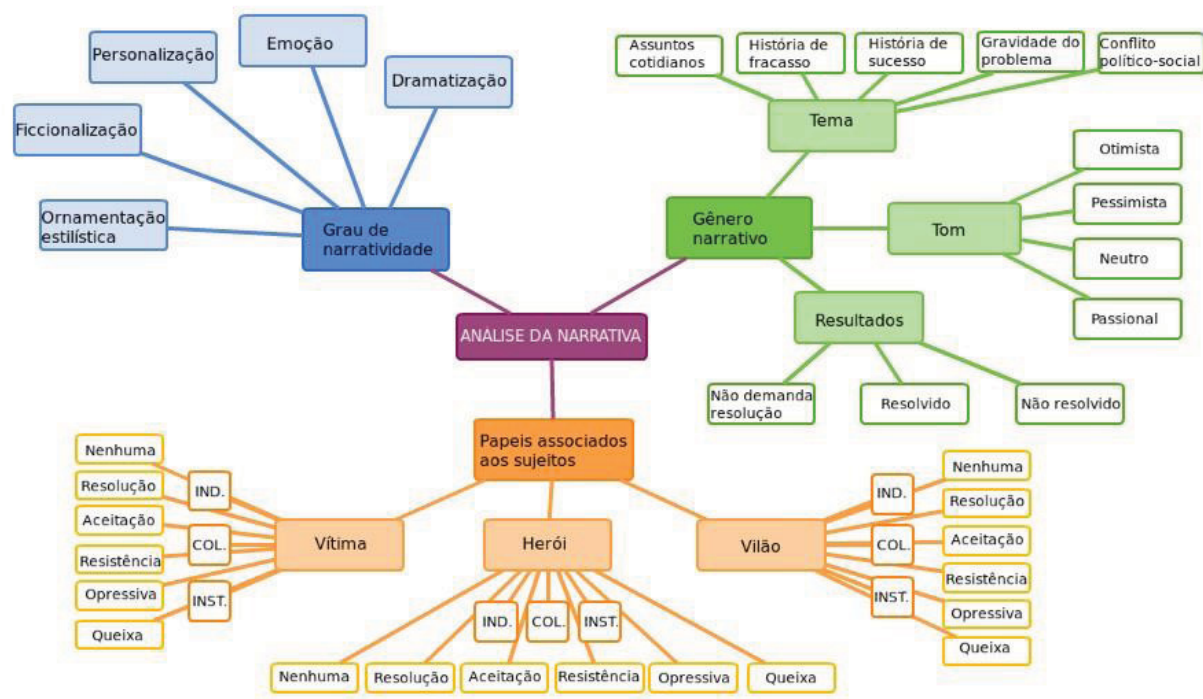
O grau de *narratividade* é medido com base na dramatização, emoção, personalização, ficcionalização e ornamentação estilística.

A análise do **gênero** narrativo é focada no tema geral da notícia, no tom utilizado e nos resultados alcançados.

Em último lugar, a análise da narrativa compreende a verificação dos **papeis** associados aos sujeitos representados nas notícias. Foram codificados os papéis de *vítima*, *herói* e *vilão*; ainda, o sujeito foi definido como *individual*, *coletivo* ou *institucional*; e, o



**tipo de ação** realizada foi dividida em: *nenhuma* ação realizada, *resolução*, *aceitação* ou *resistência* ao problema, *opressiva* ou *queixa*, nesta última foram inseridas as diversas formas de protesto.



### 5.2.1 NARRATIVIDADE

V019 DRAMATIZAÇÃO [NARR_DRA]	
A <i>dramatização</i> foi codificada como presente nos casos em que, ao invés de apresentar a informação seguindo a ordem hierárquica de importância – a pirâmide invertida –, a notícia apresentava uma história contada em ordem sequencial, com início, meio e fim. <b>Não são consideradas as falas entre aspas</b> (ou o uso do travessão indicando uma fala).	
Ex.: “Dilminha, sobe!” A frase, dita em tom de piada, arrancava gargalhada de petistas que comemoravam o anúncio da ida de Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil quase cinco anos e três meses depois de deixar o posto de presidente.”	
00	ausente
01	presente

V020 EMOÇÃO [NARR_EMO]	
A <i>emoção</i> , por sua vez, relaciona-se aos sujeitos presentes na notícia. Uma vez que o estado emocional de um ou mais sujeitos tenha sido descrito (ao menos mais de uma vez), ela foi considerada existente. Verbos como “comemorou”, “cautela”, “celebrar”, “indignado”, indicam emoção. <b>Não são consideradas as falas entre aspas.</b>	
Ex.: “Ao participar de um evento no sertão de Pernambuco, a presidente também <b>demonstrou estar com a confiança renovada</b> após a definição do rito do impeachment pelo Supremo Tribunal Federal (STF).”	
00	ausente
01	presente

V021 PERSONALIZAÇÃO [NARR_PER]	
A <i>personalização</i> aparece quando a história é contada com foco nos sujeitos e em suas ações. Aplica-se quando há apenas uma a três personagens. <b>Consideram-se as aspas.</b>	
Ex.: “O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, anunciou ontem que a votação do impeachment contra Dilma deverá ocorrer em março do ano que vem. Até lá, <b>ele pretende convencer</b> o STF a alterar as regras do processo de afastamento.”	
00	ausente
01	presente

V022 ORNAMENTAÇÃO ESTILÍSTICA [NARR_ORN]	
Por último, a <i>ornamento estilística</i> aparece quando o estilo literário é utilizado pelo jornalista, indo além da simples descrição dos acontecimentos. <b>Não são consideradas as falas entre aspas</b> (ou o uso do travessão indicando uma fala).	
Ex.: “ <b>Não se afobe, não.</b> E, depois de um dia apocalíptico, um general da Lava-Jato sentencia: 'E isso é só a cereja do Dry Martini'”.	
00	ausente
01	presente

### **5.2.2 IDENTIFICAÇÃO DOS PERSONAGENS**

## A VÍTIMA

V023 SUJEITO COMO VÍTIMA [PERS_VIT]	
<p>Uma pessoa, grupo ou instituição é <b>prejudicado</b> (= ferido, morto) ou <b>sofre</b>. Quando o sujeito <b>precisa ser defendido</b> por outros sujeitos ou <b>age defensivamente</b>, então também se configura como vítima.</p> <p>Para ser considerado vítima o sujeito deve possuir <b>papel preponderante</b> na narrativa, ou seja, não pode ser somente citado como forma de contextualização da situação. Caso ele seja citado, mas desapareça da história, então não deve ser considerado.</p> <p>Obs: caso o sujeito apresente uma reviravolta na situação inicialmente descrita, então ele não é codificado como vítima, mas como herói.</p> <p>Ex.: “Apesar dos duros discursos contra o “golpe” até duas vezes ao dia, a presidente Dilma Rousseff adotou um tom de despedida e resignação quanto a seu possível afastamento do Planalto na semana que vem. Dilma tem dito que vai “resistir, resistir e resistir”, mas que o fará no período em que ficar afastada, tentando evitar sua destituição. Ontem, em obra de transposição do Rio São Francisco em Cabrobó (PE), ela afirmou que ficará com o “coração partido” se não estiver na Presidência quando o projeto for concluído.”</p>	
00	ausente
01	presente

V024 TIPO DE VÍTIMA [TIPO_VIT]		
00	Não se aplica	
01	ator individual	Uma única pessoa assume o papel de vítima. A pessoa é claramente identificada, inclusive com a utilização do seu nome.
02	ator coletivo	Um grupo de pessoas participa da ação coletivamente. Ex.: protestantes, cidadãos, eleitores.

03	ator institucional	Um grupo de pessoas que não atuam juntos incidentalmente, mas porque estão ligados por uma estrutura institucionalizada. Ex.: partidos políticos, governo federal, sindicato, MST.
999	Não está claro	

### V025 NOME DA VÍTIMA [NOM\_VIT]

Escreva o nome da vítima conforme apresentado pela matéria. Em caso de não existir uma vítima, marque 00.

## O VILÃO

### V026 SUJEITO COMO VILÃO [PERS\_VIL]

Qualquer pessoa, grupo, instituição ou “coisa” **responsável por problemas específicos, prejuízos ou danos** em relação a outros. O vilão, necessariamente, deve prejudicar alguém.

Para ser considerado vilão o sujeito deve possuir **papel preponderante** na narrativa, ou seja, não pode ser somente citado como forma de contextualização da situação. Caso ele seja citado, mas desapareça da história, então não deve ser considerado.

Ex.: “Ao contrário de Lula, que não citou a Lava Jato nem o juiz Sérgio Moro em seu discurso de 20 minutos no ato, a presidente Dilma repetiu, pelo segundo dia consecutivo, o tom agressivo contra os investigadores.”

00	ausente
01	presente

### V027 TIPO DE ATOR [TIPO\_VIL]

00	Não se aplica
01	ator individual (pessoas, Dilma, Cunha, família Cunha)

02	ator coletivo (grupos sociais, ongs, MBL, e também, bancadas partidárias/"oposição")
03	ator institucional (FIESP, partidos, instituições governamentais)
999	Não está claro

### V028 NOME DO VILÃO [NOM\_VIL]

Escreva o nome do vilão conforme apresentado pela matéria ("a oposição" conta). Em caso de não existir um vilão, marque 00.

## O HERÓI

### V029 SUJEITO COMO HERÓI [PERS\_HER]

Qualquer pessoa, grupo ou instituição que seja admirado por seu sucesso, sua coragem, resultados alcançados ou **qualidades nobres**. O herói também aparece quando age para **defender uma vítima** ou quando **"luta" contra o vilão**.

Para ser considerado herói o sujeito deve possuir **papel preponderante** na narrativa, ou seja, não pode ser somente citado como forma de contextualização da situação. Caso ele seja citado, mas desapareça da história, então não deve ser considerado.

Ex.: "Em palestra a auditores da Receita Federal, na noite desta quinta (17), em Curitiba, o juiz Sergio Moro disse que ninguém está acima da lei e pregou moderação a manifestantes de rua, favoráveis e contrários à Operação Lava Jato."

00	ausente
01	presente

### V030 TIPO DE HERÓI [TIPO\_HER]

00	Não se aplica
01	ator individual (pode ser mais de um indivíduo, como os autores do pedido de impeachment)

02	ator coletivo
03	ator institucional
999	Não está claro

V031 NOME DO HERÓI [NOM_HER]
Escreva o nome do herói conforme apresentado pela matéria. Em caso de não existir um herói, marque 00.

### **5.3 ENQUADRAMENTO**

#### **5.3.2 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO**

A análise do enquadramento noticioso segue a proposta de Robert Entman, que explica que *“To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular **problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and / or treatment recommendation** for the item described”* (ENTMAN, 1993, p.52).

V032 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ATORES [PROB_ATOM]		
Nesta variável, elencam-se os atores que tem maior espaço de fala na notícia, contando os atores que têm suas falas, pensamentos ou ações reproduzidas em discurso indireto (pelo jornalista). Não devem ser marcados aqui os atores que são somente citados.		
00	Ausente	A notícia é essencialmente descritiva e não há o uso de fontes
01	Campo político: Dilma, Lula ou aliados	A notícia dá espaço de fala para Dilma, Lula ou seus aliados políticos (incluindo José Eduardo Cardozo).
02	Campo político: Temer, Cunha ou aliados	A notícia dá espaço de fala para Cunha, Temer ou seus aliados políticos ou oposição tradicional.

03	Campo econômico	A notícia dá espaço de fala para empresários, grupos econômicos, representantes de associações, FIEP, etc.
04	Campo judiciário	A notícia dá espaço de fala para ministros ou juízes do Supremo Tribunal Federal, MPF, Procuradoria-geral, <i>polícia federal</i> e afins.
05	Sociedade civil	A notícia dá espaço de fala para cidadãos comuns, ligados a organizações, representantes de movimentos sociais, artistas, intelectuais e celebridades em geral (incluindo advogados do impeachment e OAB).
06	Outro	Caso o ator não seja nenhum dos descritos acima, marque o código 06 e faça a identificação do ator por escrito.

### V033 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – SUBTÓPICO [PROB\_SUB]

Aqui deve ser assinalado o código que represente o subtópico que se apresenta com mais força na notícia em questão. Ainda que possam ser identificados mais de um subtópico, deve-se marcar o mais representativo, levando-se em consideração texto, manchete, lide e imagem.

01	Disputa política	Refere-se a reportagens que apresentam o problema/cenário como a disputa política. Podem deixar implícito ou explícito que a motivação do processo de impeachment é a disputa ou jogo político e/ou luta pelo poder.	Ex.: “A decisão de Cunha foi tomada após o PT, partido de Dilma, ter anunciado que não apoiaria o presidente da Câmara no Conselho de Ética, órgão no qual ele é acusado de quebra de decoro parlamentar. Cunha também é investigado por corrupção no Supremo Tribunal Federal.”
02	Processo de impeachment	Se enquadram neste código as notícias que apresentem como foco a descrição do processo de impeachment, seja aludindo aos votos dos deputados (no sentido mais técnico e não na disputa política para conseguir os votos) e ao processo de votação (e.g. quem votará primeiro), ou ainda,	Ex: Na notícia do Estadão de manchete “Oposição só vencerá na Câmara se dividir bloco dos “muito fiéis””, o texto e o infográfico se dedicam a especular sobre como se dará a votação na Câmara, sugerindo que “bloco que apoia Dilma em mais de 90% das votações tem 212 membros, o suficiente para barrar impeachment”.



		tratando das questões técnicas (as <b>pedaladas fiscais</b> ) relacionadas ao pedido de impeachment.	
03	Repercussão na população	Diz respeito a matérias em que os <b>movimentos sociais</b> e a sociedade são ouvidos e/ou a matéria está considerando impactos do impeachment (ou cenário de crise) na vida da população. Falas indiretas contam normalmente.	Ex: “Sindicatos e movimentos sociais contrários ao impeachment da presidente Dilma Rousseff marcaram para a próxima quarta-feira (16) uma manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, em defesa do mandato da petista. [...] “Mesmo com as críticas em relação à situação econômica, a manutenção do governo é fundamental para garantir o respeito ao voto popular”, disse o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o Juruna.”
04	Recuperação histórica	Quando aborda temas históricos, recuperando situações e personagens que estiveram presente no processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, e também participam da discussão sobre o eventual impedimento de Dilma.	Ex: Na notícia “A genealogia da ação de impeachment”, do Estadão, é apresentado um histórico dos processos de impedimentos de presidentes: “Desde a redemocratização, este é o segundo processo acolhido no Legislativo contra um presidente da República. Em 1992, Fernando Collor de Mello foi afastado pelo Congresso e acabou renunciando ao mandato.”
05	Futuro pós-impeachment	Notícias que discorrem sobre possíveis desdobramentos originados do impeachment. Inclui falas de Temer e aliados e promessas para um futuro governo, assim como ameaças de Dilma e aliados que Temer irá cortar programas sociais e afins.	Ex: “O medo do desemprego agora ronda o Planalto, onde servidores já falam abertamente sobre a troca de comando e a passagem de bastão para o vice-presidente Michel Temer. A cena se repete na Esplanada.”
06	Cenário de crise	O que <b>não cita diretamente o impeachment</b> mas apresenta elementos que	“O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o ex-presidente da Casa Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN),

		podem ser utilizados para reforçar a tese do impeachment, como o cenário econômico, denúncias da lava jato e de corrupção e afins.	cotado para assumir um ministério em eventual governo de Michel Temer, pressionaram a presidência da BR Distribuidora para que a estatal comprasse a refinaria de Manguinhos, no Rio, com o propósito de receberem propina. A acusação foi feita na delação premiada do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, que também exerceu o cargo de diretor da BR”.
--	--	--	---

V034 CAUSAS DO PROBLEMA [CAUSAS]			
As causas do problema são indicações dadas pelo jornalista (seja textualmente, seja pela seleção de fontes e vozes retratadas) das razões que originaram o problema em questão.			
00	Ausente	A notícia não apresenta as causas para o problema.	
01	Contenda política/ideológica	Esta causa está presente naquelas notícias em que as contendas políticas são apresentadas como principais razões dos acontecimentos descritos.	Ex: “O peemedebista [Eduardo Cunha] aceitou um pedido de impeachment de Dilma na quarta-feira passada. O gesto foi considerado uma retaliação ao PT, que, no mesmo dia, havia anunciado que votaria contra ele no Conselho de Ética da Casa. Cunha é alvo de representação no colegiado por quebra de decoro parlamentar, sob acusação de ter mentido à CPI da Petrobrás ao afirmar que não mantinha contas secretas na Suíça.”
02	Incapacidade política do governo Dilma	Esta causa está presente nas notícias em que as ações do governo Dilma são apresentadas como principais razões dos acontecimentos descritos.	Ex: “Não bastasse o desgaste com as denúncias divulgadas na semana passada – apontando o conhecimento de Dilma e Lula do esquema de corrupção na Petrobras –, o depoimento do ex-presidente na Lava-Jato e as dificuldades no congresso e na economia, a convenção do PMDB marcada para sábado pode

			agravar o isolamento da presidente.”
03	Legalidade/legitimidade do processo de impeachment	Esta causa está presente quando são discutidos os trâmites legais e constitucionais do processo de impeachment. Geralmente, vão pressupor <b>discussões sobre a existência de golpe ou falta de legitimidade do processo.</b>	Ex: “Após se reunir com a presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), voltou a defender que impeachment não é golpe e que caberá ao Congresso definir o destino da presidente. “Eu tenho ouvido muito que o impeachment é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira, e a Constituição não é golpista”, disse.”
04	Corrupção	Notícias que aludem a denúncias de corrupção e/ou consequências de denúncia (e.g. Cunha podendo ser julgado no STF por denúncias de corrupção)	Ex: “O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o ex-presidente da Casa Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), cotado para assumir um ministério em eventual governo de Michel Temer, pressionaram a presidência da BR Distribuidora para que a estatal comprasse a refinaria de Manguinhos, no Rio, com o propósito de receberem propina. A acusação foi feita na delação premiada do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, que também exerceu o cargo de diretor da BR”.
05	Interferência judiciário do	Deve ser apontada quando a decisão do poder judiciário for a razão do problema. Quando uma decisão do judiciário tem repercussões no cenário político.	Ex.: “Era o aviso de que havia uma decisão no STF para afastar o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do mandato. Os aliados se apressaram em alardear um suposto alívio do vice-presidente com a notícia, mas não foi assim.”

**V035 JULGAMENTO MORAL [JULGAM]**

Falamos aqui do julgamento moral por parte do jornalista, ainda que esse julgamento apareça através da seleção das fontes e citações. Em algumas matérias podem aparecer mais do que um julgamento moral, nesse caso deve ser selecionado o código predominante. Em caso de dúvida, a decisão deve ser orientada na seguinte ordem hierárquica: chamada, gravata/bigode/linha fina e lide.

00	ausente	A notícia não apresenta julgamento moral.	
01	impeachment como vingança	Quando a notícia critica o fato do impeachment estar sendo usado como estratégia de vingança pelos opositores à Dilma Rousseff.	Ex: “Cunha, ao anunciar a decisão de acolher o pedido de impeachment, cometeu o escárnio de afirmar que sua decisão é técnica e não política. Não é uma coisa nem outra. Apenas vingança.”
02	Culpa Dilma e aliados	Esse código deve ser assinalado quando a notícia critica o governo ou o posicionamento de Dilma Rousseff, bem como de seus aliados.	Ex: “A deflagração do processo de impeachment acontece sobretudo por uma razão: a presidente não sabe fazer política. Nunca soube lidar com o Congresso ou construir alianças. Não recebia políticos em seu gabinete, não lhes dava atenção.”
03	brigas políticas	Quando a fragmentação política é criticada pela notícia, incluindo as disputas das manifestações pró e contra impeachment.	Ex: “A presidente Dilma Rousseff afirmou ontem, em pronunciamento de quatro minutos, que as razões que fundamentam pedido de impeachment de seu mandato são “inconsistentes e improcedentes” e se declarou “indignada” com a notícia. Ao lado de 11 ministros no Palácio do Planalto, Dilma <b>alfinetou</b> o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ao afirmar que não possui conta no exterior e nunca ocultou patrimônio pessoal.”
04	impeachment como forma	Quando o julgamento recai sobre a forma como o trâmite do impeachment é estabelecido, o que possibilita manobras políticas (e.g. manobras de Cunha, golpe, novas eleições).	Ex: “Cunha manobra para adiar sua cassação e o impeachment de Dilma.”

A recomendação de tratamento aparece quando a notícia propõe/indica alguma solução para o problema. Geralmente, estará na parte final do texto. Mesmo que apareçam os dois lados, se houver predominância evidente de um, deve-se assinalar um dos códigos.

00	ausente	A notícia não realiza recomendações de tratamento.	
01	o impeachment é/foi a melhor solução	A notícia direciona à interpretação de que o impeachment de Dilma Rousseff é a melhor solução para resolver os problemas citados.	Manchete: "Nada, absolutamente nada, se pode extrair da Constituição que possa, minimamente, justificar a sua permanência no exercício dessas elevadas funções públicas" Teori Zavascki.
02	o impeachment não é/foi a melhor solução	A notícia direciona à interpretação de que o impeachment de Dilma Rousseff NÃO é a melhor solução para resolver os problemas citados.	“Sem crime de responsabilidade, impeachment é golpe” (algo próximo disso).
03	Realização de novas eleições	A notícia direciona a interpretação para a necessidade de convocação de novas eleições.	“Muitos acreditam que não há condições para a continuidade do governo e argumentam em favor da convocação de novas eleições” (algo próximo disso).

## ANEXO II

## 1) Resultados referente ao tópico 3.5. AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF

<b>V032 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ATORES [PROB_ATOR]</b>		
00	Ausente	02 notícias
01	Campo político: Dilma, Lula ou aliados	08 notícias
02	Campo político: Temer, Cunha ou aliados	10 notícias
03	Campo econômico	-
04	Campo judiciário	04 notícias
05	Sociedade civil	03 notícias
06	Outro	-
TOTAL		27 NOTÍCIAS

<b>V033 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – SUBTÓPICO [PROB_SUB]</b>		
01	Disputa política	02 notícias
02	Processo de impeachment	06 notícias
03	Repercussão na população	02 notícias
04	Recuperação histórica	01 notícias
05	Futuro pós-impeachment	13 notícias
06	Cenário de crise	03 notícias
TOTAL		27 NOTÍCIAS

<b>V034 CAUSAS DO PROBLEMA [CAUSAS]</b>		
00	Ausente	11 notícias
01	Contenda política/ideológica	05 notícias

02	Incapacidade política do governo Dilma	01 notícias
03	Legalidade/legitimidade do processo de impeachment	06 notícias
04	Corrupção	03 notícias
05	Interferência do judiciário	01 notícias
TOTAL		27 NOTÍCIAS

V035 JULGAMENTO MORAL [JULGAM]		
00	Ausente	20 notícias
01	Impeachment como vingança	02 notícias
02	Culpa Dilma e aliados	01 notícias
03	Brigas políticas	01 notícias
04	Impeachment como forma	03 notícias
TOTAL		27 NOTÍCIAS

V036 RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO [SOLUC]		
00	Ausente	19 notícias
01	O impeachment é/foi a melhor solução	03 notícias
02	O impeachment não é/foi a melhor solução	05 notícias
03	Realização de novas eleições	-
TOTAL		27 NOTÍCIAS

## 2) Resultados referente ao tópico 3.6. A ÚLTIMA DEFESA

V032 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ATORES [PROB_ATOM]		
00	Ausente	-
01	Campo político: Dilma, Lula ou aliados	11 notícias
02	Campo político: Temer, Cunha ou aliados	03 notícias

03	Campo econômico	-
04	Campo judiciário	-
05	Sociedade civil	04 notícias
06	Outro	02 notícias
TOTAL		20 NOTÍCIAS

V033 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – SUBTÓPICO [PROB_SUB]		
01	Disputa política	05 notícias
02	Processo de impeachment	08 notícias
03	Repercussão na população	03 notícias
04	Recuperação histórica	01 notícias
05	Futuro pós-impeachment	-
06	Cenário de crise	03 notícias
TOTAL		20 NOTÍCIAS

V034 CAUSAS DO PROBLEMA [CAUSAS]		
00	Ausente	03 notícias
01	Contenda política/ideológica	02 notícias
02	Incapacidade política do governo Dilma	03 notícias
03	Legalidade/legitimidade do processo de impeachment	09 notícias
04	Corrupção	02 notícias
05	Interferência do judiciário	01 notícias
TOTAL		20 NOTÍCIAS

V035 JULGAMENTO MORAL [JULGAM]		
00	Ausente	08 notícias
01	Impeachment como vingança	-
02	Culpa Dilma e aliados	05 notícias



03	Brigas políticas	04 notícias
04	Impeachment como forma	03 notícias
TOTAL		20 NOTÍCIAS

V036 RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO [SOLUC]		
00	Ausente	18 notícias
01	O impeachment é/foi a melhor solução	01 notícias
02	O impeachment não é/foi a melhor solução	01 notícias
03	Realização de novas eleições	-
TOTAL		20 NOTÍCIAS

## ANEXO III

## 1. Notícias referente ao tópico 3.4. ACEITAÇÃO DO PEDIDO

## A) O Estado de S. Paulo

# ‘Não possuo contas no exterior, afirma a presidente

Em duro pronunciamento, ao lado de ministros, Dilma se diz ‘indignada’ e qualifica pedido de impeachment de ‘improcedente’

Beatriz Bulla  
Carla Araújo  
Isadora Peron / BRASILIA

A presidente Dilma Rousseff afirmou ontem, em pronunciamento de quatro minutos, que as razões que fundamentam pedido de impeachment de seu mandato são “inconsistentes e improcedentes” e se declarou “indignada” com a notícia. Ao lado de 11 ministros, no Palácio do Planalto, Dilma afirmou ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ao afirmar que não possui conta no exterior e nunca ocultou patrimônio pessoal.

“São inconsistentes e improcedentes razões que fundamentam este pedido (de impeachment). Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento público existência de bens pessoais. Nunca tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meus interesses”, declarou a presidente.

Cunha, que deu andamento ao pedido de impeachment ontem, já foi denunciado e é alvo de investigações pela Procuradoria-Geral da República no âmbito da Operação Lava Jato. “Meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e inquestionável compromisso com as leis e as coisas públicas”, disse a presidente.

Dilma disse que recebeu com “indignação” a informação sobre a abertura do processo de impeachment. “Ainda hoje, re-

cebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro”, disse a presidente.

A presidente afirmou ainda que tem “absoluta convicção e tranquilidade quanto à improcedência desse pedido bem como com o seu justo arquivamento”. “Devemos ter tranquilidade e confiar nas nossas instituições.”

A principal ausência foi do vice-presidente, Michel Temer, que preferiu assistir ao pronunciamento do Palácio do Jaburu. Temer foi informado por Cunha antes do anúncio oficial da abertura do processo de impeachment.

A presidente também negou

● **Defesa**  
“São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam esse pedido (de impeachment). Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento público existência de bens pessoais. Nunca tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meus interesses”

Dilma Rousseff  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

que o Planalto tenha negociado para tentar impedir que o peemedebista deflagra-se a abertura do pedido do impeachment em troca do apoio de petistas para barrar o processo contra ele no Conselho de Ética. “Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha, muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas do meu País, que bloqueiam a Justiça e ofendem os princípios morais e éticos que devem governar a vida pública.”

Depois de dizer que não possuía contas no exterior e nem havia ocultado do conhecimento público a existência de bens pessoais, Dilma disse que não se pode “deixar as convicções e interesses indefensáveis abalarem a democracia e a estabilidade do nosso país”.

Cunha afirmou que o pedido seguirá “processo normal”, dando amplo direito ao contraditório ao governo, e negou indiretamente uma atitude de revanche em relação ao governo. Na tarde de ontem a bancada do PT havia decidido votar contra o peemedebista no Conselho de Ética. Estiveram com Dilma os ministros Jaques Wagner (Casa Civil), Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo), José Eduardo Cardozo (Cardoso), Gilberto Oechi (Integração Nacional), Luís Inácio Adams, (Advocacia-Geral da União), Aldo Rebelo (Defesa), Armando Monteiro (Desenvolvimento), André Figueiredo (Comunicações), Celso Pansera (Ciência e Tecnologia), Henrique Eduardo Alves (Turismo) e Gilberto Kassab (Cidades).



No Planalto, Dilma Rousseff com assessores, após pronunciamento: Temer não compareceu





# Política

**PRESIDENTE SOB RISCO.** O pedido

## Eduardo Cunha abre processo de impeachment contra Dilma

● Base do processo são as **pedaladas fiscais** ● Em pronunciamento, Dilma se disse **'indignada'** ● Governo recorrerá ao **STF** ● Anúncio foi feito após PT se pronunciar a favor da **cassação do presidente** da Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), abriu ontem um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional. A decisão atende a pedido de impedimento que acusa a petista de ter praticado crime de responsabilidade fiscal no exercício do atual mandato, iniciado em janeiro deste ano, as chamadas pedaladas fiscais (manobras contábeis).

Após o anúncio de Cunha, Dilma fez um pronunciamento no Palácio do Planalto no qual manifestou "indignação" e atacou o presidente da Câmara. "Não para sobre mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo contas no exterior. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meu interesse", afirmou ela. O governo recorrerá ao Supremo. A partir de agora, será formada uma Comissão Especial na Câmara para dar sequência ao processo.

A decisão de Cunha foi tomada após o PT, partido de Dilma, ter anunciado que não apoiaria o presidente da Câmara no Conselho de Ética, órgão no qual ele é acusado de quebra de decoro parlamentar. Cunha também é investigado por corrupção no Supremo Tribunal Federal. O processo aberto ontem foi o segundo desde a Constituição de 1988. Em 1992, Fernando Collor de Mello foi afastado pelo Congresso ao final do processo que teve o PT como o principal aliado do então presidente.

### Deputado diz que 'não dava para postergar'

Daniel Carvalho  
Daiane Carvalho  
Igor Gasella | BRASILIA

Cerca de dez meses após a apresentação do primeiro requerimento e quatro horas após o anúncio oficial de que não teria o apoio do PT para salvar o seu próprio mandato no Conselho de Ética, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acolheu o pedido de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff. Segundo ele, a decisão foi "técnica".

O pedido escolhido para desencadear o processo contra a petista foi o dos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior, que se baseia na assinatura de seis decretos sem autorização do Congresso Nacional e na prática de aturar empresas a bancos públicos a fim de cumprir metas parciais da previsão orçamentária, as chamadas pedaladas fiscais em 2015.

Somente neste ano, foram 34 pedidos para que o Congresso destituisse Dilma, 33 arquivados. A dupla de juristas apresentou um primeiro pedido em 1.º de setembro. Para incluir as pedaladas deste ano, Bicudo e Reale apresentaram outro requerimento em 21 de outubro.

Em sua decisão, Cunha diz haver "justa causa" e "indícios de autoria". "A decisão é uma forma para que esse processo seja de certa forma enfrentado. Se for enfrentado e acerto, terá o Congresso Nacional como soberano para legislar. Se não for acerto, também acabará esse tipo de discussão no País, que poderá voltar dentro da normalidade. Não tem condições de postergar mais e não combaterá comigo ficar com isso na gaveta, sem decidir", afirmou Cunha no início da noite, após conversar por telefone com o vice-presidente Michel Temer e com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ética. Cunha recebeu com indignação a notícia de que a bancada do PT na Câmara havia decidido seguir a orientação do presidente nacional da legenda, Rui Falcão, e votaria pela continuidade do processo contra ele no Conselho de Ética.

Horas antes de o impeachment ser oficialmente abandonado pelo PT, emissários de Cunha haviam recebido do ministro Jaques Wagner (Casa Civil) a confirmação de que os três votos petistas no conselho seriam favoráveis a ele. Sentiu-se traído por Wagner e começou a receber peregrinação de parlamentares em seu gabinete.



**Pronunciamento.** A presidente Dilma Rousseff fala no Palácio do Planalto sobre a decisão de Eduardo Cunha de acolher pedido de impeachment

### PRÓXIMOS PASSOS



**Eduardo Cunha, presidente da Câmara,** autorizou ontem pedido de impeachment da presidente da República feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Jamaina Paschoal

**Crimes PEDALADAS FISCAIS** O sistema atendeu o pedido de um deputado para o lançamento de programas como o Bolsa Família, o Documento Assinatura que esta prática se repetiu em 2015. AS DISSIMULAÇÕES COM OS BANCOS PÚBLICOS FORAM INICIADAS NA DÉCADA LEGISLAÇÃO PÚBLICA, QUE SERVE PARA CONFERIR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS.

**CORUPÇÃO NA PETROBRAS** O CONGRESSO TERÁ SEUS DEPUTADOS INVESTIGANDO O CASO DE CORRUPÇÃO NA PETROBRAS. OS JURISTAS SUBSTITUÍRAM QUE A PRESIDENTE DA CÂMARA NÃO TEMPO INVESTIGAR PARA COMPROVAR OS CASOS DE CORRUPÇÃO NA PETROBRAS, INVESTIGANDO A OPERAÇÃO LULA JATO.

**IMPEDIMENTO IRRREGULAR** O PLANEJAMENTO DE SE DESPESAS TAMBÉM É USADO COMO ARGUMENTO PARA APOIAR QUE EM 2015 O GOVERNO DESPESOU PULCROU EM 2014 DECRETOS QUE ANULAM DECRETOS SUPLENTEMENTE PARA DESPESAS DO GOVERNO SEM AUTORIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL.



### Linha sucessória

DISSIMULAÇÃO, POR VIOLAR O DEVER DE HONRAR O CASO DE IMPEDIMENTO



### Oposição sai vitoriosa na luta com o Planalto

No meio da tarde de ontem, Eduardo Cunha deixou escapar por aliados que não decidirá o impeachment ontem, mas ainda nesta semana. A informação era apenas um bafo de ensaio, uma última tentativa de tentar reverter a decisão do PT.

Mas, logo depois, governistas saíram da presidência da Câmara com a testa franzida. Os líderes Rogério Rosso (PSD-DF), Jovair Arantes (PTB-GO) e Eduardo da Fonte (PP-PE) passaram a tarde atuando como bombeiros, sem sucesso.

O líder do DEM, Mendonça Filho (PE), deixou o gabinete de Cunha já com a notícia de que o presidente da Câmara deflagraria o impeachment. Foi até a liderança do PSDB e disse ao líder tucano, Carlos Sampaio (SP), que não confiava integralmente na promessa.

O impeachment foi a principal bandeira da oposição ao longo deste ano. O tema foi também a principal preocupação do governo em 2015. Ciente disso, Cunha jogou com os dois lados. Ameaçou abrir o processo para criar a oposição, mas dava sinais de que não faria nada sempre que precisasse do governo. Opositoristas ficaram esperançosos em julho deste ano quando, com o agravamento das denúncias contra si no âmbito da Operação Lava Jato, Cunha rompeu com o governo. Aliados do deputado acreditavam que a deflagração do impeachment garantiria a ele apoio de oposicionistas no Conselho de Ética. /B.C., B.C. e L.B.

## CRISE E VINGANÇA

# Para oposição, processo é caminho sem volta para a presidente

Senadores trataram do tema em reunião com o vice Michel Temer

**BRASIL** Lideranças da oposição avaliam que a aceitação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff é o primeiro passo para o fim da gestão da presidente da República: um caminho sem volta. A previsão é que a partir de agora haverá mobilização das ruas. Os oposicionistas fazem uma comparação com o processo de impeachment do ex-presidente Collor, que, entre a manifestação do 7 de setembro em que os caras-pintadas foram para as ruas de preto, e a abertura do processo na Câmara, no dia 29, levou 22 dias.

— As ruas vão se mobilizar naturalmente a partir de agora. O estopim foi aceso. Nós apoiamos o impeachment, que não é golpe, está previsto na Constituição, e a peça que encaminhamos através dos juristas tem elementos muito consistentes para que a presidente Dilma seja processada. O que temos que decidir agora, de olho na sociedade, com muita serenidade e com amplo direito de defesa do governo, é se daremos um salvo-conduto para que a presidente Dilma cometa crimes fiscais e eleitorais ou se daremos ao país uma nova oportunidade de recuperar a credibilidade e a governabilidade — disse o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG).

— Já vimos este filme com Collor. A variável agora é a rua — disse o deputado Benito Gama (PTB-BA).

O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), disse que a decisão de Eduardo Cunha foi um gesto que terá um enorme impacto econômico e político nos próximos 45 dias. Mas, depois desta turbulência, o país retomará seu caminho com mais tranquilidade.

— Viveremos agora dois mo-



**Entusiasmo.** Aécio: "O que temos que decidir é se daremos ao país uma nova oportunidade de recuperar a credibilidade"

mentos. No primeiro momento haverá uma paralisação generalizada, com recessão e mais demissões; ninguém sabe direito em que dimensões. Passado o pânico, o segundo momento será de recuperação da perspectiva de o Brasil apresentar um plano de recuperação com Dilma fora. Será resgatado o sentimento de credibilidade — avalia Caiado.

## SENADORES FAZEM MANIFESTO

A abertura de um processo de impeachment foi discutida numa reunião com participação do vice-presidente Michel Temer, um grupo de senadores da oposição e alguns da base, liderados por Fernando Bezer-

ra (PSB-PE). Os senadores submeteram a Temer um manifesto pedindo a inclusão do impeachment da presidente na pauta. A coleta de assinaturas começou a ser feita em seguida, durante a sessão do Congresso, por Fernando Bezerra, e rapidamente chegou próximo ao número pretendido de 45 nomes.

Segundo a assessoria de Temer, o grupo de senadores foi comunicar ao vice que o manifesto pretendia dar uma alternativa para o impasse que paralisa o país: se o impeachment resolve a crise, ou se a crise será resolvida com a presidente Dilma no cargo.

O manifesto será também

uma sinalização de apoio à decisão de Cunha, com o apelo para que o impeachment não continue sendo usado como moeda de barganha, mas que seja resolvido para que Brasil volte a andar nos trilhos. Estiveram na reunião com Temer, além de Bezerra, os senadores José Agripino (DEM-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Valdemir Moka (PMDB-MS), José Serra (PSDB-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). ■



**NA WEB**  
migre.mashWeb  
Vídeos: deputados fazem selfies durante anúncio de Cunha



Quinta-feira 3.12.2015

País

O GLOBO 3

CRISE E VINGANÇA

# A retaliação de Cunha

Abandonado pelo PT no Conselho de Ética, presidente da Câmara aceita pedido de impeachment contra Dilma, que rebate com ataque; oposição comemora, e PT irá ao STF

Emparedado por uma série de denúncias de corrupção e abandonado pelo PT no Conselho de Ética, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), decidiu visgar-se e acabou ontem a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.

— Recuei com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara. Não existe ato ilícito praticado por mim. Não posso contar no exterior. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas — afirmou a presidente.

O PT anunciou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão de Cunha. Já a oposição comemorou no Congresso. A avaliação é de que Dilma não resistirá se as ruas apoiarem o processo. Ontem, um pequeno grupo de manifestantes pró-impeachment foi às ruas em São Paulo para festejar.

O presidente da Câmara usou o impeachment como moeda para barrar o avanço do processo de cassação a que ele mesmo respondeu no Conselho de Ética. E aderiu à tese do impedimento logo depois que os três petistas com assento no colegiado, contrariando orientação

do Palácio do Planalto, anunciaram que votariam contra ele. Cunha negou ato de vingança.

— Não faço isso por motivação política e rejeitaria (o pedido) se estivesse em desacordo com a lei. Autor da denúncia de afastamento da presidente, Miguel Reale Jr. sentenciou:

— Cunha escreve certo por linhas tortas porque usou o impeachment o tempo todo como instrumento de barganha. No desespero, joga o impeachment como areia nos olhos da nação. Após o anúncio de Cunha, o valor das ações da Petrobras subiu nos Estados Unidos.



Ação e reação. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, anuncia que aceitou pedido de impeachment da presidente Dilma, minutos depois horas após saber que petistas não votariam a seu favor no Conselho de Ética da Casa

## Estratégia é jogar o foco da crise em Dilma

— Cinco horas após ser informado que a bancada do PT não o apoiaria para evitar a abertura do processo por quebra de decoro contra ele no Conselho de Ética da Casa, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deflagrou o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, aceitando o pedido apoiado pela oposição e apresentado por juristas em outubro deste ano. Logo depois da decisão do PT, Cunha fez reuniões com aliados e integrantes da oposição que o convenceram que abrir o impeachment seria a única alternativa para tirar uma cortina de fumaça em relação às acusações contra ele. Dilma se tornaria o foco das atenções, concluíam.

O anúncio no Salão Verde da Câmara atraiu curiosos e deputados, além da mídia, e foi feito no momento em que o governo aguardava a aprovação do projeto que altera a meta fiscal de 2015, para tentar livrar Dilma de crime de responsabilidade neste mandato. O pedido de impeachment, feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, tem por base as chamadas "pedaladas fiscais" da presidente em 2014, mas que, segundo o Ministério Público junto a Tribunal de Contas da União (TCU), se repetiram este ano.

Cunha disse que tomou uma decisão de natureza técnica. Ninguém que tenha sido uma retaliação ao anúncio feito pelo PT de não apoiá-lo no Conselho de Ética. Segundo Cunha, Dilma descumpriu a lei orçamentária, ao editar decretos sem número num valor de R\$ 2,5 bilhões em 2015, o que caracterizaria crime de responsabilidade no atual mandato.

— Não o faço por nenhuma motivação de natureza política, mas, de todos os pareceres que chegaram a mim, não consegui achar um que conseguisse deslindar a tese. Não tenho nenhuma felicidade no ato que estou praticando — disse Cunha, negando que seja um ato de

vingança. — Estou praticando um ato de ofício. Cunha disse que foi muito cobrado para se posicionar a respeito dos 34 pedidos de impeachment que chegaram à sua mesa. Ele rejeitou 34; ainda há dois pendentes.

— Repito, nunca na história de um mandato houve tantos pedidos de impeachment como neste mandato — afirmou.

**CUNHA AVISOU TEMER QUE ACEITARIA O PEDIDO**

Para convencê-lo a aceitar o pedido de impeachment, os aliados de Cunha sustentaram que, com o foco voltado para Dilma, a oposição deixaria de ser hostil a ele, até porque se concentraria em defender o afastamento da presidente. Segundo líderes da oposição, não houve compromisso com uma mudança de posição de seus deputados no Conselho de Ética. No entanto, ponderou-se que a repercussão da abertura do impeachment, junto às bases eleitorais, poderia dar o discurso para que deputados do conselho mudem seus votos.

— Todo mundo disse a ele que deveria fazer boje, que ele teria que mudar de pau. Não dá para negar mudança de voto neste momento — disse Rodrigo Maia (DEM-RJ), aliado de Cunha, que participou das reuniões ao longo do dia.

Para esse aliado, era importante que Cunha anunciasse sua decisão antes da votação no Conselho de Ética, para que não ficasse caracterizado que houve retaliação. Uma das preocupações é evitar que o ato seja considerado o uso do cargo em benefício próprio.

O presidente tem a prerrogativa de abrir ouquivar pedidos de impeachment. Só poderia alegar que usou dessa prerrogativa (para benefício próprio) se ele desistisse depois da votação no Conselho de Ética — disse um aliado próximo.

Cunha ouviu os argumentos, recebeu o deputado José Mentor (PT-SP), que era seu interlocutor junto à bancada do PT, e, antes de fazer o a-

núncio, pediu aos aliados que o deixassem só em seu gabinete. Minutos antes de sair do gabinete, o presidente da Câmara telefonou para o vice-presidente Michel Temer e para o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para comunicá-los da sua decisão. O impeachment será lido em plenário hoje, às 14h.

Na última segunda-feira, Cunha avisara Temer, durante um almoço entre eles, que deflagraria o impeachment, se o PT decidisse votar pela continuidade do processo de cassação do seu mandato no Conselho de Ética. Ontem, Temer não fez movimentos para impedir que Cunha seguisse adiante em sua decisão, depois de ter sido avisado por telefone pelo presidente da Câmara. Apenas avisou ao ministro Jaques Wagner (Casa Civil), que, segunda-feira, já havia sido alertado o vice-presidente das intenções de Cunha.

**RETALIAÇÃO JÁ ERA ESPERADA PELO PT**

No PT, já era esperado que Cunha romcesse essa atitude em retaliação à posição dos petistas no Conselho de Ética. Deputados petistas disseram que na sessão de autointerrogatório do conselho, havia a disposição de pelo menos dois deputados do PT de votar a favor de Cunha. No entanto, entre terça e quarta-feira, a pressão de militantes cresceu e o presidente do PT, Rui Falcão, usou as redes sociais para se manifestar contra o presidente da Câmara.

Em almoço de Temer com senadores da oposição ontem, o assunto impeachment predominou. Segundo relatos, os comentários giraram em torno do fato de Cunha ter deixado claro que abriria o processo, caso o PT não o apoiasse no Conselho de Ética. O grupo comentou que a qualquer momento o processo de impeachment seria deflagrado e, segundo relatos, Temer teria "lavado as mãos".

Aliados do governo criticaram Cunha:

— Acho que ele (Cunha) se equivocou com o pedido. O impeachment é o tipo de procedimento que confrega não só a Câmara, mas o ambiente político como um todo — avalia o líder do PMDB, Leonardo Piccini (RJ).

**LÍDER PETISTA SE DIZ INDIGNADO**

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) disse que está indignado com a abertura do impeachment, mas que o governo vai encerrar com "absoluta naturalidade" o decorrer do processo. E chamou o ato de Cunha de "prespeada".

— Recebemos isso com indignação porque não há fato nenhum, a não ser mera disputa política da oposição, e portanto temos que encerrar isso com a mais absoluta naturalidade.

Guimarães disse ser melhor saber a posição de Cunha do que viver com "várias espadas nas costas", numa possibilidade sempre em aberto do início de processo de impeachment.

— É melhor as crises serem elas do que ficar todo dia com uma espada nas costas, prefiro uma espada única do que várias espadas. O momento é de afirmação da base e do governo — disse o líder petista.

Aliados do governo, em especial do PMDB, consideraram equivocada a decisão do PT de anunciar ontem a posição contra Cunha no Conselho de Ética, já que haveria sessão do Congresso para votar a nova meta fiscal, o que inviabilizaria qualquer votação no conselho.

No início da tarde, o encaminhamento para abertura de um processo de impeachment contra Dilma já era considerado uma realidade. Durante as cinco horas que antecederam o anúncio de Cunha, a movimentação de parlamentares no gabinete do presidente da Câmara foi intensa. Aliado de Cunha, o deputado Paulo da Costa (SD), anunciou:

— O PT nos deu uma oportunidade única, agora — disse. ■

“É uma decisão de muita reflexão e dificuldade. Não tenho nenhuma felicidade no ato que estou praticando”

Eduardo Cunha (PMDB-RJ)  
Presidente da Câmara dos Deputados

## CRISE E VINGANÇA

# Para ministros do STF, Cunha deve deixar cargo

Marco Aurélio Mello considera 'inimaginável' que presidente da Câmara tenha agido por retaliação



**Corte Suprema.** Para parte dos ministros, Cunha, acusado na Lava-Jato, não tem condições de presidir a Câmara

**Assisus.** Pelo menos três dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmaram que não há problema legal na abertura do processo de impeachment, porém acreditam que Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não tem condições de comandar este processo.

Por presidir a Câmara, o deputado tem o dever de analisar o aspecto formal do pedido de impeachment e, a partir disso, autorizar ou não a abertura do processo contra a presidente Dilma Rousseff — independentemente de ele ser investigado ou não. No entanto, esses ministros consideram que Cunha, diante das revelações da Lava-Jato de que ele está intimamente ligado ao esquema de desvios de dinheiro da Petrobras, deve sair da função.

Embora já tenha defendido a renúncia de Cunha em outra ocasião, o ministro Marco Aurélio se limitou ontem a comentar que a crise econômica está cada dia mais profunda.

— Nós vivenciamos tempos muito estranhos. Vamos aguardar que as instituições funcionem. Temos uma crise, um impasse que provocou o aprofundamento da crise financeira e que repercutiu na mesa do trabalhador.

O ministro argumentou que o papel de Cunha no processo é meramente formal.

— Nessa parte da tramitação, a lei é clara. Havendo noti-

cia da prática de crime de responsabilidade, se o documento não for irregular, cumpre ao presidente da Casa constituir uma comissão, que dará parecer e será submetido a um colegiado, para que diga se merece deliberação ou não. De forma positiva, volta a matéria à comissão para novo parecer, para o colegiado deliberar sobre o recebimento ou não — explicou Marco Aurélio.

Para o ministro, o presidente da Câmara não tem papel central na tramitação do processo de impeachment.

— O presidente personifica o colegiado. Acima do presidente está o colegiado. Ele não tem poder de abrir ou não abrir. O que ele tem que verificar é o aspecto formal. Alé tem que constituir a comissão. A atuação será do colegiado.

## INCREDULIDADE

Indagado sobre o que achava das declarações que atribuíam a decisão de Cunha a uma retaliação ao processo de cassação que tramita contra ele no Conselho de Ética da Câmara, Marco Aurélio preferiu demonstrar incredulidade.

— Para mim é inimaginável. Não se pode atuar dessa forma. A atuação deve ser independente — declarou.

Outros dois integrantes do STF afirmaram, em caráter reservado, que Cunha não tem condições de presidir a Câmara.

ra, por conta dos processos a que responde. Para eles, ainda assim ele não perde a atribuição de analisar o pedido de abertura de processo de impeachment. Eles ponderaram que a decisão de Cunha não fere decisão tomada em outubro pelo tribunal, que suspendeu o andamento dos processos de impeachment contra Dilma com base no rito definido em setembro por Cunha. Ou seja, o processo não pode tramitar com esse rito específico, mas pode ser aberto.

Em 13 de outubro, a ministra Rosa Weber e o ministro Teori Zavascki, do STF, concederam três liminares suspendendo o rito definido por Cunha. Os ministros não mencionam qualquer proibição ao processamento de impeachment com a adoção de regras diferentes das fixadas por Cunha. As decisões foram tomadas a pedido de quatro parlamentares governistas, que ajuizaram no tribunal dois mandados de segurança e uma reclamação.

Integrantes do Ministério Público Federal cogitavam pedir o afastamento de Cunha da presidência da Câmara. O tema estava sendo avaliado por subordinados do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, diante do comportamento de Cunha em relação ao julgamento de seu caso no Conselho de Ética. •



## CRISE E VINGANÇA



Festa da oposição

No plenário da Câmara, políticos de partidos oposicionistas comemoram a aceitação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff por parte do presidente da Casa, Eduardo Cunha.



Revolta dos governistas

Enquanto isso, parlamentares da base do governo protestam contra decisão de Cunha de aceitar o pedido de impeachment de Dilma Rousseff. Logo depois, deputados do PT e aliados se recusam a votar.

# 'Vamos para a guerra', reage líder do PT

Petistas anunciam recurso ao STF, acusam Cunha de golpe e dizem que PSDB se escondeu por trás de Bicudo

**BRASÍLIA, 8 DE DEZ.** O PT reagiu à decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de aceitar o processo de impeachment anunciando que o partido está "preparado para a guerra". Parlamentares prometem uma ofensiva no Congresso e um recurso judicial ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O líder do PT na Câmara, Silas Machado (AC), falou na guerra a ser travada a partir de agora, e o deputado Wladimir Damous (PT-RJ) explicou como será o recurso ao STF.

Silás culpou o PSDB pelo fato de o tema ter entrado na agenda. Acusou os tucanos de terem se escondido de forma consciente atrás do jurista Hélio Bicudo, autor do pedido aceito por Cunha. — Vamos para a guerra! Esperamos discutir no voto. Depois de uma eleição com o nível mais baixo que já tivemos, o PSDB agora macula a história do Brasil ao não aceitar uma derrota eleitoral — disse o líder do PT.

Silás se negou a fazer comentários sobre a situação de Cunha no Conselho de Ética, dizendo que não quer misturar os assuntos. O presidente do PT, Rui Falcão, acusou a oposição de tentar um golpe. "Golpistas não passaram. Não vai ter golpe. Dilma é a", escreveu Falcão.

Já o deputado Damous alegou que ilimitadas concessões anteriormente pelo STF impediam Cunha de tomar qualquer decisão sobre o tema.

— Vamos ao STF porque não há um rito suficientemente definido para promover o impeachment, devido às limitações do Supremo. Então, nenhum processo pode tramitar enquanto esse rito não estiver definido — disse.

Autor do mandato de segurança que barrou o rito anterior criado por Cunha, Damous acompanhou a entrevista coletiva em que Cunha anunciou a abertura do processo de impeachment, ao lado de Paulo Pimenta (PT-RS). Pimenta, a mediação de Cunha, anunciou a abertura do processo de impeachment, ao lado de Paulo Pimenta (PT-RS). Pimenta, a mediação de Cunha, anunciou a abertura do processo de impeachment, ao lado de Paulo Pimenta (PT-RS).

— Vamos questionar o ponto de vista jurídico qual a legitimidade dele pa-

ra tocar esse processo — disse Pimenta. Os petistas esperam ainda que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, peça ao STF o afastamento de Cunha do comando da Câmara.

— Esperamos que ele (Janot) esteja aberto a esta situação de retaliação. Há há elementos para que se peça o afastamento cautelar — afirmou Damous.

Logo depois de Cunha anunciar ao Silas Machado da Câmara que considerava procedente o pedido de impeachment dos deputados Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior, Pimenta e Damous faziam ques-

## EM BUSCA DE DOIS VOTOS

### CUNHA AINDA EM MINORIA NO CONSELHO DE ÉTICA

**BRASÍLIA.** A decisão da bancada do PT de votar contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética fez seus aliados refazerem as contas e desencadeou uma busca por ao menos dois votos que possam permitir de responder a um processo de quebra de decoro que pode lhe custar o mandato. Porém, os amigos de Cunha não têm certeza se a abertura do processo de impeachment será suficiente para reverter um cenário negativo para ele.

A partir da decisão dos petistas, aliados de Cunha passaram a fazer contas. Se os três deputados do PT votassem com ele, o presidente teria 12 votos e escaparia. Mas, sem os petistas, no melhor das hipóteses, até o final da tarde de ontem, ele teria nove votos — dos 11 necessários para se manter.

Apesar da expectativa de Cunha de contar com os votos da oposição, por aceitação do pedido de impeachment, os deputados de PSDB, PSD, PTB e PT não disseram ao GLOBO que manteriam posição contra Cunha.

A esperança do presidente da Câmara reside agora nos votos de Paulo Faj (DEM-GA) e de Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que haviam sinalizado que votariam contra Cunha, mas estão sendo pressionados por aliados a mudar de ideia.

ção de usar o mesmo púlpito para classificar a atitude de "revanchismo e golpe" e anunciar que o partido registraria no Congresso e também via STF contra o que consideram abuso de poder. Segundo Pimenta, a atitude põe as classes para a população a chantagem que está sendo feita por ele não só em relação ao impeachment, mas também em votações na Casa.

— Tenho absoluta convicção de que é uma atitude de revanchismo diante da decisão do PT de votar pela admissibilidade do processo contra ele no Conselho de Ética. Esse é o ponto culminante de um processo que não é só de chantagem com o governo, mas com o país. Não aceitaremos, é golpe. E Cunha não tem legitimidade para um ato desse que encaramos como afronta à Constituição.

O anúncio da decisão dos petistas de votar contra Cunha no Conselho de Ética que deflagrou a decisão do presidente da Câmara ocorreu pouco antes das 14h. Depois de uma ampla reunião, a maioria apontou que estava na hora de dar um basta ao que considerava chantagem por parte de Cunha. A forma como se deu todo o processo que culminou com a ruptura, no entanto, demonstrou mais uma vez que governo, partido e parlamentares do PT circulavam em órbitas próprias.

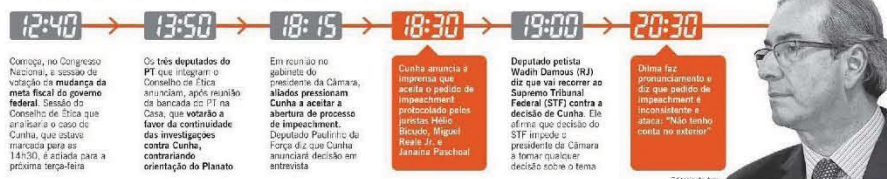
No dia anterior, a divulgação de uma nota do presidente da legenda, Rui Falcão, anunciando que os três representantes da sigla no conselho deviam votar contra Cunha, pegou os petistas, o governo e a bancada de surpresa. Na manhã de ontem, de acordo com aliados de Cunha, o Planalto ganhou que de teria os três votos para que fosse poupado.

Mas os petistas resolveram que não dariam mais para aguentar a pressão de Cunha, definida por Zé Geraldo (PA), um dos integrantes do Conselho, como dono de metralhadora apontada contra o governo e o partido. Esse grupo, integrado por mais de 30 parlamentares, diz que em pouco tempo o partido...

NA WEB  
http://globo.com/07  
O caminho do processo no Conselho de Ética

## ATAQUE E RETALIAÇÃO

VEJA COMO FOI O DIA EM QUE O PEDIDO DE ABERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT FOI ACEITO



"Esse é o ponto culminante de um processo que não é só de chantagem com o governo, mas com o país. Não aceitaremos, é golpe"

Paulo Pimenta (PT-RS)  
Deputado federal



## CRISE E VINGANÇA

# Rito do processo de afastamento começa hoje

Eduardo Cunha lerá em plenário denúncia contra a presidente

**BRASÍLIA** O pedido de impeachment acolhido ontem pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi escolhido entre os mais de 30 pedidos recebidos pela Casa nos últimos meses por razões técnicas e políticas. Politicamente, o pedido apresentado em conjunto pelos juristas Miguel Reale Junior, Hélio Bicudo e Janaina Paschoal em o que maior respaldo encontrava entre os defensores do impeachment, por ter sido encampado pela oposição e por alguns movimentos de rua, como o Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua e Movimentos Contra a Corrupção.

Técnicamente, outro motivo fundamental para Cunha ter escolhido este, entre as dezenas que tinha à mão, foi o fato de abordar as "pedaladas" fiscais de 2015. Desde o início do ano, Cunha afirmava que não aceitaria nenhum pedido que abordasse supostos crimes cometidos antes do atual mandato — até porque ele mesmo é suspeito de atos cometidos antes deste mandato.

O caminho do impeachment envolve várias fases. O pedido, que tem mais de duas mil páginas, será lido na sessão de hoje às 14h, assim como a defesa de Cunha. A comissão especial do impeachment deverá ser criada ainda hoje e, segundo a assessoria da Câmara, deverá ter 66 integrantes, número máximo de membros de acordo com o regimento da Casa. Ainda hoje, a presidente Dilma Rousseff deve ser notificada. A partir do recebimento da notificação, da décima das sessões da Câmara para apresentar defesa.

## REUNIÃO DE LÍDERES COM CUNHA

Os líderes dos partidos se reúnem com Cunha às 11h30m, para discutir o andamento do processo. A divisão entre as legendas, também segundo entendimento da Câmara, obedecerá à proporcionalidade dos blocos partidários formados na eleição da Mesa, no início deste ano. A lei do impeachment exige que todos os partidos sejam representados na comissão. Na Câmara, 29 partidos tem deputados titulares.

Cunha dará ainda hoje o prazo de até 48 horas para os líderes indicarem seus representantes na comissão, sem contar o fim de semana. Os nomes se serão submetidos ao plenário. Quando eles forem aprovados, a comissão estará formalmente constituída. A partir daí, a comissão terá até 48 horas para eleger os 66 integrantes, o presidente e relator.

Depois do recebimento da defesa de Dilma, a comissão terá cinco sessões para dar seu parecer e este será votado. Após 48 horas, a decisão será incluída na ordem do dia do plenário. Para ser aprovado o pedido de abertura do processo de pena de mandato e afastamento de Dilma, são necessários 342 votos.

Durante o processo parlamentar, a comissão não funcionará, a menos que haja convocação extraordinária.

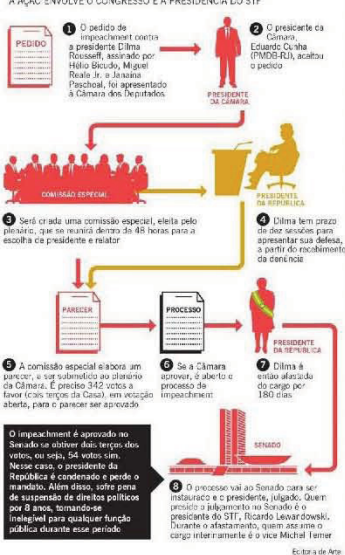
Se o processo for aberto na Câmara, Dilma será afastada do cargo até o julgamento final. E, nesse período, ainda receberá apenas a metade de seu salário, de R\$ 27,8 mil. Dilma, então, passará a responder formalmente junto ao Senado por crime de responsabilidade.

A presidente poderá comparecer pessoalmente para se defender no Senado do Senado, que será presidida pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski. As testemunhas poderão ser inquiridas na sessão por parlamentares. Pode haver debate entre parlamentares e Dilma, ou seu advogado, pelo prazo máximo de duas horas. Em votação nominal, os 61 senadores julgarão. São necessários também dois terços, ou 51 votos, para se aprovar o impeachment.

Os autores do pedido escolhido por Cunha chegaram a desistir de uma acusação apresentada anteriormente, mas que não incluía as "pedaladas" de 2015. Orientada pelo próprio Cunha, a oposição atou na formulação do novo pedido, utilizando boa parte do material anterior, mas acrescentando a rejeição das contas do governo pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para reforçar a tese de que as "pedaladas" invalidam o

## O PASSO A PASSO DO IMPEACHMENT

A AÇÃO ENVOLVE O CONGRESSO E A PRESIDÊNCIA DO STF



Editoria de Arte

segundo mandato de Dilma, caracterizando "continuidade delitiva".

## MOMENTO "NOTORIAMENTE GRAVE"

Em sua decisão, Cunha afirma que as acusações são "gravíssimas", ressalta que o momento político atual é "notoriamente grave" e diz que "nunca na história da República, houve tantos pedidos de impeachment". Cita o parecer do TCU que, por unanimidade, recomendou a rejeição das contas do governo e afirma que a aprovação da mudança da meta fiscal, embora, não sanará a situação.

"Não ignora: o Poder Executivo enviado ao Congresso Nacional projeto de lei alterando a meta fiscal de 2015, porém, além de presidente de aprovação, mesmo se for aprovado, não altera a realidade dos fatos até o presente momento, o Poder Executivo, comandado pela democracia, administrou o Orçamento de 2015 como se a situação fosse superveniente, quando o déficit estimado pode chegar a R\$ 100 bilhões de mais", diz Cunha.

O líder da Rede, Alessandro Molon (RJ), criticou o suposto uso do cargo pelo presidente para retaliar o PT:

— Mais uma vez fica evidente que Cunha usa a presidência da Casa para atrapalhar o avanço do processo e punir quem se coloca em seu caminho. A OAB disse que mantém sua posição de analisar os elementos levantados pelos órgãos de controle e pela imprensa e dar uma resposta com embasamento técnico-jurídico para a sociedade. "O assunto está sob análise do Conselho Federal da OAB, que levará em conta, para opinar, as peculiaridades fiscais, a prática do líder do governo no Senado e declarações premiadas que dão conta de um amplo esquema de corrupção no seio do governo".

## FOGO AMIGO DO IRMÃO

### CORRUPÇÃO MOTIVOU SAÍDA DE COLLOR

Diferentemente do pedido de abertura de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, motivado tecnicamente pelos "pedaladas fiscais", o processo iniciado por vingança do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o inquérito do ex-presidente Fernando Collor de Mello veio como resposta ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso que investigou um esquema de corrupção no governo.

Orelações contra o "capangão marajás" estouraram em fevereiro de 1992, quando o irmão de Collor, o empresário Pedro Collor, tornou pública uma rede de tráfico de influência no governo. As investigações da CPI apontaram para irregularidades durante a campanha eleitoral de Collor. Seu tesoureiro, Paulo César Farias, o PC, arrecadava contribuições milionárias de empresários. Em troca, oferecia futuros negócios no Planalto. Após a posse de Collor, as ações de campanha foram depositadas numa empresa de PC. No decorrer do governo, o esquema continuou arrecadando propinas, engordando os cofres bancários de Collor e pagando as despesas pessoais de Collor e de sua mulher, Rosane.

Concluído o relatório da CPI, a Câmara autorizou em 29 de setembro de 1992 a abertura do processo de impeachment contra Collor por 441 votos a 38. No dia 2 de outubro, após 932 dias de governo, Collor foi afastado da Presidência. Em 29 de dezembro, dia da votação do impeachment no Senado, Collor renunciou ao mandato. No mesmo dia, o vice Itamar Franco assumiu em definitivo a Presidência. E, por 76 votos a 3, Collor acabou proibido de exercer cargos públicos por oito anos.

"Mais uma vez fica evidente que Cunha usa a presidência da Casa para atrapalhar o avanço do processo e punir quem se coloca em seu caminho"

Alessandro Molon  
Deputado e líder da Rede

## C) FOLHA DE S. PAULO



BRASIL EM CRISE

Ao lado de ministros, Dilma faz pronunciamento

## DESABAFO "AGORA VÃO ME CULPAR", DIZ RUI FALCÃO

O presidente do PT, Rui Falcão, fez um desabafo a interlocutores: "Agora, vão me culpar", disse, em menção ao pedido de impeachment de Dilma Rousseff. Ele previa reclamações por ter defendido que a bancada do PT votasse pelo processo contra Eduardo Cunha.

# Presidente se diz indignada e ataca Cunha

Razões para impeachment são 'inconsistentes e improcedentes', afirma Dilma Rousseff em pronunciamento

"Não posso contar no exterior, nem ocultar a existência de bens", disse ela, em referência ao peemedebista

DE BRASÍLIA  
DA COLUNISTA DA FOLHA

Após dizer à sua equipe um "vamos para a guerra, porque se encerra um longo período de chantagem permanente", a presidente Dilma Rousseff fez rápido pronunciamento nesta quarta (2) em que atacou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-R), e chamou de "inconsistentes e improcedentes" as razões para seu afastamento.

Ao lado de 11 ministros, afirmou que não cometera ilícitos e, em referência a Cunha, disse que não se pode "deixar as responsabilidades e os interesses indefinidos abstratamente a democracia e a estabilidade".

Ela começou citando a aprovação da nova meta fiscal, vitória do governo no Congresso. E foi ao atacar: "Não paíza contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público, não posso contar no exterior, nem ocultar [...] a existência de bens". Cunha é alvo da Lava Jato, acusado de receber propina e manter contas secretas na Suíça, entre outras coisas. Ele acusou o pedido de impeachment depois que os três deputados do PT no Conselho de Ética da Câmara atacaram que votariam contra ele.

"Nos últimos dias, a imprensa noticiou que havia interesse na barganha dos votos de membros da base governista no Conselho [...]. Em troca, haveria o arquivamento dos pedidos de impeachment", disse Dilma. "Eu jamais aceitaría ou negociaria com qualquer tipo de barganha, muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas, bloqueiam a justiça ou ofendem os princípios morais e éticos".

O Planalto, porém, trabalhou para que os petistas votassem por Cunha para que ele não desse prosseguimento ao pedido de impeachment. No pronunciamento, a principal ausência notada foi a do vice Michel Temer (PMDB). Ele e Dilma se falaram por telefone depois.

Ao ser informada da decisão de Cunha, Dilma disse a assessores que aquilo acabava com o "imobilismo" do governo. Ministros arriscavam dizer "fui melhor assim". Para auxiliá-la, agora a "batalha" será em campo aberto, pois caiu a máscara do chantagista.

A ordem no governo é montar uma operação para enfrentar a votação contra o impeachment na Câmara — é preciso 171 votos para derrubar o pedido. O Planalto vai entrar também com ações no STF (Supremo Tribunal Federal) alegando violação do deputado e que não há crime a ser imputado à presidente.

A bancada do PT deve apresentar nesta quinta ao STF uma representação pedindo que Cunha seja afastado do cargo por chantagem e uso indevido do cargo. (MARINA DIAS, VALDO CRUZ E MÔNICA BERGAMO)

## HYUNDAI ELANTRA X TOYOTA COROLLA

A COMPARAÇÃO PONTO A PONTO COMPROVA: O ELANTRA É SUPERIOR E PONTO FINAL.

ÍTEIS COMPARATIVOS	ELANTRA	COROLLA XEI
PREÇO	R\$ 89.290	R\$ 89.490
MOTOR	2.0 FLEX	2.0 FLEX
CV (ETAPOLI) CV (GASOLINA)	178 CV 169 CV	153 CV 143 CV
TORQUE (ETAPOLI) TORQUE (GASOLINA)	21,5 KGFM 20,0 KGFM	20,7 KGFM 19,4 KGFM
CÂMBIO	AT (SHIFTRONIC)	CVT
GARANTIA	5 ANOS	3 ANOS
MULTIMÍDIA ANDROID COM WI-FI	SIM	NÃO TEM
AR-CONDICIONADO DIGITAL DUAL ZONE	SIM	NÃO TEM
CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE	SIM	NÃO TEM
CONTROLE DE TRACÇÃO	SIM	NÃO TEM
AIRBAG DE CORTINA	SIM	NÃO TEM
SENSOR DE DISTÂNCIA NA TRASEIRA	SIM	NÃO TEM
MODE DE DIREÇÃO FLEX STEER	SIM	NÃO TEM
AR-CONDICIONADO COM IONIZADOR	SIM	NÃO TEM
PAINEL SUPERVISION	SIM	NÃO TEM



HYUNDAI ELANTRA.  
ELEITO NOS ESTADOS UNIDOS  
O MELHOR SEDAN MÉDIO DO MUNDO.

**ELANTRA**  
2.0 FLEX

A PARTIR DE

**R\$ 89.290**

### INFORMAÇÃO RELEVANTE AO CONSUMIDOR

No mais importante estudo de qualidade do mundo, realizado pelo mais conceituado instituto de pesquisa de satisfação do consumidor dos Estados Unidos, a ELANTRA foi eleita o melhor sedan médio, superando os modelos americanos, japoneses e alemães e todos os outros. Portanto, pode ser considerada o melhor do mundo.



CAOA

www.caoa.com.br/hyundai

Pedestre, use sua faixa.



NEW THINKING.  
HYUNDAI NEW POSSIBILITIES.

Promoção válida até 6/12/2015 para o veículo ELANTRA GATY 2015/2016, no valor proporcional de R\$ 89.290,00 (oitenta e nove mil e noventa reais), com primeira saída. Consulte nossas condições de financiamento e preços para todos os modelos e cores. Imagens meramente ilustrativas.



FOLHA DE S. PAULO  
QUINTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2015 - A4

# poder

PAINEL

NATUZA NERY

politica@folha.com.br

AFIJE  
Congresso  
aprova troca  
de meta fiscal  
Pág. A10

## Com que roupa

Dilma Rousseff discutia a votação da nova meta fiscal. Como se percebeu algo ruim no ar, preferiu não almejar em casa, decisão rara desde que a mãe ficou doente. Tudo indicava que o dia terminaria bem. Até Eduardo Cunha surgir na TV. Após minutos reflexivos, rompeu o silêncio. "Vou falar hoje", disse, ordenando que um assessor buscasse no Alvorada a muda de roupa que usaria no pronunciamento. Na volta, desabafou: "Todos conhecem meus defeitos. Sabem que não sou ladra".

**Já deu** Depois de escrever, com auxílio de alguns ministros, seu discurso de defesa de próprio punho, o presidente ligou para o vice Michel Temer: "Não podia mais ficar sob chantagem", afirmou.

**Apoio moral** Lula telefonou para manifestar apoio enquanto a sucessora rasculava o discurso. Tão logo retornou a seu gabinete após o pronunciamento, assessores e congressistas que a visitavam, puseram uma salva de palmas para a petista.

**Apatia** Temer sorriu da decisão por intermédio de Eduardo Cunha. A conversa durou alguns segundos. O vice não esboçou reação.

**Deixa estar** Temer, por ora, adotará postura de "recolhimento total". Além de evitar ligação com a decisão do congressista, o vice vai esperar para ver como o ator privado e o marcado financeiro amanhecerão.

**Retiro** Sentado em sua cadeira, Cunha pediu que todos os assessores e aliados se retirassem de seu gabinete antes de anunciar a abertura do processo de deposição. Passou um tempo sozinho até sair para a entrevista.

**Conectado** Quatorze minutos antes do anúncio, um importante auxiliar petista dizia que o governo não acreditava na possibilidade de o impeachment ser derrotado.

**Tática** O Planalto deve apresentar um recurso ao plenário da Câmara contra a decisão de Cunha. Como este deve rejeitá-lo, o governo, então, recorrerá ao Supremo. Tentará, ainda, matar o processo na comissão especial. "Se for adiante, o risco é muito alto", avalia o Executivo.

**Ao ataque** Mesmo sem apoiar 100% o governo Dilma, movimento social chamaram reunião de emergência nesta quinta-feira. Dizerem que a "chantagem" feita por Cunha os levava às ruas.

com PAULO GAMA e THAIS ARBEX

## tiroteio

Não dá para aguentar mais. Vamos resolver, é melhor para o Brasil. A tendência é que a decisão seja uma espécie de plebiscito.

DO SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-PA), sobre o tipo de decisão que o Congresso tomará com a tramitação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff.

## contraponto

### Planeta Terra chamando

Enquanto o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) anuncia, em entrevista coletiva, nesta quarta, na Câmara dos Deputados, a deflagração do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, uma reunião no Palácio do Planalto, com integrantes do baixo escalão do governo, discute a Olimpíada do Rio.

Um dos participantes interrompeu a discussão sobre a tocha olímpica para dar a notícia: "Gente, vocês estão sabendo que o Cunha acaba de acatar o pedido de impeachment?". Todos se entreolharam, ficaram em silêncio e seguiram a reunião como se nada tivesse acontecido.

**Filho pródigo** Os habitantes do impeachment revelam que a oposição se reconciliou com Cunha nos momentos derradeiros da abertura. Emissões do presidente estiveram com líderes do PSDB e da DEM.



**Muito fe** Ao ser informado sobre a definição do PT de votar contra o peemedebista no Conselho de Ética — antes, portanto, de Cunha formalizar o impeachment — Mendonça Filho (DEM-PE) levantou as mãos ao céu e soltou um alívio: "graças a Deus".

**Sem remorso** Antes da coletiva, Cunha afirmou: "Sempre fui adversário do PT. Isso não mudou nada. O PT só defende os seus presos, não os adversários". Depois do anúncio, disse que dormirá "tranquilo, como sempre".

**Vale?** O deputado Zé Geraldo não se conformava com a decisão petista no conselho que levou à abertura do impeachment. "O Baf Falão contribuiu para isso em nome da ética. Mas é ético casar uma presidente ética?"

**Ah, tá** Presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto diz que o processo dará "boa oportunidade para debater o que está em discussão para o país". "Não tem guerra, tem debate de projeto político".

**Visita à Folha** Os advogados Roberto Teixeira, Cristiano Zanin Martins e Valeska Zanin Teixeira Martins, do escritório Teixeira Martins, que representam o ex-presidente Lula e seu filho Luis Claudio, visitaram ontem a Folha. Estavam acompanhados de Iria Walquíria Campos, sócio-diretora da TW Comunicações.



O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, concede entrevista na qual anunciou que acatou o pedido de impeachment

## BRASIL EM CRISE

# PT se opõe a Cunha, que revida e aceita pedido de impeachment de Dilma

★ EM PRONUNCIAMENTO, PRESIDENTE REAGE E AFIRMA ESTAR INDIGNADA ★ PLENÁRIO DA CÂMARA DEVE VOTAR O AFASTAMENTO

DE BRASÍLIA

Horas depois de o PT anunciar que dará apoio ao prosseguimento do pedido de cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o presidente da Câmara dos Deputados retaliou, aceitando a análise do pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT) pelo plenário da Casa.

Por meio da sua conta no Twitter, Cunha disse que formava a decisão de acatar a ação, assinada pelo ex-petista Hélio Bicudo, pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Jr. e pela advogada Janaina Paschoal, "atendendo ao pedido das ruas".

A presidente reagiu pouco depois, dizendo-se "indignada". Em pronunciamento no Palácio do Planalto de 2min56s, acompanhada por 11 de seus ministros, Dilma disse que as acusações são "improcedentes" contra um governo que foi "democraticamente eleito".

Ela citou também a aprovação, na tarde desta quarta-feira (2), da nova meta fiscal pelo Con-

gresso, o que, na visão do governo, esvazia um dos argumentos pelo impeachment, o de que há desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

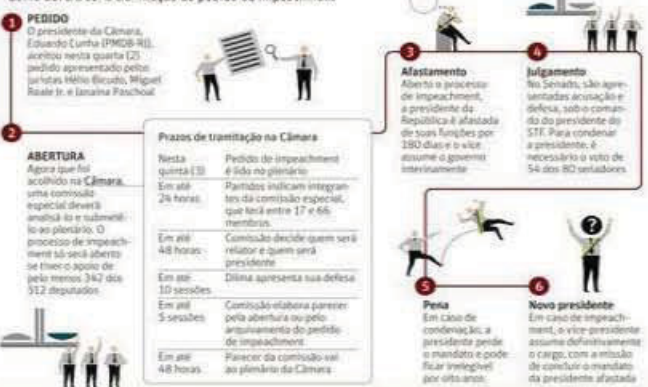
Dilma ainda partiu para o ataque contra Cunha, embora sem citá-lo nominalmente. afirmou que não tem conta no exterior e que nunca ocultou a existência de seus bens, alusão às principais acusações que pesam contra o peemedebista.

O PT deve ir ao Supremo contra a decisão, com o argumento de que Cunha usou o cargo para chantagem adversários. Será a primeira análise de um pedido de impeachment desde que Fernando Henrique viu derrubada no plenário iniciativa semelhante, em 1999.

O trâmite até a votação pelos deputados, em que o Planalto precisa de 171 de 512 votos para derrubar o pedido, demora até cerca de 30 dias. Este prazo só será cumprido se o Congresso suspender o recesso marcado para o dia 23; se não, a decisão será apenas em fevereiro.

## O QUE ACONTECE AGORA

Como deverá ser a tramitação do pedido de impeachment



## BRASIL EM CRISE

# Oposição afirma que decisão de Cunha não é golpe e foi legítima

Presidente do PSDB, senador Aécio Neves diz que Dilma cometeu crimes fiscais e eleitorais

**Para tucano, suspeitas de corrupção contra Eduardo Cunha não deslegitimam processo de impeachment**

DE BRASÍLIA  
DE SÃO PAULO

Derrotado por Dilma Rousseff na eleição de 2014 e apoiador do impeachment, o presidente do maior partido de oposição, senador Aécio Neves (PSDB-MG), disse que o processo que pode levar ao afastamento da petista não deve ser classificado como tentativa de golpe.

"Temos denunciado as ilegalidades do governo, cometidas na campanha eleitoral, as irresponsabilidades cometidas até mesmo hoje, aqui, ao alterar, a 25 dias do final do ano, a meta fiscal proposta por ele [governo] próprio esse ano", disse.

"Nós apoiamos a proposta do impeachment para que ele transite normalmente aqui, isso não é golpe. Estou falando de algo que está previsto na Constituição. Não posso antecipar resultados, mas o nosso sentimento é de que esse tema será debatido no Congresso com o olho na sociedade", continuou.

Para o tucano, o fato de o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ter declarado o processo no mesmo dia em que deputados do PT decidiram não apoiá-lo no Conselho de Ética não deslegitima o processo —suspeito de ter se beneficiado da corrupção na Petrobras, Cunha é alvo de pedido de cassação por controlar contas na Sebrae cuja existência nega—.

"Quanto às motivações, obviamente caberá a ele [Cunha] externá-las. Nós do PSDB estamos absolutamente serenos com o nosso comportamento em todo esse processo", afirmou.

Para Aécio, Dilma cometeu crime de responsabilidade. "Há algo que precisa ser resolvido no país. Podemos dar o voto em favor do presidente pela importância do cargo para que ela continue cometendo os crimes de responsabilidades fiscais ou eventualmente crimes eleitorais, ou no Brasil a lei é para todos? É essa questão que estará em julgamento no Congresso".

Segundo ele, o pedido formulado pelos advogados Miguel Reale Júnior, Hélio Biscudo e Jaina Paschoa é "extremamente consistente".

O principal argumento é que a presidente cometeu crime de responsabilidade ao não cumprir as chamadas "pedaladas fiscais" —uso do caixa de bancos públicos para pagar despesas do governo, criando a ilusão de que não há déficit no Orçamento federal.

Líder do DEM no Senado, Rivaldo Castro (GO) disse que a abertura do processo de impeachment trará melhorias ao cenário político e econômico do país.

"Estamos devolvendo à Câmara a prerrogativa de investigar a presidente. As pessoas acreditam na segurança jurídica, na perspectiva de um plano de governo, escolha de ministros, capacitados e em unidade para reverter o país dessa crise", afirmou.

## REAÇÕES

As reações de congressistas nos salões da Câmara e do Senado após o pedido de

impeachment ter sido aceitado evidenciaram a divergência entre os dois lados.

Enquanto governistas acataram o presidente da Câmara de chantagear o governo, opositoristas aplaudiram a decisão, considerada legítima e esperada.

"É uma chantagem ao Estado democrático de direito. Isso está claro", disse o líder do governo no Congresso, se-

nado José Pimentel (PT-CE).

Para o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PT-PE), Cunha agiu em retaliação à perda de apoio do PT no Conselho de Ética, algo com que ele contava para barrar uma eventual cassação de seu mandato.

"Parece que havia uma tentativa de que o PT viesse a proteger quem quer que seja e aí acho que a decisão da

bancada elimina essa pressão que havia. Acho que foi retaliação e acho que é algo muito pequeno para alguém que tem um cargo tão relevante para o país", disse.

O líder do PT na Câmara, Sibá Machado (AC), criticou Cunha e afirmou que o PT "está pronto para a guerra". "E nós vamos disputar a no voto".

PRATIANA ROBERT, GUSTAVO URRÊ e GABRIELIANO ROCHA

FOLHA DE SÃO PAULO

RASI



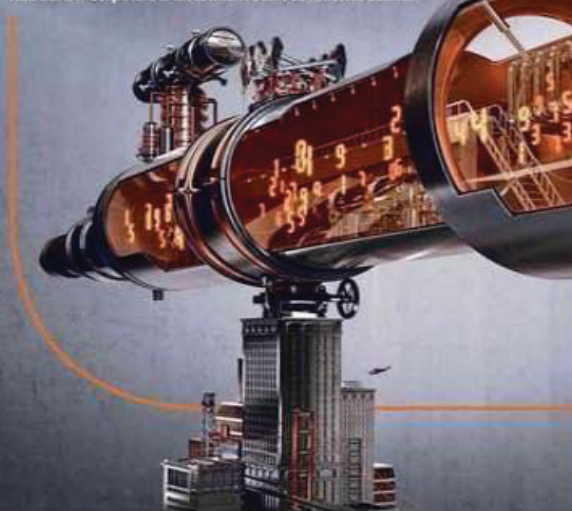
O presidente do PSDB, senador Aécio Neves

Com o Investment Bank do Itaú BBA, você enxerga **oportunidades** que quase ninguém consegue ver.

Fusões, aquisições, abertura de capital. Na hora de realizar as operações mais importantes da sua empresa, conte com a inteligência, visão estratégica e assessoria do Investment Bank do Itaú BBA.

Acesse itaubba.com e conheça mais.

Itaú BBA. O Corporate & Investment Bank da América Latina.



## Movimentos sociais questionam ato de Cunha e prometem ir às ruas por Dilma

DE SÃO PAULO

Logo após a notícia da admissão do pedido contra a presidente, líderes de movimentos sociais prometeram reagir nas ruas à tentativa de impeachment de Dilma Rousseff.

Líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Pedro Stedile, tachou a ação de golpe e disse que grupos de esquerda definirão como fazer pressão em favor da petista.

Ele diz que faltam evidências de envolvimento de Dilma em crime de responsabilidade. "Não há provas nem elementos para o impeachment".

O argumento do sr. Hélio Biscudo (um dos autores do pedido) é provocação, já que as pedaladas fiscais foram usadas em todos os governos".

Guilherme Boulos, do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), disse que Cunha fez manobra sem legitimidade. "Ele é um corrupto notório que abriu este processo para tentar salvar o próprio pescoço", disse.

Após o anúncio de Cunha, o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Wagner Freitas, disse, em redes sociais, que a cassação do mandato do deputado "é uma questão de honra".

## ANÁLISE

### Dilma terá de reagrupar e coordenar suas tropas para barrar impeachment

RODRIGO LIMA DA SILVA  
DE SÃO PAULO

Abandonada pelo cálculo de sobrevivência política de seu criado, Luís Inácio Lula da Silva, a presidente Dilma Rousseff terá de fazer o que não conseguiu durante todo o ano para evitar que a Câmara dos Deputados aprove a abertura do pedido de impeachment: reagrupar e coordenar suas tropas.

A decisão do PT de desistir do plano de defesa de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no Conselho de Ética contrasta o Planalto —ainda que Dilma tenha, em público, negado a

burganha. Na oposição e no PMDB, isso foi visto como uma senha para a aceleração dos eventos em Brasília.

Uma ala do governo e boa parte do PT defendiam esquivar Cunha e ir para o enfrentamento do impeachment. Nas contas do Planalto, capitalizadas por Jacques Wagner (Casa Civil), o risco era grande. A imprensa foi reforçada pelos pessimistas números da economia divulgados na terça (1), unidos ao clima político após a prisão do líder de Dilma no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS).

O movimento fracassou, torpedeado pelo próprio PT.

DESDE A ELEIÇÃO DE CUNHA, O GOVERNO SABE QUE SÓ CONTA COM UNS 130 VOTOS FIRMES, A MARGEM ALGO SUPERIOR A 200 APOIOS EM VOTAÇÕES RECENTES VINHA ASSOMBRANDO O PLANALTO

preocupado com o que ainda lhe sobra de imagem após anos de escândalos.

A lógica petista não é, por óbvio, a da derrota. No papel, o Planalto teria uma tarefa fácil, já que são apenas 171 os votos dos quais precisa.

Desde a eleição de Cunha à chefia da Câmara, o governo sabe que só conta com uns 130 votos firmes. A margem algo superior a 200 apoios em votações recentes vinha assombrando o Planalto.

Em condições normais, o Planalto poderia cabalar facilmente os votos que lhe faltam. Talvez o contrário, a exemplo do que fez Fernando Henrique Cardoso em situação análoga em 1999, e reinicie sua gestão do zero.

A reação inicial do Planalto, com o inusado pronunciamento de Dilma, apontou pa-

ra a desqualificação de Cunha devido ao caráter revanchista de sua decisão. Basta saber se funcionará, pois será o plenário que julgará Dilma, analisando ali mais do que a idoneidade de quem admitiu a votação.

Tentar judicializar o processo na saída, por sua vez, tem eficácia duvidosa.

O clima é francamente desfavorável a Dilma. Sua baixíssima popularidade, a paralisante crise econômica, a sombria da Lava Jato e a aproximação entre a oposição e o PMDB do vice Michel Temer pintam um quadro difícil, ainda que não irreversível.

Um impeachment pode até ter sido "previsível", uma vez que o risco foi emboldrado quando o PT não apoiou Cunha, mas não é boa notícia para o presidencialismo Lula.



CELEBRAÇÃO Em São Paulo, o



## 2. Notícias referente ao tópico 3.5. AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF

### A) O ESTADO DE S. PAULO

# Dilma tem 20 dias para apresentar sua defesa

Lewandowski abre instrução do processo de impeachment e define prazos para a defesa da presidente afastada; denúncia não deve ser aditada



BOA SAMPÃO/ESTADÃO/SABES

**Ministro.** Ricardo Lewandowski, presidente o STF, vai comandar julgamento de Dilma

**Adriano Ceolin**  
**Igor Gadelha** / BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, tomou ontem posse como presidente do julgamento de impeachment da presidente Dilma Rousseff no Senado. Ele abriu a instrução do processo e definiu um prazo de 20 dias corridos para Dilma apresentar sua defesa.

Nessa fase, os trabalhos serão realizados pela comissão especial formada por senadores. Lewandowski explicou que atuará como instância recursal, em caso de divergências entre

acusação e defesa. Na avaliação do presidente do STF, a denúncia não deve ser aditada, mas indicou que a comissão especial irá considerar esse caso.

Questionado se algo diferente da denúncia apresentada pela Câmara poderá ser avaliada a partir de agora, Lewandowski afirmou que, na visão dele, "a acusação é circunscrita" aos indícios de crimes de responsabilidade apontados até agora.

Dilma é acusada de ter editado créditos suplementares ao Orçamento sem autorização do Congresso e ter praticado as chamadas "pedaladas fiscais" — atraso sistemático na transfe-

rência de recursos do Tesouro a bancos públicos para pagamentos de programas sociais.

"Na primeira fase, também houve uma circunscrição da acusação a esses mesmos temas. Eu acredito que a comissão especial deve se ater a esses temas também. Penso eu", afirmou Lewandowski.

O presidente do STF, no entanto, admitiu a possibilidade de a denúncia ser acrescida de fatos novos caso esse seja o entendimento da comissão especial formada por senadores.

**Lava Jato.** Quando foi discutida na comissão especial da Câ-

mara, houve deputados que tentaram incluir na denúncia dados da investigação da Operação Lava Jato. Principalmente, após a delação do ex-senador Delcídio Amaral (Ex-PT-MS).

Ex-líder do governo, ele afirmou que Dilma tentou "interferir" nas investigações sobre o esquema de corrupção na Petrobrás. Ela também, segundo Delcídio, tinha conhecimento da operação de compra superfaturada da refinaria de Pasadena, nos EUA. Delcídio foi cassado pelo Senado na última terça.

**Votações e júri.** Na fase de instrução, feita pela comissão especial, os trabalhos serão presididos pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB), que definirá um calendário. Ainda nessa fase, serão feitos pedidos de perícias, diligências e audiência com testemunhas. A fase de instrução é concluída com a apresentação da peça acusatória ao plenário.

A segunda fase tem início com o chamado julgamento da pronúncia, quando o Senado, por maioria simples, decide se a peça acusatória tem subsídios para incriminar Dilma. A sessão do julgamento da pronúncia é presidida por Lewandowski. Ainda nessa segunda fase, Dilma pode ser ouvida pessoalmente ou enviar um representante, provavelmente o ex-advogado geral da União José Eduardo Cardozo. Testemunhas também podem ser inquiridas na segunda fase.

Na terceira fase, ocorre o julgamento final, quando, por maioria absoluta, o Senado decide se cassa o mandato da presidente ou não.

O processo precisa ser concluído em até 180 dias, caso contrário Dilma pode retomar o mandato. Lewandowski e Renan confirmaram que o recesso parlamentar de julho deverá ser suspenso para que os trabalhos não sejam interrompidos.

### B) O GLOBO





# Para acelerar julgamento, Senado não fará recesso

Decisão deve abreviar prazo de até 180 para análise do caso Dilma



**Procedimento.** Renan Calheiros recebe no Senado presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que presidirá processo contra a presidente afastada

CRISTIANE JUNGBLUT, EDUARDO BRESCIANI  
E CAROLINA BRIGIDO  
opais@oglobo.com.br

**-BRÁSILIA-** Para acelerar a tramitação do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, não haverá recesso no Congresso Nacional no mês de julho. A decisão foi anunciada pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), após reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. A partir de agora, o processo será conduzido por Lewandowski, que assinou um mandado de citação abrindo prazo para que a presidente apresente sua defesa em até 20 dias. Dilma está afastada por até 180 dias, mas o Senado deseja concluir o processo antes disso.

Para que o recesso não seja realizado, não haverá votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017. A Constituição determina que os parlamentares só podem interromper os trabalhos em julho se essa lei for aprovada.

— A lei 1079/50 já trata da compatibilização do funcionamento do processo de impeachment com o funcionamento do Legislativo. Além do mais, não havendo a votação da LDO de 2017, não vamos ter esse recesso de 15 dias. É bom porque aí vamos poder agilizar no tempo e a atividade processante do Senado — disse Renan.

O presidente do Supremo defendeu que o processo deve ficar restrito às pedaladas fiscais de 2015 e aos decretos de crédito suplementar, denúncias

que foram aceitas pela Câmara e estão contempladas no relatório de Anastasia, aprovado na manhã de ontem pelo Senado.

— Tivemos uma acusação que veio da Câmara circunscrita a determinados temas. Nessa primeira fase houve a circunscrição a esses temas e eu acredito que nessa segunda fase a comissão deve se ater a esses temas também, penso eu — disse Lewandowski.

## LEWANDOWSKI USARÁ SALA DE PETISTA

Foi disponibilizada uma sala para Lewandowski no Senado. A cessão foi feita por um petista, o primeiro vice-presidente, Jorge Viana (AC). O presidente do STF, porém, só deverá usá-la quando for presidir as sessões em plenário do juízo de pronúncia e do julgamento final.

O presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), quer concluir os trabalhos com alguma folga em relação ao pedido de afastamento da presidente.

— Não pretendo utilizar os 180 dias, porque seria um pouco dramático para as expectativas da população brasileira. Mas também não vamos encurtar a ponto de prejudicar o amplo direito de defesa — disse.

Depois de comandar uma sessão de mais de 20 horas para a admissibilidade da denúncia, Renan afirmou estar “aliviado” em não conduzir mais o processo de impeachment.

— Fico totalmente aliviado, dormi em paz, mais do que nunca, porque, a partir de amanhã, vocês vão ter outras pessoas para decidir essas questões intrincadas

— disse Renan aos jornalistas.

O mandato de Lewandowski como presidente do STF termina em 10 de setembro. Caso o processo de impeachment não seja encerrado até esta data caberá a sua sucessora, Cármen Lúcia, presidir o julgamento final.

A segunda fase do processo, agora, é de produção de provas para a realização de um juízo de pronúncia. Lewandowski afirmou que nessa fase o trâmite se assemelha ao de um tribunal do júri. Uma diferença em relação ao rito de 1992 que já propôs é de permitir que, nas audiências, os questionamentos sejam feitos diretamente aos interrogados e não por intermédio do presidente da sessão.

Os trabalhos retornam para a comissão especial do Senado. Lewandowski não participará do cotidiano dessas reuniões, mas serão endereçados a ele recursos sobre controvérsias no trabalho. Ele já adiantou aos senadores que esses recursos não terão efeito suspensivo. Ou seja, prevalecerá, de início, as decisões tomadas pelo presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB).

Na próxima semana ocorrerão apenas reuniões técnicas para a elaboração de um plano de trabalho pelo relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), em conjunto com as assessorias de Lira e Lewandowski. Somente no dia 24 deverá haver reunião de toda a comissão para analisar o plano e aprovar requerimentos para definir audiências públicas, solicitar requerimentos e outras medidas que possam servir como provas no processo. ●





**'Cabeça brilhante.'** Moraes é cumprimentado por Temer. Apelido foi do ex-chefe e hoje colega de Ministério Gilberto Kassab, pela careca

## Linha-dura, ex-secretário de Alckmin assume a Justiça

Novo ministro, que já defendeu Cunha e sonha em ir para o STF, teve métodos de segurança contestados por ONGs

ALESSANDRO GIANNINI  
E SÍLVIA AMORIM  
opais@oglobo.com.br

**-SÃO PAULO-** Durante a cerimônia de posse do presidente interino, Michel Temer, um dos personagens mais entusiasmados com o ritual era o novo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo. Primeiro integrante do novo gabinete a assinar o termo de posse, Moraes parecia estar satisfeito com a realização do desejo de participar do governo federal. Após a cerimônia, declarou rapidamente ao GLOBO que "a Lava-Jato é prioridade" de sua gestão e que dará "todo o apoio" à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Aos 47 anos, ele sempre soube que teria chances reais de trocar o governo paulista por Brasília se Temer virasse presidente. A mudança de ares aproxima o ex-promotor de sua maior ambição, a de ocupar uma das 11 cadeiras do STF.

Toda a negociação para ocupar uma vaga na Esplanada foi feita pessoalmente por Alexandre, que tem uma excelente relação com Temer e com uma de suas filhas. Por isso, na sede do governo paulista, ontem, causaram irritação os burburinhos de que Moraes entrou para o governo como indicado do governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Foi na gestão do tucano que o novo ministro se projetou, pavimentando seu caminho em direção ao Planalto, embora tenham surgido muitas pedras no decorrer do período. A mais recente foi o tratamento dado na semana passada aos estudantes que ocupavam uma escola estadual paulista, surpreendidos pela invasão da Polícia Militar sem mandado judicial. Ou a reação intempestiva contra os manifestantes de partidos de esquerda e movimentos sociais que, na terça-feira de manhã, começaram a protestar contra o avanço do impeachment:

— Não acho que eram manifestações — disse ele em um evento no Comando-geral da Polícia Militar.

— Não tinham nada a pleitear. Foram atos de guerrilha e nós vamos identificar os responsáveis — completou.

No ano passado, em meio a uma série de chacinas na periferia de São Paulo, Moraes se apressou em aceitar a versão proposta por um delegado para a morte de quatro jovens que trabalhavam em uma pizzaria, em Carapicuíba. Segundo o relato, policiais teriam agido por vingança porque os rapazes mortos ha-

viam roubado a bolsa da mulher de um deles. E modificaram a cena do crime para atrapalhar as investigações. Tudo se revelou falso.

Uma de suas principais bandeiras é a queda dos índices de criminalidade à frente da Secretaria de Segurança de SP. Organizações não-governamentais como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, porém, contestam os números e os métodos, dizendo que a polícia paulista é uma das que mais matam.

Polêmicas na carreira de Moraes não faltam. Entre os clientes de seu escritório de advocacia já estiveram a Transcooper, uma cooperativa de peregrinos que tem contratos com a administração municipal e foi investigada em 2015 por suspeita de lavar dinheiro de uma facção criminosa em São Paulo, e o deputado federal afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Até virar secretário de Segurança Pública em 2014, Alexandre se aliou ao maior adversário de Alckmin nos últimos tempos: o então prefeito Gilberto Kassab. Na prefeitura de SP, ele tinha o título informal de super-secretário por acumular duas secretarias e duas estatais da gestão. Exemplo da intimidade que tinha com Kassab, este costumava se referir a Alexandre, em tom de gozação, como "a cabeça mais brilhante da prefeitura" por causa da careca. Por motivos ainda nebulosos, essa parceria foi rompida. ●



# Temer acena ao mercado e diz que objetivo é reduzir atuação do Estado

Presidente garante autonomia do BC e pede confiança na economia

MARTHA BECK E ELIANE OLIVEIRA  
opais@oglobo.com.br

**-BRASÍLIA-** Com discurso construído sob medida para tranquilizar o mercado e resgatar a confiança dos empresários e das famílias, o presidente em exercício Michel Temer tomou posse ontem dizendo que sua prioridade é reverter a queda livre da economia. Ele apontou como maiores objetivos a redução do desemprego, o aumento do rigor fiscal e o enxugamento do Estado por meio de parcerias com o setor privado.

Ele garantiu que o Banco Central gozará de autonomia de fato para combater a inflação:

— Eu quero, também, para tranquilizar o mercado, dizer que serão mantidas todas as garantias de que a direção do Banco Central hoje desfruta para fortalecer sua atuação como condutora da política monetária e fiscal.

Temer pediu confiança da sociedade em seu projeto econômico:

— Minha primeira palavra ao povo brasileiro é a palavra confiança (...). Confiança na recuperação da economia nacional, nos potenciais do nosso país, em suas instituições sociais e políticas e na capacidade de que, unidos, poderemos enfrentar os desafios deste momento de grande dificuldade.

## PARCERIAS COM SETOR PRIVADO

O presidente defendeu maior eficiência nos gastos públicos, disse que o Brasil precisa atingir o que ele chama de “democracia da eficiência” e que, apesar dos desafios do momento, é preciso parar de falar em crise e trabalhar:

— A partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos.

Em resposta à presidente afastada Dilma Rousseff, que apontava o risco de Temer acabar com programas sociais e retirar direitos dos trabalhadores, ele assegurou que manterá o Bolsa Família, o Pronatec, o Fies, o Prouni e o Minha Casa Mi-



**Mudança de rumo.** O novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, junto ao presidente interino Michel Temer

nha Vida. Acrescentou que os programas serão aprimorados.

O presidente em exercício defendeu mudanças no papel do Estado, afirmando que ele deve prover serviços essenciais, como saúde, educação e segurança pública, mas “não pode fazer tudo”. Por isso, é preciso estreitar parcerias com a iniciativa privada:

— Sabemos que o Estado não pode tudo fazer. Depende da atuação dos setores produtivos: empregadores, de um lado, e trabalhadores de outro. Ao Estado compete cuidar da segurança, da saúde, da educação, ou seja, dos espaços e setores fundamentais, que não podem sair da órbita pública. O restante terá que ser compartilhado com a iniciativa privada, aqui entendida como a conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores.

Temer citou como prioridades as reformas da Previdência e trabalhista, e assegurou que elas não mexerão com direitos adquiridos. Disse que é urgente reequilibrar as contas públicas, colocando a dívida pública em

trajetória de queda. Para isso, os primeiros passos serão dados na reforma administrativa, com redução do número de ministérios e de cargos comissionados.

Temer deixou claro que vai priorizar o comércio exterior e, para isso, vai levar para sua antessala a Câmara de Comércio Exterior (Camex). O Ministério do Desenvolvimento, criado ainda no governo Fernando Henrique e fortalecido por Lula com toda a parte de comércio exterior, será esvaziado.

## ITAMARATY COMANDARÁ APEX

A ideia é que o presidente em exercício bata o martelo em questões nas quais não houver consenso no conselho de ministros da Camex. Para o Itamaraty, sob comando de José Serra, irá a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), que tem orçamento de R\$ 500 milhões por ano.

O Ministério do Desenvolvimento continuará com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), encarregada de contabilizar os números de exportação e importação e de realizar

investigações de práticas desleais de comércio, como dumping e subsídios. O BNDES, que foi usado nos governos Lula e Dilma para turbinar a economia, também sairá do escopo do Desenvolvimento e irá para o Planejamento. Será comandado por Romero Jucá, aliado próximo a Temer.

O novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que também tomou posse ontem, preferiu discrição. Perguntado sobre a dificuldade de tirar o Brasil da crise, limitou-se a dizer:

— Tudo bem. Estou preparado para enfrentar os problemas.

Ele convidou o especialista em contas públicas Mansueto Almeida para assumir a Secretaria do Tesouro Nacional. O ex-diretor do Banco Central Carlos Hamilton Araújo poderá ficar no comando da Secretaria de Política Econômica (SPE), ou da Secretaria Executiva da Fazenda. O economista Marcos Mendes poderá ir para a SPE ou a Executiva. O atual secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, permanecerá no cargo. (Colaboraram: Simone Iglesias e Bárbara Nascimento) ●



# 'É urgente um governo de salvação nacional'

Temer defende maior harmonia entre os Poderes e diz que governabilidade depende de apoio do Congresso

LETICIA FERNANDES  
e SIMONE EGLESIAS  
opais@oglobo.com.br

**BRASÍLIA** Com a voz rouca e um entusiasmo permanente, o presidente interino Michel Temer (PMDB-SP) fez ontem seu discurso de posse destacando a importância do diálogo com o Congresso. Horas depois de o Senado aprovar o impeachment por mais de dois terços dos votos, num retrato preciso da relação frágil e conturbada que Dilma nutriu com parlamentares desde 2010, o peemedebista fez um contraponto com a gestão petista e enalteceu o Parlamento. Disse ser essencial a ampliação do diálogo e do trabalho em conjunto com o Legislativo e com a sociedade para tirar o país da crise.

— É urgente fazermos um governo de salvação nacional. Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro não de emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos — disse Temer. — O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento. Ninguém, absolutamente ninguém, individualmente, tem as melhores receitas para as reformas que precisamos realizar. Mas nós, governo, Parlamento e sociedade, juntos, vamos encontrá-las.

Temer pediu ajuda dos deputados e senadores para aprovar projetos que possam

tirar o país da crise e reequilibrar as contas públicas. Ele citou a governabilidade como um dos pontos nevrálgicos de seu governo.

Vamos precisar muito da governabilidade. E a governabilidade exige, além do que eu chamo de governança, que é o apoio da classe política no Congresso Nacional, governabilidade, que é o apoio do povo. O povo precisa colaborar e aplaudir as medidas que vamos tomar. E nesse sentido a classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do país.

## APROXIMAÇÃO COM CONGRESSO

Na presença de dezenas de parlamentares, Temer fez um gesto claro de aproximação do Congresso, ao dizer que o Parlamento é o representante de todas as correntes de pensamento do país, e não o Executivo, e que ambos precisam se ajudar e trabalhar de forma harmônica.

— Executivo e Legislativo precisam trabalhar em harmonia e de forma integrada, até porque no Congresso estão representadas todas as correntes de opinião da sociedade brasileira, lá estão todos os votos de todos os brasileiros. Portanto, nós temos que governar em conjunto — defendeu.

Ao fim de seu primeiro pronunciamento como presidente interino, Temer adotou tom mais duro ao se referir ao governo afastado, sobretudo a do Judiciário no Legislativo,



Pacto e afagos. Temer conversa com o senador Aécio Neves durante a cerimônia em que assumiu a Presidência

se fosse "dono do poder". No entanto, fez questão de destacar o "absoluto respeito institucional à senhora presidente Dilma Rousseff".

— Não discuto aqui as razões pelas quais ela foi afastada. Quero apenas sublinhar a importância do respeito às instituições e a observância à liturgia nas questões, no trato das questões institucionais.

Ele tocou também em um dos principais pontos de tensão do Congresso: a interferência entre os Poderes, sobretudo a do Judiciário no Legislativo,

que ocorreu em alguns episódios desde que foi instaurado o processo de impeachment.

O Ministério de Temer foi fechado minutos antes da posse, a ponto de, na nominata distribuída ao fim do ato, ainda não constar os nomes dos últimos dois que foram acertados à tarde. Desde ontem, a equipe do então ex-vice-presidente tentava mediar uma disputa interna no PMDB no Senado.

Alguns dos caciques preferiram manter sob seu domínio Minas e Energia, e outros, comandar a Integração Nacional.

Prevaleceu a vontade dos peemedebistas pela Integração, que ficou com o ex-ministro dos Portos e da Pesca Helder Barbalho. Ao PSB, coube Minas e Energia, uma pasta que historicamente é comandada pelo PMDB, com o deputado de primeiro mandato Fernando Filho. Pesou sua filiação: ele é filho do senador e ex-ministro da Integração Fernando Bezerra.

Os ministros escolhidos pelo presidente interino têm representação de 11 partidos. Com isso, logo de saída Michel Te-

mer já parte de uma base de apoio parlamentar na Câmara com 355 deputados. Somado a esse número os parlamentares de PSC e Solidariedade, o total sobe para 377, sendo que as duas legendas não têm ministros, mas ocupam cargos importantes no segundo escalão do governo. Os múltiplos afagos ao Congresso não foram à toa. Com esse peso, o presidente interino já tem, em tese, votos para aprovar emendas constitucionais, que precisam de ao menos 308 votos.

## MAIS AUTONOMIA AOS ESTADOS

Temer citou algumas das matérias que pretende ver aprovadas pelo Congresso. Entre elas a revisão do pacto federativo, cujo objetivo é dar autonomia aos estados e municípios sob a égide de uma federação real. Para aprovar esse tipo de medida, o presidente interino disse que aposta na compreensão dos brasileiros, e para isso precisa ter uma base parlamentar sólida.

Quando editarmos uma norma referente a essas reformas, será pela compreensão da sociedade brasileira, e é para isso que nós queremos uma base parlamentar sólida, que nos permita conversar com a classe política e também com a sociedade — disse.

NA WEB  
globo7dbrld  
Vídeo: assista à  
íntegra do discurso de  
Michel Temer no Planalto

# Dilma acusa Temer de ameaçar conquistas

Presidente afastada volta a falar em 'golpe' e que sai do governo com 'a dor inominável da injustiça'

FERNANDA KHAROVICS,  
CATARINA ALENCAR CASTRO E  
EDUARDO BARRETO  
opais@oglobo.com.br

**BRASÍLIA** Afastada da Presidência da República, Dilma Rousseff afirmou ontem que o maior risco para o país neste momento é ser dirigido por um governo dos "sem voto" e insistiu que a gestão Michel Temer coloca em risco as conquistas sociais dos últimos 13 anos. Pela primeira vez, Dilma admitiu que pode ter cometido erros, mas ressaltou que não cometeu crimes. Ela convocou seus apoiadores a continuarem mobilizados, de forma pacífica, contra seu processo de impeachment, classificado por ela como "golpe".

— O risco, o maior risco para o país neste momento, é ser dirigido por um governo dos sem voto, um governo que não foi eleito pelo voto direto da população brasileira. Um governo que não terá a legitimidade para propor e implementar so-

luções para os desafios do Brasil. Um governo que pode se ver tentado a reprimir os que protestam contra ele. Um governo que nasce de um golpe, de um impeachment fraudulento, nasce de uma espécie de eleição indireta, um governo que será ele próprio a grande razão para a continuidade da crise política em nosso país.

## DISCURSO PARA A MILITÂNCIA

Logo após ser notificada de seu afastamento, Dilma fez um pronunciamento de cerca de 15 minutos no Salão Leste do Palácio do Planalto, acompanhada de seus ex-ministros, deputados e senadores do PT e do PC do B. Na sequência, ela deixou o palácio e praticamente repetiu o discurso, desta vez do lado de fora, dirigindo-se à militância.

— O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, aos jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a va-

lização do salário mínimo, os médicos atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com o Minha Casa Minha Vida. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal.

O embasamento do processo de impeachment é a acusação de que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal ao fazer manobras orçamentárias. E o pano de fundo é uma presidente que sempre teve dificuldade de se relacionar com o Congresso e de fazer política. Centralizadora e de temperamento forte, Dilma ensaiou apenas ontem fazer uma autocrítica, reconhecendo que "pode" ter cometido erros.

— Posso ter cometido erros, mas não cometi crimes. Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer — afirmou ela, acrescentando:

— Tratamos como crime um ato corriqueiro de gestão.

Ao longo do pronunciamento, Dilma, acompanhada de Lula visivelmente abatido, classi-



Discurso. Dilma, que estava acompanhada de Lula, disse à militância que país corre risco com governo dos "sem voto"

cou seu processo de impeachment como "fraudulento", "um verdadeiro golpe", "frágil", "juridicamente inconsistente", "injusto", "farsa jurídica e política". Embora a cúpula do PT e integrantes do governo considerem "remotíssimas" as chances de Dilma reassumir o mandato, após o julgamento de mérito do processo de impeachment pelo Senado, a estratégia é manter a militância e movimentos sociais mobilizados.

— Aos brasileiros que se opõem ao golpe, independen-

temente de posições partidárias, façam um chamado: mantenham-se mobilizados, unidos e em paz. A luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante. A luta pela democracia não tem data para terminar.

Dilma comparou seu afastamento à tortura sofrida durante a ditadura militar e ao enfrentamento de um câncer linfático, em 2009.

— O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e

grandes desafios. Alguns pareciam inteiros, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura; a dor aflição da doença; e agora eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói, neste momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política.

NA WEB  
globo7dbrld  
Leia a íntegra do  
discurso de Dilma

## Cunha manterá salário, segurança pessoal e poderá usar avião da FAB

**Peemedebista tem mesmos direitos de Dilma, diz primeiro secretário da Câmara**

ISABEL BRAGA  
isabraga@bsb.oglobo.com.br

**-BRASILIA-** O deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não perdeu a oportunidade de dar o troco e alfinetar Dilma Rousseff, no dia em que o impeachment da presidente foi concretizado. Ontem, ele recorreu à frase que Dilma usou quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu afastá-lo do mandato e da Presidência da Câmara: "Apenas uma frase. Antes tarde do que nunca", disse ele em sua conta no Twitter. Por tempo indeterminado,

enquanto durar seu afastamento, Cunha terá pagos com recursos públicos o salário integral como deputado, equivalente a R\$ 33,7 mil, e a verba mensal de gabinete para a contratação de funcionários, de até R\$ 92 mil. Poderá ainda manter todos os funcionários que tem hoje em seu gabinete. Cunha também terá direito a permanecer na residência oficial da Câmara, à segurança pessoal e à assistência de saúde, além de carro e uso do avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para se locomover. O primeiro secretário da Câmara, Beto Mansur (PRB-SP), redigiu ontem, com o apoio da assessoria da Casa, ato da Mesa Diretora disciplinando os direitos de Cunha. Mansur afirma que as regras fixadas pela Câmara seguem rigorosamente

te o mesmo parâmetro fixado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para o caso de Dilma durante o afastamento dela nos 180 dias previstos para o julgamento do mérito do processo de impeachment na Casa. Ontem, Mansur tentava colher a assinatura dos integrantes titulares da Mesa Diretora para validar o ato e mandar publicá-lo. O primeiro secretário disse que já tinha acertado tudo com o presi-

**Salário.**  
Cunha  
manterá os  
R\$ 33,7 mil



dente interino da Câmara, Waldir Maranhão. A Casa ainda não tem estimativa dos gastos que terá com Cunha.

— Fizemos a simetria com o caso da Dilma. Se ela tem direito a garçom, ele também tem. Se tiver a moça da limpeza, idem. O que ela puder, ele pode — disse Mansur. Segundo o primeiro secretário, Cunha está afastado, mas terá direito a manter seu gabinete e, teoricamente, poderá frequentá-lo, se quiser. — A Dilma também teve garantido o direito a ter equipe de serviço do gabinete pessoal. Está mantendo oito pessoas — justificou.

### FILA PARA USAR AVIÃO

O ato fala genericamente em direito a transporte terrestre e aéreo. Pelo entendimento de assessores, os deslocamentos em avião da FAB são dentro do país e não para o exterior. E Cunha terá que requisitar o avião, entrando na ordem de precedência e obedecendo à fila de pedidos. Durante o afastamento dele, o mandato de deputado, não será convocado o suplente.

Das verbas principais do mandato, Cunha só não terá direito ao chamado Coto, verba que é usada pelos deputa-

dos para custear os gastos do mandato. A verba varia de estado para estado. No caso do Rio, é equivalente a R\$ 35,7 mil por mês. Para ter direito a essa verba, o deputado tem que comprovar o gasto, apresentando nota fiscal.

Na semana passada, o PSOL soltou nota criticando a manutenção de "regalias" para Cunha e defendendo que ele não tivesse nem direito ao salário. "É equivocada a tentativa de comparação entre a condição de seu afastamento, como réu no Supremo, à de um presidente que tenha sofrido impeachment, o que obedece a uma determinação legal com prazo determinado. Já foi demais o STF manter o foro privilegiado. Somos a favor de que ele perca todos os benefícios", disse na nota o líder do PSOL, Ivan Valente (SP). ■

## Gilmar suspende apuração contra Aécio por suspeita em Furnas

**Mais tarde, em posse no comando do TSE, ministro criticou 'trupe de insensatos'**

CAROLINA BRIGIDO  
carolina@bsb.oglobo.com.br

**-BRASILIA-** O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a suspensão das investigações contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) por suspeita de participação no esquema de desvio de dinheiro de Furnas até que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informe se considera mesmo necessária a abertura do inquérito. Janot pediu a abertura das investigações contra Aécio na semana passada. Na quarta-feira à noite, Gilmar concordou e instaurou o inquérito. Em menos de 24 horas, depois de receber a defesa de Aécio, o ministro decidiu suspender as diligências que já haviam sido

determinadas, entre elas, o depoimento do senador. No ano passado, a PGR enviou petição ao STF com indícios contra Aécio, colhidos da delação premiada do doleiro Alberto Youssef. Essa petição foi arquivada por falta de elementos contra o senador. Na semana passada, Janot pediu o desarquivamento da petição e o acréscimo de novos elementos contra o tucano, agora, levantados a partir da delação do ex-senador Delcídio Amaral (sem partido-MS). O PGR pediu a investigação dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Segundo a defesa de Aécio, a investigação foi reaberta sem novas provas, em contrariedade às normas do STF. Na decisão de ontem, Gilmar dá indícios de que concorda com Aécio. "A petição parlamentar pode demonstrar que a retomada das investigações ocorreu sem que haja novas provas", escreveu o ministro.

Gilmar também ponderou que a manifestação da defesa



**Eleitoral.** Ministro Gilmar Mendes é empossado como presidente do TSE

pode suprir a necessidade de diligências. Além do depoimento de Aécio, tinham sido determinadas a juntada de documentos da investigação da Polícia Federal sobre o caso Furnas e também o depoimento do ex-diretor de Furnas Dimas Fabiano. "É possível que a manifestação satisfaça as diligências probatórias postula-

das pelo Procurador-Geral da República", anotou o ministro. Em delação premiada, Youssef contou que ouviu de José Janene a informação de que o PSDB, por meio de Aécio, dividia uma diretoria de Furnas com o PP. Youssef também teria ouvido que o tucano recebia valores mensais.

Segundo o procurador-geral, a

**“Entre perplexo e indignado, o Brasil de hoje é um país tomado por sobressaltos”**

**Gilmar Mendes**  
Ministro do STF

delação de Delcídio trouxe "novos elementos que indicam, com maior robustez, suposta prática dos crimes anteriormente descritos contra o senador". Gilmar Mendes tomou posse ontem como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No discurso, criticou a "empedernida trupe de insensatos" que tomou a República de assalto. Sem

citar nomes, Gilmar disse que a Corte não compactuaria com os abusos econômicos e políticos cometidos nas eleições de 2014. Relator das contas de campanha da presidente Dilma Rousseff, Gilmar continua investigando irregularidades detectadas, o que irritou o governo e o PT. O ministro permanecerá no cargo até fevereiro de 2018. Ainda no discurso de posse, Gilmar afirmou que o Brasil vive um "ciclo de descabimentos", em ameaça à República.

— Entre perplexo e indignado, o Brasil de hoje é um país tomado por sobressaltos. E como se, a cada manhã, os brasileiros se pusessem a postos para esperar o escândalo da hora. Vexames se sucedem em tal velocidade que até a já habitual demanda de manchetes sensacionalistas resulta estragada. Olhando-se o mal-engendrado conjunto formado por esse impressionante ciclo de descabimentos, tem-se a viva impressão de que nossa combatida República parece ter sido tomada de assalto por empedernida trupe de insensatos. ■



# Após a notificação, a despedida melancólica

Segundo assessores, ato que formalizou afastamento de Dilma da Presidência durou cerca de três minutos

CATARINA ALENCASTRO,  
FERNANDA KRAKOVICS, SÉRGIO ROXO E  
EDUARDO BARRETO  
cpais@globo.com.br

**BRASÍLIA** Não eram 11h da manhã quando o senador Vicentinho Alves (PR-TO) entregou a Dilma Rousseff a notificação do resultado da votação do Senado que aprovou o processo de impeachment. O ato durou menos de três minutos, mas selou o início de uma agonia que pode durar até 180 dias.

O primeiro secretário do Senado, incumbido da missão, chegou ao Palácio do Planalto acompanhado do vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC) e do secretário-geral da Mesa Diretora da Casa, Luiz Fernando Bandeira. Ao receber a notificação, Dilma perguntou onde deveria assinar.

Segundo ministros, não demonstrou emoção ao sacramentar o seu afastamento do cargo. A única manifestação na hora da assinatura foi a do ex-ministro do Trabalho Miguel Rossetto, que gritou "Viva a democracia".

Antes, por telefone, Viana já havia informado à presidente os benefícios do cargo que continuaria tendo direito, como o de morar no Palácio da Alvorada, ter uma equipe de assessores e serviço médico.

A presidente acordou cedo, às 6h30m, trocou o rotineiro passeio de bicicleta por uma caminhada no Alvorada. Chegou antes das 8h ao Planalto e recebeu todos os seus ministros, alguns deputados e senadores aliados no gabinete para fazer um agradecimento.

Depois, teve um encontro mais restrito com os auxiliares mais próximos — Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo), Jacques Wagner (Gabinete pessoal), José Eduardo Cardozo (ex-advogado geral da União) e Giles Azevedo (assessor especial). Era com eles que estava quando a notificação chegou.

## 'FORA TEMER' NA DESPEDIDA

A tranquilidade deu lugar à emoção quando Dilma desceu do terceiro para o segundo andar para dar uma declaração à imprensa. A fala de Dilma tocou quem estava em volta, e muitos funcionários choraram enquanto a presidente fazia a sua despedida. Ela, no entanto, conseguiu não embargar a voz. Sempre cercada por aliados, desceu do Salão Leste — o mesmo que horas depois foi palco da posse do governo Temer — e, pela porta da frente, saiu do Planalto para cumprimentar os manifestantes anti-impeachment que a aguardavam do lado de fora. O grupo gritava em coro:

— Fora Temer.

Tentando segurar a emoção, mordenço a boca e dando passos firmes, abraçou o ex-presidente Lula no primeiro momento em que saiu do Planalto. Se ela tentava segurar-se, Lula era o retrato do abatimento petista. Permaneceu atrás de Dilma todo o tempo, boa parte dele com o dedo na boca e fitando o chão, pensativo. Por vezes, aparentava não achar lugar para ficar.

Só descontraiu antes de encontrar a petista, quando cumprimentou manifestantes e militantes petistas, e distribuiu beijos e abraços. Depois do evento, porém, Lula, na única declaração que deu aos jornalistas, resumiu, metaforicamente, o seu sentimento:

— Eu vou para casa.

O clima improvisado marcou o ato público. Ao se dirigir aos manifestantes, a



Claque do lado de fora. Ao sair do Planalto, Dilma foi recebida por manifestantes e distribuiu beijos e abraços; ao deixar o cargo, presidente quis deixar a mensagem de que não está isolada



Desolação.

Dilma deixou o Palácio ao lado de assessores. Corredores estavam vazios com a saída de assessores e comissionados



Momento ternura. Dilma beija na criança que acompanhava manifestantes

presidente afastada seguiu para o lado errado e quase deu de cara com o espelho d'água do Planalto. Avisada, deu meia volta e mudou de direção. Ao encontrar um grupo de apoiadores, Dilma, por cima de uma grade que a separava dos manifestantes, abraçou, beijou, pegou na mão das pessoas, recebeu flores e percorreu toda a frente do pequeno palco na calçada em frente ao Planalto.

## JORNALISTAS FORAM HOSTILIZADOS

Enquanto repetia aos populares as linhas gerais do pronunciamento de minutos antes, houve uma confusão entre seguranças e manifestantes que queriam entrar no local onde Dilma estava. Alguns jornalistas foram hostilizados e teve empurra-empurra. Três repórteres da Rede Globo chegaram a ser agredidos, mas sem gravidade.

— Deu para marcar a diferença do que aconteceu com o Collor, né? — perguntou um ex-auxiliar de Dilma, referindo-se a uma das principais mensagens que a presidente afastada queria deixar na despedida: a de que não está isolada ou abandonada.

Depois da cerimônia no Planalto, Dilma seguiu para o Alvorada, onde almoçou com alguns dos aliados que se mantiveram mais fiéis nos últimos tempos: Lula, Wagner, Giles, Berzoini, Aloizio Mercadante (ex-ministro da Educação), Nilma Lino Gomes (ex-ministra das Mulheres), Miguel Rossetto (ex-ministro do Trabalho) e o presidente do PT, Rui Falcão. De acordo com ex-ministros presentes, o almoço foi de so-

lidariedade a Dilma.

— A presidente estava muito ativa. Dentro de um contexto desse, muito serena. Para a circunstância, foi uma coisa leve — afirmou um dos participantes do encontro.

Após o almoço, Dilma reuniu assessores da equipe que a acompanhara no período em que estiver afastada. Ela usará seu perfil nas redes sociais e terá um site para divulgar sua agenda em que reforçará o discurso de que o impeachment é golpe.

Enquanto isso, no Planalto, o clima era de terra arrasada. Por cerca de quatro horas, o prédio ficou sem comando. Todos os ministros e assessores de confiança não concursados deixaram o prédio. Em todos os departamentos, havia apenas uns poucos gatos pingados concursados ou comissionados de cargos mais baixos que, portanto, mantinham a esperança de não serem mandados embora.

— Estamos aqui esperando, tremendo de medo, sem saber se vamos conseguir ficar ou não — confidenciou uma secretária que despacha na Secretaria de Governo.

Já Dilma tem destino certo nos próximos quatro ou cinco dias: viaja hoje para Porto Alegre, onde vai descansar ao lado da filha, dos netos e familiares. Na volta, deve montar uma agenda de eventos e viagens para defender seu mandato, enquanto o processo de impeachment tramita no Senado. ■

NA WEB  
globo/260fig  
Veja mais fotos da saída  
de Dilma do Planalto

# Na escola, Temer tropeçava nos números

Presidente interino, que enfrenta desafio de recuperar economia, tinha dificuldade com Matemática

THIAGO HERDY  
thiago.herdy@sp.iglobo.com.br

**TIETÊ (SP)** Desenho e canto não eram o forte do presidente em exercício Michel Temer quando cursava a primeira série do ginásio na Escola Estadual Plínio Rodrigues de Moraes. Foi obrigado a fazer "recuperação" depois de tirar notas 3,1 e 3,4 nas duas disciplinas, respectivamente, em uma escala que ia de zero até dez. Números também não eram o forte do aluno. Na segunda e na terceira série, tirou 4,6 e 5,8 em Matemática. Na média geral dos quatro anos de ginásio, bom mesmo, só os registros das notas em Inglês (8,6), Francês (8) e trabalhos manuais (7,6). Na rigorosa e tradicional Escola Plínio, no Centro de Tietê, Temer era um aluno mediano, com notas entre 5 e 6.

O prontuário completo do presidente em exercício, mas a mãe, está exposto em um quadro com moldura de prata em cima do piano no antigo salão nobre da escola. A placa foi inaugurada em março deste ano em cerimônia no dia do aniversário da cidade e com a presença do filho ilustre, que admitiu dificuldades com as "ciências exatas". Nem a passagem relâmpago pela cidade, a poucos meses da chegada à cadeira de presidente, foi suficiente para animar os contrerários com a expectativa de poder. Durante a votação do impeachment no Senado, não houve reunião em bar para assistir à sessão ou telão na principal praça da cidade. O clima foi de indiferença até entre os amigos.

— Ah, nem liguei a TV, é muito cansativo. À noite vejo um resumo — brincou o amigo de infância James Milanelo, de 74 anos, dono de uma loja de automóveis e vinhos. Mas o senhor não fica ansioso para assistir à ascensão do amigo à Presidência?, perguntou O GLOBO. — E alguém duvidava que ela iria cair? — devolveu Milanelo, que se lembra como se fosse ontem a inauguração do salão — que hoje abriga a placa em homenagem a Temer —, na época que eram colegas de escola, e que ainda conserva o palco forrado de tábuas coridas e as cadeiras de madeira da plateia.

Aliado número um do presidente em exercício, o prefeito da cidade, Manoel David Carvalho (PSD), viajou a Brasília

para participar de encontro de prefeitos e, de que quebra, fazer uma visita ao Palácio do Jaburu no dia histórico. Estava ao seu lado na posse dos novos ministros. E explicou porque não marcou nenhuma festa em Tietê:

— Comemoração com trio elétrico, como se fosse Copa do Mundo, só depois que este processo acabar. Agora, ele será presidente por um período específico, é como se Dilma estivesse fora do país. Depois, quando unir o Brasil e este processo for definitivo, será diferente — afirmou o prefeito, em discurso "à la Temer".

Sem contar que se eu fizer isso agora, ele me mata — brincou.

As 7h30m de ontem, o prefeito disparou para os contatos do WhatsApp um "bom dia" com cinco pontos de exclamação e a mensagem: "Tietê, Cidade número 1 da República". No início da tarde, antecipou o pontapé do novo governo: "acalmar o mercado e resolver a Previdência".

Filha de Temer, o mais velho entre os oito irmãos do presidente em exercício (apenas um permanece vivo), a sobrinha Cleusa Maria Tamer, de 65 anos, reclama que "a cidade não é receptiva ao tio Michel, nem reconhece seu empenho".

— Não sei o que acontece, talvez seja porque ele é muito reservado.

Em meio à negociação com o neto de 7 anos, fi de desenhos, pela posse do controle remoto para assistir à votação do impeachment, ela se queixou do excesso de holofotes sobre o tio:

— A gente lê notícias onde escrevem que ele é figura gótica, lembra mordomo de filme de terror. É algo que não tem nada a ver com a situação, mas é o preço que paga.

Para Cleusa Maria Tamer, é triste "pensar que a primeira mulher presidente do Brasil sofreu um revés". Mas ela lembra que "cometer deslizes é humano", e que "assumi-los é algo que devemos ter em vista".

— Eu não gostaria de estar vendo isso. O Brasil tem tudo para ser destaque no mundo, e agora tem que dar este passo para trás. O povo não merece isso. No entanto, é nossa realidade. A sobrinha diz lamentar "por toda situação" do tio, em especial pela "herança do antigo governo" e "todo o peso que ele agora carrega nas costas".

— Quem determina os caminhos é Deus. Que ele coloque suas mãos nas cabeças dos que nos lideram e do nosso povo. ■

Boletim. As notas de Michel Temer na primeira série do ginásio, em 1955

## Em Tietê, interior de São Paulo, família sugere investimento em Educação e corte de ministérios

Amigo de infância diz que hasta Temer assumir para inspirar confiança

**TIETÊ (SP)** Qual deve ser a primeira medida de Michel Temer, presidente em exercício, confirmado-se o afastamento de Dilma, perguntou O GLOBO a amigos e familiares do vice em seu município natal, Tietê.

Professora por 45 anos, a sobrinha Cleusa Tamer cita o slogan do governo, não executado, que clamava pelo "Ita-sil: pátria educadora".

— É educando um povo que se recupera um país. Me refiro à Educação em todos os sentidos, formal e no exemplo de nossas lideranças — afirmou.

Para o amigo de infância James Milanelo, basta sentar à cadeira para as coisas começarem a melhorar:

— Ele deve ficar quietinho lá e não fazer nada de mais. Só isso, e as coisas já entram no eixo. Ele tem credibilidade para fazer tudo caminhar melhor.

O sobrinho e paisagista Miguel Carvalho Ternes, 48 anos, defende cortes:

— Encerrar o governo e diminuir os ministérios.

Com a campanha "em defesa dos trabalhadores", o pai de Miguel, Elias, em advogado trabalhista e candidato a cargos públicos, inspirando o irmão Temer. Na galeria de fotos do celular, ele guarda propagandas de campanhas do pai. Num deles, um elefante lidera uma fila de formigas: "Vote no seu defensor", diz o texto. ■

O BOLETIM DE MICHELZINHO

3,5

NOTA DE ABRIL: MATEMÁTICA  
Aluno sofreu com os números

10

NOTA DE MAIO: LATIM  
Disciplina com melhores notas

8,1

NOTA FINAL: FRANCÊS  
Interesse em línguas

7,0

NOTA FINAL: HISTÓRIA GERAL  
Aproveitamento mediano

8,5

NOTA FINAL: INGLÊS  
Boas notas na disciplina

7,1

MÉDIA EM HISTÓRIA DO BRASIL  
Desempenho regular

5,3

MÉDIA EM CIÊNCIAS NATURAIS  
Aluno mostrava dificuldades

5,6

NOTA FINAL: GEOGRAFIA  
Precisava estudar mais

5,4

NOTA FINAL: PORTUGUÊS  
Afinidade só com outras línguas



Cleusa. O aluno Michelzinho



Sexta-feira 13.5.2016 2ª Edição

País

O GLOBO 3

## TROCA DE COMANDO



6:34

Por 55 votos a 22, o plenário do Senado decide pela abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O resultado representa a maioria qualificada que pode, ao final do julgamento, afastar definitivamente a presidente.



11:20

No Palácio do Planalto, cerca de meia hora após ser comunicada do afastamento por até 180 dias, Dilma faz um discurso no Salão Leste: "O maior risco para o país neste momento é ser dirigido por um governo dos sem voto".



11:20

Praticamente no mesmo horário, o vice-presidente Michel Temer, no Palácio do Jaburu, recebe a notificação que lhe dá posse como presidente interino, entregue pelo primeiro-secretário do Senado, Vicentinho Alves (PR-TD).



11:45

Dilma sai do Planalto e caminha em direção aos grupos dos movimentos sociais, reunidos na grade divisória próxima ao Palácio. A presidente é festejada pelos simpatizantes.



11:50

Ainda do lado de fora, ao lado do ex-presidente Lula, Dilma faz novo discurso: "O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média".



17:29

Após passar a tarde definindo os dois últimos dos 23 ministros, Michel Temer deixa o Jaburu e vai para o Palácio do Planalto. Ele chega ao Salão Leste e dá posse aos novos ministros.



17:48

Temer faz o primeiro discurso como presidente interino. Do lado de fora, manifestantes tentam subir a rampa do Palácio do Planalto que chega ao segundo andar e dá acesso ao Salão Nobre, ao lado do Salão Leste.



20:00

Temer vai ao TSE para a posse de Gilmar Mendes. É o primeiro evento público de Temer como presidente interino.

# Mudança de controle e de filosofia

Presidente interino toma posse com Ministério político e fala em 'salvação nacional', com Estado menor

Sem pompa e com algum grau de improviso, o presidente interino da República, Michel Temer, assumiu o cargo, deu posse a seu Ministério e, encerrou, ao menos por ora, o ciclo de 13 anos do PT no poder. Agora afastada, a presidente Dilma Rousseff se despediu do Planalto, horas antes, e vai aguardar por até 180 dias o julgamento definitivo do Senado sobre seu impeachment. No primeiro discurso no posto, Temer manteve o compromisso com os programas sociais de sua antecessora, mas deu sinais claros de que, na economia, fará uma gestão mais austera, com um aceno forte para parcerias com a iniciativa privada. Um ano e quatro meses depois de tomar posse como vice, ao lado de Dilma, Temer assumiu o posto afirmando que é hora de fazer um governo de "salvação nacional", ancorado em um Estado mínimo. Defendeu também a Operação Lava-lato, apesar de sete dos ministros que indicou terem sido citados no escândalo. O presidente interino mencionou Dilma uma única vez, ao garantir que tem por ela "respeito institucional".

O cenário do Palácio do Planalto era inusitado nas primeiras horas de ontem: gabinetes e corredores vazios, salas sem documentos e sem fotos nas paredes. Pouco

depois das 10h, Dilma foi notificada sobre o afastamento, saiu do Planalto por um acesso lateral e, ao lado de um ex-presidente Lula visivelmente emocionado e abatido, discursou.

— O que mais me dói, neste momento, é a injustiça — disse a presidente afastada, antes de embarcar para Porto Alegre.

No período de isolamento, em que não poderá exercer a Presidência, Dilma terá direito a carro e avião oficial. Manterá também o salário integral.

O Diário Oficial de ontem publicou a exoneração dos ministros de Dilma. Os 23 novos titulares são indicações de 11 partidos. O Ministério despertou críticas por outra característica: ao ocupar o lugar da primeira mulher eleita para a Presidência, Temer não nomeou uma única ministra. Também não há negros.

Horas depois da decisão do Senado, que por 55 votos a 22 sacramentou a abertura do processo de impeachment contra Dilma, protestos pontuais, principalmente contra o impedimento, pipocaram pelo país. Integrantes do MST mantiveram a ocupação da fazenda de um amigo de Temer, no interior de São Paulo.

Com a agenda de seu governo voltada para reformas econômicas, que demandam ajustes severos nas contas, o presidente interino fez um aceno para o Congresso, apelando à necessidade de unidade nacional. Temer assume com uma crise de comando na Câmara dos Deputados: há um impasse sobre a permanência do presidente interino da Casa, Waldir Maranhão, no cargo.

Entre os compromissos do novo presidente, estão as reformas da Previdência e tributária. A relação com os aliados se apresentou já ontem como mais um desafio entre os muitos que aguardam por Temer. O PSDB, que decidiu na reta final integrar a nova gestão, entrou desconfiado.

— Se não funcionar, a gente cai fora — resumiu o presidente em exercício do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. ■

NA WEB  
globo/temer  
Vídeo: um perfil do presidente interino





## TROCA DE COMANDO

# Dilma terá garantidos mais direitos que Collor



ANDRÉ DE SOUZA, EVANDRO ÉBOLI  
e RENATA MARIZ  
opa@oglobo.com.br

**BRASILIA** — Dilma Rousseff foi afastada temporariamente do cargo, mas ainda manterá alguns direitos típicos de um presidente da República. Ela poderá, por exemplo, continuar morando na residência oficial do Palácio da Alvorada. O salário bruto de R\$ 30.934,70 — que fica pouco abaixo dos R\$ 23 mil quando descontados imposto de renda e contribuição com a Previdência — também está mantido. Dilma terá ainda a seu dispor um gabinete com servidores públicos, segurança pessoal, assistência à saúde, transporte aéreo e terrestre. Em 1992, quando foi afastado, Fernando Collor teve redução salarial e a maioria de seus pedidos negados.

Os direitos garantidos durante o afastamento de Dilma estão listados no mandado de intimação lido na manhã de ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), durante a sessão que aprovou a continuidade do processo do impeachment. Também foi publicada no Diário Oficial da União a nomeação de 15 servidores para seu Gabinete pessoal. O cargo mais alto, de secretário-executivo, ficará com Giles Azevedo, que era assessor especial e homem de confiança da presidente afastada.

## COLLOR FEZ LISTA EXTENSA DE EXIGÊNCIAS

Outro nomeado é Jorge Rodrigo Araújo Messias, que será assessor especial. Ele foi exonerado do cargo que ocupava até agora: subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Messias, ou "Bessias", como ficou conhecido, foi o servidor citado por Dilma em telefonema com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — designado para levar o termo de posse que daria a Lula o cargo de ministro da Casa Civil. A conversa, gravada pela Polícia Federal com autorização do juiz Sérgio Moro foi interpretada como uma forma de tentar evitar uma eventual prisão de Lula, uma vez que, como ministro, ele passaria a ter foro privilegiado e só poderia ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 1992, quando Fernando Collor ficou três meses afastado temporariamente até a cassação definitiva do seu mandato, as negociações

sobre os direitos que teria nesse período foram mais tensas.

A lista de pedidos do hoje senador era extensa, como mostrou o GLOBO em 7 de outubro daquele ano: acesso à residência oficial da Granja do Torto, 20 assessores, um helicóptero para deslocamentos curtos, dez carros oficiais, cinco motos, oito seguranças, passagens aéreas gratuitas para viagens nacionais e internacionais e apoio logístico de órgãos públicos e embaixadas caso resolvesse sair de Brasília.

A época, o vice-presidente Itamar Franco, alçado à condição de presidente em exercício, se assustou com a lista, e as negociações não prosperaram. Segundo Henrique Hargreaves, que foi ministro da Casa Civil de Itamar, Collor teve o que era previsto na lei do impeachment: um carro oficial com dois motoristas, seguranças e o salário reduzido. A assessoria de Collor, no entanto, afirma que ele ficou "à míngua". Nessa época, o ex-presidente morou na sua residência particular em Brasília, a Casa da Dinda.

O processo do impeachment ainda não acabou. O julgamento de fato começa agora e, só

depois de concluído, ficará definido se Dilma será afastada definitivamente do cargo ou se será absolvida. Se o processo não terminar em 180 dias, ela também poderá voltar ao posto.

Na tentativa de retomar o cargo, a equipe de defesa de Dilma, em princípio, continuará trabalhando em Brasília. Chefiado pelo agora ex-advogado-geral da União José Eduardo Cardozo, o grupo já começa a rever estratégias. Haverá menos recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF), e maior foco nos senadores.

## EQUIPE CONTA COM DESGASTE DE TEMER

Além dos argumentos jurídicos, está no horizonte contar com um eventual desgaste do governo do presidente em exercício, Michel Temer. A avaliação é de que a crise econômica a ser enfrentada com medidas impopulares e a oposição do PT no Congresso poderiam tornar os senadores mais simpáticos às razões de Dilma para não ser impedida.

Embora não esteja descartada uma nova tentativa de recorrer ao STF contra o processo do impeachment, a avaliação é de que chegou a hora

de recuar. Segundo advogados que vêm auxiliando Cardozo, a cada derrota no Supremo, cresce a impressão, na opinião pública e entre os senadores, de que o processo é legítimo e não carrega os vícios alegados pela defesa. Por esse motivo, uma nova ação ao STF terá de ser muito bem avaliada, tanto na questão jurídica a ser argumentada quanto em relação ao melhor momento político.

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, que negou o pedido de anulação feito pela defesa na última terça-feira, um dia antes da sessão no Senado, frustrou a equipe. Apesar de o Supremo ter dado sinais de que se intrometeria o mínimo possível no impeachment, havia a expectativa de uma decisão favorável vinda de Teori.

O temor da defesa era que o mandato de segurança que pedia a anulação caísse nas mãos do ministro Gilmar Mendes, crítico do governo é que já havia negado um pedido parecido, protocolado pelo então deputado Wladimir Diniz (PT-RJ). Mas a esperança de uma decisão favorável de Teori, que ficou responsável pelo recurso, foi frustrada. ■

## Opinião

### LIMITES

O PRESIDENTE do Senado, Renan Calheiros, precisa pensar bem antes de decidir o que o Estado cederá à presidente afastada.

O ALVORADA continuará a residência dela. Mas é necessário que um imóvel público não se transforme em bunker político-partidário, sede de tramas para desestabilizar o governo Temer e, assim, prejudicar a sociedade.

SERIA UM contrassenso dar-lhe facilidades pagas pelo contribuinte que venham a ser usadas para atacar o estado democrático de direito.

Contexto

# Afastamento não resolve crise, diz mídia estrangeira

Jornais destacam que Temer terá de fazer profundas mudanças na economia sem respaldo das urnas

HENRIQUE GOMES BATISTA\*  
henrique.batista@globo.com.br  
-WASHINGTON-

O que acontecerá com o país agora? O impeachment de Dilma Rousseff tomou uma popularidade incomum para notícias internacionais nos Estados Unidos, chegando com força a sites, rádios e noticiários da TV, deixando claro o peso que o Brasil tem no exterior. As análises que se seguiram às informações de Brasília, contudo, ampliavam as dúvidas de muitos americanos sobre o futuro do Brasil, em especial na economia. TVs, como a MSNBC, alertavam para o fato de o afastamento se dar no momento da maior crise brasileira desde os anos 1930.

A corrupção que contaminou a política também foi destaque. O "New York Times", jornal mais importante dos EUA, publicou uma análise que afirmou que parte do que ocorreu na madrugada de quinta-feira no Congresso brasileiro se deveu a uma "intoxicação" de dirigentes petistas pelo poder. O texto de Andrew Jacobs

afirmou que o PT, que se tornou "um dos movimentos de esquerda mais duradouros do mundo", e que tirou da pobreza dezenas de milhões de brasileiros, estava pagando o preço da "colossal" onda de denúncias que se abateu sobre a maior parte de seus dirigentes. O jornal americano, que chegou a publicar um guia para tentar explicar a crise política do Brasil em seu site, alerta que o partido tem perdido sua popular base e questiona qual será seu rumo. O texto diz que o PT, que pregava a esperança, acabou desacreditado.

O "Wall Street Journal" afirmou que mesmo os brasileiros que comemoraram a saída de Dilma reconhecem que há uma "oportunidade estreita" para recomendar, que todos os grandes desafios do país estão nas mãos de Temer, "um líder quase tão impopular quanto a presidente afastada", e que a crise econômica segue longe de ter um fim.

O espanhol "El País", que cobriu em tempo real no seu site os passos para o afastamento de Dilma, lembrou que Temer fala em proteger a Lava-Jato, mas tem em seu Ministério envolvidos na operação. Também disse que o vice assumiu com forte discurso de direita e seguindo orientações do "mercado fi-



**No exterior.** No alto, o inglês "The Guardian" traz foto de Dilma e Lula, destacando fala da petista sobre ser alvo de injustiça; ao lado, o espanhol "El País" lembra que Temer tem em seu Ministério envolvidos na Lava-Jato

nanceiro internacional", para a guinada econômica que pretende dar. O jornal relacionou a queda de Dilma e os problemas de seu padrinho político Lula como exemplo do "caso dos deuses das esquerdas latino-americanas". "Agora é a prova de fogo sobre a solidez das democracias da região", disse o espanhol, que dedicará a manchete de hoje ao afastamento.

Otimista, o inglês "Financial Times" lembrou que a nova equipe econômica é coerente com os desafios do país e conta com experiência em administração, com Henrique Meirelles, que terá credibilidade nos ambientes financeiros globais. E destacou José Serra como chanceler, lembrando que disputou a Presidência duas vezes contra o PT. Já o "Guardian", além de ressaltar que o sistema político do Brasil é que deveria estar sendo julgado, falou do discurso de Dilma contra a injustiça ao deixar o Planalto, lembrando que "não havia lágrimas" em seu rosto, e, sim, determinação de lutar até o fim. O inglês descreveu Temer como líder de um governo que será de direita, cercado de acusados por crimes. (\*Correspondente) ●

## C) FOLHA DE S. PAULO



## NOVO GOVERNO REPERCUSSÃO

Diego Padua/Infraestrutura



Manifestantes do MTST protestam contra o afastamento de Dilma na av. Paulista; Levante Popular da Juventude faz escracho na sede do PMDB em SP



## REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

Como a imprensa estrangeira reagiu ao afastamento



## "The New York Times"

O jornal americano diz que Dilma pode "pagar preço desproporcional" por falhas administrativas.



## "The Guardian"

Após a posse de Temer, o site do jornal britânico destacava frase de Dilma em que ela se diz vítima de "uma injustiça".



## "Le Monde"

A página do diário francês disse que a presidente estava "fora do poder" e que era "fim de jogo" para a petista.



## "Clarín"

O site do jornal mais vendido na Argentina lembrou que Fernando Collor foi o último presidente a ser afastado pelo Legislativo no Brasil.

# Manifestantes a favor de Dilma fecham avenida Paulista em SP

Diretórios estaduais do PMDB foram alvo de protestos na capital paulista, no Rio e no Ceará

**Sede da Presidência em SP também foi pichada pelos militantes, que queimaram pato próximo à Fiesp**

DE SÃO PAULO  
DE BRASÍLIA

Membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e manifestantes contrários ao processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff fecharam na noite desta quinta-feira (12) os dois sentidos da avenida Paulista, em São Paulo.

O escritório da Presidência, próximo à av. da Consolação, foi pichado pelos militantes. "Esse ato tem como objetivo dar uma resposta ao golpe que se deu neste dia no Bra-

sil", disse o coordenador do MTST, Guilherme Boulos.

Os manifestantes iniciaram o ato no Masp. Depois, caminharam até próximo à sede da Fiesp, onde havia um cordão de isolamento da Polícia Militar para evitar confronto com militantes favoráveis ao impeachment. No local, manifestantes queimaram uma réplica do pato, símbolo da campanha da Fiesp contra o governo Dilma.

De acordo com o MTST, 30 mil foram ao ato na Paulista. Segundo a PM, eram 2,5 mil. Cerca de 60 militantes do

Levante Popular da Juventude picharam o diretório do PMDB de São Paulo e realizaram um escracho para protestar contra a saída de Dilma.

Também houve manifestações na frente dos diretórios estaduais do PMDB no Rio e no Ceará.

Em Brasília, um pequeno grupo de manifestantes pró-Dilma tentou invadir o Palácio do Planalto durante a cerimônia de posse de Temer e foi contido.

Após o tumulto, eles se reuniram na Praça dos Três Poderes e se dispersaram.

## EM BRASÍLIA MILITANTES AGRIDEM JORNALISTAS

Militantes pró-Dilma agrediram uma equipe da TV Globo durante o discurso da presidente afastada nesta quinta (12), em frente ao Palácio do Planalto. Uma produtora da TV chegou a levar um chute e os profissionais deixaram o local às pressas. A Abert repudiou as agressões.

## Obama não dará telefonema oficial para Temer

Avaliação do governo americano é que a ligação legitimaria presidente como definitivo

MARCELO NINHO

DE WASHINGTON

PATRÍCIA CAMPOS MELLO

DE SÃO PAULO

O presidente interino Michel Temer não deve receber um telefonema do presidente americano Barack Obama "reconhecendo" o novo go-

verno brasileiro, segundo apurou a **Folha**. O governo americano manterá contatos de trabalho, inclusive a nível presidencial, com a administração Temer, mas não haverá o telefonema oficial, segundo relataram fontes do governo americano.

"Não sou um especialista na Constituição brasileira, mas nossa expectativa é que as instituições do governo brasileiro que foram construídas nas últimas décadas são suficientemente maduras e duráveis para resistir à turbulência política que o Brasil enfrenta agora", disse nesta quinta (11) o porta-voz da Casa Branca, Josh Earnest.

As declarações repetiram o tom cauteloso usado nos últimos dias pelo governo americano sobre o processo de

impeachment de Dilma Rousseff, afastada nesta quinta da Presidência. Segundo Earnest, a mudança não altera a cooperação e o apoio do governo americano ao Brasil.

Segundo a **Folha** apurou, nem Obama nem o vice Joe Biden devem se pronunciar até o final do processo de impeachment de Dilma. Enquanto isso, Temer será tratado como "interino" e a Casa Branca irá manter o discurso de "confiança nas instituições democráticas do Brasil".

O raciocínio é que uma ligação oficial legitimaria o governo Temer como definitivo, sendo que ainda há um processo correndo.

"Os EUA estarão ao lado do Brasil, mesmo nesse momento desafiador", disse o porta-voz, reiterando o valor que o

país dá às "importantes relações" com o Brasil. "Cooperamos em uma ampla gama de temas, o presidente Obama visitou o Brasil em seu primeiro mandato e foi uma oportunidade para ele falar afirmativamente da importância da relação entre os dois países, o que foi renovado quando Rousseff visitou a Casa Branca recentemente."

Os americanos não encaram o impeachment de Dilma como golpe, mas estão escalando depois do equívoco cometido durante o golpe contra o então presidente venezuelano Hugo Chávez em 2002. Chávez foi deposto por militares e o empresário Pedro Carmona assumiu o poder. Os EUA apoiaram o "novo governo", mas Chávez reassumiu depois de 48 horas.

## FURNAS

**Gilmar não vê motivos para investigar Aécio**

DE BRASÍLIA - Um dia depois de determinar a abertura de inquérito para investigar suspeita de que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) recebeu suposta propina de Furnas, o ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu a coleta de provas e pediu que a Procuradoria Geral da República analisasse o caso.

A decisão do ministro ocorreu após uma manifestação da defesa do senador alegando que não há elementos novos sobre o episódio que justificam a abertura da investigação. Segundo a Procuradoria, o pedido de inquérito teve como base as denúncias premiadas do ex-senador Décio do Amaral (ex-PT-MS) e do doutor Alberto Youssef. A investigação apura crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

**EMPRESA DE SERVIÇOS DE TI**  
CAMPANHA PUBLICITÁRIA  
PROJEÇÃO DE VENDAS  
DE 2015 A 2016  
Estimativa de vendas e projeção de custos para o ano de 2015 e 2016. O projeto de vendas é baseado em dados históricos e em pesquisas de mercado. O projeto de custos é baseado em dados históricos e em pesquisas de mercado.

**EMAS - Empresa Multiserviços de Água e Energia S.A.**  
CNPJ nº 16.302.078/0001-02  
ARROIO DE LUTIPAC  
Prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e eletrônicos. O serviço é prestado em todo o Brasil, com foco especial em São Paulo e Rio de Janeiro. O serviço é prestado por técnicos qualificados e com experiência em mais de 10 anos.

**Fundação Zerbini**  
CNPJ nº 16.302.078/0001-02  
ARROIO DE LUTIPAC  
Prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e eletrônicos. O serviço é prestado em todo o Brasil, com foco especial em São Paulo e Rio de Janeiro. O serviço é prestado por técnicos qualificados e com experiência em mais de 10 anos.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
ARROIO DE LUTIPAC  
Prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e eletrônicos. O serviço é prestado em todo o Brasil, com foco especial em São Paulo e Rio de Janeiro. O serviço é prestado por técnicos qualificados e com experiência em mais de 10 anos.





Presidente afastada fala a funcionários do Planalto e assessores, em Brasília

NOVO GOVERNO PRESIDENTE AFASTADA

## Afastada, Dilma diz que foi vítima de injustiça e lutará por mandato

Petista fez dois discursos de 15 minutos após receber intimação de afastamento, no Planalto

**Dilma afirma que impeachment é "fraudulento" e governo interino de Temer é "illegítimo"**

MARINA DIAS  
GUSTAVO DINIZ  
DE BRASÍLIA

Após receber a intimação de seu afastamento do cargo, Dilma Rousseff fez nesta quinta-feira (12) um pronunciamento a jornalistas em que admitiu que pode ter cometido erros, mas não "crimes" e que, por isso, está sendo julgada "injustamente" em um processo que voltou a classificar como "golpe".

"Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer", disse. "Jamais vou desistir de lutar", afirmou Dilma no Palácio do Planalto.

Em pouco menos de 15 minutos de discurso, a presidente agora afastada se emocionou quando lembrou do período em que foi torturada na ditadura militar e disse que "não existe injustiça mais devastadora" do que "condenar um inocente".

"Já sofri a dor infindável da tortura, a dor atroz da doença, e agora sofro mais uma vez a dor igualmente infindável da injustiça", afirmou. Acompanhada de ministros, governadores e parlamentares do PT e da base aliada, Dilma afirmou que vai "lutar até o fim" para tentar recuperar seu mandato e governar até "31 de dezembro de 2018".

"O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e grandes desafios; alguns pareceram a mim insuperáveis, mas eu consegui vencê-los [...]. Posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, ainda tem força para lutar por seus sonhos e direitos", disse Dilma.

"A luta pela democracia não tem data para terminar, é permanente e exige de nós dedicação constante. A luta contra o golpe é longa, e pode ser vencida, e nós vamos vencer", completou a petista, sob aplausos de uma plateia formada por servidores e funcionários do Palácio do Planalto.

Dilma aproveitou a composição do público para afirmar que um governo "sem legitimidade" como o de seu ex-vice-presidente Michel Temer (PMDB) pode "agir com truculência" contra movimentos sociais.

"O maior risco para o país neste momento é ser dirigido por um governo que não foi

eleito pelo voto direto e que não terá legitimidade para propor ou implementar soluções para o país. Ele pode ainda se ver tentado a reprimir movimentos populares, o que não foi feito na minha gestão", disse.

### SABOTAGEM

Véspera de branco, Dilma disse ainda que a decisão do Senado em suspender seu mandato por até 180 dias trazia "riscos ao país".

A presidente agora afastada afirmou que o impeachment é "fraudulento" e que seu governo foi "alvo de intensa e incessante sabotagem".

A petista repetiu o discurso de que foi eleita por 54 milhões de brasileiros e que a oposição, segundo ela, "inconfirmada com a derrota", "passou a conspirar" contra seu mandato, impedindo a recuperação da economia para "tomar à força o que não conquistaram nas urnas".

Logo depois de seu pronunciamento, Dilma deixou o Planalto pela porta da frente do prédio, no térreo, acompanhada por auxiliares e assessores.

Após se juntar aos ex-presidente Lula, falou a militantes do Partido dos Trabalhadores e de movimentos sociais que a aguardavam na Esplanada dos Ministérios.

Em outro discurso que também durou 15 minutos, a petista disse que estava sendo afastada do cargo porque "nunca cedeu a chantagens" e repetiu que o governo Temer é "illegítimo".

"Hoje é um dia muito triste. A tristeza é porque vivemos uma hora trágica. A jovem democracia brasileira está sendo objeto de golpe". Ao lado da sucessora, Lula parecia apático.

Aplaudiu poucas vezes e estava bastante abatido.

### ROTEIRO

Dilma chegou às 9h48 ao Palácio do Planalto. Pouco antes das 11h, foi notificada sobre seu afastamento do cargo por até 180 dias, período em que deve ocorrer, no Senado, seu julgamento por crime de responsabilidade.

Após o pronunciamento à imprensa e o discurso do lado de fora do Planalto, Dilma cumprimentou ruidosamente e seguiu de carro ao Palácio da Alvorada, sua residência oficial, junto dos ex-ministros Joaquim Wagner (Casa Civil) e José Eduardo Cardozo (Justiça e Advocacia-Geral da União).

Nesta sexta-feira (13), Dilma deve seguir para Porto Alegre, para passar o fim de semana com a família.



Dilma Rousseff faz discurso em frente ao Planalto após ser notificada de afastamento

**Abatido, Lula afirma que vai 'pra casa'**

DE BRASÍLIA  
DO PÁNELO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava abatido. Quem esteve com ele às vésperas do afastamento de Dilma da Presidência da República diz que nunca o viu tão chateado.

Nos últimos dias, Lula teve raiva, sentiu tristeza, brigou, chorou. Mas nesta quinta (12) parecia apático. Ao lado da sucessora e diante de uma plateia que gritava e chamava por seu nome, Lula não reagiu.

Durante o discurso de Dilma em frente ao Palácio do Planalto, poucas vezes bateu palmas, ficou com o olhar distante e, para alardear, parecia não estar ali.

Pouco antes de entrar no carro e seguir para um almoço no Palácio da Alvorada junto com a sucessora, Lula despitou jornalistas numa frase que pareceu mais um desabafo: "Agora eu vou pra casa".

Vestindo camisa social azul e blazer cinza, Lula fugiu do vermelho, cor do PT, que continuava adotar em atos simbólicos. Foi conselheiro do próprio ex-presidente não fazer destingitismo dia com cara de "fim de governo" Dilma.

Lula aconselhou sucessora a não descer a rampa do Palácio do Planalto. No lugar, disse, "sala pela porta da frente, no térreo, que estarei esperando você".

Na terça (10), quando chegou a Brasília, juntou com Dilma no Palácio da Alvorada junto com o presidente do PT, Rui Falcão, Jacques Wagner (Gabinete Pessoal da Presidência) e Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo).

Na quarta (11), Lula não quis acompanhar ao lado de Dilma a votação do impeachment pela TV. Assessores diziam que o resultado "era esperado" e que "não tinha motivo" de fazer daquilo "um evento".

(MARINA DIAS E PAULO SARAI)

### NOVA ROTINA Os direitos da presidente afastada

**SALÁRIO** Manterá o mesmo valor de R\$ 30,9 mil.

### PODERES

Dilma ficará suspensa das funções de presidente e não poderá utilizar as dependências do Planalto, por exemplo.

### FORO PRIVILEGIADO

é mantido. Como o afastamento é temporário, não havendo a perda do cargo, Dilma não poderá ser processada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

### RESIDÊNCIA E EQUIPE

Tendronte a morar no Palácio da Alvorada e manter assessores, segurança pessoal e assistência de saúde. Cargos administrativos e do gabinete ficam com Temer.

### TRANSPORTE

Direito a transporte aéreo da FAB e de serviço terrestre.

### DEFESA

Continuará a cargo de José Eduardo Cardozo, exonerado da Advocacia-Geral da União, que obteve autorização da Comissão de Ética Pública da Presidência.



■ ENQUANTO ISSO, EM 1992. Ao contrário de Dilma, Collor assinou seu afastamento em público, às 10h15 de 2 de outubro, e saiu, sem aliados, pela porta lateral do Planalto



FOLHA DE S. PAULO  
SEXTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2016 A4

# poder

## PAINEL

NATUZA NERY [natuza@folha.com.br](mailto:natuza@folha.com.br)

### Tem jogo?

O governo Temer enviou um emissário até Waldir Maranhão para garantir uma convivência que não empague a agenda econômica na Câmara. Os novos condôminos do Planalto estão preocupados com a inconstância do deputado. Se não houver acordo ou renúncia, planejam transformá-lo em rainha da Inglaterra: preside, mas não governa. Como o seu partido, o PP, pode expulsá-lo e, assim, tirar-lhe o cargo, alinhando-se para ser a única alternativa ao chefe interino da Câmara.

**Deixa que eu deixo** A hipótese mais provável para os aliados de Temer é que o chefe interino da Câmara não renuncie e acabe "tutelado" pelo primeiro-secretário Beto Mansur. A nova oposição deve reagir caso isso aconteça.

**Enxuga já** Novo ministro do Planejamento, Romero Jucá planeja um corte de 4.000 postos federais — entre funções de confiança e cargos comissionados.

**Muda mais** O governo Temer cogita mudar o nome do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. Considera a marca muito identificada com o PT.

**Agente duplo** Além de ministro, Jucá terá de se dedicar ao Senado. Será uma espécie de articulador informal para pavimentar uma governança suave na Casa.



**Beijo no ombro** Na sessão do impeachment, Romero Jucá incentivou o senador Lindbergh Farias (PT-RR). Prometeu respeitá-lo da oposição: "Fique tranquilo, vou criar um programa de recuperação de ativos".

**Aquele abraço** Ao receber a notificação do afastamento de Dilma, Temer quis saber do senador Vicente Alves, o portador da notícia, como estava a petista quando fora intimada.

**Leva que é sua** Para assinar o termo, o peemedebista usou uma caneta da sua assessoria. Ganhou a peça de presente depois do ato.

**Vem pra cá** Temer nomeia nesta sexta Nara de Deus como sua chefe de gabinete.

■ com PAULO GAMA e RENATA AGOSTINI

### tiroteio

Os mercados responderam positivamente. A equipe econômica tem convicção de que espaço e tempo são bens escassos.

DE LUIZ CARLOS TRIARÉ, presidente da Bloomberg, sobre a posse de Michel Temer como presidente temporário e dos novos ministros da Esplanada.

### contraponto

#### Você não vai com a minha cara?

Dilma Rousseff aguardava no Palácio do Planalto a chegada de Vicente Alves (PR-TO), primeiro-secretário da Mesa Diretora do Senado e portador da notificação de seu afastamento da presidência por até 180 dias. Reunida com seus principais auxiliares, a petista apresentava tranquilidade. O senador mostrou onde o documento deveria ser assinado e Dilma se preparava para fazê-lo, quando Miguel Rossetti, ex-comandante do Ministério do Trabalho e Previdência, encasacou puxando aplausos e soltou um "viva a democracia". Dilma interrompeu-o no ato: — Tá maluco? — disse.

Temer é notificado de decisão do Senado



quase **22** horas foi o tempo de duração da sessão de votação no Senado Federal entre a manhã de quarta (11) e a manhã de quinta (12)

**55** senadores votaram favoravelmente ao afastamento de Dilma Rousseff. 22 foram contrários à sua saída

de **32** para **23** foi a redução no número de ministros que Michel Temer implementou ao assumir a Presidência da República

**0** é o número de audiências indicadas para cargos no ministério de Temer

### NOVO GOVERNO A TROCA

# Presidente interino, Temer promete fazer 'governo de salvação'

- ★ PEEMEBISTA ASSUME COM DECISÃO DO SENADO DE AFASTAR DILMA
- ★ NO PRIMEIRO DISCURSO, FALA EM MANTER OS PROGRAMAS SOCIAIS
- ★ AO DEIXAR PLANALTO, DILMA DIZ QUE COMETEU ERROS, NÃO CRIMES
- ★ JULGAMENTO FINAL DO IMPEACHMENT TEM PRAZO DE ATÉ 180 DIAS

DE SÃO PAULO

Michel Temer, 75, assumiu nesta quinta (12) a Presidência de forma interina, cinco horas após uma maratona no Senado que terminou apenas nos primeiros minutos da manhã. Quando o placar de 55 votos pelo afastamento de Dilma Rousseff (PT) foi anunciado, às 6h34, fogos informaram ao peemedebista, que dormia, de sua chegada ao cargo mais alto do país.

Em solenidade com caráter festivo à tarde, Temer deu posse a seus 23 ministros — todos homens, e com maioria de parlamentares (57%). Em seguida, fez um discurso conciliador. Sem a presença da mulher, Marcela, propôs um "governo de salvação nacional", anunciou respeito a direitos adquiridos e prometeu que a Lava Jato prosseguirá. Também falou em corte de gastos e pacto com o setor produtivo, mas não deu detalhes das medidas que adotará.

Mais cedo, numa cerimônia de despedida, a presidente afastada, Dilma Rousseff (PT), voltou a dizer que foi vítima de um golpe. "Posso ter cometido er-

ros, mas não cometi crimes", declarou. Ao lado de sua equipe de governo e de parlamentares e dirigentes petistas, prometeu "jamais desistir de lutar". Ao sair do palácio, fez novo discurso na rua a simpatizantes que a esperavam, dessa vez ao lado do seu padrinho, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Agora eu vou pra casa", disse um Lula abaritado à Folha.

Dilma foi afastada por até 180 dias. Começa a agora o julgamento definitivo no Senado, pelas acusações de emitir decretos orçamentários não autorizados e as "pedaladas fiscais". É preciso o voto de 54 senadores para que tenha o mandato cassado.

O afastamento de Dilma teve repercussão internacional. Os EUA prometeram uma relação normal com Temer, mas o presidente Barack Obama não deve telefonar a ele enquanto for interino.

Em seu primeiro dia na Presidência, o peemedebista anunciou o slogan "Ordem e Progresso", lema da bandeira nacional. E cometeu a primeira gafe, ao dar entrevista a uma rádio argentina pensando que falava ao presidente do país, Mauricio Macri.

## Novo governo adota 'Ordem e Progresso' como lema

DE SÃO PAULO

O slogan do governo Michel Temer (PMDB) será "Ordem e Progresso", mesma referência ao lema da bandeira.

A marca, criada pelo publicitário Elsinho Mouco, que trabalha há vários anos para o PMDB, é azul e tem a esferinha da bandeira no centro.

Segundo um dos intelectuais do presidente interino, a ideia é lembrar a necessidade de "recuperar o país da desorganização política, econômica e social e retomar o crescimento econômico".

A frase "Ordem e Progresso", inscrita na bandeira do



Marca do governo Michel Temer, com o lema da bandeira

Brasil, tem origem no positivismo — escola filosófica e religiosa fundada por Auguste Comte (1798-1857). O lema é uma redução da fórmula proposta pelo filósofo francês: "O amor por princípio, a ordem por base, e o

progresso por fim".

A bandeira atual, que contém a expressão, foi adotada em 1889, pouco depois da proclamação da República.

Elsinho Mouco foi uma das pessoas que se reuniram com Temer nas últimas semanas,

durante as discussões para a formação do governo.

Em fevereiro, foi o responsável pelo programa nacional do PMDB que foi ao ar em rede nacional, apresentando um diagnóstico crítico sobre o desempenho do governo Dilma Rousseff — do qual Temer ainda era o vice.

O idealizador da peça afirmou, na ocasião, que o "PMDB não escondeu ninguém" e que o programa foi feito para falar de política.

"Não tem grávida, não tem gado correndo e não tem poço de petróleo. É diagnóstico, é política. É o que as pessoas querem ouvir", disse Mouco.



NOVO GOVERNO HORAS FINAIS

## Dilma passou últimos dias isolada; agora, quer ir a óperas e livrarias

Presidente afastada fica alguns dias em Porto Alegre, onde tem apartamento no bairro Tristeza

**No Palácio do Planalto, funcionários trocavam informações sobre como seria o novo chefe, Michel Temer**

**NATUZA NERY**  
e DA TORALDO FAJAN



**O FUTURO DE DILMA**

Como será o processo no Senado e o que ocorre durante o afastamento

**TRABALHOS**

Sob o comando da presidente do STF, Ricardo Lewandowski, a comissão de 21 senadores volta a se reunir para analisar a denúncia, coletar provas e convocar depoimentos

**ACUSAÇÃO**

Após a fase de instrução, a comissão produz um parecer em que decide se a presidente deve ou não sofrer o impeachment, procedendo a acusação. É a produção do juízo de pronúncia

**CONCLUSÃO DO PARECER**

Esse parecer é votado pela comissão. Depois, no plenário, a sessão é presidida pelo presidente do STF e precisa de maioria simples para aprovação. O processo está concluído e pronto para ser julgado

**JULGAMENTO**

Será conduzido pelo presidente do STF. Senadores votam. Para condenar a presidente e tirá-la definitivamente do cargo, é necessário o apoio de pelo menos 54 dos 81 senadores

**AFASTAMENTO DEFINITIVO**

Se a Casa decidir pela saída de Dilma, ela é condenada pelo crime de responsabilidade e fica inelegível por oito anos. Nesse caso, Temer assume definitivamente a Presidência

**PRAZO**

Não há data para o processo terminar. Se o julgamento não ocorrer em até 180 dias, Dilma voltará ao cargo, mas os trabalhos seguirão até o julgamento final

**NOVO GOVERNO PROCESSO**

# Presidente do STF assume condução do impeachment

Lewandowski promete discrição e defende que denúncia contra Dilma não inclua outras questões, como Lava Jato

**Afastamento vale por até 180 dias; em nova etapa, serão ouvidas testemunhas e produzidas provas**

DE BRASÍLIA

Horas depois do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, esteve no Senado para assumir a condução do processo de impeachment da petista. O caso entra agora na fase de instrução, quando serão ouvidas testemunhas e produzidas provas.

Na visita, assinou termo de posse como presidente do processo e a citação para que Dilma apresente sua defesa. Questionado, o ministro defendeu que a denúncia contra a presidente afastada não seja ampliada para incluir outras questões, como a Operação Lava Jato, conforme defendido por integrantes da oposição à petista.

Ao aceitar o processo de impeachment, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), não acatou trechos que mencionavam, por

exemplo, a compra da refinaria de Pasadena quando Dilma presidia o Conselho de Administração da Petrobras. Dilma é acusada de editar decretos de suplementação de crédito sem autorização e usar verba de bancos federais em programas do governo, as chamadas "pedaladas fiscais". Para não paralisar os trabalhos da comissão do impeachment, Renan anunciou que o recesso parlamentar está suspenso.

**PASSOS**

A nova fase do processo será conduzida pela comissão especial formada no Senado para avaliar o caso. Os integrantes do colegiado não terão prazo para concluir as investigações, embora o presidente, Raimundo Lima (PMDB-PB), defenda celeridade.

Dilma está afastada por até 180 dias. Caso o Senado não termine de analisar o processo nesse prazo, ela retorna à Presidência, mas o caso segue tramitando. Lima quer encerrar o processo até setembro.

A comissão especial terá que elaborar um novo parecer. O próprio colegiado votará, por maioria simples, o relatório, que seguirá para a apreciação dos demais sena-

dores.

A sessão plenária é presidida por Lewandowski. Para que o processo passe para a fase de julgamento também são necessários votos da maioria dos senadores presentes no dia da votação.

Dilma só será afastada em definitivo da Presidência se, em uma outra votação, pelo menos dois terços dos senadores — 54 dos 81 — defenderem essa posição.

Apesar de comandar o processo, o presidente do STF afirmou que pretende atuar com discrição.

"Não terei nenhum protagonismo. A função é garantir que a denúncia possa se explicitar da forma mais clara possível e que a defesa possa exercer o contraditório e garantir então que haja essa possibilidade que a Constituição garante."

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), liberou a sala da primeira vice-presidência da Casa, do senador Jorge Viana (PT-AC), para Lewandowski usar sempre que necessário. "Mas ele disse que vai preferir ficar e acompanhar diretamente do Supremo." (DÉBORA ALVARES, MÂRCIO FALCÃO, LEONARDO COLIN E MARIANA HAUBERT)

**BASE JURÍDICA DO PROCESSO**

As condutas que justificaram o processo e a seu fundamento legal

**1 - Abriu créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional**  
Dilma assinou seis decretos, entre 27 de julho e 20 de agosto de 2015, autorizando a abertura de créditos suplementares. Do valor liberado, R\$ 2,5 bilhões eram de receita nova incompatível com a meta fiscal

**2 - Contratação ilegal de operações de crédito (as "pedaladas fiscais")**  
As pedaladas são o atraso no repasse de recursos pelo governo a bancos públicos responsáveis por financiar programas. Em 2015, documentos do Banco do Brasil indicam o não pagamento de R\$ 3,5 bilhões do Plano Safra (programa agrícola)

**1 - Constituição Federal**

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:  
(...)  
VI - a lei orçamentária;

Art. 167. São vedados:  
(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes

**2 - Lei 1.079, de 1950 (que define os crimes de responsabilidade), e que foi modificada pela Lei 10.028, de 2000**

Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

3 - Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólicios, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal

**3 - Lei de Responsabilidade Fiscal**

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo

## 3. Notícias referente ao tópico 3.6. A ÚLTIMA DEFESA

### A) O ESTADO DE S. PAULO





## O JULGAMENTO DO IMPEACHMENT

# Lula e Chico assistem ao depoimento de Dilma

Petista leva comitiva; artista é assediado até por senadores a favor do impeachment

Vera Rosa  
Leoncio Nasser / BRASILIA

Foi da galeria do Senado que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acompanhou ontem o pronunciamento da presidente afastada Dilma Rousseff, sua sucessora, na última defesa contra o impeachment. Em tom emocionado, disse aos aliados que, a partir de agora, o PT precisa se preparar para a disputa de 2018, com "oposição implacável" ao governo de Michel Temer.

O ex-presidente fez parte do grupo de 28 convidados que acompanharam Dilma no Senado. O mais assediado, no entanto, era o cantor e compositor Chico Buarque, que se sentou ao lado do petista na galeria do plenário. Durante o interrogatório, vários senadores foram cumprimentá-lo e tirar selfies. Até mesmo favoráveis ao impeachment, como o senador Hélio José (PMDB-DF), foram tatear o artista.

Na lista de convidados do PT havia ainda ex-ministros, dirigentes de partidos aliados, de movimentos sociais e sindicalistas. Um ensaio de "Fora Te-

mer" foi feito, mas o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, proibiu manifestações. O único colaborador de Dilma que fez questão de se sentar no plenário foi o ex-ministro Abílio Mercadante.

Do outro lado da galeria do Senado, em menor número, apoiadores do impeachment só observavam o depoimento.

**Despedida.** O clima naquela espécie de "camarote", do lado dos convidados de Dilma, era de despedida do poder. "Se os senadores tivessem lido antes esse discurso dela, não haveria impeachment", afirmou Lula a uma emissora de TV. Queria dizer o que sustentou em conversas reservadas: se Dilma tivesse feito mais política, não chegaria a esse fim. "Aqui ela falou o que tinha para falar", resumiu.

Nos bastidores, o petista traçava cenários para o pós-Dilma e o modelo de oposição a Temer. Embora a largada para 2018 esteja dada, ninguém sabe se Lula - na mira da Operação Lava Jato - conseguirá concorrer novamente ao Palácio do Planalto. "O sucesso de Dilma é o meu sucesso e o fracasso dela é o meu fracasso", dizia o ex-presidente, na campanha da reeleição, em 2014, como se acesse o futuro.

**'Tramóia'** Para o ex-ministro da Casa Civil Jaques Wagner há uma "tramóia" sendo preparada para depois do impeach-

## GALERIA



1. Lula e o cantor Chico Buarque foram ao Senado para acompanhar a sessão; 2. Senadores e deputados a favor da presidente afastada; 3. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) acompanha Dilma em intervalo da sessão; 4. Fernando Collor com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski



**NA WEB**  
Ao vivo. Siga a cobertura da sessão de hoje

estadao.com.br/impeachment

• **'Ranços'**  
"Estou revivendo os anos 1970, com os mesmos ranços."

**Chico Buarque**  
COMPOSITOR, APOIADOR DE DILMA

ment. "Vão tentar dar anistia geral a todos os políticos. Não vamos aceitar", afirmou ele, numa referência à Lava Jato. "Estou revivendo os anos 1970, com os mesmos ranços. A diferença é que, antes, o pessoal tinha de se esconder", dis-

se Chico Buarque.

O ex-ministro do Trabalho e da Previdência Miguel Rossetto pregou novas eleições, chamadas por ele de "Diretas-Já". Trata-se da proposta de plebiscito, apoiada por Dilma e rejeitada pela Executiva do PT, sobre a

antecipação da disputa presidencial de 2018. "Se o golpe passar, no dia seguinte estaremos nas ruas, pedindo novas eleições", disse Rossetto. Será um novo capítulo da queda de braço com a cúpula do PT, que é contra antecipar a eleição.

## O JULGAMENTO DO IMPEACHMENT

**Congresso.** Presidente afastada faz sua defesa no Senado e ataca o governo interino de Michel Temer; fala da petista é contestada e não muda cenário desfavorável na Casa

# Dilma reitera tese do golpe, mas não assegura apoios

Ao se defender ontem no plenário do Senado, a presidente afastada Dilma Rousseff reiterou a versão de que o processo de impeachment é um "golpe na Constituição" que "resultará na eleição indireta de um governo usurpador". Em seu pronunciamento de cerca de 45 minutos e em respostas aos senadores, a petista negou ter cometido crime de responsabilidade e atacou a gestão interina de Michel Temer. Considerada a última cartada para tentar impedir a condenação, a presença de Dilma no Senado não serviu para reverter votos favoráveis ao impeachment, como admitiram aliados, ou conquistar apoios de indecisos na votação final – prevista para ocorrer hoje e terminar na madrugada de amanhã. Ciente das dificuldades, a defesa da petista já prepara um recurso ao Supremo Tribunal Federal caso o Senado confirme o afastamento definitivo.

A petista fez um discurso sereno, mas embargou a voz ao citar a tortura na ditadura militar e a superação de um câncer. "Hoje eu só temo a morte da democracia", disse.

Ao longo do dia, porém, em suas falas, senadores pró-impeachment contestaram a tese do golpe defendida por Dilma, rebateram dados econômicos usados por ela e reafirmaram a responsabilidade da petista sobre as chamadas pedaladas fiscais. O senador Alcyon Nunes Ferreira (PSBD-SF) disse que a petista cometeu crimes de responsabilidade "de caso pensado" e questionou: "Como golpe? Golpe com a supervisão do Supremo Tribunal Federal? Golpe quando a senhora vem exercendo todo o seu direito de defesa?"

Atos pró-Dilma foram registrados em São Paulo, Brasília e no Rio. Em SP, a Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar o protesto na Avenida Paulista.



**4º dia de julgamento.** Presidente afastada Dilma Rousseff apresentou defesa e respondeu a perguntas de senadores



## Human Rights se recusa a chamar processo de 'golpe'

José Miguel Vivanco, dirigente de entidade internacional, diz que ação do PT na OEA não deve prosperar

**Lourival Sant'Anna**  
ESPECIAL PARA O ESTADO

"Os brasileiros devem estar orgulhosos do exemplo que estão dando ao mundo por sua capacidade de contrariar o poder político e empresarial, de atuar sem dois pesos e duas medidas." A avaliação é do diretor executivo para as Américas da Human Rights Watch, entidade de defesa dos direitos humanos com sede em Washington, José Miguel Vivanco.



**Posição.** José Miguel Vivanco, da Human Rights Watch

O diretor executivo, que está no Brasil, "não vê futuro" na ação do PT na Comissão de Direitos Humanos da Organização

dos Estados Americanos (OEA), denunciando um "golpe".

"Nunca o caracterizamos como golpe nem o faremos", disse

Vivanco, que nasceu no Chile. "O Brasil enfrenta uma crise política muito profunda e lida com ela dentro do quadro constitucional. Os aspectos técnicos de Orçamento não são nossa especialidade, e a discussão tem aspectos jurídicos e políticos, mas, de acordo com a Constituição, quem tem esse dever é o Congresso, e a maior evidência de que o processo está sendo conduzido de forma constitucional é que a presidente Dilma Rousseff compareceu hoje e está fazendo sua defesa."

Para Vivanco, que acompanha de perto as ações na Comissão da OEA, em Washington, a ação do PT "não tem base jurídica, mas reflete a reação previsível de um partido político prestes a perder poder e que se utili-

za de todas as instâncias e canais a que possa ter acesso". O especialista acrescentou: "O Brasil está dando lições valiosíssimas a esta região, ao mostrar a importância de ter um Poder Judiciário independente, que exerce suas missões de defesa de seus foros à margem de cálculos políticos oportunistas".

**Venezuela.** O ativista, que veio ao Brasil discutir política externa e direitos humanos, também considera "absolutamente impetuoso, do ponto de vista dos valores da democracia e da liberdade", a nova posição do Brasil com relação ao governo venezuelano. "A Venezuela nunca devia ter se qualificado nem sequer como membro do Mercosul, com suas práticas

contrárias à liberdade de expressão, com sua captura do Judiciário, seus prisioneiros políticos", disse Vivanco, que em 2008 foi expulso da Venezuela e proibido por lei de voltar lá. "Muito menos assumir a presidência do Mercosul, dados os compromissos jurídicos do bloco com a proteção da democracia", afirmou.

Vivanco considera que o chanceler José Serra "tem sido cada vez mais claro na maneira fidedigna de descrever" o regime chavista, em contraste com a argentina Susana Malcorra, que tem assumido "posições ambivalentes". "A diferença do presidente Mauricio Macri, que tem posições mais consistentes, tudo indica que a ambivalência de Malcorra se deve ao seu interesse de assumir a Secretaria-Geral da ONU, e por isso evita ofender a Rússia e a China, que são aliadas da Venezuela."

### O JULGAMENTO DO IMPEACHMENT

## Defesa de Dilma já prepara ação no STF

Presidente afastada demonstra disposição em judicializar eventual decisão do Senado

**Beatriz Bulla** | BRASILIA

A defesa da presidente afastada Dilma Rousseff prepara um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso o afastamento definitivo da petista seja confirmado no Senado. O ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e a sua equipe de advogados estão com estudos adiantados e devem apresentar um mandado de segurança.

A petista demonstrou ontem disposição para questionar uma decisão desfavorável no Senado. "Não recorro ao Supremo Tribunal Federal porque não esgotei esta instância, não terminei aqui. Vim aqui porque respeito esta instituição. Mas, se (o Senado) der este passo, estará compactuando com golpe", afirmou Dilma, ao responder ao senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), que questionou porque ela não recorreu ao STF contra o que chama de "golpe".

Os recursos propostos pela defesa de Dilma à Corte, até agora, fariam circunscrever as questões de procedimento. Os ministros têm mostrado resistência à ideia de reverter uma decisão do Legislativo. Dias antes

da votação sobre a admissibilidade do processo na Câmara, em abril, o plenário do STF impôs uma série de derrotas à petista e manteve a votação.

O ministro Teori Zavascki, em maio, negou um pedido para suspender a decisão da Câmara. O argumento usado pela defesa da presidente — que ainda não havia sido afastada — era de que Eduardo Cunha (PMDB-RJ) conduziu o impeachment apenas para se defender de seu processo de cassação. Teori, porém, entendeu que a questão invadida o mérito do processo, o que, para ele, não é uma análise que deve ser feita pelo Judiciário.

A decisão de Teori, para a defesa de Dilma, é um dos sinais de que o STF pode estar se desbravar sobre a principal discussão em torno do impeachment: se ocorreu de fato crime de responsabilidade.

**Estratégia.** Os advogados estudam a melhor estratégia para propor um recurso que entre no mérito da discussão, mas sem ultrapassar os "limites" estabelecidos pelo STF. A defesa deve usar o argumento de que, no impeachment do ex-presidente Fernando Collor, a maioria



**Plenário.** Lewandowski preside sessão de julgamento de Dilma Rousseff

● **Respeito**  
"Não recorro ao Supremo Tribunal Federal porque não esgotei esta instância, não terminei aqui. Vim aqui porque respeito esta instituição."

**Dilma Rousseff**  
PRESIDENTE AFASTADA

ria do Supremo foi contra voto do ministro Paulo Gonsales, para que a Corte não deveria analisar a decisão do Legislativo sobre o processo de impeachment. O recurso deverá ser abrangente e o caso central será a ausência de justa causa para processar a presidente. Dentro des-

se pressuposto, serão incluídos todos os atos que a defesa vê como "contaminados".

Um dos pontos que têm sido questionados por Cardozo é o impedimento dos senadores. Apesar de ter o dever de atuar como juízes, boa parte dos parlamentares declarou como seria o voto antes mesmo do início do julgamento. Outro ponto que deve ser abordado é a declaração de suspeição, feita pelo presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, do procurador do Ministério Público junto ao TCU Julio Marcelo de Oliveira. Cardozo tem alegado que, pela Constituição, nenhuma lei ou direito pode ficar sem análise do Judiciário.

● **Decisão**  
O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que a opção pelo recurso não foi debatida entre aliados e a decisão sobre a Dilma Rousseff e José Eduardo Cardozo.

● **SUPREMO EM PAUTA:**  
Eloisa Machado de Almeida

● **ESTADÃO** ● **FGV DIREITO SP**

### Três tempos da defesa de Dilma

**T**anto em seu depoimento inicial como nas respostas aos senadores, a defesa da presidente afastada Dilma Rousseff traçou uma linha temporal do impeachment, com a inexistência sobre os fatos passados, a injustiça do julgamento presente e o futuro com governo Michel Temer.

Sobre seus atos passados, Dilma corroborou a tese que já vinha sendo usada pela defesa, negando a existência de crime de responsabilidade e pleiteando a sua absolvição. Sobre os decretos de crédito suplementar, argumentou se tratar de ato até então autorizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Quanto às acusações de violação da lei de responsabilidade fiscal, reafirmou que as operações com os bancos públicos não foram empréstimos.

Em relação ao presente, Dilma denunciou sofrer golpe parlamentar. Creditou o processo de impeachment a desforra daqueles que perderam eleições acirradas, a um parlamentarismo disfarçado, à vingança de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e aos incômodos gerados pela Operação Lava Jato. Sugeriu que seus julgadores estariam agindo apenas em busca de autopreservação.

Se não há novidades na forma de apresentar passado e presente, a defesa inovou ao oferecer uma posição sobre o futuro. Dilma alertou para a instabilidade democrática decorrente de um precedente amplo para impeachment: da forma como foi, pautado fortemente em condições políticas, qualquer eleito poderia ser destituído ao sabor das maiorias ocasionais do Congresso Nacional.

Mais do que desejar que a presidente afastada esteja errada, é preciso criar as condições para que a democracia seja fortalecida.

● **PROFESSORA E COORDENADORA DO SUPREMO EM PAUTA FGV DIREITO SP**

## O JULGAMENTO DO IMPEACHMENT

# Polícia usa bombas para dispersar ato

Em São Paulo, protesto contra o impeachment provoca pânico na Avenida Paulista; Brasília, Rio e Porto Alegre também registram manifestação

Ricardo Galhardo

A Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogêneo e bala de borracha para dispersar na noite de ontem uma manifestação contra o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, na Avenida Paulista, região central da capital. A confusão começou quando a Tropa de Choque bloqueou a via na altura do Masp para impedir que o grupo seguisse até a Avenida Brigadeiro Luís Antônio. A passeata seria concluída no Parque do Ibirapuera.

Houve pânico na região. Os manifestantes das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo – compostas por MTST, MST, CUT, PT, PSOL, entre outros movimentos e partidos – correram para as vias paralelas e transversais. A maioria dos ativistas seguiu para a Rua da Consolação. Segundo os organizadores, havia 3 mil manifestantes – a PM não divulgou estimativas nem balanço da operação.

A concentração foi a partir das 17 horas na Praça do Ciclista. A ação da PM começou por volta das 19h30 quando a mar-



Barreira. Manifestantes contra o impeachment foram reprimidos pela PM após incendiar sacos de lixo na Avenida Paulista

cha encontrou com o Choque. "A PM está sempre protegendo a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que se transformou no QG do golpe", disse Raimundo Bonfim,

da Central de Movimentos Populares (CMP).

O grupo montou barricadas e ateou fogo em sacos de lixo. Garrafas foram arremessadas contra policiais. A reportagem re-

gistrou ao menos a prisão de um jovem. Entre os manifestantes havia sindicalistas, ativistas populares e estudantes.

Na confusão, manifestantes buscaram abrigo em agências

bancárias. Quem passava pelo local, como trabalhadores e frequentadores de shoppings e cinemas da região, eram pegos de surpresa e buscavam proteção. O trânsito da via ficou bloque-

do até as 20h30.

Segundo Bonfim, o protesto foi o primeiro. Ele disse que as frentes se colocam contra a Proposta de Emenda à Constituição 241, que fixa um teto de gastos, e as reformas da Previdência e trabalhista.

**Mais protestos.** Em Brasília, cerca de 1.500 pessoas, de acordo com a PM, participavam à noite da manifestação na Esplanada dos Ministérios. O público era de moradores do Distrito Federal.

A movimentação na Esplanada ficou por conta apenas do grupo contra impeachment. Do lado reservado ao grupo pró-impeachment, de acordo com a PM, o movimento não chegou a cem pessoas.

No Rio, cerca de 300 pessoas protestaram contra o impeachment na frente da Igreja da Candelária, no centro da cidade. O protesto foi convocado por organizações que compõem a Frente Brasil Popular. "Nosso objetivo é fazer mobilizações todos os dias", afirmou a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ). / COLABORARAM LÍGIA FORMENTI e ROBERTA PENNAFORT

## REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

## The New York Times

### ● 'Conspiração'

O jornal americano destaca que a presidente afastada Dilma Rousseff afirmou no discurso no Senado que é inocente das acusações de crime de responsabilidade e se disse vítima de uma conspiração para tirá-la do poder.

## WALL STREET JOURNAL

### ● 'Retrocasso'

A publicação destaca o discurso "emocional" da presidente afastada e informa que Dilma disse que seus acusadores estão tentando retroceder o progresso social alcançado pelos governos dela e de seu antecessor.

## the guardian

### ● 'Princípios'

O jornal britânico salienta que Dilma foi a primeira mulher a presidir o Brasil e destaca o trecho do discurso em que ela diz aos senadores que lutou contra a ditadura e que "não irá abandonar os princípios que sempre a guiaram".

## EL PAÍS

### ● 'Democracia'

O periódico espanhol destaca fala de Dilma em que ela diz que "não luta por seu mandato, nem por validade, nem pelo poder; luto pela democracia". Para a publicação, a presidente afastada fez um discurso duro e emocionante.

## LA NACION

### ● 'Pretextos'

A publicação argentina destaca trecho em que Dilma afirma que "as acusações são meros pretextos para derrubar um governo eleito". A reportagem diz que no discurso a petista citou sua lealdade e respeito à Constituição.

## Clarín

### ● 'Condição humana'

O jornal argentino destaca que a presidente afastada se emocionou durante seu discurso ao lembrar dos abusos que sofreu na ditadura militar, que a fizeram "duvidar sobre a condição humana" de seus torturadores.

## B) O GLOBO



## BATALHA DO IMPEACHMENT

# ENQUANTO ISSO...

## 'Não assisti', diz Temer em evento com medalhistas

Palácio do Planalto avalia que presidente afastada foi 'óbvia, pouco emocional' e não conseguiu mudar sua situação no Senado

SOMMER KLEINMAN, EDUARDO BARRETO  
e JONAS GAMA  
opinioes@oglobo.com.br

**BRASIL** — Contrário de atletas olímpicos no Palácio do Planalto, o presidente interino, Michel Temer, buscava se descolar antes do julgamento da Dilma Rousseff, no Senado, a poucos metros dali. Temer garantiu que se quer parou para assistir pela TV as declarações da petista, porque não teve tempo e trabalhou em despacho interno.

— Eu não assisti, sabe que eu não tive tempo? Eu fiquei trabalhando nos despachos.

Depois de algumas risadas no Planalto, ao vestir uma touca de polo aquático, Temer disse que aguarda o resultado do impeachment com "absoluta mansuetude".

— Eu sou obediente às instituições e espero que o Senado Federal venha a decidir — declarou o presidente interino à imprensa depois de conversar com cerca de 60 atletas, entre eles nove medalhistas de ouro: Rafaela Silva (judô), Katerine Kozak e Marlene Grael (vôlei), Bruno Schmidt e Alison Ceratti (vôlei de praia), Lucarelli, Lúria, Lipe e William (vôlei).

Na avaliação do Palácio do Planalto, o discurso final por Dilma não foi forte o suficiente para mudar sua situação. Segundo assessores de Temer, a situação da petista foi óbvia, pouco emocional, sem tanto tecnicismo e, ainda, demonstrou amargura ao não responder à maioria das perguntas feitas pelos senadores.

— É uma falta de conexão da realidade, sem mais culpa. Todos são culpados, o crime, o Eduardo Cunha, os Estados Unidos, mesmo ela — disse um assessor presidencial.

Apesar da análise dos governistas, o crime foi de mentecaptação dos votos.

Temer telefonou para senadores aliados para saber sobre o andamento da sessão. Segundo relatos, ele se mostrou insucesso com a duração do processo, já que pretende viajar o mais breve possível para a China, onde participará do encontro do G-20. No entanto, ouviu que dificilmente o julgamento terminaria hoje cedo, a tempo de que sua posse ocorra no mesmo dia.

A prescrição penal de Temer é uma duração do julgamento, não com o desfecho, já que o Planalto tentou impor uma reversão do impeachment. Dois de seus principais auxílios, o ministro Edson Padilha (Caso CIV) e o senador Romero Jucá (PMDB-RO) afirmaram que ele não terá menos de 60 votos.

— O centro da meta é de 60 votos a favor do impeachment e 39 contra — disse Jucá.

### O PESO DA OPINIÃO PÚBLICA

Questionado se não acredita que algum senador pode, por consciência, suspender seu voto, Jucá respondeu:

— Entre a consciência pessoal e a opinião pública, sempre vai pesar mais a segunda opção.

Padilha tem placar semelhante:

— Eu sempre disse que eu era pessimista em 61 (votos) — disse Padilha, ainda, após reunião no Planalto sobre o Paralelismo, que começa no próximo dia 1.

A correção dos dois permedelitos sem como supõe a vitória de Temer, domingo à noite, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Segundo relatos, Renan afirmou que a base aliada teria 61 ou 62 votos ao final do julgamento. Se chegar aos 62 votos propostos pelo presidente do Senado, ele será de votar.

Depois de acompanhar calado o julgamento, no fim de tarde de ontem, depois de mais de dez horas de

depoimento, o governo deridido rebatete formalmente as críticas feitas por Dilma e senadores aliados da petista no plenário do Senado. Em nota oficial, o governo Temer disse que estava sendo vítima de "falsas acusações de reticência de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas".

"Não será regulamentado o trabalho escravo", chegou a dizer o comunicado da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. "Não é verdade que se debate a estipulação de idade mínima de 70 ou 75 anos aposentados; não será extinto o auxílio-duradia; não será regulamentado o trabalho escravo; não há privação de pré-sol e não se cogita revogar a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)".

A Secretaria de Comunicação justificou o resumo a "falsas acusações" e "inverdades" atribuídas "de forma leviana" ao governo interino, sem mencionar as autôres das acusações. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que preside o julgamento final do processo de impeachment de Dilma Rousseff, chegou a pedir à petista que restringisse as respostas à sua gestão, e não falasse sobre o governo interino.

O fôlego da oposição foi contrariado nos últimos setores, previdenciários e trabalhistas. O governo interino prepara reformas da Previdência e trabalhista para enviar ao Congresso, ao mesmo tempo em que já fez mudanças no Ministério do Desenvolvimento Social e em programas como o Cidades Sem Fome. A reforma da Previdência pode ser enviada ao Congresso ainda em setembro. A nota diz ainda que as propostas visam a garantir o emprego, a sustentabilidade do sistema previdenciário e o equilíbrio fiscal. ■



**Dia de jogo.** Nesta noite, uma touca de polo aquático em Michel Temer, presidente interino, participou de encontro no Palácio do Planalto com medalhistas olímpicos.

# RECURSO

## Dilma indica que irá ao STF se for considerada culpada

Em embate com Aloysio Nunes, presidente afastada diz que Senado cometerá 'rotundo golpe' se condená-la sem crime de responsabilidade

CRISTIANE JUNQUEIRA  
EDUARDO BRESOLINI  
epb@oglobo.com.br

**BRASÍLIA** — A presidente afastada, Dilma Rousseff, indicou que deverá recorrer ao Supremo Tribunal Federal caso o seu impeachment seja aprovado pelo Senado. Em resposta ao tucano Aloysio Nunes Ferreira (SP) — antigo colega de luta contra a ditadura militar —, Dilma disse que o Senado cometerá um "rotundo golpe" ao condenar uma "inocente".

— Se me julgarem sem crime de responsabilidade, é golpe. Não recorro ao Supremo agora porque não esgotei essa instância, não acabei de tratar o problema aqui — disse Dilma.

O embate mais técnico se deu com o relator do processo do impeachment, Antonio Anastasia (PSDB-MG), que fez perguntas objetivas sobre a responsabilidade de Dilma na edição de decretos orçamentários e nas operações de crédito envolvendo o Placio Safra. Anastasia disse a Dilma que seu parecer era baseado em dezenas de depoimentos eleitorais.

— Por tudo que li e ouvi, muitos são os aspectos fáticos e jurí-

dicos. E a defesa insiste na tese de que o sistema torna o decreto ato automático. Então, por que passou a responsabilidade ao ministro do Planejamento? — perguntou Anastasia.

Na resposta, a presidente negou qualquer irregularidade e disse que agiu com base na legislação orçamentária, como a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Responsabilidade Fiscal. E, nesse ponto, criticou o PT:

— Lamento que o meu partido não aprovou a LRF. Faço aqui uma confissão clara e aberta, não podemos diminuir a LRF na execução financeira.

Um dos embates mais passionais foi o confronto com José Aníbal (PSDB-SP). A petista e o tucano se conhecem há cinquenta anos e foram amigos, além de companheiros de luta armada. Aníbal disse que a presidente afastada se tornou "especialista" em terceirizar suas responsabilidades e citou como exemplo a crise no setor elétrico, em 2012, o que irritou Dilma. Ela afirmou ficar "estarecida" com as acusações:

— Lamento que o senhor não cumpra os mínimos princípios do devido processo legal, e fico estarecida por isso,

partindo do senhor, que me conhece há muitos anos. Se o senhor me julga pelo que aconteceu em 2012 no caso do setor elétrico, ou desconhece o que havia naquele momento, ou tem interpretação da lei diferente da que eu tenho.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), a acusou de "estelionato eleitoral" ao divulgar uma situação econômica menos grave do que a ocorrida a partir de 2015. Caiado levou à tribuna papéis para exibir aos senadores e às câmeras. Dilma rebateu que não poderia mandar na política econômica dos Estados Unidos, sendo mais firme, mas depois retomando o controle e falando das realizações do governo.

— Não seria um estelionato eleitoral se dirigindo aos eleitores com aquilo que não poderia cumprir? A senhora não pode tergiversar nas respostas. A assinatura da senhora está nos decretos — disse Caiado.

— O governo não tem controle sobre a política monetária do Federal Reserve, nem nós, nem vocês, nem o mercado. E essa história de que a lei está sendo rompida, não é verdade — rebateu Dilma. ■



Respostas. Dilma em três tempos



## BATALHA DO IMPEACHMENT

# PLACAR

## Tendência

### pró-cassação

Dilma conquista dois votos, mas prognóstico segue desfavorável

IVARÉ BRAGA, JÓHAN GARCIA  
SIMONE LUISIANA  
@globoesporte.com.br

**Atualizado.** Às vésperas da votação do impeachment, o dia foi tomado pela disputa dos últimos votos indecisos. Senadores e deputados petistas falaram que Dilma Rousseff fez um discurso forte, "falando com a alma", e que deveria ocorrer nos próximos dias o fim do impeachment. De fato, conquistaram dois senadores que se diziam indecisos: Otto Alencar (PSD-BA), ex-vice-governador da Bahia durante o mandato do petista Jaques Wageman, e Teófilo Mota (PDT-RR).

— Vou votar contra o impeachment. Começaram a dizer que eu estava indeciso, mas tenho para mim que na política gente só se posiciona quando o momento exige — afirmou.

Outros senadores que ainda não faziam revelação também elogiaram o presidente afastada, mas a avaliação geral, mesmo entre petistas, é que dificilmente Dilma conseguirá ganhar apoios suficientes para reverter o impeachment. Segundo senadores do partido, existe um potencial de 10 votos que poderiam virar, mas seria necessária uma rede que ainda não veio.

— Não adianta virar um dia, três. Um senador petista da segurança de que os outros também votariam contra. Se começarem a pagar, é fácil bem difícil, mas não é impossível — afirmou um petista.

Com a ajuda do governador Elói Diniz (PCdoB), do Maranhão, os petistas buscam o voto dos três senadores do estado, além do apoio de senadores que têm estado declarando posição contra Fernando Collor (PFL-AL) e Aécio Gurgas (PDT-BO).

De lado dos aliados de Michel Temer, não há dúvida que o jogo está a favor dele. O líder do

PMDB no Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), afirmou que Dilma é uma "pessoa boa", mas precisa sustentar a política. Segundo o líder, os dois precedentes do Maranhão votaram a favor do impeachment.

— Dá para o Maranhão votar com a gente — disse Eunício.

O presidente do PDT, Carlos Lapa, desentendeu em Brasília e mudou para garantir votos contra o impeachment no barrido do partido. O PDT tem três senadores: Leomar Martins (PDT-PE) já declarou voto a favor do impeachment, Aécio Gurgas (PDT-BO) ainda não revelou o voto, e Teófilo Mota (PDT-RR), um dos maiores críticos do processo desde o início e que passou a se dizer indeciso, confidendo que será contra o impeachment.

O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PP), afirmou que o partido fechou questão a favor do impeachment, mas que não vai colar sua posição do senador Roberto Moura (PP-MA), suplente do senador Walter Pinheiro (Sem partido-BA), que tem sinalizado o voto contra o impeachment.

— Se ele mudar o voto, perde o mandato (para Pinheiro pode voltar). O partido não vai exigir isso dele — afirmou Nogueira. Apesar de a Flávia já consolidar o voto de Jader Barbalho (PMDB-PA) pelo impeachment, o senador também afirmou ao GLÓRIO que as colocações de Dilma podem mudar o panorama.

— A Flávia pode mudar não só o meu voto, pode influenciar todo o Senado. Se tenho compromissos a ela pelo cenário político de vir ao Senado fazer uma exposição — afirmou Jader.

**NA MÃO DA FLÁVIA** Blogueiro: O voto dele pode ser decisivo em cada etapa do processo.

## COMO ESTÃO OS VOTOS



SÃO NECESSÁRIOS 54 VOTOS, ENTRE OS 81 SENADORES, PARA A CONDENÇÃO DE DILMA



## BATALHA DO IMPEACHMENT

# E AGORA? PT revê o passado em busca de um futuro

Em meio a um desfecho que seus líderes consideravam inimaginável, petistas contestam até a liderança de Lula

JOÃO CARLOS  
jcarlos@oglobo.com.br

A primeira pergunta é inevitável: "O que você acha que acontecerá?" A segunda também: "Como é que chegamos a isso?" Líderes do Partido dos Trabalhadores voltam a se encontrar ao fim de semana, em São Paulo, para uma rodada de discussões em busca de respostas.

Há três décadas, saiu da primeira eleição com oito deputados federais. Cresceu na vertigem dos vinte anos seguintes em viagens aéreas.

Em 2002, elegeu 91 deputados, dez senadores, sete governadores estaduais e um presidente da República. Lula venceu em 25 estados com 51 milhões de votos, 61,2% do total de 86 milhões.

Dois anos atrás, Dilma superou uma disputa presidencial acirrada, elegendo-se com uma diferença de 3,3%, ou seja, 3,3 milhões de votos num eleitorado de 105 milhões.

Voltará às urnas em dois meses. Desta vez, com pouco mais de 300 candidaturas a prefeito. É a maior do número de candidaturas que registra na última eleição municipal, em 2012.

Lula, às vésperas de completar 70 anos, terá de se dedicar à luta pela sobrevivência em frentes diversas, imediatas e simultâneas.

Hoje, em Brasília, o PT participa do epílogo de um mundo inimaginável para seus líderes, com um repêido Lula à disposição da Dilma Rousseff da Presidência da República.

Condenados as previsões sobre o julgamento político, Dilma será deposta e ficará no poder até 2024. Lula, às vésperas de completar 70 anos, terá de se dedicar à luta pela sobrevivência em frentes diversas, imediatas e simultâneas.

que não tem precedido na Constituição e já fora rejeitada pelo PT, com anal de Lula. Há insucesso e foi à luta interna. Acabou derrotada por 87,5% do comando do próprio partido.

Previsões, também, a preocupação com a própria sobrevivência na política. Há um perigo: o PT não consegue mais controlar o Congresso. Em outros, a agenda de conversas está centrada nos aspectos de recursos, liderança, essenciais para muitos governadores e prefeitos, sobretudo no do Sul e Norte e Nordeste.

Para líderes petistas, agora é hora de buscar por soluções às questões-chave sobre o que deve ser feito como chegamos a esse ponto na liderança da política brasileira.

Para a resposta, certamente, está nas antiguidades do ideário petista. De libertação dos governos Lula, transição para o intervencionismo de Dilma e depois ao atual estado de economia. Os brasileiros perderam 10% da renda média, uma perda recorde que, entre outros efeitos, deixou 11,5 milhões de pessoas desempregadas — 3,3 milhões a mais do que o total contabilizado um ano atrás. Os mais afetados foram os jovens. Entre eles, o desemprego médio alto em 2015 (23%) saiu ainda mais novo ano (29,4%).

Outros, no Senado, Dilma debateu os desequilíbrios internos "a crise internacional" e "a desvalorização" das peças das matérias-primas exportadas, entre petróleo e minério de ferro. Advertidos do PSDB encaramaram. Tasso Fereszaki lembrou que, no ano eleitoral de 2014, o Brasil teve crescimento zero, enquanto a média mundial foi de 3,4%. "Não há qualquer relação entre a crise internacional e nossa tragédia econômica".

A mensagem de política e das grandes paradas, é certo que, no momento da saída do PT no poder, a Brasil foi beneficiário de um ciclo mundial de crescimento das economias.



**CRISE** Durante reunião do Tesouro Nacional, o secretário Ana Aguiar é acusado pelos 15 coordenadores-gêneros do órgão sobre o agravamento da situação fiscal e econômica, no entanto afirma que a política econômica está saudável.

**ESPIONAGEM** Com a proximidade em julho, Dilma é acusada na campanha de abertura da Copa do Mundo.

Dilma garante que não se mexerá em direitos trabalhistas, "nem que a peça fosse".

**DILMA É REELEITA** (em 27 de junho)

**CRISTIANISMO** Após o governo anunciar o crescimento do PIB para tentar manter o poder do PMDS no Congresso, Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara. Ainda se debate a ideia de Cunha se fortalecer e derrotar o candidato do governo, Aécio Neves.

**PRÉDIO** Presidente da maior construtora do país, Marcelo Odebrecht é preso na Lava-Jato. Outros empreiteiros já estavam presos.

## PEDIDO DE IMPEACHMENT ACEITO

Sem conseguir os votos de petistas no Conselho da Elite da Câmara, Cunha aceita pedido de impeachment. A relação entre Dilma e Temer ainda dá a ver, após o encerramento de uma carta enviada pelo presidente da Câmara ao presidente da Câmara.

## A CRISE QUE CULMINOU NO IMPEACHMENT

2011

2012

2013

2014

2015

### DILMA É ELEITA

Ela é em outubro de 2010 em segundo turno com 35.702.925 votos. Dilma Rousseff assume a Presidência da República em 1º de janeiro de 2011.

**APROVAÇÃO** A primeira mulher presidente do Brasil tinha seu governo aprovado por 59% dos brasileiros com 16 anos de idade, que consideram a gestão boa ou ótima.

**CRISTIANISMO** Prometo pelo país modernizar e desenvolver a infraestrutura da infraestrutura com os petistas, inclusive Dilma. Manifestações de sua se tornam parte da política nacional.

### COMEÇA A LAVA-JATO

O então Alberto Youssef é preso na primeira fase da Operação Lava-Jato. Três dias depois, Paulo Roberto Costa também é preso. O Planalto diz que não há relação que tenha conexão de influência de Petistas no âmbito o que amplia a crise na Petrobras.

**CRISTIANISMO** O governo anuncia corte em benefícios trabalhistas, como abono salarial e seguro-desemprego, contrariando o que o presidente, nas eleições, havia prometido não fazer.

**LAVA-JATO** A "Lista de Jato", inclui Eduardo Cunha entre os denunciados na Lava-Jato. Ele acusa o governo de direcionar a investigação da petição geral da República. Cunha se torna inimigo público de Planalto. No mesmo mês, Dilma enfrenta os petistas "papelão".

Durante pronunciamento em rede nacional de rádio e TV, grandes manifestações contra o governo tomam conta do país.

**CRISTIANISMO** TSE aprova a criação do PSDB e abre processo que pode levar à cassação da chapa Dilma-Temer. Já o TCU repõe os cortes de 2014 do governo.

**CRISTIANISMO** O ex-marginalizado do PT João Santana e sua mulher, Monica Moura, são presos. O casal, que confirmou a existência de relação com a campanha presidencial de Dilma em 2010, foi visto três vezes.

**CRISTIANISMO** Tereza Cristina









## BATALHA DO IMPEACHMENT



## ECONOMIA NA UTI

## Era Dilma é marcada por rombo fiscal e recessão

Inflação supera 10%, desemprego atinge 11,6 milhões de brasileiros e renda cai

## DRAGAS ESTRUTURAIS

Em pouco mais de cinco anos, o governo Dilma não tirou de quarentena estrutural, como a elevada carga tributária e o déficit da Previdência, que impedem o crescimento e geram a recessão em diversas regiões do Brasil.

## QUEDA DOS JUROS NA MARRA

Em setembro de 2011, Dilma pressionou o então presidente do Banco Central, Alexandre Tomba, a reduzir as taxas de juros. O resultado foi uma queda de 1,4 pontos percentuais na taxa básica de juros, de 12,25% para 10,75%. No entanto, a queda não foi suficiente para estimular a economia, e o governo acabou tendo que aumentar as taxas de juros em 2013 e 2014.

## INFLAÇÃO MOSTRA AS GARRAS

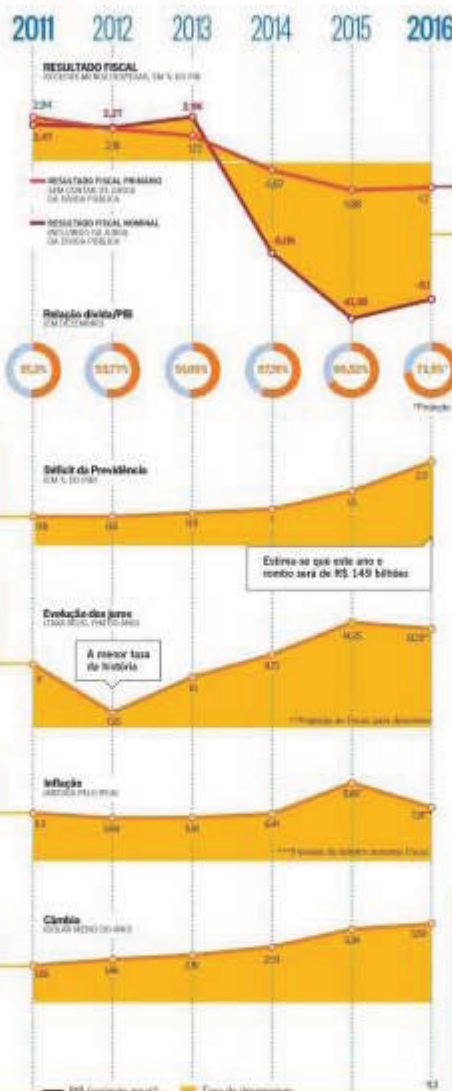
Com o aumento da demanda por crédito, associado ao aumento da inflação, a política de flexibilização do crédito levou a uma alta da inflação. Em 2014, a inflação chegou a 6,5%, o maior índice em 12 anos.

## DÓLAR

Em 2015, com a crise de confiança no Congresso, a perda de investimentos e a queda da bolsa, o dólar chegou a R\$ 4,178, o maior valor em 12 anos.

## PERDA DE CONFIANÇA E DEPRESSÃO

Com a soma de todos os fatores, a confiança dos empresários e do mercado caiu rapidamente, reduzindo investimentos e paralisando projetos. O PIB, que vinha crescendo, parou e entrou em recessão no segundo trimestre de 2014, levando a uma queda da renda econômica.



## UMA GESTÃO MARCADA POR ERROS

Equívocos do governo Dilma, agravados pelo fim do boom das commodities, produziram um dos mais longos e profundos ciclos recessivos do país. Iniciado em 2014, e com duração estimada até o fim deste ano, a crise fez a economia retroceder cinco anos e reduziu um terço da renda pessoal total e do produto interno bruto. O Brasil perdeu o status de país pagador, virou devedor.

R\$ 170,5 bilhões

é a dívida total do Brasil com o exterior em 2016

## NÃO FORTE DO ESTADO

Intervenções do Estado foram poucas durante a gestão Dilma. Por exemplo, a MP 579 forçou a redução das tarifas de energia em 20% e a renovação das concessões, o que destruiu o setor elétrico de bens de capital de 2010. E, por quase 4 anos, a Petrobras foi impedida de negociar o preço da gasolina e do diesel, sem poder controlar a inflação.

R\$ 105 bilhões

foi o prejuízo do setor elétrico em 2014

R\$ 58,3 bilhões

foi a perda da Petrobras com a desvalorização

## EXPANSIONISMO DANOSO

O governo adotou a chamada Nova Matrix Econômica, que combinou queda de juros e desvalorização, adotando a proteçãoismo gerencial.

R\$ 333 bilhões

foi a redução da dívida externa em 2014 e 2015

R\$ 500 bilhões

foram gastos com o BNDES para financiar a indústria

## AMPLO IMPACTO SOCIAL

A crise teve amplo impacto sobre os brasileiros. A espiral recessiva atingiu o mercado de trabalho, levando a 11,6 milhões de desempregados.



1,6 milhão

de desempregados em 2014

52,236 milhões

de brasileiros em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

1,6 milhão

de desempregados em 2014

## BATALHA DO IMPEACHMENT

VISITANTE ILUSTRE

## Chico, muita torcida e pouca esperança

Compositor é tietado ao assistir discurso de Dilma, acha perguntas dos senadores 'muito chatas' e admite haver poucas chances de sobrevivência ao impeachment

EXCERTE: ENZO, MARIA LUIZA  
e CAYRINA ALENCAR  
apoiadores de Dilma

O julgamento da presidente afastada, Dilma Rousseff, mas as atenções duraram muito tempo antes de voltarem voltadas para as galerias. Ali, na qualidade de convidado de Dilma, estava o cantor e compositor Chico Buarque. Ao lado do ex-presidente Lula, Chico foi mais paparicado do que o político petista.

A delegação chegou antes da chegada ao Senado, ainda no Palácio da Alvorada. Ali, a presidente afastada, Dilma Rousseff, recebeu vários aliados, inclusive Chico Buarque. Foi servido um café de manhã aos convidados, e Dilma estava bem-humorada. Quando Chico chegou ao público, ela brincou com seu advogado, José Eduardo Cardozo, afirmando de fama de sedutor do ex-ministro da Justiça: — Agora você pode ser seu irmão. Não-gêni mais vai querer saber de você.

Apesar do apoio a Dilma, o compositor acabou concordando não ter muitas esperanças de que ela se livrará da condenação. Imagens de bastidores feitas pelo deputado Paulo Pinheiro (PT-BR), no gabinete da Presidência do Senado, antes do início da sessão, mostram um curto depoimento de Chico sobre as chances de Dilma salvar seu mandato.

— Vários torcer e esperar que esse drama tenha fim. A esperança não é grande, mas tudo bem, estamos aqui para dar uma força. E reforçar nossa democracia — disse Chico Buarque a Paulo Pinheiro.

## FOTOS E CAPZIMHO

O deputado petista gravou cerca de 50 minutos de bastidores de Dilma. Nas cenas, deputados, vários deles candidatos a presidência nas eleições de outubro, fazem questão de tirar foto ao lado de Chico. Assim como os senadores e dirigentes de movimentos sociais, como João Paulo Rodrigues, do MST.

Nas imagens, Dilma aparece descontentada, brincando e tirando fotos com parlamentares aliados. Antes de Chico Buarque chegar à sala reservada a Dilma, a presidente já estava vestida descolada seu parêntese.

— Você não viu o Chico por aí não? — perguntou Dilma.

Lula pediu um chá para o cantor: — De gengibre não quero. Prefiro um caldinho — respondeu Chico.

Em uma sala de conversa, com Lula e o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o assunto parecia ser o impeachment a Chico nas ruas.

— O clima no ar não é bom... Muito engasgo — disse o compositor.

O furo também foi sobre as conversas. Dilma lembrou o nome do time citado por Chico Buarque para pagar pedidas:

— É o Politécnica.

A gravação feita por Pinheiro, com um celular, era uma transmissão ao vivo para rádio e redes sociais que integraram o que o PT batizou de Rede Nacional pela Legalidade.



Fig. A senadora Vanessa Grazziotin abraça Chico Buarque nas galerias durante a sessão. polítics tiraram o cantor



Na plateia, Chico e Lula acompanham depoimento de Dilma, se descolam o Senado, o compositor afirmou: "É gelado"

Mais tarde, sentado próximo de Chico Buarque nas galerias, o ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo, teve a oportunidade de contar a delegação em terra do cantor. Aldo ligou para a mulher, Rita, e brincou:

— Rita, estou aqui ao lado do Chico e cheguei alguns minutos para tirar foto. Não sei se querem tirar foto com ele ou comigo.

Não foram só as mulheres, como a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que tiraram as galerias do Senado para paparicar Chico Buarque. O senador Lindbergh Farias (PSDB-AP) e o deputado Chico Mendes (PSOL-RJ) também subiram para o telão ao cantor e a Lula.

Para matar a fome antes do almoço junto com o ex-ministro Jaques Wagner, Chico bebiu umas castanhas. O ex-presidente saiu das galerias para ir ao banheiro duas vezes, ao falar ao celular, sempre tapava a boca com as mãos. Ao sair para o almoço, Lula brincou:

— Dilma, eu te comento antes que a imprensa te coma.

No intervalo para o almoço, Chico disse que não tinha sido fácil se levantar às 7h da manhã para cumprir a agenda política. Considerou chatas as perguntas feitas a Dilma, mas disse achar que vale a pena estar presente, e chegou a discutir da petista.

## "É SEMPRE A MESMA COISA"

Perguntado sobre o que achou das perguntas dos senadores, o compositor reclamou que foram muito repetitivas.

— Muito chatas elas têm que variar as perguntas. É sempre a mesma coisa, pedidinho, pedidinho — disse Chico.

Depois de mais de seis horas de questionamentos, a presidente afastada tentou tirar um ar de compositor, que permaneceu nas galerias do Senado. Mas Dilma se confundiu ao tirar um pedaço de uma letra do canto. A galeria ouviu quando a petista respondeu a pergunta do senador Lide da Mata (PSB-BA).

— Acredito que estamos todos aqui para ver que isso não tem fim de lado nem lado para o Chico, por isso uma homenagem a um grande músico desse país aqui presente — afirmou a petista, olhando para Chico.

A letra em questão é a da música "Apesar de Você", composta na década de 1970, em plena ditadura militar. Mas, na verdade, a canção diz: "A minha gente hoje anda falando de lado e olhando para o Chico".

Depois de acompanhar boa parte da fala de Dilma e suas respostas aos senadores, Chico Buarque deixou o Senado perseguido por uma dezena de fotógrafos, cinegrafistas e repórteres. No meio do tumulto gerado com a sua saída, Chico afirmou:

— É gelado.

Ele não admitiu que achava difícil a situação da petista ser reeleita. (Colaboração: Vitoriano Salazar e Leticia Fernandez)



no site  
globo.com  
Vitoriano Salazar e Leticia Fernandez da que  
esperança não é grande

## BATALHA DO IMPEACHMENT



E SE DE DIA A GENTE BRIGA...

## Confrontos no julgamento, piadas no intervalo

Inimigos políticos, Dilma, Aécio e Cardoso — ré, acusador e defesa — confraternizam em rodinha no plenário do Senado

MARCA LIMA E ISABEL BRAGA  
correspondentes em Brasília

**S**e no plenário, sob os holofotes, seculares e programas dos governos Michel Temer e Dilma Rousseff ficam com o sangue fervendo e quase se atacam, nos bastidores o clima é bem diferente. Nuanças de intervalos, uma conversa agradável em rodinha ao lado da Mesa Diretora, o acusado senador Aécio Neves (PSDB-MG), a ré Dilma Rousseff, seu advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, e o presidente da sessão, ministro Ricardo Lewandowski, de Supreme Tribunal Federal, conversando e rindo amavelmente, como se fossem grandes amigos.

— Presidente, eu desejo paz e tranquilidade para a senhora e sua família neste processo — agradece Aécio, depois de cumprimentar Dilma.

Testemunhando a cena descontraída, Lewandowski não perde a oportunidade.

— Eu tinha ouvido que, na política, até as intimidades são criadas. Mas, como sou do Judiciário, eu não sei — disse o ministro, levando Dilma, Aécio e Cardozo a rirem na gargalhada.

— Não é que seja intimidade, presidente. O que temos são projetos políticos diferentes — respondeu, diplomáticamente, Aécio.

No corredor ao lado do plenário, em reuniões para fechamento de acordos de votação, os senhores jogados a vitória, o clima é de piadas, brincadeiras e casualidades.

Outrem, o presidente do PMDB, senador Romero Jucá (RN), Nelson Barboza — ambos ex-ministros do Planejamento, de Temer e Dilma, respectivamente — e o ex-deputado e ex-líder de Lula, Professor Luizinho, dividiram a sala de chá e café e antelaram uma conversa amena.

— Seu amigo do Nelson há muito tempo. Somos dois técnicos que tentamos convencer — ressaltou Jucá.

Luizinho respondeu: — Foi líder do presidente Lula e me relacionava com todo mundo. Podemos ter uma relação fraterna independentemente das nossas divergências profundas neste processo de impeachment.

### "JUCA É UMA CASA DE AMIGOS"

Na semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), gerou as especulações, chamando o julgamento do impeachment de "brinquedo" e teve um bom-hora pesadíssimo com a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ). Na mesma noite, o presidente do Senado e o petista seceram algumas palavras de vinhos em um jantar onde seletam a paz.

— Aqui no Senado as pessoas se singem e se agriam de forma mais civilizada — brincou Renan.

O líder do PMDB, senador Eunício Oliveira (CE), fez um relato de como a boa relação entre adversários políticos pode ser mal entendida pelos eleitores. Ele contou que, depois do almoço, encontrou-se com a presidente Dilma Rousseff, que voltava para o plenário.

Aliados até pouco tempo, Eunício disse que a presidente o chamou e os dois se abraçaram e trocaram um beijo. O en-



Conversa fiada. José Eduardo Cardozo, a defesa, Aécio Neves, o acusado, e Dilma Rousseff, a ré, descontração no julgamento



No café. O petista Luizinho, Romero Jucá, do PMDB, e Barboza, ex-ministro de Dilma

contro foi devidamente registrado em foto, disseminada pela internet.

— Logo depois já recebi mensagem de gente perguntando se eu tinha tirado o voto. Na minha cidade, Lavras, tem 16 blogs: muitos trataram disso. Um post local chegou a fazer um repente — contou o petista.

Dilma e o líder do PSDB, senador Cássio Cunha Lima (PB), também foram flagrados trocando sorrisos no plenário.

— Ela sorriu para mim, e como sou um conhecido, sorri de volta — disse Cássio Cunha Lima.

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) diz que os embates podem ser duros em plenário, mas até pelo número reduzido de senadores é mais difícil manter o clima de beligerância no tratamento.

— Aqui é uma casa de amigos, quase uma sala de aula: não dá para amargar inimigos. Somos adversários, os votos caem — finalizou cordalmente a senadora. ■



# Em SP, polícia dispersa protesto com bombas de gás

Com público menor que em outras ocasiões, atos pró-Dilma ocorreram em 11 estados e no DF

LOIZA SOUTA, GABRIEL CARDELLI E RENATA MARZ  
lpsa@oglobo.com.br

**SÃO PAULO, BRASILIA E RIO** - A defesa da presidente afastada, Dilma Rousseff, no Senado, estimulou manifestações de apoio a Dilma pelo Brasil. Ao menos 11 estados e o Distrito Federal registraram atos. Em São Paulo, manifestantes a favor de Dilma entraram em confronto com a Polícia Militar durante protesto na Avenida Paulista. Enquanto os PMs lançavam bombas de efeito moral, ativistas respondiam jogando garrafas de vidro. O ato, organizado pelas frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, reuniu cerca de 800 pessoas, segundo a PM.

O grupo se reuniu na Praça do Ciclista e caminhou na direção do Museu de Arte de São Paulo (Masp). Ao chegar ao local, onde havia um cordão de isolamento da PM, alguns manifestantes tentaram passar pelos agentes, que lançaram duas bombas de efeito moral e dispararam balas de borracha. Depois de muita correria, parte do grupo que protestava revidou atirando garrafas de vidro contra os policiais.

O clima ficou tenso. Grupos a favor do impeachment provocaram os participantes do protesto. Enquanto isso, os manifestantes pró-Dilma atearam fogo em sacos de lixo.

O confronto recomeçou pelo menos três vezes. Por volta das 20h, o trânsito começou a ser liberado, e o grupo diminuiu. Não houve registro de feridos. Pelo menos um homem foi preso.

Além de São Paulo, atos foram registrados em Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Distrito Federal.

No Rio, uma passeata convocada pela Frente Brasil Popular começou em frente à Igreja da Candelária, por volta das 17h30m, e seguiu em direção à sede da Assembleia Legislativa (Alerj). Durante a passagem dos militantes pela Avenida Rio Branco, o trânsito foi interrompido, e uma composição do VLT ficou parada. A PM



**Tensão.** Policial lança bomba de gás em manifestantes durante ato contra impeachment de Dilma na Avenida Paulista



**No Rio.** Manifestação começou em frente à Candelária

não divulgou estimativa de participantes.

Embora manifestassem apoio a Dilma, líderes sindicais e estudantis reivindicaram novas eleições em seus discursos. Os gritos "Fora, Temer" também foram frequentes. Alguns militantes aproveitaram para fazer campanha para candidatos nas eleições municipais deste ano.

Entre as pautas dos pronunciamentos, tam-

bém apareceram assuntos que não estavam relacionados ao impeachment, que iam da violência contra travestis e transsexuais à possibilidade de privatização da Cedeae.

Em Brasília, um protesto contra o impeachment reuniu 1.500 pessoas na Esplanada dos Ministérios, de acordo com a PM do Distrito Federal. Os militantes carregaram bandeiras, faixas e cartazes com mensagens de apoio a Dilma e contra o governo Temer.

Marchinhas foram improvisadas para falar do "aeroporto do Aécio", em menção à denúncia da construção de um aeroporto pela gestão do tucano quando era governador de Minas Gerais nas terras de um parente.

Em Porto Alegre, um grupo de manifestantes realizou um protesto à noite contra o impeachment, mesmo com a chuva que caía na cidade. ■

Com G1



NA WEB  
<https://globo.com/2c3P8V>  
Vídeo: Manifestantes entram em confronto com a PM em SP

## BATALHA DO IMPEACHMENT



# CARTADA FINAL

Parlamentares pró e contra impeachment avaliam que discurso de defesa de Dilma não é suficiente para mudar votos no julgamento de hoje

**Resumo:** Em uma sessão que durou mais de 12 horas, a presidente afastada, Dilma Rousseff, fez o seu último discurso antes do julgamento final do impeachment e, possivelmente, também sua derradeira fala como presidente da República. Com um tom emotivo e com forte teor político, o discurso de Dilma foi elogiado por alguns senadores que ainda resistiram em declarar seus votos publicamente, mas, no próprio PT, a avaliação era que não funcionaria para alterar o placar de hoje.

O presidente interino, Michel Temer, por sua vez, preferiu agir como se nada de extraordinário ocorresse no Congresso. Do outro lado da Praça dos Três Poderes, no Palácio do Planalto, Temer recebeu atletas olímpicos e provocou risos ao vestir uma tanga de polo aquático. E demonstrou pouco interesse pelo discurso de Dilma, afirmando que não teve tempo de acompanhá-lo porque ficou "trabalhando nos despachos".

Temer chegou a telefonar para senadores aliados para saber como encara o clima na sessão e demonstrou angústia com a possibilidade de não tomar posse a tempo de viajar à China no mês de quarta-feira.

Sua tranquilidade pareceu ser justificada após ouvir a impressão de parlamentares de que o discurso de Dilma Rousseff não trouxe grandes surpresas e que a mensagem para uma reavaliação no esperado resultado pró-impeachment era mínima. A mesma avaliação flutuava petista, que destacaram, no entanto, a importância da fala da petista para a construção da narrativa do "golpe".

— A essa altura, acho muito difícil que ainda haja alguma dúvida a ponto de mudar de ideia. Mas a presidente deu um tom político que foi importantíssimo, porque estamos na disputa pela versão dos fatos. Historicamente, é fundamental — disse o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE).

A própria presidente reconheceu a dificuldade, indistintamente, em seu discurso, ao dizer que, apesar de estar presente para se defender, isso em nada mudaria o resultado. Ao final, a presidente afastada disse que, caso perca, recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) após o processo, que considerou "legítimo", apesar da presença do presidente da Corte, o ministro Ricardo Lewandowski, no comando da sessão.

— Não há respeito ao devido processo legal quando julgadores afirmam que a condenação não passa de uma questão de tempo, porque votariam contra mim de qualquer jeito. Nesse caso, o direito de defesa será exercido apenas formalmente — disse Dilma.

Golpe foi uma palavra que Dilma usou em diversos momentos. Somente em seu discurso, foram nove vezes. A presidente afastada, que lembrou as sevilhas que sofreu durante a ditadura militar, negou que tivesse cometido crimes

de responsabilidade e fez alusão a momentos históricos ditintos em que houve ruptura democrática para comparar à sua situação. Assim como os ex-presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, Dilma se colocou como vítima de reação de "setores da elite econômica e política" que tiravam interesses ligados com sua reeleição. Curiosamente, o único presidente desde a redemocratização alvo de impeachment no Brasil antes dela, Fernando Collor, afastado em '92, envolvido em denúncias de corrupção, não foi citado em seu discurso.

Na plateia de convidados, além de aliados e opositores, Dilma contou com a presença de um visivelmente abalado ex-presidente Lula e de um socialista Chico Ruasque, presentes para demonstrar solidariedade. Do lado de fora do Congresso, um número de manifestantes bastante inferior ao que se viu no início do impeachment, um sinal da desmobilização nesta reta final do processo. ■



**Esforço final.** Por mais de 12 horas, a presidente afastada, Dilma Rousseff, discursou e respondeu perguntas de senadores em seu processo de impeachment; tom emocional, referências à época da ditadura e uso do "golpe" marcaram fala

C) FOLHA DE S. PAULO





Temer, que usou buca de polo aquático em evento com atletas

## Temer reage a ofensiva final de Lula por votos

Interino telefonou a senadores que haviam conversado com petista

**Peemedebista rebateu em nota declarações de Dilma feitas durante discurso e criticou 'falsas acusações'**

DE BRASÍLIA

Com o risco de perder apoio no fim do processo, o presidente interino, Michel Temer, montou um gabinete para barrar ofensiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para reverter votos para Dilma Rousseff.

Como contraponto, Temer telefonou para senadores procurados pelo petista. Entreu em contato, por exemplo, com senadores maranhenses que falaram com o petista, como Edison Lobão (PMDB-MA) e Roberto Rocha (PSB-MA). Na semana passada, Temer já havia se reunido com ambos.

Na conversa, Lobão disse a Temer que, como ex-ministro de Lula, não poderia deixar de atender ao pedido do petista para conversar, mas garantiu que seu voto segue

defendido pelo impeachment. Rocha também assegurou que não mudará de posição.

O governo interino também não cede que Fernando Collor (PTC-AL) votará contra o afastamento da petista, apesar de ele ter se reunido com ela na sexta (26) no Palácio do Alvorada.

Seguindo o combinado com Dilma, Lula deixou a galeria do Senado no fim da tarde e passou a trabalhar na base de votos para ela. Ele saiu do plenário às 18h40 com Juri Falção, presidente do PT, e foi seguido por Wagner (PT-BA).

### NOTA

A orientação inicial do Palácio era de não rebater publicamente a fala de Dilma.

Mas, em nota no final do dia, o governo chamou de "falsas acusações" as afirmações de que irá retirar direitos sociais e previdenciários. "Essas e outras inverdades foram atribuídas de forma irresponsável e leviana ao governo interino." (VALDO CRUZ, GUSTAVO URSINI, JÚLIO WIZACK, MARIANA VAUGHN)



Ricardo Lewandowski, do STF, e a assessora Fabiane Duarte

ASSESSORA

## Advogada é braço direito de chefe do Supremo durante julgamento

DE BRASÍLIA - O protagonista do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, no julgamento do impeachment de Dilma Rousseff acabou lançando luz sobre uma de suas mais antigas e discretas assessoras, a secretária-geral da Corte, Fabiane Duarte, 36.

Servidora do STF, ela trabalha há mais de dez anos com o ministro e ocupa hoje o cargo mais alto na hierarquia da carreira técnica do órgão.

É ela quem sempre aparece durante a sessão de julgamento do impeachment ao lado de Lewandowski, dando assessoria técnica ao ministro.

Descrita por colegas como reservada e bem-humorada, Fabiane passou a receber elogios nas redes sociais — e no plenário do Senado — ao atuar nas sessões do julgamento transmitidas pela TV.

Atualmente, Fabiane faz mestrado na USP na área de direitos humanos.

FOLHA

## Comportados, convidados de Dilma e acusação seguem sessão no Senado

Lula, o compositor Chico Buarque e ex-ministros foram convidados para defesa; líderes pró-impeachment também compareceram

MARINA BIANCHI  
BRUNO LOPES  
MARCUS SOARES  
e outros

Deleixados-meus, também Chico e Buarque foram. Chico Buarque de Hollanda chegou ao Palácio da Alvorada na manhã desta segunda-feira (20) e compareceu ao Senado Federal. "Não é uma guerra", afirmou o cantor e compositor que foi a Brasília assistir ao discurso da primeira reeleição. "A vida é dura, não é, Chico?", sorriu o apresentador.

Uma das poucas figuras de fora do mundo político presente na galeria do Senado, de modo convidado da defesa, foi a acusação de Dilma ao se sentar à mesa de facões opostos. Chico Buarque e apresentador de televisão também compareceram. "Um golpe" mas não se acende o "fogo do inferno", afirmou o cantor e compositor ao entrar no Senado.

Sentado ao lado dele, o ex-presidente Lula também foi convidado para comparecer ao processo. O ex-presidente também compareceu ao processo, politicamente, disse a jornalista e afirmou que "o tempo sempre vem e passa rápido".

"Mas, não é sempre que a gente consegue fazer o Chico para o Senado", brincou. Igualmente, afirmou que Lula temia a possibilidade de comparecimento de Chico Buarque e Lula. "Se não, eu acho que seria um momento muito bom", disse a jornalista.

O ex-presidente disse que estava da fila da Marisa, classificada por ele como "Bela" e "amada". "Se não, eu acho que seria um momento muito bom", disse a jornalista. "Ela falou tudo o que tinha que falar", disse a jornalista. "Ela falou tudo o que tinha que falar", disse a jornalista.

Chico Buarque também compareceu ao processo. O ex-presidente também compareceu ao processo. O ex-presidente também compareceu ao processo.

Entre eles, estavam a presidente nacional do PT, Eliane Brum, e ex-ministro Carlos Galvão (Presidência). Além disso, compareceram o ex-ministro da Saúde, Nelson Barreto, e o ex-presidente da Câmara, Nelson Barreto.

Um dos principais aliados de Dilma, Alvaro Moura (PDT), também compareceu ao processo. O ex-ministro da Saúde, Nelson Barreto, também compareceu ao processo. O ex-ministro da Saúde, Nelson Barreto, também compareceu ao processo.

SEM CENA  
O segundo dia de votação sobre os apelos de impeachment da primeira reeleição não foi movimentado.

Apesar de não haver nenhuma mudança no processo, o segundo dia de votação sobre os apelos de impeachment da primeira reeleição não foi movimentado. Apesar de não haver nenhuma mudança no processo, o segundo dia de votação sobre os apelos de impeachment da primeira reeleição não foi movimentado.

Seu comparecimento a Brasília foi acompanhado.

Chico Buarque também compareceu ao processo. O ex-presidente também compareceu ao processo. O ex-presidente também compareceu ao processo.

Além disso, compareceram a sessão do Senado também os deputados. O ex-presidente também compareceu ao processo. O ex-presidente também compareceu ao processo.



O cantor e compositor Chico Buarque e o ex-presidente Lula acompanham a sessão

### SUBARU IMPREZA. O ÚNICO SEDAN MÉDIO VENDIDO NO BRASIL "MADE IN JAPAN".

### MOTOR BOXER 2.0 PURO SANGUE JAPONÊS NAS VEIAS.



SUBARU

Confidence in Motion

SALDO EM 24X DE  
**ENTRADA + R\$ 2.546**

TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA  
LINEARTRONIC CVT DE 6 VELOCIDADES  
SISTEMA SIMÉTRICO DE TRACÇÃO INTEGRAL  
"SAWD" 4X4 INTELIGENTE

Consumer  
Reports

ÍNDICE	DESCRIÇÃO
SUBARU	900%
Toyota	800%
Honda	750%
Ford	700%

3 ANOS DE GARANTIA-GARANTIDA PELA TABELA DE REVISÃO COM CUSTOS FIXOS

REVISÃO	10.000 KM	20.000 KM	30.000 KM	40.000 KM	50.000 KM	60.000 KM
VALOR	R\$ 473,08*	R\$ 704,00	R\$ 640,08	R\$ 704,00	R\$ 662,08	R\$ 1.078,62



SUBARU. SEGURANÇA EM MOVIMENTO.  
A única marca no mundo com todos os modelos classificados com o "Top Safety Pick+" por 3 anos consecutivos.

www.subaru.com.br

0800 770 2011

SUBARU SÃO PAULO  
JARDIM EUROPA - (11) 3085-8500 - ORPANS - (11) 2271-0145 - IBIRAPUERA - (11) 3055-9740  
SUBARU CAMPINAS - (19) 3751-8200 - SUBARU RIBEIRÃO PRETO - (19) 3810-9432

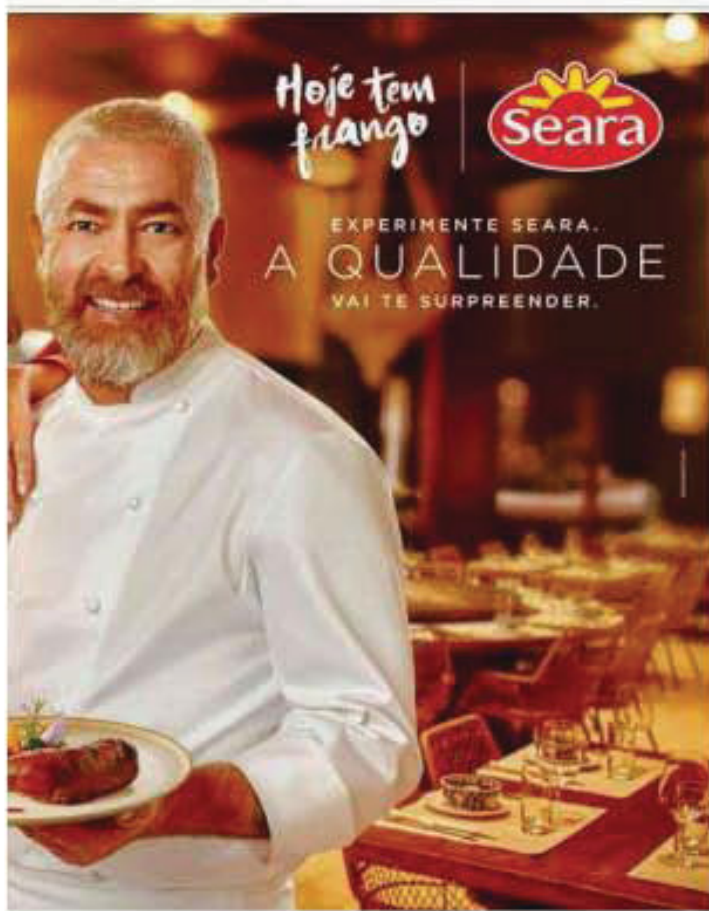
LOJAS DA CAPITAL ABERTAS TODOS OS DOMINGOS ATÉ AS 19 HORAS.

Se você quiser saber mais sobre o processo de impeachment da primeira reeleição da presidente Dilma Rousseff, acesse o site do Senado Federal. O site contém informações sobre o processo de impeachment da primeira reeleição da presidente Dilma Rousseff, acesse o site do Senado Federal. O site contém informações sobre o processo de impeachment da primeira reeleição da presidente Dilma Rousseff, acesse o site do Senado Federal.



# Protesto em SP tem bombas e depredação

Manifestantes contrários ao impeachment na avenida Paulista foram dispersados pela polícia; um foi detido



**Manifestantes  
queimaram lixo e até  
cadeira; homem que  
gritava 'viva a PM' foi  
agredido por grupo**

ANGELA BALDINI  
TRACY ARREZ  
ARTUR RODRIGUES  
DE SÃO PAULO

Um protesto contra o impeachment de Dilma Rousseff na avenida Paulista, em São Paulo, terminou em confronto da polícia com manifestantes na noite de segunda (28).

Enquanto a presidente atendia perguntas a perguntas de jornalistas em frente, cerca de 3.000 pessoas, segundo a organização do ato, protestavam contra o governo de Dilma Rousseff.

Chamado pelos direitos Paulo Sérgio Mendes e Brasil Freguês, compostos por organizações como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e CMPT (Central de Movimentos Populares), o protesto se aproximou da polícia da Flegu (Forças de Segurança do Estado de São Paulo), agitando a presença contra Dilma, quando foi dispersado por bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral lançadas pela tropa de choque da PM.

A ideia inicial era de ocupar a praça, na frente de onde se encontra o Palácio do Estado, mas logo depois, quando a polícia chegou, os manifestantes foram dispersados.

Após as primeiras bombas, manifestantes passaram a atirar objetos na polícia. Foram lançadas bombas em direção aos policiais e de suas pistolas, queimando-se lixo, cadeiras e até uma cadeira. Lixo de concreto foram arrojados para a via.

Uma bomba. O governo Geraldo Alckmin proibindo a Flegu, e para não repetir

manifestações pacíficas. E não é de se esperar que não possa haver manifestações pacíficas. E não é de se esperar que não possa haver manifestações pacíficas.

Não há mais comentários da PM se manifestou sobre o assunto.

O ato se realizou, mas foi rapidamente dispersado por bombas. Parte dos manifestantes conseguiu para a rua da Consolação, vindo de lá para a avenida da praça Roosevelt, no centro. A PM não utilizou balas de bala.

De acordo com relato ouvido pela Folha, foram lançadas bombas também durante a reunião de Dilma Rousseff. De acordo com relato ouvido pela Folha, foram lançadas bombas também durante a reunião de Dilma Rousseff.

A aparentada luta foi, também, feita para lembrar a luta. "Se vamos no shopping, vamos fazer compras", afirmou uma jovem, que pediu para não ser identificada. Ela disse que voltou do trabalho.

A aparentada luta foi, também, feita para lembrar a luta. "Se vamos no shopping, vamos fazer compras", afirmou uma jovem, que pediu para não ser identificada. Ela disse que voltou do trabalho.

De acordo com relato ouvido pela Folha, foram lançadas bombas também durante a reunião de Dilma Rousseff.

Por volta das 23h30, a avenida estava liberada dos dois sentidos, segundo a polícia, apenas a rua da Flegu.

## Filmagem de documentários causa discórdia

Cineastas reagem a senadores que apontam suposto viés pró-Dilma em produções

DE SÃO PAULO

Produtores e cineastas de quatro documentários que estão sendo filmados no Congresso para retratar a crise e o processo de impeachment de Dilma Rousseff foram atacados por senadores de oposição e adversários da petista.

Os filmes se tornaram uma fonte de acatuação da oposição ao PT. Senadores do PSDB e da DEM foram abor-

taçados quando os partidos estiveram "atuando" para combater a narrativa histórica sobre a crise de Dilma.

A cineasta brasileira Petra Costa, que começou a filmar a crise desde os movimentos de março, vê nas críticas tentativas de "criminalização dos documentários" e desrespeito a senadores e a Dilma, que são acusados de "atacar".

A cineasta demonstra indignação quando afirma que ela recebe ataques do PT na

pública para fazer o filme. "Me incomoda que tenham que tomar para fazer um filme documental. É um trabalho de natureza, um registro histórico. Não é um filme de ficção.", diz ela.

Nas últimas 24 horas, ela recebeu ataques de senadores e a Dilma, que são acusados de "atacar".

Uma parte da política se divide a uma história única, diz

cineasta Ana Weydner. Ló Politi, Politi trabalhou com o movimento João Saldanha na última campanha de Dilma, o que atraiu as atenções de que o filme terá viés petista. Weydner fez o filme "Que Bicho é o Lula?".

O quanto filme é de caráter político, inicialmente pensado como obra mais ampla, mas que acabou na crise.



Manifestantes protestam contra impeachment na av. Paulista

